ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIII Nº 106

Brasília - DF, segunda-feira, 6 de junho de 2016

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 3
Ministério da Cultura 11
Ministério da Defesa 13
Ministério da Educação 14
Ministério da Fazenda 21
Ministério da Integração Nacional 30
Ministério da Justiça e Cidadania 31
Ministério da Saúde 35
Ministério de Minas e Energia 46
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário 55
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 58
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 62
Ministério do Trabalho 62
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 66
Ministério Público da União 70
Tribunal de Contas da União 70
Defensoria Pública da União 73
Poder Legislativo 74
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 74

Presidência da República

CONSELHO DE DEFESA NACIONAL
SECRETARIA EXECUTIVA

ATOS DE 3 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de **SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (CDN)**, no uso da atribuição que lhe foi conferida por meio do parágrafo único do art. 16, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; da Resolução CDN nº 1, de 12 de maio de 1999 (DOU nº 90, Seção 1, p. 8, de 13 de maio de 1999); e com base no disposto, especialmente, no art. 91, §1º, da Constituição de 1988; na Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991; na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979; no Decreto nº 4.520, de 2002, resolve:

Nº 44 - Dar Assentimento Prévio a WALDISIO MOREIRA JUNIOR, CPF nº 734.144.502-59, para pesquisar granito em uma área de 526,49ha, no município de Bonfim, na faixa de fronteira do estado de Roraima; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48424.884109/2015-24, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 051/DIRE/DGTM, de 18 de março de 2016, recebido em 24 de março de 2016, e a Nota - AP nº 056/2016-RF, expedida com ressalva.

Nº 45 - Dar Assentimento Prévio à empresa JL PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ nº 22.856.037/0001-59, com sede na Rua 1, nº 928, Edifício Wall Street Center, sala 6, Setor Oeste, município de Goiânia, estado de Goiás, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Rondônia; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48419.986270/2015-19, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 050/DIRE/DGTM, de 18 de março de 2016, recebido em 24 de março de 2016, com instrução processual concluída em 5 de maio de 2016, e a Nota - AP nº 057/2016-RF, expedida com ressalva.

Nº 46 - Dar Assentimento Prévio à empresa RÁDIO SOCIEDADE TUPANCIRETÃ LTDA., CNPJ n° 89.780.266/0001-08, com sede na Rua Octacílio Tupanciretã de Azevedo, nº 02, Centro, no município de Tupanciretã/RS, para arquivar, na Junta Comercial do estado do Rio Grande do Sul, a Quarta Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 28 de novembro de 2013, que versa sobre: (i) a admissão de Amélia Rosa Ghisleni Puretz, CPF nº 165.535.600-30, como sócia da empresa, em virtude de falecimento do sócio Miguel Puretz Filho, CPF nº 055.627.240-49, detentor de 168.000 quotas; (ii) a alteração do objeto social; e (iii) a delegação dos poderes de administração aos sócios Amélia Rosa Ghisleni Puretz, Miguel Puretz Neto, CPF nº 392.730.590-15, e Ana Rosa Puretz, CPF nº 523.197.170-72, na função de Diretores; de acordo com a instrução do Processo MC nº 53900.002380/2014-43, a Nota Técnica nº 2.012/2016/SEI-MC, de 19 de fevereiro de 2016, a conclusão do Ofício nº 2.930/2016/SEI-MC, de 17 de março de 2016, e a Nota - AP nº 058/2016-RF, expedida com ressalvas.

Nº 47 - Dar Assentimento Prévio à empresa 3A PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 14.482.711/0001-54, com sede na Rua Iguatemi, nº 192, 24º andar, conjunto 242, sala 3, bairro Itaim Bibi, município de São Paulo/SP, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, bem como pesquisar minérios de ferro e manganês, em uma área de 25,79ha, no município de Corumbá, no referido estado; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48402.921712/2012-18 e 48423.868125/2015-80, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 048/DIRE/DGTM, de 18 de março de 2016, recebido em 24 de março de 2016, e a Nota - AP nº 059/2016-RF, expedida com ressalvas.

Nº 48 - Dar Assentimento Prévio: (i) ao DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM para a averbação do contrato de cessão total de direitos minerários, de 19 de outubro de 2015, celebrado entre Adriana Nunes Castro (cedente), CPF nº 395.473.021-91, e GECAL - Indústria e Comércio de Produtos Minerais Ltda. (cessionária), CNPJ nº 20.302.873/0001-66, atinente ao Alvará de Pesquisa nº 4.611, de 15 de maio de 2013, publicado no DOU de 17 de maio de 2013, que autorizou a cedente a pesquisar calcário em uma área de 999,48ha, no município de Bodoquena, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; e (ii) à cessionária, com sede no local denominado Amargoso, s/n°, Zona Rural, no município de Pains/MG, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48423.868047/2012-71 e 27203.931086/1985-26, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 047/DIRE/DGTM, de 18 de março de 2016, e a Nota - AP nº 060/2016-RF, expedida com ressalvas.

Nº 49 - Dar Assentimento Prévio à empresa INTERCEMENT BRASIL S.A., CNPJ n° 62.258.884/0001-36, para arquivar, na Junta Comercial do estado de São Paulo, a Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 4 de janeiro de 2016, que deliberou sobre a eleição de Nelson Tambelini Júnior, CPF nº 075.299.718-16, para o cargo de Diretor Geral da sociedade; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48403.800608/1969-46 e 48400.015114/1967-12, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 04/DIRE/DGTM, de 20 de janeiro de 2016, com instrução documental concluída em 5 de abril de 2016, e a Nota - AP nº 061/2016-RF, expedida com ressalvas.

Nº 50 - Dar Assentimento Prévio à SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL - SERFAL, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, para doação à Prefeitura Municipal de Mâncio Lima, CNPJ nº 04.059.671/0001-89, de imóvel com área de 497,9026ha, referente aos bairros Centro e Iracema, inserido na sede do Município de Mâncio Lima, parte da Gleba São Pedro, registrada em nome da União, sob Matrícula nº 02, Livro 02-A, junto às Serventias Extrajudiciais da Comarca de Mâncio Lima, no referido município, na faixa de fronteira do estado do Acre, para fins de regularização fundiária urbana, com fundamento na Lei nº 11.952, de 2009, no Decreto nº 7.341, de 2010, e na Portaria MDA nº 52, de 2012, condicionado ao registro do competente ato de Assentimento Prévio à margem da matrícula da gleba, em atendimento ao disposto no Art. 6º, §1º da referida Portaria e na Lei nº 6.634, de 1979; de acordo com a instrução do Processo INCRA nº 56420.000022/2013-14, as Informações nºs 072 e 184/SRFAR-1/SRFAR/2015, de 22 de setembro e 28 de dezembro de 2015, respectivamente, o Parecer nº 00228/2016/CONJUR-MDA/CGU/AGU, de 11 de março de 2016, o Ofício nº 088/2016 - SERFAL/MDA, de 8 de abril de 2016, e a Nota - AP nº 063/2016-RF, expedida com ressalvas.

Nº 51 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso privado, denominado HELIPONTO PRIVADO MIRAFLORES, localizado no município de Boa Vista, na faixa de fronteira do estado de Roraima, de interesse de Nelly Elizabeth Nunez Romero, CPF nº 382.411.022-91, com a ressalva de não se tratar de ato que regulariza as atividades do heliponto, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.122776/2015-10, o Parecer de Análise nº 386/2016/GTCC/GFIC/SIA, de 11 de abril de 2016, a conclusão do Ofício nº 64/2016/GTCC/GFIC/SIA-ANAC, de 12 de abril de 2016, recebido em 26 de abril de 2016, e a Nota - AP nº 064/2016-RF, expedida com ressalvas.

Nº 52 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso privado, denominado FAZENDA SÃO BENTO DE NABILEQUE, localizado no município de Corumbá, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse de Lidia Christian Massi de Brito, CPF nº 042.468.578-74, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.089020/2015-51, o Parecer de Análise nº 391/2016/GTCC/GFIC/SIA, de 12 de abril de 2016, a conclusão do Ofício nº 65/2016/GTCC/GFIC/SIA-ANAC, de 13 de abril de 2016, recebido em 26 de abril de 2016 e a Nota - AP nº 65/2016-RF, expedida com ressalva.

Nº 53 - Dar Assentimento Prévio à FÊNIX GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA., empresa em formação, com sede na Rua Pernambuco, nº 635, Centro, município de Pontes e Lacerda/MT, representada pelos sócios José Berion, CPF nº 235.141.249-49 e José Nogueira de Menezes Filho, CPF nº 537.834.091-87, para arquivar os seus atos constitutivos na Junta Comercial do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução do Processo DNPM s/nº, sob NUP nº 00001.001268/2016-24, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 66/DIRE/DGTM-2016, de 14 de abril de 2016, recebido em 22 de abril de 2016, e a Nota - AP nº 066/2016-RF.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 54 - Dar Assentimento Prévio à CLAUDETTE CATHERINE DESIREE MEUL BASSANETTI, nacionalidade italiana, viúva, CPF nº 427.964.070-04 e RNE nº W116716-S, para aquisição, por meio de sucessão de legítima, de imóvel rural localizado no município de Chuí, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, com área de 67,7000 ha, parte de um todo maior matriculado sob o n° 3.810, Livro n° 2 do Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Vitória do Palmar, código do SNCR n° 862.045.259.756-7; de acordo com a conclusão do Processo INCRA/SR-11/RS/nº 54220.002905/2011-10; o Parecer Técnico/SR-11/F1/INCRA/RS/nº 05/2015, de 28 de outubro de 2015; o Parecer n° 388/2015/AGU/PGF/PFE-INCRA-RS, de 4 de novembro de 2015; o Despacho nº 46/DF/2016, de 8 de março de 2016; o Ofício nº 68/2016-P, de 7 de abril de 2016; o Ofício nº 40/2016-MDA, de 8 de abril de 2016, e a Nota - AP nº 067/2016-RF.

Nº 55 - Dar Assentimento Prévio à SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL - SERFAL, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, para doação à Prefeitura Municipal de Boa Vista, CNPJ nº 05.943.030/0001-55, de quatro áreas urbanas descontínuas, identificadas como área 1, com 814,5637 ha; área 2, com 12,7934 ha; área 3, com 32,5660 ha e área 4, com 2,4985 ha, localizadas no município de Boa Vista/RR, parte da Gleba Cauamé, registrada em nome da União, sob a matrícula nº 36.620, ficha 01, livro 02, junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Boa Vista/RR, para fins de regularização fundiária urbana, com fundamento na Lei nº 11.952, de 2009, no Decreto nº 7.341, de 2010, e na Portaria MDA nº 52, de 2012, condicionado ao registro do competente ato de Assentimento Prévio à margem da matrícula dos imóveis, em atendimento ao disposto no Art. 6º, §1º da referida Portaria e na Lei nº 6.634, de 1979; de acordo com a instrução dos Processos SERFAL nº 56424.000001/2009-74 e 56424.000042/2013-47; a Informação/nº 099/SRFAR-1/SRFAR/2015, de 29 de setembro de 2015; a Informação/Nº 045-SRFAR-1/SRFAR/2016, de 15 de março de 2016; o Parecer nº 00288/2016/CONJUR-MDA/CGU/AGU, de 30 de março de 2016; o Despacho nº 00517/2016/CONJUR-MDA/CGU/AGU, de 13 de abril de 2016; o Ofício nº 092/2016 - SERFAL/MDA, de 15 de abril de 2016, e a Nota - AP nº 068/2016-RF, expedida com ressalvas.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Vice-Presidente da República no Exercício do Cargo de Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

ALEXANDRE RETAMAL BARBOSA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Nº 56 - Dar Assentimento Prévio à SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL - SERFAL, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, para doação à Prefeitura Municipal de Corumbiara, CNPJ nº 63.762.041/0001-35, de 4 (quatro) parcelas do Setor Nova Esperança, identificadas como Lotes 32B - Cemitério; 31A e 32A unificados - Aeroporto; Lotes 26A/27A e 63A unificados; e Lote 68A, totalizando 49,0346 ha, localizadas no município de Corumbiara, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, parte da Gleba Santa Cruz, registrada em nome da União, sob Matrícula nº 797, Livro 2, junto ao 1° Ofício de Registro de Imóveis e Anexos de Vilhena/RO, para fins de regularização fundiária urbana, com fundamento na Lei nº 11.952, de 2009; no Decreto nº 7.341, de 2010; e na Portaria MDA nº 52, de 2012, condicionado ao registro do competente ato de Assentimento Prévio à margem da matrícula da gleba, em atendimento ao disposto no Art. 6º, §1º da referida Portaria e na Lei nº 6.634, de 1979; de acordo com a instrução do Processo INCRA nº 56422.001598/2012-90, a Informação nº 174/SRFAR-1/SRFAR, de 7 de dezembro de 2015, o Parecer nº 00281/2016/CONJUR-MDA/CGU/AGU, de 24 de março de 2016, o Ofício nº 094/2016 - SERFAL/MDA, de 18 de abril de 2016, e a Nota - AP nº 069/2016-RF, expedida com ressalvas.

Nº 57 - Dar Assentimento Prévio a CARLA TSUKUDA BOSIO, CPF nº 574.222.492-34, para, sob regime de Permissão de Lavra Garimpeira, extrair minério de ouro, em uma área de 49,33ha, no município de Caracaraí, na faixa de fronteira do estado de Roraima; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48424.884136/2015-05, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 57/DIRE/DGTM-2016, de 31 de março de 2016, recebido em 5 de abril de 2016, e a Nota - AP nº 070/2016-RF, expedida com ressalvas.

Nº 58 - Dar Assentimento Prévio a RUI CARLOS FERRI, CPF nº 537.556.189-15, para pesquisar minério de cobre em 2 (duas) áreas distintas de 1.923,68ha e 1.679,1ha, nos municípios de Capanema e Céu Azul, na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48413.826662/2011-48 e 48413.826665/2011-81, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 26/DIRE/DGTM-2016, de 24 de fevereiro de 2016, recebido em 2 de março de 2016, e a Nota - AP nº 071/2016-RF, expedida com ressalvas.

Nº 59 - Dar Assentimento Prévio à empresa CENTRAIS ELÉTRICAS CESAR FILHO LTDA., CNPJ nº 08.879.127/0001-34, para extrair, sob o Regime de Licenciamento, calcário dolomítico, em uma área de 49,54ha, no município de Parecis, localizado na faixa de fronteira do estado de Rondônia; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.001325/2015-18 e 48419.886060/2016-02, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 73/DIRE/DGTM, de 27 de abril de 2016, com instrução complementar protocolada em 5 de maio de 2016, e a Nota - AP nº 073/2016-RF, expedida com ressalva.

Nº 60 - Dar Anuência Prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para aprovar a proposta do Plano de Manejo da Estação Ecológica Serra das Araras, localizada nos municípios de Porto Estrela e Cáceres, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, considerando o disposto no parágrafo único, do Art. 2º, do Decreto nº 4.411, de 7 de outubro de 2002; de acordo com a instrução do Processo ICMBio nº 02070.001109/2012-16; a Nota Técnica nº 54/2016/COMAN/CGCAP/DIMAN/ICMBio, de 13 de abril de 2016; o Aviso nº 55/2016/GM-MMA, de 11 de maio de 2016, e a Nota - AP nº 076/2016-RF.

Nº 61 - Dar Assentimento Prévio ao DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM para averbação dos contratos de cessão total de direitos minerários, de 26 de março de 2014, celebrados entre a Companhia Brasileira do Cobre (cedente), CNPJ nº 87.678.207/0001-06, e a Águia Fertilizantes S.A. (cessionária), CNPJ n° 15.110.334/0001-95, atinentes aos Alvarás de Pesquisa nºs 4.099 e 4.101, publicados no DOU em 29 de abril de 2013, que autorizaram a cedente a pesquisar calcário e fosfato, em 2 (duas) áreas distintas de: 896,23ha e 990,95ha, totalizando 1.887,18ha, respectivamente, nos municípios de Bagé e Lavras do Sul, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48401.009541/1942-11, 48401.810996/2010-58, 48401.810325/2012-59 e 48403.932647/2012-38, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 049/DIRE/DGTM, de 18 de março de 2016, recebido em 24 de março de 2016, com instrução processual concluída em 18 de maio de 2016, e a Nota - AP nº 078/2016-RF, expedida com ressalvas.

Nº 62 - Dar Assentimento Prévio à empresa FAXINAL ALTERNATIVA LTDA. - ME, CNPJ n° 18.998.335/0001-06, com sede na Rua 20 de Janeiro, nº 52, Centro, no município de Faxinal dos Guedes/SC, para executar serviço de radiodifusão, no município de Faxinal dos Guedes, na faixa de fronteira do estado de Santa Catarina; de acordo com a instrução do Processo MC nº 53900.022312/2015-81, a Nota Técnica nº 25.587/2015/SEI-MC, de 28 de março de 2016, a conclusão do Ofício nº 8.976/2016/SEI-MC, de 29 de março de 2016, recebido em 4 de abril de 2016, e a Nota - AP nº 079/2016-RF.

Nº 63 - Dar Assentimento Prévio à NELMA TEREZA MAZER ROSA, CPF nº 094.612.068-44, para pesquisar granito em uma área de 899,02ha, no município de Capão do Leão, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48401.810591/2015-24, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 65/DIRE/DGTM, de 14 de abril de 2016, recebido em 20 de abril de 2016, e a Nota - AP nº 080/2016-RF.

SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA N° 167, DE 1º DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/2005, publicada no DOU de 20/06/2005, tendo em vista o disposto na Instrução normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de janeiro de 2002 e o que consta do Processo nº 21042.006772/2010-19, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, o credenciamento de número sob número BR RS 419, da empresa Vitor Hugo Bender, CNPJ nº 06.179.109/0001-14 e Inscrição Estadual isento, localizada na Rodovia Aleixo Rocha de Silva, Bairro Costa do Santa Cruz, Taquari - RS - RS, para, na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO DE MATOS CUNHA
Substituto

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA Nº 6, DE 3 DE MAIO DE 2016

A SECRETÁRIA DE AQUICULTURA E PESCA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 1.083, de 11 de maio de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 12 de maio de 2004, e Instrução Normativa SEAP/PR n°. 25, de 26 de outubro de 2007, combinada com a Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA n°. 10, de 10 de junho de 2011 e o que constam nos processos nº 00373.000268/2014-17, 00373.004749/2014-00, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido do interessado, a Autorização de Pesca para captura de camarão-rosa (Farfantepenaeus brasiliensis) e fauna acompanhante, com auxílio de arrasto, no litoral Sudeste e Sul, da embarcação pesqueira denominada "Cardoso C II", inscrita no Ministério da Pesca e Aquicultura, sob o número SP-0023655-7, no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, de propriedade de Edemilson Eduardo Cardoso, inscrição na Autoridade Marítima sob o n°. 443-048490-2.

Art. 2º Fica autorizada a concessão de Permissão Prévia de Pesca, para arrasto de camarão-rosa (Farfantepenaeus brasiliensis) e fauna acompanhante, com auxílio de arrasto, no litoral Sudeste e Sul, para a embarcação pesqueira a ser construída denominada "Cardoso C I", de propriedade de Edemilson Eduardo Cardoso, em substituição a embarcação "Cardoso C II"", com a Autorização de Pesca cancelada, na forma do art.1º desta Portaria.

Art. 3º Fica autorizada a concessão da Autorização de Pesca para captura de atuns e afins/ albacoras e fauna acompanhante, com auxílio de espinhel horizontal de superfície, no Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva e Águas Internacionais, para a embarcação pesqueira denominada "Cardoso C II", de propriedade de Edemilson Eduardo Cardoso, inscrição na Autoridade Marítima sob o n°. 443-048490-2.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALINE ELAINE DE LIMA FAGUNDES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 412, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, a Portaria MCT n° 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º. Fica autorizado o representante da contraparte brasileira, Dr. FELIPE FERRAZ FIGUEIREDO MOREIRA, da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a realizar o projeto de pesquisa científica intitulado "Filogenia em nível de família de Hemiptera: Heteroptera com base em transcriptomas e DNAs ribossomas", Processo CNPq nº 000059/2016-51, em cooperação com o Institute of Entomology, College of Life Sciences, Nankai University (China), representado pelo Dr. DÁVID RÉDEI, contraparte estrangeira, pelo período compreendido entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2016.

§ 1º. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas.

§ 2º. A autorização de que trata este artigo inclui a participação nos trabalhos de campo da equipe de pesquisadores estrangeiros abaixo relacionados:

Nome	Nacionalidade	Visa - País de Retirada
Dávid Rédéi	Nakai University	Pequim - China
Qiang Xie	Nakai University	Pequim - China
Yanhui Wang	Nakai University	Pequim - China

Art. 2º. A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria/MCT nº 55, de 14 de março de 1990.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 413, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e, tendo em vista o disposto nos itens 35 e 36 da Portaria MCT n° 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º. Fica prorrogada, para o período compreendido entre 20 de outubro de 2016 a 20 de dezembro de 2016, a autorização concedida pela Portaria n° n° 142, de 18 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 19 de fevereiro de 2016, a representante da contraparte brasileira, Dra. JANE MARGARET COSTA VON SYDOW, da Fundação Instituto Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, com vistas a dar continuidade ao projeto de pesquisa científica intitulado "Biodiversidade, distribuição e ecologia dos Phasmatodea (Insecta) do Brasil", Processo CNPq nº 002101/2015-98, que vem realizando em cooperação com o Dr. KLAUS SCHÖNITZER, contraparte estrangeira, representante do Zoologische Staatssammlung München (Alemanha).

§ 1º. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas.

§ 2º. A autorização de que trata este artigo inclui a participação nos trabalhos de campo da equipe de pesquisadores estrangeiros abaixo relacionados:

Equipe Estrangeira	Nacionalidade	Instituição
Frank Helge Hennemann	Alemã	Zoologische Staatssammlung München
Veit Oskar Conle	Alemã	Zoologische Staatssammlung München

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

RETIFICAÇÃO

"No art. 1º da Portaria nº 161, de 25 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 26 de fevereiro de 2016, Seção 1, página 13, onde se lê: "Dr. RICHARD JAMES HORBY", leia-se: " Dr. RICHARD JAMES NORBY".

"Na tabela constante do § 2º do art. 1º da Portaria nº 161, de 25 de fevereiro de 2016, onde se lê:

Nome	Nacionalidade	Instituição
Anthony Pascal Walker	Norte-americana	Oak Ridge National Laboratory
Joanne Burks Childs	Norte-americana	Oak Ridge National Laboratory
Maurizio Mencuccini	Espanhola	University of Edinburgh
Lucas Alexander Cernusak	Australiana	James Cook University
Edward Tomas Alexander Mitchard	Britânica	University of Edinburgh
Kelly Marie Andersen	Britânica	Univesity of Exeter
Evan Hugo de Lucia	Norte-americana	University of Illinnois

Leia-se:

Nome	Nacionalidade	Instituição
Anthony Pascal Walker	Britânica	Oak Ridge National Laboratory
Joanne Burke Childs	Norte-americana	Oak Ridge National Laboratory
Maurizio Mencuccini	Italiana	University of Edinburgh
Lucas Alexander Cernusak	Norte-americana	James Cook University
Edward Thomas Alexander Mitchard	Britânica	University of Edinburgh
Kelly Marie Andersen	Norte-americana	Univesity of Exeter
Evan Hugo DeLucia	Norte-americana	University of Illinnois

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

RESOLUÇÃO Nº 195, DE 30 DE MAIO DE 2016

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN), criada pela Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17 de junho de 1989 e pelo Decreto no 5.667, publicado no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2006, por decisão de sua Comissão Deliberativa, adotada na 625ª Sessão, realizada em 30 de maio de 2016, resolve:

Art. 1° Estabelecer o estoque de materiais férteis e físseis especiais, necessários à execução do Programa Nacional de Energia Nuclear, incluindo 10 % (dez por cento) como margem de segurança (Decreto nº 90.587, de 24 de janeiro de 1985), para os anos de 2016 a 2019, conforme Quadro 2 do PT COMAP n° 01/2016, de 29 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO MACHADO COTTA
Presidente

REX NAZARÉ ALVES
Membro

PAULO FERNANDO LAVALLE HEILBRON FILHO
Membro

CLAUDIO DE SOUZA GIMENEZ
Membro

ALTAIR SOUZA DE ASSIS
Membro

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.075/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 193ª. Reunião Ordinária ocorrida em 01/06/2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000416/2016-18
Requerente: Tropical Melhoramento e Genética - TMG
CNPJ: 06.331.414/0001-80
Endereço: Rodovia Celso Garcia Cid- Km 87- Caixa Postal 387- Parque Industrial - Cambé/PR
Assunto: Liberação Planejada no Meio Ambiente (RN08)
Decisão: Deferido

A CTNBio, após analisar pedido para realizar liberação planejada no meio ambiente de soja geneticamente modificada, portadora do evento DAS-44406-6 x DAS-81419-2, resistente a insetos e tolerantes a herbicidas nas unidades operativas de Cambé/PR; Castro/PR; Cascavel/PR; Palotina/PR e Rio Verde/GO, concluiu pelo DEFERIMENTO.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.076/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 193ª Reunião Ordinária, ocorrida em 2 de junho de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.005623/2014-99
Requerente: Tropical Melhoramento & Genética Ltda. - TMG
CQB: 284/09
Endereço: Rod. Celso Garcia Cid, Km 87, Caixa Postal 387 - Parque Industrial, Cambé-PR
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN6)
Extrato Prévio: 4968/2016, publicado no D.O.U. em 16/2/16
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A Tropical Melhoramento & Genética Ltda. - TMG solicitou autorização para realizar liberação planejada no meio ambiente (RN6) intitulada "Avaliação de características agronômicas e avanço de geração de endogamia, de genótipos de soja geneticamente modificados, portadores do evento HAHB4, tolerante a seca, e HAHB4 x GTS-40-3-3, tolerante a seca e a herbicida". O plantio será realizado na Fazenda Bela Vista do Paraíso, em Rondonópolis (MT). A área total da LPMA será de 0,707 ha e a área de OGM de 0,272 ha. No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.077/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 192ª Reunião Ordinária, ocorrida em 5 de maio de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº. 01200.004553/2012-90
Requerente: Syngenta Seeds Ltda.
CQB: 001/96
Endereço: Rodovia BR 452 km 142 Caixa Postal 585, Uberlândia-MG
Assunto: Plano de Monitoramento Pós-liberação Comercial

A CTNBio, após apreciação do pleito, concluiu pelo seu DEFERIMENTO. A Syngenta Seeds Ltda. solicitou à CTNBio a substituição do plano de monitoramento pós-liberação comercial do milho MIR604 pelo monitoramento geral do milho Bt11xMIR162xMIR604xGA21, e parecer técnico referente ao plano de monitoramento pós-liberação comercial do milho Bt11xMIR162xMIR604xGA21, cujo pedido de liberação comercial fora aprovado de acordo com o Parecer CTNBio nº 4207/2014, na 175ª Reunião ordinária da CTNBio, ocorrida em 4/9/14. O plano de monitoramento geral apresentado contempla os itens I a V do artigo 11 da Resolução Normativa nº 9/2011 da CTNBio, dentre os quais: relatórios de encontros técnicos específicos promovidos para avaliar o uso da tecnologia pelos usuários, Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), questionários aos usuários da tecnologia e outros atores envolvidos no processo, relatórios e sistemas oficiais de notificação. O monitoramento terá duração de cinco anos, previsto para iniciar a partir do uso comercial do produto, o qual será conduzido em regiões geográficas comercialmente representativas para o cultivo e consumo do OGM, definidas com base em dados de mercado e dados oficiais governamentais. A CTNBio considera que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 3 de junho de 2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 193ª Reunião Ordinária da CTNBio, em 2/6/16, que ficam APROVADOS, os seguintes relatórios de liberação planejada após sua conclusão. Pro-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

cessos: 01200.006111/2007-11, 01200.000227/2011-22, 01200.000032/2011-82, 01200.000227/2011-22 e 01200.000032/2011/82.

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 193ª Reunião Ordinária da CTNBio, em 02/06/2016, que ficam cancelado, a pedido da requerente, o Parecer 3993/14 referente ao processo 01200.001517/2013-55, publicado no DOU 88, Seção 01, pg. 4 de 12/05/2014, bem como o processo 01200.000520/2012-71, aprovado pelo Parecer Técnico 3242/2012, publicado no DOU 79, seção 1, p. 4 de 24/04/2012.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA

PORTARIA Nº 21, DE 31 DE MAIO DE 2016

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do LNCC

O DIRETOR DO LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio da Portaria n.º. 407, de 29 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30/06/2006, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do LNCC para 2016, disponibilizado no endereço: http://www.lncc.br/ceti/docs/PDTI-2016.pdf.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÕES EM PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES (PADO)

Nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612 de 29/04/2013, publicam-se as decisões finais proferidas nos Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) relacionados:

Nº do Processo / Responsável / CPF/CNPJ / Enquadramento Legal / Decisão Final / Valor (R$)

53000.027479/2010-78 / TV Ômega Ltda / 02.131.538/0001-60 / Art. 27 do Decreto nº 5371/2005, item 2.5.2 da Portaria MC nº 38/1974 e item 2.6 da Portaria MC nº 799/1973 / Multa / 7.000,00

53000.004362/2009-82 / Rádio Tupi FM Ltda / 47.725.825/0001-37 / Arts. 45 e 122, Item 34, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52795/1963, itens 5.2.1.1 e 6.4.1 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 67/1998, art. 2º da Portaria MC nº 26/1996 e art. 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002 / Multa / 7.200,00

53000.040398/2010-63 / TV Record de Rio Preto S/A / 59.983.486/0001-78 / Itens 9.3.1 e 12.5 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 284/2001,item, 2.6 da Portaria MC nº 799/1973 e art. 27 do Decreto º 5371/2008 / Multa / 4.000,00

53000.04893/2010-10 / Fundação Assistencial, Educacional e Cultural Áudio / 01.741.566/0001-37 / Item 2.5.2 da Portaria MC nº 38/1974 / Multa / 2.400,00

53504.023681/2010-50 / Claro S.A. / 40.432.544/0001-47 / Artigos 72 e 102 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 477/2007, art. 37, inciso IV, do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/1998 / Multa / 12.759,11

53504.012158/2013-41 / Igreja Evangélica Apascentando Famílias na Graça de Deus / 08.979.575/0001-00 / Art. 163 da Lei nº 9472/1997 e art. 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 / Multa / 2.850,00

53504.010982/2013 / RÁDIO LUZ LTDA / 43.746.163/0001-20 / Itens 4.1.4, 5.4.1, 3.2.3, 6.3.1, alínea "c", da Resolução n°116/99 c/c arts 78 e 82 da Resolução n° 259/2001 / MULTA / 6.270,00

53504.010149/2013 / RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA. / 71.874.275-0001-00 / Item 5.4.1 do Regulamento aprovado pela Resolução n° 116/99 c/c Artigos 78 e 92 do Regulamento aprovado pela Resolução n° 259/2001 / MULTA / 660,00

53504.012583/2013 / CANAL BRASILEIRO DA INFORMAÇÃO CBI LTDA. / 57.569.196/0001-57 / Itens 7.3, 9.3.1 e 12.5 do Regulamento aprovado pela Resolução n° 284/2001, c.c arts 78 e 92 do Regulamento aprovado pela Resolução n° 259/2001 / MULTA / 2.850,00

53504.007182/2015 / FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II / 50.016.039/0001-75 / Arts. 5° e 8° do Regulamento aprovado pela Resolução n° 571/2011 e art. 78 do Regulamento aprovado pela Resolução n° 259/2001 / MULTA / 475,00

53504.008650/2015 / STARKEY DO BRASIL LTDA. / 04.216.059/0001-72 / Art. 55, inciso IV, alínea "b" , do Regulamento aprovado pela Resolução n° 242/2000 / MULTA / 750,00

53504.007292/2013 / ABRIL RADIOFUSÃO S.A. / 03.555.171/000-75 / Itens 9.1.1, 9.3.5 e 12.5 do RTTV c.c arts 78 e 82 do RUER / MULTA / 2.850,00

53504.008366/2015 / MÁRCIA CRISTINA LOPES LOVERATO / 59.662.817/0001-78 / Art. 131 da Lei Geral de Telecomunicações , c/c item 7.1 da Norma 13/19997 c/c art. 52 do anexo à Resolução n° 73/98 e Art. 4° c/c art. 55, V , "b", do Anexo à Resolução n° 242/2000, c/c art. 162 § 2°, Lei Geral de Telecomunicações /MULTA / 807,32

53504.013908/2013 / Turbonet Telecomunicações LTDA / 10.602.192/0001-60 / Itens 3.7 e 11.1 do Termo de Autorização, art. 71 do regulamento aprovado pela Resolução n° 614/2013. Art. 38, inciso I e II do Regulamento aprovado pela Resolução n° 596/2012, art. 30 caput do Regulamento aprovado pela Resolução n° 73/1998, e art. 127. Inciso X da Lei n° 9.472/1997 / MULTA / 20.000,00

53504.016309/2013 / Intervale Informática Ltda EPP / 04.253.859/0001-63 / Art. 4° c/c art. 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução n° 242/2000 / MULTA / 300,00

53504.006097/2015 / RÁDIO EMISSORAS DO LITORAL PAULISTA LTDA / 49.346.513/0001-48 / Itens 3.2.3 e 4.1.4 da Resolução n° 116/99 / MULTA / 6.050,00

53504.010148/2013 / RÁDIO METROPOLITANA LTDA / 50.441.013/0001-74 / Item 5.2.1.1 do Regulamento aprovado pela Resolução n° 67/1998, artigo 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução 259/2001 e artigo 18 do Regulamento aprovado pela Resolução 303/2002 / MULTA / 6.160,00

53504.009437/2015 / CIDADES DO VALE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA / 01.824.541/0001-05 / Item 6.4.1 do Regulamento aprovado pela Resolução 67/1998, Arts. 78 e 82 do Regulamento aprovado pela Resolução 259/2001 / MULTA/ 600,00

53504.019776/2013 / ASSOCIAÇÃO COTIA DE COMUNICAÇÃO / 58.831.280/0001-60 / Itens 9.3.1 e 12.5 do Regulamento aprovado pela Resolução 284/2001 / MULTA / 1.500,00

53504.004412/2015 / L. M. RÁDIO E TELEVISÃO LTDA / 03.755.511/0001-01 / Arts. 131 e 163 da LGT e art. 17 do Anexo à Resolução 259/2001 / MULTA/ 1.594,72

53504.010343/2015 / REDE WINET PROVEDOR DE INTERNET LTDA / 13.442.575/0001-06 / Artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução 614/2013, artigo 53 do Regulamento aprovado pela Resolução 73/1998, artigo 131, da Lei 9.472/1997, artigo 55, inciso V, alínea "a" e art. 4°do Regulamento aprovado pela Resolução 242/2000 / MULTA / 5.595,49

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 53.598, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Expede autorização à RADIO CIDADE EUCLIDES DA CUNHA LTDA, CNPJ nº 13.836.713/0001-31 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos de Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 3 DE JUNHO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 53.595 - JANIO CARLOS MOREIRA DA SILVA, CPF nº 370.428.311-87.

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à:

Nº 53.596 - DIOGO FRISON, CPF nº 951.111.311-91.

Nº 53.597 - ELZA BORGES MORAIS, CPF nº 020.389.098-14.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

DESPACHO DO GERENTE

O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29/04/2013, determina o arquivamento, sem aplicação de sanção, dos processos relativos às entidades a seguir listadas.

Processo	Entidade	Município/UF	Despacho nº	Data da Decisão
53569002202/2012	Orlando Batista Santana	Santarém/PA	6.093	10/11/2014
53569000770/2014	Fundação Evangélica Boas Novas	Oriximiná/PA	443	27/01/2015
53569001228/2014	Fundação de Telecomunicações do Pará - FUNTELPA	Garrafão do Norte/PA	469	28/01/2015
53569000769/2014	Rede Novo Estado de Rádio e Televisão Ltda	Monte Alegre/PA	472	28/01/2015
53569002283/2014	RBA - Rede Brasil Norte Amazônia de Televisão Ltda	Almeirim/PA	876	11/02/2015
53569000750/2012	RBN - Rede Brasil Norte de Comunicação Ltda	Breves/PA	873	11/02/2015

JOÃO ALBERTO REIS LUZ

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 8 DE ABRIL DE 2016

Nº 1.007 - Processo nº 53500.012211/2015 Expedir autorização à ON TELECOMUNICAÇÕES SERVIÇOS EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 21.982.722/0001-69, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.008 - Processo nº 53500.012211/2015 Expedir autorização à ON TELECOMUNICAÇÕES SERVIÇOS EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 21.982.722/0001-69, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

Nº 1.009 - Processo nº 53500.012211/2015 Expedir autorização à ON TELECOMUNICAÇÕES SERVIÇOS EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 21.982.722/0001-69, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 20 DE ABRIL DE 2016

Nº 1.128 - Processo nº 53500.007505/2016 Expedir autorização à ECE BANDA LARGA TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 24.165.914/0001-70, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.129 - Processo nº 53500.018815/2015 Expedir autorização à LEANDRO WILIAM SILVA - ME, CNPJ/MF nº 14.589.467/0001-23para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional..

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.179, DE 27 DE ABRIL DE 2016

Processo nº 53500.017654/2015 Expedir autorização à(ao) MUNICÍPIO DE APIAI, CNPJ/MF nº 46634242000138, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço o município de Apiaí/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 1.192, DE 28 DE ABRIL DE 2016

Processo nº 53532.002095/2015 Expedir autorização à ANDRÉ GUERRA DO NASCIMENTO ME, CNPJ/MF nº 14.462.885/0001-55, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 2 DE ABRIL DE 2016

Nº 1.210 - Processo nº 53500.014955/2015 Expedir autorização à PLUS MULTIPLAYER TV LTDA - ME, CNPJ/MF nº 08.580.493/0001-98, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.213 - Processo nº 53500.014955/2015 Expedir autorização à PLUS MULTIPLAYER TV LTDA - ME, CNPJ/MF nº 08.580.493/0001-98, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

Nº 1.214 - Processo nº 53500.018804/2016 Expedir autorização à Vicente Informática Ltda - ME, CNPJ/MF nº 11.368.661/0001-90, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.217 - Processo nº 53504.016417/2015 Expedir autorização à GEONEY MAGNO MARQUES DE SOUZA - ME, CNPJ/MF nº 18.597.434/0001-86, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.221 - Processo nº 53500.005657/2016 Expedir autorização à RICARDO DOS SANTOS CAMPELO - ME, CNPJ/MF nº 14.991.769/0001-23, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.324, DE 6 DE MAIO DE 2016

Processo nº 53500.003212/2016 Expedir autorização à HP DA SILVA CONNECT EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 23.419.924/0001-22, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.567, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Autorizar PARNAIBA GAS NATURAL S.A., CNPJ Nº 11.230.122/0006-03 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Santo Antônio dos Lopes/MA, no período de 02/06/2016 a 31/07/2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 25 DE MAIO DE 2016

Nº 52.451 - Processo nº 53900.023329/14. NASSAU EDITORA RÁDIO E TV LTDA - RTV - Sanharó/PE - Canal 24. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.452 - Processo nº 53900.024277/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Sanharó/PE - Canal 27-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.453 - Processo nº 53900.022774/14. F S M COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Sanharó/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.454 - Processo nº 53900.022656/14. SM COMUNICAÇÕES LTDA - RTV - Sanharó/PE - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.455 - Processo nº 53900.025281/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Sanharó/PE - Canal 9. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.456 - Processo nº 53900.024273/14 ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Santa Cruz da Baixa Verde/PE - Canal 15-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.457 - Processo nº 53900.038879/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Santa Cruz da Baixa Verde/PE - Canal 9. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.458 - Processo nº 53900.023892/14. FUNDAÇÃO BRASIL ECOAR - RTV - Santa Cruz do Capibaribe/PE - Canal 14. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.459 - Processo nº 53900.024188/14. SF SERVICOS DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME - RTV - Santa Cruz do Capibaribe/PE - Canal 15. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.460 - Processo nº 53900.024925/14. REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA - RTV - Santa Cruz do Capibaribe/PE - Canal 23-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.461 - Processo nº 53900.025192/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Santa Cruz do Capibaribe/PE - Canal 26. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.462 - Processo nº 53900.023827/14. FUNDAÇÃO DE APOIO A GERACAO, PRODUCAO, CRIACAO E DIFUSÃO DE RÁDIO E TV - RTV - Santa Cruz do Capibaribe/PE - Canal 28. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.463 - Processo nº 53900.023093/14. SERRA NEGRA RADIODIFUSÃO LTDA - RTV - Santa Cruz do Capibaribe/PE - Canal 30-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.464 - Processo nº 53900.024976/14. NOSSO LAR SERVICOS DE RADIODIFUSÃO LTDA-ME - RTV - Santa Cruz do Capibaribe/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.465 - Processo nº 53900.025100/14. TELEVISÃO CACHOEIRA DO SUL LTDA - RTV - Santa Cruz do Capibaribe/PE - Canal 42. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.466 - Processo nº 53900.024159/14. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTV - Santa Cruz do Capibaribe/PE - Canal 44. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.467 - Processo nº 53900.024299/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Santa Cruz do Capibaribe/PE - Canal 7. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.468 - Processo nº 53900.024620/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Santa Cruz do Capibaribe (POÇO FUNDO)/PE - Canal 17-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.469 - Processo nº 53900.024074/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Santa Cruz do Capibaribe (VILA DO PARA)/PE - Canal 14. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.470 - Processo nº 53900.023555/14. FUNDAÇÃO DE APOIO A GERACAO, PRODUCAO, CRIACAO E DIFUSÃO DE RÁDIO E TV - RTV - Santa Maria da Boa Vista/PE - Canal 22-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.471 - Processo nº 53900.025198/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Santa Maria da Boa Vista/PE - Canal 3-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.472 - Processo nº 53900.022756/14. SM COMUNICAÇÕES LTDA - RTV - Santa Maria da Boa Vista/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.473 - Processo nº 53900.022794/14. F S M COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Santa Maria da Boa Vista/PE - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.474 - Processo nº 53900.023677/14. TV MIDIA PUBLICIDADE COMERCIAL LTDA. - RTV - Santa Maria da Boa Vista/PE - Canal 9. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.475 - Processo nº 53900.025220/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Santa Maria do Cambucá/PE - Canal 16-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.476 - Processo nº 53900.025457/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Santa Maria do Cambucá/PE - Canal 7. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.477 - Processo nº 53900.025240/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Santa Terezinha/PE - Canal 13. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.478 - Processo nº 53900.025225/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Santa Terezinha/PE - Canal 18-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.479 - Processo nº 53900.025234/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - São Benedito do Sul/PE - Canal 9. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.480 - Processo nº 53900.025177/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - São Bento do Una/PE - Canal 11. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.481 - Processo nº 53900.023651/14. NASSAU EDITORA RÁDIO E TV LTDA - RTV - São Bento do Una/PE - Canal 16-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.482 - Processo nº 53900.025184/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - São Bento do Una/PE - Canal 24. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.483 - Processo nº 53900.025083/14. REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA - RTV - São Bento do Una/PE - Canal 32. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.484 - Processo nº 53900.022403/14. SF SERVICOS DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME - RTV - São Bento do Una/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.485 - Processo nº 53900.024240/14. SISTEMA ASSOCIADO DE COMUNICAÇÃO S.A. - RTV - São Bento do Una/PE - Canal 39-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.486 - Processo nº 53900.024076/14. F S M COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - São Bento do Una/PE - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.487 - Processo nº 53900.021374/14. TV MIDIA PUBLICIDADE COMERCIAL LTDA. - RTV - São Bento do Una/PE - Canal 43. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.488 - Processo nº 53900.025156/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - São Caitano/PE - Canal 25. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.489 - Processo nº 53900.022405/14. F S M COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - São Caitano/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.490 - Processo nº 53900.022192/14. SM COMUNICAÇÕES LTDA - RTV - São Caitano/PE - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.491 - Processo nº 53900.024619/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - São João/PE - Canal 26-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.492 - Processo nº 53900.022954/14. NOSSO LAR SERVICOS DE RADIODIFUSÃO LTDA-ME - RTV - São João/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.493 - Processo nº 53900.023375/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - São João/PE - Canal 4. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.494 - Processo nº 53900.023406/14. SF SERVICOS DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME - RTV - São João/PE - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.495 - Processo nº 53900.025168/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - São Joaquim do Monte/PE - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.496 - Processo nº 53900.022968/14. NOSSO LAR SERVICOS DE RADIODIFUSÃO LTDA-ME - RTV - São Joaquim do Monte/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.497 - Processo nº 53900.022917/14. SF SERVICOS DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME - RTV - São Joaquim do Monte/PE - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.498 - Processo nº 53900.023835/14. FUNDAÇÃO VICENTE CAMPELO - RTV - São José da Coroa Grande/PE - Canal 14-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.499 - Processo nº 53900.025839/14. TV MIDIA PUBLICIDADE COMERCIAL LTDA. - RTV - São José da Coroa Grande/PE - Canal 19. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.500 - Processo nº 53900.024012/14. FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA - RTV - São José da Coroa Grande (.)/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.501 - Processo nº 53900.025269/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - São José do Belmonte/PE - Canal 13. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.502 - Processo nº 53900.025005/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - São José do Belmonte/PE - Canal 15-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.503 - Processo nº 53900.022899/14. TV MIDIA PUBLICIDADE COMERCIAL LTDA. - RTV - São José do Belmonte/PE - Canal 19. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.504 - Processo nº 53900.022265/14. SF SERVICOS DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME - RTV - São José do Belmonte/PE - Canal 35. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.505 - Processo nº 53900.022825/14 NOSSO LAR SERVICOS DE RADIODIFUSÃO LTDA-ME - RTV - São José do Belmonte/PE - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 52.506 - Processo nº 53900.023800/14. FUNDAÇÃO VICENTE CAMPELO - RTV - São José do Egito/PE - Canal 18-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.507 - Processo nº 53900.022898/14. TV MIDIA PUBLICIDADE COMERCIAL LTDA. - RTV - São José do Egito/PE - Canal 19. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.508 - Processo nº 53900.022259/14. SF SERVICOS DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME - RTV - São José do Egito/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.509 - Processo nº 53900.022818/14. NOSSO LAR SERVICOS DE RADIODIFUSÃO LTDA-ME - RTV - São José do Egito/PE - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.510 - Processo nº 53900.023373/14. NASSAU EDITORA RÁDIO E TV LTDA - RTV - São Vicente Ferrer/PE - Canal 15-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.511 - Processo nº 53900.021647/14. FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA - RTV - Serra Talhada/PE - Canal 14. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.512 - Processo nº 53900.024167/14. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTV - Serra Talhada/PE - Canal 16. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.513 - Processo nº 53900.025251/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Serra Talhada/PE - Canal 19. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.514 - Processo nº 53900.021542/14. FUNDAÇÃO VICENTE CAMPELO - RTV - Serra Talhada/PE - Canal 20. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.515 - Processo nº 53900.023345/14. NASSAU EDITORA RÁDIO E TV LTDA - RTV - Serra Talhada/PE - Canal 21-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.516 - Processo nº 53900.024933/14. REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA - RTV - Serra Talhada/PE - Canal 32. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.517 - Processo nº 53900.024199/14. SF SERVICOS DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME - RTV - Serra Talhada/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.518 - Processo nº 53900.025424/14. TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS S/A - RTV - Serra Talhada/PE - Canal 36. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.519 - Processo nº 53900.024732/14. FUNDAÇÃO SECULO VINTE E UM - RTV - Serra Talhada/PE - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.520 - Processo nº 53900.024980/14. NOSSO LAR SERVICOS DE RADIODIFUSÃO LTDA-ME - RTV - Serra Talhada/PE - Canal 40. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.521 - Processo nº 53900.025193/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Sertânia/PE - Canal 14. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.522 - Processo nº 53900.022840/14. NOSSO LAR SERVICOS DE RADIODIFUSÃO LTDA-ME - RTV - Sertânia/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.523 - Processo nº 53900.024009/14. SF SERVICOS DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME - RTV - Sertânia/PE - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.524 - Processo nº 53900.025264/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Sertânia/PE - Canal 8. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.525 - Processo nº 53900.021909/14. SF SERVICOS DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME - RTV - Sirinhaém/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.526 - Processo nº 53900.024156/14. F S M COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Sirinhaém/PE - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.527 - Processo nº 53900.023383/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Solidão/PE - Canal 7. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.528 - Processo nº 53900.025237/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Surubim/PE - Canal 18. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.529 - Processo nº 53900.021317/14. FUNDAÇÃO VICENTE CAMPELO - RTV - Surubim/PE - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.530 - Processo nº 53900.025071/14. REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA - RTV - Surubim/PE - Canal 32. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.531 - Processo nº 53900.022312/14. SM COMUNICAÇÕES LTDA - RTV - Surubim/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.532 - Processo nº 53900.024046/14. NOSSO LAR SERVICOS DE RADIODIFUSÃO LTDA-ME - RTV - Surubim/PE - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.533 - Processo nº 53900.024238/14. SISTEMA ASSOCIADO DE COMUNICAÇÃO S.A. - RTV - Surubim/PE - Canal 42-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.534 - Processo nº 53900.024205/14. NASSAU EDITORA RÁDIO E TV LTDA - RTV - Tabira/PE - Canal 14-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.535 - Processo nº 53900.024415/14. SF SERVICOS DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME - RTV - Tabira/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.536 - Processo nº 53900.023837/14. F S M COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Tabira/PE - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.537 - Processo nº 53900.025559/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Tabira/PE - Canal 9. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.538 - Processo nº 53900.024398/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Tacaimbó/PE - Canal 24. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.539 - Processo nº 53900.022780/14. F S M COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Tacaratu/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.540 - Processo nº 53900.022633/14. SM COMUNICAÇÕES LTDA - RTV - Tacaratu/PE - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.541 - Processo nº 53900.025802/14. TV MIDIA PUBLICIDADE COMERCIAL LTDA. - RTV - Tacaratu/PE - Canal 43. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.542 - Processo nº 53900.025562/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Tacaratu (.)/PE - Canal 9. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.543 - Processo nº 53900.024004/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Taquaritinga do Norte/PE - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.544 - Processo nº 53900.023849/14. F S M COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Taquaritinga do Norte/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.545 - Processo nº 53900.024419/14. SF SERVICOS DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME - RTV - Taquaritinga do Norte/PE - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.546 - Processo nº 53900.025810/14. TV MIDIA PUBLICIDADE COMERCIAL LTDA. - RTV - Taquaritinga do Norte/PE - Canal 43. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.547 - Processo nº 53900.024016/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Taquaritinga do Norte (PÃO DE AÇÚCAR)/PE - Canal 14. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.548 - Processo nº 53900.023995/14. ELO COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Terezinha/PE - Canal 17-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.549 - Processo nº 53900.023372/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Terezinha/PE - Canal 7. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.550 - Processo nº 53900.023637/14. NASSAU EDITORA RÁDIO E TV LTDA - RTV - Timbaúba/PE - Canal 14-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.551 - Processo nº 53900.021847/14. FUNDAÇÃO DE APOIO A GERACAO, PRODUCAO, CRIACAO E DIFUSÃO DE RÁDIO E TV - RTV - Timbaúba/PE - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.552 - Processo nº 53900.025086/14. REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA - RTV - Timbaúba/PE - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.553 - Processo nº 53900.022373/14. SF SERVICOS DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME - RTV - Timbaúba/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.554 - Processo nº 53900.023815/14. FUNDAÇÃO VICENTE CAMPELO - RTV - Timbaúba/PE - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.555 - Processo nº 53900.024142/14. F S M COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Timbaúba/PE - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.556 - Processo nº 53900.025231/14. REDE NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Toritama/PE - Canal 11. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.557 - Processo nº 53900.023034/14 SERRA NEGRA RADIODIFUSÃO LTDA - RTV - Toritama/PE - Canal 22-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.558 - Processo nº 53900.022215/14. SISTEMA ASSOCIADO DE COMUNICAÇÃO S.A. - RTV - Toritama/PE - Canal 23-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.559 - Processo nº 53900.023808/14. FUNDAÇÃO VICENTE CAMPELO - RTV - Toritama/PE - Canal 30-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.560 - Processo nº 53900.022423/14. F S M COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Toritama/PE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 27 DE MAIO DE 2016

Nº 52.661 - Processo nº 53000.065407/12. EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A - RTVD - Tabatinga/AM - Canal 42. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.662 - Processo nº 53900.020431/14. EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A - RTVD - Tefé/AM - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.663 - Processo nº 53000.036891/13. CENTRAL DE EMISSORAS GRAVACOES E REP.AJURICABA S/A - RTVD - Tefé/AM - Canal 31. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.664 - Processo nº 53000.028640/12. REDE JARY DE COMUNICAÇÕES LTDA - RTVD - Santana/AP - Canal 43. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.665 - Processo nº 53000.055097/12. TELEVISÃO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA - RTVD - Barra/BA - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.666 - Processo nº 53000.055943/12. TELEVISÃO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA - RTVD - Bom Jesus da Lapa/BA - Canal 21. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.668 - Processo nº 53000.057227/12. TELEVISÃO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA - RTVD - Cícero Dantas/BA - Canal 20. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.669 - Processo nº 53000.057228/12. TELEVISÃO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA - RTVD - Conde/BA - Canal 21. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.670 - Processo nº 53000.059111/12. TELEVISÃO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA - RTVD - Morro do Chapéu/BA - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.671 - Processo nº 53000.036937/13. RBN - REDE BRASIL NORTE DE TELEVISÃO LTDA - RTVD - Salvador/BA - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.672 - Processo nº 53000.016737/11. TELEVISÃO BAHIA S.A. - RTVD - Sobradinho/BA - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.673 - Processo nº 53000.050823/12. TELEVISÃO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA - RTVD - Teixeira de Freitas/BA - Canal 21. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.674 - Processo nº 53000.064318/12. TV JANGADEIRO LTDA - RTVD - Baturité/CE - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.675 - Processo nº 53000.064298/12. TV JANGADEIRO LTDA - RTVD - Jucás/CE - Canal 35. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.676 - Processo nº 53000.006698/14. CEARASAT COMUNICAÇÃO LTDA - RTVD - Sobral ((Aracatiaçú))/CE - Canal 19. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.677 - Processo nº 53900.033891/14. EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A - RTVD - Brasília (Gama)/DF - Canal 14. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.678 - Processo nº 53000.013448/09. TV A VOZ DO CERRADO S/C LTDA - RTVD - Brasília (Sobradinho)/DF - Canal 58. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.679 - Processo nº 53000.027215/13. SOCIEDADE DE TELEVISÃO CULTURAL E EDUCATIVA DE ANICUNS S/C - RTVD - Anicuns/GO - Canal 58. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 52.680 - Processo nº 53000.021634/11. TELEVISÃO ANHANGUERA S.A. - RTVD - Aragarças/GO - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.681 - Processo nº 53000.065193/12. TV TOCANTINS LTDA - RTVD - Ceres/GO - Canal 33. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.682 - Processo nº 53000.019250/11. REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA - RTVD - Goiânia/GO - Canal 17. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.683 - Processo nº 53000.020574/14. TELEVISÃO CACHOEIRA DO SUL LTDA - RTVD - Goiânia/GO - Canal 52. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.684 - Processo nº 53000.026156/10. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Itumbiara/GO - Canal 14. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.685 - Processo nº 53900.002241/14. TELEVISÃO GOYA LTDA - RTVD - Jataí/GO - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.686 - Processo nº 53000.041882/12. REDE GOIÂNIA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - RTVD - Jussara/GO - Canal 54. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.687 - Processo nº 53000.066067/10. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Mozarlândia/GO - Canal 14. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.688 - Processo nº 53900.068618/15. TV COMUNITÁRIA NOVO GAMA S/C LTDA - RTVD - Novo Gama/GO - Canal 59. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.689 - Processo nº 53000.060935/10. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Rubiataba/GO - Canal 15. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.690 - Processo nº 53000.062268/12. RÁDIO E TV NORTE SUL LTDA - RTVD - Açailândia/MA - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.691 - Processo nº 53000.062961/12. TV MARANHAO CENTRAL LTDA - RTVD - Bacabal/MA - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.692 - Processo nº 53000.062274/12. RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA - RTVD - Bacabal/MA - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.693 - Processo nº 53000.062278/12. RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA - RTVD - Balsas/MA - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.694 - Processo nº 53000.062597/12. TELEVISÃO MIRANTE LTDA - RTVD - Barão de Grajaú/MA - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.695 - Processo nº 53000.062271/12. RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA - RTVD - Barra do Corda/MA - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.696 - Processo nº 53000.062280/12. RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA - RTVD - Brejo/MA - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.697 - Processo nº 53900.072511/15. SISTEMA TIMON DE RADIODIFUSÃO LTDA - RTVD - Caxias/MA - Canal 28. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.698 - Processo nº 53000.035662/13. RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA - RTVD - Caxias/MA - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.699 - Processo nº 53000.062275/12. RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA - RTVD - Chapadinha/MA - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.700 - Processo nº 53000.062279/12. RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA - RTVD - Colinas/MA - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.701 - Processo nº 53900.045870/15. TV CHICO DO RÁDIO COMUNICAÇÃO LTDA - RTVD - Imperatriz/MA - Canal 18. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.702 - Processo nº 53000.056082/13. FUNDAÇÃO EVANGELICA BOAS NOVAS - RTVD - Imperatriz/MA - Canal 32. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.703 - Processo nº 53000.062272/12. RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA - RTVD - Mirador/MA - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.704 - Processo nº 53000.062277/12. RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA - RTVD - Pedreiras/MA - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.705 - Processo nº 53000.062281/12. RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA - RTVD - Pinheiro/MA - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.706 - Processo nº 53000.017864/09. TV ATHENAS BRASILEIRA LTDA - RTVD - São Luís/MA - Canal 40. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.707 - Processo nº 53000.059549/12. RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA - RTVD - Timon/MA - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.708 - Processo nº 53000.062270/12. RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA - RTVD - Tutóia/MA - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.709 - Processo nº 53000.000684/13. RÁDIO MARACU LTDA - RTVD - Viana/MA - Canal 18. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.710 - Processo nº 53000.063368/12 TV MINAS SUL LTDA - RTVD - Aguanil/MG - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.711 - Processo nº 53000.063370/12. TV MINAS SUL LTDA - RTVD - Andradas/MG - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.712 - Processo nº 53000.041826/13. SOCIEDADE DOM BOSCO DE COMUNICAÇÃO DE ANDRELANDIA - RTVD - Andrelândia/MG - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.713 - Processo nº 53000.044305/12. REDE MULHER DE TELEVISÃO LTDA - RTVD - Araguari/MG - Canal 46. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.714 - Processo nº 53000.063373/12. TV MINAS SUL LTDA - RTVD - Carmo da Cachoeira/MG - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.715 - Processo nº 53000.031735/10. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTVD - Carmo do Paranaíba/MG - Canal 58. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.716 - Processo nº 53000.051774/10. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTVD - Cássia/MG - Canal 57. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.717 - Processo nº 53000.031721/10. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTVD - Ipatinga/MG - Canal 42. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.718 - Processo nº 53000.044680/11. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS - RTVD - Lambari/MG - Canal 55. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.719 - Processo nº 53900.062757/15. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS - RTVD - Lima Duarte/MG - Canal 43. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.720 - Processo nº 53900.062763/15. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS - RTVD - Miradouro/MG - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.721 - Processo nº 53000.044694/11. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS - RTVD - Nepomuceno/MG - Canal 54. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.722 - Processo nº 53000.049362/12. TELEVISÃO SOCIEDADE LIMITADA - RTVD - Pará de Minas/MG - Canal 15. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.723 - Processo nº 53900.057131/15. SOCIEDADE DOM BOSCO DE COMUNICAÇÃO DE PARAOPEBA - RTVD - Paraopeba/MG - Canal 52. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.724 - Processo nº 53000.064980/12. SISTEMA CENTRO MINAS DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA - RTVD - Pedro Leopoldo/MG - Canal 31. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.725 - Processo nº 53000.063381/12. TV MINAS SUL LTDA - RTVD - Santa Rita do Sapucaí/MG - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.726 - Processo nº 53000.063383/12. TV MINAS SUL LTDA - RTVD - São Sebastião do Paraíso/MG - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.727 - Processo nº 53000.044703/11. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS - RTVD - Serrania/MG - Canal 54. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.728 - Processo nº 53000.061081/11. FUNDAÇÃO CASPER LIBERO - RTVD - Uberaba/MG - Canal 56. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.729 - Processo nº 53000.003436/11. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTVD - Varginha/MG - Canal 57. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.730 - Processo nº 53900.021922/14. TV TIRADENTES LTDA - RTVD - Visconde do Rio Branco/MG - Canal 32. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.731 - Processo nº 53000.004608/12. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTVD - Corumbá/MS - Canal 54. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.732 - Processo nº 53000.050864/12. TELEVISÃO PIONEIRA LTDA - RTVD - Água Boa/MT - Canal 53. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.733 - Processo nº 53000.050901/12. SART-SISTEMA ARAGUAIA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - RTVD - Barra do Garças/MT - Canal 55. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.734 - Processo nº 53000.013445/09. REDE MUNDIAL RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - RTVD - Chapada dos Guimarães/MT - Canal 48. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.735 - Processo nº 53000.025738/09. FUNDAÇÃO EVANGELICA BOAS NOVAS - RTVD - Cuiabá/MT - Canal 57. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.736 - Processo nº 53000.064975/12. SOCIEDADE GUARANTA DE TELEVISÃO LTDA - RTVD - Guarantã do Norte/MT - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.737 - Processo nº 53000.035551/10. TV MUNDIAL JUINA LTDA - RTVD - Juína/MT - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.738 - Processo nº 53000.064968/12. TUPI COMUNICAÇÕES LTDA - RTVD - Lucas do Rio Verde/MT - Canal 49. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.739 - Processo nº 53000.064969/12. TUPI COMUNICAÇÕES LTDA - RTVD - Marcelândia/MT - Canal 49. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.740 - Processo nº 53000.064972/12. SISTEMA OURO MINAS DE RADIODIFUSÃO LTDA - RTVD - Matupá/MT - Canal 48. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.741 - Processo nº 53900.005489/14. TV PORTAL DA AMAZONIA LTDA - RTVD - Pontes e Lacerda/MT - Canal 50. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.742 - Processo nº 53000.028103/13. RBA REDE BRASIL AMAZONIA DE TELEVISÃO LTDA - RTVD - Almeirim/PA - Canal 35. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.743 - Processo nº 53000.028104/13. RBA REDE BRASIL AMAZONIA DE TELEVISÃO LTDA - RTVD - Breves/PA - Canal 35. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.744 - Processo nº 53000.037370/13. RCR-REDE DE COMUNICAÇÃO REGIONAL LTDA - RTVD - Itupiranga/PA - Canal 36. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.745 - Processo nº 53000.031507/13. RCR-REDE DE COMUNICAÇÃO REGIONAL LTDA - RTVD - Marabá/PA - Canal 44. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.746 - Processo nº 53000.028105/13. RBA REDE BRASIL AMAZONIA DE TELEVISÃO LTDA - RTVD - Monte Alegre/PA - Canal 35. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.747 - Processo nº 53000.039811/13. PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS - RTVD - Parauapebas/PA - Canal 48. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.748 - Processo nº 53000.037036/13. COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - RTVD - Parauapebas ((Serra dos Carajás))/PA - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.749 - Processo nº 53000.037032/13. COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - RTVD - Parauapebas ((Serra dos Carajás))/PA - Canal 36. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.750 - Processo nº 53000.028100/13. RBA REDE BRASIL AMAZONIA DE TELEVISÃO LTDA - RTVD - Redenção/PA - Canal 35. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.751 - Processo nº 53000.028107/13. RBA REDE BRASIL AMAZONIA DE TELEVISÃO LTDA - RTVD - Rio Maria/PA - Canal 35. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.752 - Processo nº 53000.024627/12. RÁDIO GUAJARA LTDA - RTVD - Salinópolis/PA - Canal 42. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.753 - Processo nº 53000.034374/13. RCR-REDE DE COMUNICAÇÃO REGIONAL LTDA - RTVD - São João do Araguaia/PA - Canal 36. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 52.754 - Processo nº 53000.028106/13. RBA REDE BRASIL AMAZONIA DE TELEVISÃO LTDA - RTVD - Tucuruí/PA - Canal 35. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.755 - Processo nº 53000.065271/12. RÁDIO E TV CORREIO LTDA - RTVD - Campina Grande/PB - Canal 26. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.756 - Processo nº 53000.025727/09 FUNDAÇÃO EVANGELICA BOAS NOVAS - RTVD - Recife/PE - Canal 59. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.757 - Processo nº 53000.025722/09. FUNDAÇÃO EVANGELICA BOAS NOVAS - RTVD - Teresina/PI - Canal 44. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.758 - Processo nº 53900.041339/15. FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO - RTVD - Apucarana/PR - Canal 53. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.759 - Processo nº 53000.029201/11. TV OESTE DO PARANA LTDA - RTVD - Assis Chateaubriand/PR - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.760 - Processo nº 53000.041721/12. PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND - RTVD - Assis Chateaubriand/PR - Canal 52. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.761 - Processo nº 53000.021499/11. SISTEMA TV PAULISTA LTDA - RTVD - Bocaiúva do Sul/PR - Canal 53. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.762 - Processo nº 53000.056934/11. SPRING TELEVISÃO S.A. - RTVD - Curitiba/PR - Canal 29. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.763 - Processo nº 53000.050970/12. FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA - RTVD - Dois Vizinhos/PR - Canal 27. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.764 - Processo nº 53900.014283/15. RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PARANA TVE - RTVD - Foz do Iguaçu/PR - Canal 58. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.765 - Processo nº 53000.028129/11. PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA - RTVD - Imbituva (GUAMIRANGA)/PR - Canal 42. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.766 - Processo nº 53000.062559/12. PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA - RTVD - Imbituva (GUAMIRANGA)/PR - Canal 55. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.767 - Processo nº 53000.064434/12. PREFEITURA MUNICIPAL DE INACIO MARTINS - RTVD - Inácio Martins/PR - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.768 - Processo nº 53000.025433/11. PREFEITURA MUNICIPAL DE INACIO MARTINS - RTVD - Inácio Martins/PR - Canal 32. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.769 - Processo nº 53900.041340/15. FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO - RTVD - Marechal Cândido Rondon/PR - Canal 51. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.770 - Processo nº 53000.035408/13. PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS - RTVD - Palmas/PR - Canal 27. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.771 - Processo nº 53000.046883/11. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA - RTVD - Porto Vitória/PR - Canal 35. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.772 - Processo nº 53000.050969/12. FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA - RTVD - Salgado Filho/PR - Canal 27. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.773 - Processo nº 53000.000576/13. PREFEITURA MUNICIPAL DE TELEMACO BORBA - RTVD - Telêmaco Borba/PR - Canal 21. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.774 - Processo nº 53000.000452/13. PREFEITURA MUNICIPAL DE TELEMACO BORBA - RTVD - Telêmaco Borba/PR - Canal 36. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.775 - Processo nº 53000.033054/13 FUND PARA O DESENV.CIENTIFICO E TECNOLOGICO DE TOLEDO-FUNTEC - RTVD - Toledo/PR - Canal 44. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.776 - Processo nº 53000.062043/12. TELEVISÃO CARIMA LTDA - RTVD - Toledo/PR - Canal 46. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.777 - Processo nº 53000.064436/12 TURVO PREFEITURA MUNICIPAL - RTVD - Turvo/PR - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.778 - Processo nº 53000.050540/12. PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS - RTVD - Angra dos Reis/RJ - Canal 31. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.779 - Processo nº 53000.036884/13. FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUC DA REG DOS LAGOS - RTVD - Angra dos Reis/RJ - Canal 53. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.780 - Processo nº 53000.014130/13. PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS - RTVD - Angra dos Reis ((Morro da Balança))/RJ - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.781 - Processo nº 53000.021138/11. RÁDIO E TV SUL AMERICANA LTDA - RTVD - Campos dos Goytacazes/RJ - Canal 49. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.782 - Processo nº 53000.036886/13. FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA - RTVD - Itaguaí/RJ - Canal 42. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.783 - Processo nº 53900.041799/15. TV RIO SUL LTDA - RTVD - Mendes/RJ - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.784 - Processo nº 53000.021901/11. LUNO TECNOLOGIA DE INFORMACAO LTDA - RTVD - Nova Friburgo/RJ - Canal 42. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.785 - Processo nº 53000.036888/13. FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA - RTVD - Rio de Janeiro/RJ - Canal 42. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.786 - Processo nº 53000.025726/09. FUNDAÇÃO EVANGELICA BOAS NOVAS - RTVD - Rio de Janeiro (SERRA DO MENDANHA)/RJ - Canal 42. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.787 - Processo nº 53900.038110/14. SPRING TELEVISÃO S.A. - RTVD - Rio de Janeiro (SERRA DO MENDANHA)/RJ - Canal 48. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.788 - Processo nº 53000.001977/13. TROPICAL COMUNICAÇÃO LTDA - RTVD - Mossoró/RN - Canal 31. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.789 - Processo nº 53000.027828/11. LUNO TECNOLOGIA DE INFORMACAO LTDA - RTVD - Mossoró/RN - Canal 51. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.790 - Processo nº 53000.021392/11. RONDOVISÃO RONDONIA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - RTVD - Ariquemes/RO - Canal 50. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.791 - Processo nº 53000.062627/12. EXTREMO DO NORTE COMUNICAÇÕES LTDA - RTVD - Guajará-Mirim/RO - Canal 53. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.792 - Processo nº 53000.025728/09. FUNDAÇÃO EVANGELICA BOAS NOVAS - RTVD - Porto Velho/RO - Canal 48. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.793 - Processo nº 53000.053510/08. RÁDIO CANDELARIA FM LTDA - RTVD - Porto Velho/RO - Canal 57. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.794 - Processo nº 53000.013688/13. BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA - RTVD - Boa Vista/RR - Canal 36. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.795 - Processo nº 53000.025740/09. FUNDAÇÃO EVANGELICA BOAS NOVAS - RTVD - Boa Vista/RR - Canal 46. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.796 - Processo nº 53000.007053/12. REDE FERREIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTVD - Bonfim/RR - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.797 - Processo nº 53900.041345/15. FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO - RTVD - São Luiz/RR - Canal 24. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.798 - Processo nº 53000.026169/10. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Alegrete/RS - Canal 17. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.799 - Processo nº 53000.033298/13. FUNDAÇÃO PIRATINI - RTVD - Alegrete/RS - Canal 45. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.800 - Processo nº 53000.062736/11 FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTVD - Cachoeira do Sul/RS - Canal 57. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.801 - Processo nº 53000.065404/12. EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A - RTVD - Caxias do Sul/RS - Canal 56. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.802 - Processo nº 53000.051542/12. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTVD - Caxias do Sul/RS - Canal 58. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.803 - Processo nº 53000.035216/16. FUNDAÇÃO PIRATINI - RTVD - Cruz Alta/RS - Canal 44. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.804 - Processo nº 53000.035426/10. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Dom Pedrito/RS - Canal 17. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.805 - Processo nº 53000.051547/12. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTVD - Erechim/RS - Canal 58. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.806 - Processo nº 53000.044017/11. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTVD - Guaporé/RS - Canal 57. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.807 - Processo nº 53000.033326/13. FUNDAÇÃO PIRATINI - RTVD - Ijuí/RS - Canal 45. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.808 - Processo nº 53000.062737/11. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTVD - Ijuí/RS - Canal 59. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.809 - Processo nº 53000.051546/12. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTVD - Ilópolis/RS - Canal 57. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.810 - Processo nº 53000.007176/12. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTVD - Ilópolis/RS - Canal 59. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.811 - Processo nº 53000.056373/12. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTVD - Jaguarão/RS - Canal 57. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.812 - Processo nº 53000.020914/11. RBS TV SANTA CRUZ LTDA - RTVD - Lajeado/RS - Canal 25. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.813 - Processo nº 53000.056289/12. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTVD - Lajeado/RS - Canal 59. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.814 - Processo nº 53000.062741/11. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTVD - Passo Fundo/RS - Canal 58. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.815 - Processo nº 53000.044014/11. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTVD - Rio Grande/RS - Canal 58. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.816 - Processo nº 53000.035425/10. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Rosário do Sul/RS - Canal 17. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.817 - Processo nº 53000.033376/13. FUNDAÇÃO PIRATINI - RTVD - Santa Cruz do Sul/RS - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.818 - Processo nº 53000.021000/11. TELEVISÃO IMEMBUI SA - RTVD - Santa Maria/RS - Canal 35. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.819 - Processo nº 53000.052376/11. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTVD - Santa Maria/RS - Canal 58. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.820 - Processo nº 53000.033374/13. FUNDAÇÃO PIRATINI - RTVD - Santa Rosa/RS - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.821 - Processo nº 53000.021187/11. TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA - RTVD - Santana do Livramento/RS - Canal 52. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.822 - Processo nº 53000.062745/11. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTVD - Santana do Livramento/RS - Canal 57. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.823 - Processo nº 53000.056288/12. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTVD - Santo Ângelo/RS - Canal 57. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.824 - Processo nº 53000.033361/13. FUNDAÇÃO PIRATINI - RTVD - São Luiz Gonzaga/RS - Canal 45. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.825 - Processo nº 53000.033357/13. FUNDAÇÃO PIRATINI - RTVD - Sapiranga/RS - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.826 - Processo nº 53000.033344/13. FUNDAÇÃO PIRATINI - RTVD - Torres/RS - Canal 31. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.827 - Processo nº 53000.061525/12. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTVD - Três Cachoeiras/RS - Canal 57. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.828 - Processo nº 53000.061529/12. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTVD - Três Coroas/RS - Canal 56. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 52.829 - Processo nº 53000.061527/12. FUNDAÇÃO FRATERNIDADE - RTVD - Uruguaiana/RS - Canal 58. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.830 - Processo nº 53000.033338/13. FUNDAÇÃO PIRATINI - RTVD - Vacaria/RS - Canal 45. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.831 - Processo nº 53000.062732/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Canoinhas/SC - Canal 46. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.832 - Processo nº 53000.065418/12. EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A - RTVD - Chapecó/SC - Canal 59. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.833 - Processo nº 53000.062720/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Concórdia/SC - Canal 45. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.834 - Processo nº 53000.062723/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Cunha Porã/SC - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.835 - Processo nº 53000.064194/10. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTVD - Cunha Porã/SC - Canal 57. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.836 - Processo nº 53000.062722/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Curitibanos/SC - Canal 46. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.837 - Processo nº 53000.062721/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Dionísio Cerqueira/SC - Canal 45. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.838 - Processo nº 53000.057484/12. REDE MULHER DE TELEVISÃO LTDA - RTVD - Florianópolis/SC - Canal 55. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.839 - Processo nº 53000.062728/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Fraiburgo/SC - Canal 45. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.840 - Processo nº 53000.062727/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Herval d'Oeste/SC - Canal 45. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.841 - Processo nº 53000.062731/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Itaiópolis/SC - Canal 46. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.842 - Processo nº 53000.062734/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Jacinto Machado/SC - Canal 46. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.843 - Processo nº 53000.062262/13. FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DE ITAJAI - RTVD - Jaraguá do Sul/SC - Canal 21. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.844 - Processo nº 53000.027041/11. ABRIL RADIODIFUSÃO S/A - RTVD - Lages/SC - Canal 40. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.845 - Processo nº 53000.062739/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Maravilha/SC - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.846 - Processo nº 53000.062743/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Porto União/SC - Canal 46. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.847 - Processo nº 53000.062748/12 TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Santa Cecília/SC - Canal 46. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.848 - Processo nº 53000.062745/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - São Bento do Sul/SC - Canal 45. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.849 - Processo nº 53000.062750/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - São Joaquim/SC - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.850 - Processo nº 53000.064199/10. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTVD - Tubarão/SC - Canal 57. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.851 - Processo nº 53000.062753/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Urubici/SC - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.852 - Processo nº 53000.062757/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Urupema/SC - Canal 46. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.853 - Processo nº 53000.062756/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Videira/SC - Canal 45. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.854 - Processo nº 53000.015334/11. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTVD - Angatuba/SP - Canal 58. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.855 - Processo nº 53000.004542/13. PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA - RTVD - Atibaia/SP - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.856 - Processo nº 53000.004541/13. PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA - RTVD - Atibaia/SP - Canal 51. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.857 - Processo nº 53000.027645/11. PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA - RTVD - Barra Bonita/SP - Canal 26. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.858 - Processo nº 53000.004595/14. EMPRESA PAULISTA DE TELEVISÃO S/A - RTVD - Batatais/SP - Canal 26. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.859 - Processo nº 53000.038311/13. PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA - RTVD - Bragança Paulista/SP - Canal 16. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.860 - Processo nº 53000.038315/13. PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA - RTVD - Bragança Paulista/SP - Canal 24. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.861 - Processo nº 53000.045488/11. PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA - RTVD - Bragança Paulista/SP - Canal 32. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.862 - Processo nº 53000.036189/12. RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA - RTVD - Caieiras/SP - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.863 - Processo nº 53000.061076/11. FUNDAÇÃO CASPER LIBERO - RTVD - Campinas/SP - Canal 17. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.864 - Processo nº 53000.063104/10. PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA BRANCA - RTVD - Casa Branca/SP - Canal 42. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.865 - Processo nº 53000.058107/12. TV RECORD DE RIO PRETO S/A - RTVD - Duartina/SP - Canal 28. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.866 - Processo nº 53000.007437/12. PREFEITURA MUNICIPAL DE GARCA - RTVD - Garça/SP - Canal 26. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.867 - Processo nº 53000.036711/12. RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA - RTVD - Ibiúna/SP - Canal 52. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.868 - Processo nº 53000.035435/10. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Itirapina/SP - Canal 53. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.869 - Processo nº 53000.055530/10. INSTITUTO JEISON DA CRIANCA - RTVD - Juquitiba/SP - Canal 51. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.870 - Processo nº 53000.065409/12. EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A - RTVD - Marília/SP - Canal 53. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.871 - Processo nº 53900.051537/15. ORGANIZACAO RÁDIO E TELEVISÃO EDUC MATONENSE LTDA - RTVD - Matão/SP - Canal 59. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.872 - Processo nº 53000.039187/13. RÁDIO ELDORADO LTDA - RTVD - Mogi das Cruzes/SP - Canal 59. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.873 - Processo nº 53000.003326/12. PREFEITURA MUNICIPAL DE PENAPOLIS - RTVD - Penápolis/SP - Canal 26. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.874 - Processo nº 53000.037755/12. RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA - RTVD - Piedade/SP - Canal 52. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.875 - Processo nº 53000.060655/12. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Pirapozinho/SP - Canal 15. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.876 - Processo nº 53000.021713/12. NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA - RTVD - Porangaba/SP - Canal 25. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.877 - Processo nº 53000.026126/11. SPRING TELEVISÃO S.A. - RTVD - Ribeirão Preto/SP - Canal 54. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.878 - Processo nº 53000.026210/12. RÁDIO CIDADE DE AMERICANA LTDA - RTVD - Santa Bárbara d'Oeste/SP - Canal 14. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.879 - Processo nº 53000.057258/12. RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A. - RTVD - São Bento do Sapucaí/SP - Canal 43. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.880 - Processo nº 53000.054983/11. PREFEITURA MUNICIPAL DE SARUTAIA - RTVD - Sarutaiá/SP - Canal 26. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.881 - Processo nº 53000.001347/10. PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO - RTVD - Sertãozinho/SP - Canal 42. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.882 - Processo nº 53000.044675/12. FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS - RTVD - Taquaritinga/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.883 - Processo nº 53000.037737/12. RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA - RTVD - Tatuí/SP - Canal 52. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.884 - Processo nº 53000.064668/13. TELEVISÃO RIO FORMOSO LTDA - RTVD - Alvorada/TO - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.885 - Processo nº 53000.055872/12. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS - RTVD - Araguacema/TO - Canal 36. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.886 - Processo nº 53000.055873/12. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS - RTVD - Araguaçu/TO - Canal 36. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.887 - Processo nº 53000.040690/13. RIO LONTRA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - RTVD - Araguaína/TO - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.888 - Processo nº 53000.000234/13. VIA BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA - RTVD - Araguaína/TO - Canal 55. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.889 - Processo nº 53000.055875/12. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS - RTVD - Araguatins/TO - Canal 39. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.890 - Processo nº 53000.021667/11. TELEVISÃO RIO FORMOSO LTDA - RTVD - Brejinho de Nazaré/TO - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.891 - Processo nº 53000.064669/12. TELEVISÃO RIO FORMOSO LTDA - RTVD - Figueirópolis/TO - Canal 24. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.892 - Processo nº 53900.009301/14. MACARENA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - RTVD - Gurupi/TO - Canal 28. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.893 - Processo nº 53000.040547/13. RIO LONTRA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - RTVD - Gurupi/TO - Canal 43. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.894 - Processo nº 53000.018052/09 RIO LONTRA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - RTVD - Palmas/TO - Canal 21. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.895 - Processo nº 53000.025731/09. FUNDAÇÃO EVANGELICA BOAS NOVAS - RTVD - Palmas/TO - Canal 48. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.896 - Processo nº 53000.004781/13. MACARENA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - RTVD - Palmas/TO - Canal 55. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 52.897 - Processo nº 53000.055863/12. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS - RTVD - Pedro Afonso/TO - Canal 36. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.898 - Processo nº 53000.021664/11. TELEVISÃO RIO FORMOSO LTDA - RTVD - Peixe/TO - Canal 22 Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.899 - Processo nº 53000.055864/12. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS - RTVD - Peixe/TO - Canal 36. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.900 - Processo nº 53000.055865/12. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS - RTVD - Ponte Alta do Tocantins/TO - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.901 - Processo nº 53000.021662/11. TELEVISÃO RIO FORMOSO LTDA - RTVD - Ponte Alta do Tocantins (.)/TO - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.902 - Processo nº 53000.055866/12. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS - RTVD - Porto Nacional/TO - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.903 - Processo nº 53000.055867/12. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS - RTVD - Taguatinga/TO - Canal 36. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

Nº 52.904 - Processo nº 53000.055868/12. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS - RTVD - Tocantinópolis/TO - Canal 39. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 30 DE MAIO DE 2016

Nº 52.907 - Processo nº 53900.014037/14. CAMARA DOS DEPUTADOS - FM - Teixeira de Freitas/BA - Canal 215 E. Autoriza Uso de Radiofrequência.

Nº 52.910 - Processo nº 53000.058464/11. FUNDAÇÃO ANTÔNIO GOMES DOS SANTOS - GTVD - Natal/RN - Canal 14. Autoriza o Uso de radiofrequência.

Nº 52.912 - Processo nº 53000.012574/06. RÁDIO E TV TAPAJOS LTDA - RTV - Belterra/PA - Canal 13-. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 1º de junho de 2016

Nº 956 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA,no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o disposto na Portaria nº 4.287 de 21 de setembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital, resolve:

Art. 1º Tornar público o indeferimento provisório das entidades interessadas pela continuidade do serviço de RTV em tecnologia digital, nas localidades afetadas pelo desligamento da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão em Brasília/DF, conforme cronograma definido pelo Ministério das Comunicações e art. 8º da Portaria nº 4.287/2015, constante do processo nº 53900.068618/2015-84.

Parágrafo único. Indeferimento das Entidades Cedentes da Programação - ECP, com base no art. 9º da Portaria nº 4.287/2015, a seguir:

ENTIDADE	CNPJ	LOCALIDADE/UF	CANAL ANALÓGICO	CANAL DIGITAL	CARÁTER	Nº de Protocolo da Manifestação de Interesse	Motivo do Indeferimento
FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Brasília/DF (Brazlândia)	18+	58	P	SEQ-G13321	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA	10.741.961/0001-00	Brasília/DF (Brazlândia)	18+	58	P	SEQ-G13916	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Brasília/DF	22	19	S	SEQ-G13317	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Brasília/DF (Brazlândia)	22+	23	S	SEQ-G13897	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA	10.741.961/0001-00	Brasília/DF	22	19	S	SEQ-G13322	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA	10.741.961/0001-00	Brasília/DF (Brazlândia)	22+	23	S	SEQ-G13918	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Brasília/DF (GAMA)	36	50	P	SEQ-G13325	A entidade não é cedente da programação.
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA	10.741.961/0001-00	Brasília/DF (GAMA)	36	50	P	SEQ-G13941	A entidade não é cedente da programação.
SENADO FEDERAL	00.530.279/0001-15	Brasília/DF (GAMA)	36	50	P	-	A entidade não manifestou interesse como ECP.
FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Brasília/DF (Taguatinga)	43+	-	G	SEQ-G13332	A entidade não é cedente da programação.
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA	10.741.961/0001-00	Brasília/DF (Taguatinga)	43+	-	G	SEQ-G13962	A entidade não é cedente da programação.
FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Brasília/DF (GAMA)	47-	43	P	SEQ-G13326	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Brasília/DF (SOBRADINHO)	47+	29	S	SEQ-G12336	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RADIO E TV EDUCATIVAS	61.914.891/0001-86	Brasília/DF (GAMA)	47-	43	P	SEQ-G13942	O canal digital já se encontra consignado para a EDA.
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA	10.741.961/0001-00	Brasília/DF (GAMA)	47-	43	P	SEQ-G13330	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA	10.741.961/0001-00	Brasília/DF (SOBRADINHO)	47+	29	S	SEQ-G13954	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Brasília/DF (PLANALTINA)	48+	58	P	SEQ-G13329	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RADIO E TV EDUCATIVAS	61.914.891/0001-86	Brasília/DF (PLANALTINA)	48+	58	P	SEQ-G12337	O canal digital já se encontra consignado para a EDA.
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA	10.741.961/0001-00	Brasília/DF (PLANALTINA)	48+	58	P	SEQ-G13951	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Brasília/DF (GAMA)	52+	14	P	SEQ-G13327	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA	10.741.961/0001-00	Brasília/DF (GAMA)	52+	14	P	SEQ-G13944	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Brasília/DF (GAMA)	54	28	P	SEQ-G13328	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA	10.741.961/0001-00	Brasília/DF (GAMA)	54	28	P	SEQ-G13948	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Brasília/DF (Ceilândia)	56	44	S	SEQ-G13323	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA	10.741.961/0001-00	Brasília/DF (Ceilândia)	56	44	S	SEQ-G13931	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Brasília/DF	57	46	S	SEQ-G13319	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA	10.741.961/0001-00	Brasília/DF	57	46	S	SEQ-G13915	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Brasília/DF (Ceilândia)	58	25	S	SEQ-G13324	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA	10.741.961/0001-00	Brasília/DF (Ceilândia)	58	25	S	SEQ-G13934	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA	04.408.830/0001-03	Brasília/DF (SOBRADINHO)	59-	58	P	SEQ-G13331	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RADIO E TV EDUCATIVAS	61.914.891/0001-86	Brasília/DF (SOBRADINHO)	59-	58	P	SEQ-G12338	O canal digital já se encontra consignado para a EDA.
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA	10.741.961/0001-00	Brasília/DF (SOBRADINHO)	59-	58	P	SEQ-G13958	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL S/C LTDA	02.412.892/0001-63	Cristalina/GO	7	-	S	SEQ-G14952	A entidade não é cedente da programação.
TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Cristalina/GO	7	-	S	-	A entidade não manifestou interesse como ECP.
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA	04.608.796/0001-10	Formosa/GO	31	24	P	SEQ-G12306	A entidade não é cedente da programação e o canal digital já se encontra consignado para a EDA.

Art. 2º Os interessados acima com número de protocolo da manifestação de interesse poderão solicitar o reexame do pedido, no prazo de 10 dias, a partir da publicação deste ato no Diário Oficial da União, pelo endereço eletrônico http://sistema.mc.gov.br/manifestacao.

Art. 3º Os interessados acima que não constam número de protocolo da manifestação de interesse poderão solicitar o reexame do pedido, no prazo de 10 dias, a partir da publicação deste ato no Diário Oficial da União, pelo CADSEI, informando o número do processo 53900.068618/2015-84.

Art. 4º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 1.006 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no art. 6º, Anexo IV, da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012 e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade as aprovações de local de instalação e equipamentos das estações das entidades executantes do serviço de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, listadas em anexo.

FLAVIA OLIVEIRA CORRÊA

ANEXO

DESPACHO Nº	DATA	ENTIDADE	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	CANAL	PROCESSO
951	01/06/2016	RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA	SP	MARÍLIA	RTVD	58	53900.057066/2015-89
965	01/06/2016	REDE MULHER DE TELEVISÃO LTDA	SC	FLORIANÓPOLIS	RTVD	55	53900.007390/2015-56
968	01/06/2016	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	RS	PORTO ALEGRE	RTVD	17	53000.041044/2011-17
976	01/06/2016	RÁDIO E TELEVISÃO DE UBERLÂNDIA LTDA	MG	SANTA VITÓRIA	RTVD	30	53900.004089/2014-18
977	01/06/2016	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A	SP	PIQUETE	RTVD	42	53000.067793/2013-36
973	01/06/2016	FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	AL	PÃO DE AÇÚCAR	RTVD	41	53000.055381/2012-72
971	01/06/2016	FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA	PR	DOIS VIZINHOS	RTVD	27	53900.057849/2015-62
969	01/06/2016	TELEVISÃO GOYÁ LTDA	GO	SANTA HELENA DE GOIÁS	RTVD	22	53900.003458/2014-47
955	01/06/2016	COMPANHIA CATARINENSE DE RÁDIO E TELEVISÃO	SC	RIO NEGRINHO	RTVD	33	53900.006064/2016-11
952	01/06/2016	TELEVISÃO BAHIA S.A	BA	CAMACAN	RTVD	27	53000.056323/2013-47
930	30/05/2016	REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA	SP	SÃO CARLOS	RTV-PRI	55-	53000.036037/2003-93
974	01/06/2016	COMSAT - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA	SP	SALTO	RTV-PRI	47-	53000.007199/2002-33
953	01/06/2016	NASSAU EDITORA RADIO E TELEVISÃO LTDA	PE	ARARIPINA	RTV-PRI	12+	53000.006852/2012-19
972	01/06/2016	TELEVISÃO CENTRO AMÉRICA LTDA	MT	CASTANHEIRA	RTV-SEC	7	53542.003744/2015-18

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO DECISÓRIO Nº 117, DE 2 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2016.

16-0207 - O PESO DAS DIETAS

Processo: 01416.000669/2016-58

Proponente: LA VISTA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E EVENTOS LTDA.-ME.

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 09.170.508/0001-02

Valor total aprovado: R$ 597.650,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 387.767,50

Banco: 001- agência: 1514-8 conta corrente: 17656-7

Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 80.000,00

Banco: 001- agência: 1514-8 conta corrente: 17657-5

Valor aprovado no Art. 25 da MP. 8.313-1/91: R$ 100.000,00

Banco: 001- agência: 1514-8 conta corrente: 17655-9

16-0225 - O PALESTRANTE MOTIVACIONAL

Processo: 01416.000404/2016-50

Proponente: PORTA DOS FUNDOS PRODUTORA E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 17.227.558/0001-07

Valor total aprovado: R$ 5.763.506,88

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.675.331,53

Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 43685-2

Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00

Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 43683-6

Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 800.000,00

Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 43686-0

Valor aprovado no Art. 41 - MP 2.228-1/01 (Funcines): R$ 1.000.000,00

Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 43684-4

16-0239 - DAS - DIVISÃO ANTISSEQUESTRO (PRODUÇÃO LONGA)

Processo: 01416.000727/2016-43

Proponente: ARPA - AFRO REGGAE PRODUÇÕES ARTISTICAS S.A

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 03.247.208/0001-06

Valor total aprovado: R$ 8.594.285,83

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00

Banco: 001- agência: 6990-6 conta corrente: 8448-4

Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00

Banco: 001- agência: 6990-6 conta corrente: 8446-8

Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00

Banco: 001- agência: 6990-6 conta corrente: 8449-2

Valor aprovado no Art. 41 - MP 2.228-1/01 (Funcines): R$ 1.000.000,00

Banco: 001- agência: 6990-6 conta corrente: 8447-6

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2017.

16-0174 - PARAÍSO PRETO FOSCO

Processo: 01416.000314/2016-69

Proponente: CLARIÔ FILMES

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 22.889.475/0001-13

Valor total aprovado: R$ 2.447.180,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 302.359,00

Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 44345-X

16-0175 - VERÍSSIMO

Processo: 01416.000380/2016-39

Proponente: SOBRETUDO PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E ARTÍSTICA LTDA.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 10.441.993/0001-90

Valor total aprovado: R$ 1.160.500,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.102.475,00

Banco: 001- agência: 3417-7 conta corrente: 27574-3

16-0216 - OS HOMENS DE OURO A HISTÓRIA DE MARIEL MARYSCOTE

Processo: 01580.008139/2016-56

Proponente: OCEAN PRODUÇÃO DE FILMES LTDA.

Cidade/UF: Florianópolis/SC

CNPJ: 04.069.379/0001-47

Valor total aprovado: R$ 8.095.431,40

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00

Banco: 001- agência: 3516-5 conta corrente: 25544-0

Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.500.000,00

Banco: 001- agência: 3516-5 conta corrente: 25543-2

Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00

Banco: 001- agência: 3516-5 conta corrente: 25545-9

16-0226 - CONFISCADOS

Processo: 01416.000769/2016-84

Proponente: BOUTIQUE FILMES E PRODUÇÕES LTDA

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 16.729.130/0001-08

Valor total aprovado: R$ 593.065,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00

Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 23594-6

Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00

Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 23595-4

16-0227 - CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE O POETA MAIOR

Processo: 01416.000751/2016-82

Proponente: FBL E ASSOCIADOS, COMUNICAÇÕES LTDA

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 73.364.879/0001-24

Valor total aprovado: R$ 1.303.785,42

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.238.596,14

Banco: 001- agência: 2345-0 conta corrente: 14718-4

16-0228 - ENGARRAFADOS

Processo: 01416. 000732/2016-56

Proponente: FM PRODUÇÕES LTDA EPP

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 15.281.532/0001-11

Valor total aprovado: R$ 780.000,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 195.000,00

Banco: 001- agência: 525-8 conta corrente: 33467-7

16-0229 - KANELA, TUDO PELA VITÓRIA

Processo: 01416. 000710/2016-96

Proponente: TV IMAGINÁRIA PRODUÇÕES LTDA

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 02.367.665/0001-63

Valor total aprovado: R$ 429.950,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 254.500,00

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 43324-1

Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 150.000,00

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 43325-X

16-0230 - A SALAMANDRA

Processo: 01580.077096/2015-78

Proponente: N FILMES PRODUTORA E FINALIZADORA DE CINEMA LTDA - ME

Cidade/UF: Recife/PE

CNPJ: 19.804.078/0001-97

Valor total aprovado: R$ 8.500.000,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.400.000,00

Banco: 001- agência: 1814-7 conta corrente: 36022-8

Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.100.000,00

Banco: 001- agência: 1814-7 conta corrente: 36021-X

16-0231 - A HISTÓRIA DE M.

Processo: 01580.011399/2016-17

Proponente: FILMES DE ABRIL PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA - EPP

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 07.372.049/0001-14

Valor total aprovado: R$ 1.310.000,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00

Banco: 001- agência: 1812-0 conta corrente: 49962-5

16-0232 - ESTÔMAGO 2 - DEZ ANOS DEPOIS

Processo: 01416. 000759/2016-49

Proponente: CITIZENCRANE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME

Cidade/UF: Curitiba/PR

CNPJ: 03.675.713/0001-43

Valor total aprovado: R$ 5.470.000,00

Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00

Banco: 001- agência: 3184-4 conta corrente: 47466-5

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00

Banco: 001- agência: 3184-4 conta corrente: 47467-3

16-0234 - SOB O CÉU DO PLANALTO

Processo: 01416.000762/2016-62

Proponente: O2 CINEMA LTDA

Cidade/UF: Cotia/SP

CNPJ: 02.525.725/0001-29

Valor total aprovado: R$ 3.153.476,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.995.802,00

Banco: 001- agência: 0384-9 conta corrente: 61623-0

16-0235 - MADALENA

Processo: 01416.000598/2016-93

Proponente: POLO MS CINEMA E VÍDEO ME

Cidade/UF: Campo Grande/MS

CNPJ: 03.493.590/0001-20

Valor total aprovado: R$ 2.544.700,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 468.521,30

Banco: 001- agência: 3519-X conta corrente: 22552-5

Art. 3º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

16-0240 - BODE DE NATAL

Processo: 01416.000586/2016-69

Proponente: HEAD PRODUCOES DE FILMES LTDA - ME.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Cidade/UF: Recife/PE
CNPJ: 15.464.299/0001-02
Valor total aprovado: R$ 263.158,00
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 250.000,00
Banco: 001- agência: 3250-6 conta corrente: 26150-5
Art. 4º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 28, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I- Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II-Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

III- Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV- As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental, exceto as autorizações referentes ao Nível II, que correspondem à anuência do Iphan à Licença de Instalação dos empreendimentos;

V- As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos projetos e programas autorizados na presente portaria, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do empreendimento.

VI- Determinar às Superintendências do IPHAN das áreas de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII- Condicionar a eficácia das presentes permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/88.

VIII- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

ANEXO I

01-Processo n.º 01510.003184/2015-67
Projeto: Prospecção Arqueológica na Área de Implantação da Estação de Tratamento de Esgoto
Arqueóloga Coordenadora: Deisi Scunderlick Eloy de Farias
Apoio Institucional: Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia - Universidade do Sul de Santa Catarina - GRUPEP/UNISUL
Área de Abrangência: Município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
02-Processo n.º 01496.000332/2016-06
Projeto: Prospecção Arqueológica (Fase II) na Área de Instalação da Unidade Industrial de Produção de Cimentos
Arqueóloga Coordenadora: Rebeca Oliveira de Assis Alencar
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará - INSTITUTO TEMBETÁ
Área de Abrangência: Município de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará
Prazo de Validade: 03 (três) meses
03-Processo n.º 01506.004112/2016-87
Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial Linha de Transmissão 88/138 kV Salto de Pirapora
Arqueólogo Coordenador: Marco Túlio Alves Amorim do Amaral
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar
Área de Abrangência: Município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
04-Processo n.º 01409.000007/2010-81
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área das Obras de Construção da Rodovia ES-120 - Contorno do Mestre Álvaro
Arqueólogo Coordenador: Gerson Luiz Sant'Anna Cavalcanti
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Serra, Estado do Espírito Santo
Prazo de validade: 12 (doze) meses
05-Processo n.º 01506.004563/2016-14
Projeto: Prospecção Arqueológica da Linha 2 - Verde do Metrô - Trecho Vila Prudente - Paulo Freire
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de Jahu - Museu Municipal de Jahu
Área de Abrangência: Município de São Paulo, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 06 (seis) meses
06-Processo n.º 01514.003022/2015-99
Projeto: Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área de Mineração 505
Arqueólogos Coordenadores: Adriano Batista de Carvalho e Luís Felipe Bassi Alves
Apoio Institucional: Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco - MAC
Área de Abrangência: Município de Iguatama, Estado de Minas Gerais
Prazo de validade: 07 (sete) meses
07- Processo n.º 01516.000550/2016-57
Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial-Condomínio Quinta Santa Bárbara
Arqueólogos Coordenadores: Marco Túlio Alves Amorim do Amaral e Viviane Martins de Moura Nóbrega
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de Jataí - Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos
Área de Abrangência: Município de Pirenópolis, Estado de Goiás
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
08-Processo n.º 01500.004126/2015-70
Projeto: Monitoramento Arqueológico no Lote 450 da Av. Hermes Barcellos (Praia Grande)
Arqueólogo Coordenador: Paulo Roberto Gomes Seda
Apoio Institucional: Instituto Brasileiro de Pesquisas Arqueológicas - IBPA
Área de Abrangência: Município de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro
Prazo de validade: 02 (dois) meses

ANEXO II

01-Processo n.º 01490.002244/2015-18
Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Requalificação da Avenida Eduardo Ribeiro
Arqueóloga Coordenadora: Margaret Cerqueira de Souza
Apoio Institucional: Secretaria de Estado de Cultura de Manaus
Área de Abrangência: Município de Manaus, Estado do Amazonas
Prazo de validade: 05 (cinco) meses
02- Processo n.º 01502.002511/2014-81
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Influência da Bahia Terminais S.A. na Baía de Aratu
Arqueólogos Coordenadores: Joalbo Menezes de Moraes e Luis Felipe Freire Dantas Santos
Apoio Institucional: Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Área de Abrangência: Município de Candeias, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

ANEXO III

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: LMR Engenharia Ltda
Empreendimento: Lavra de Areia Palma (Área I - 40,19ha)
Processo n° 01512.000315/2015-49
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de Implantação da Lavra de Areia Palma (Área 1-40,19ha)
Arqueóloga Coordenadora: Maritza dos Santos Dode
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Capitalismo - Universidade Federal do Rio Grande
Área de Abrangência: Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
02-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Capa Engenharia S.A.
Empreendimento: Loteamento Auxiliadora II
Processo n.º 01512.002992/2015-97
Projeto: Acompanhamento Arqueológico da Implantação do Conjunto Habitacional Loteamento Auxiliadora II
Arqueóloga Coordenadora: Kelli Bisonhim
Arqueóloga Coordenadora de Campo: Gabriela Longo Moraes
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Capitalismo - Universidade Federal do Rio Grande
Área de Abrangência: Município de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mineração Santa Inês Ltda
Empreendimento: Mineração Santa Inês Ltda - Fazenda Beira Rio
Processo n.º 01514.006331/2015-11
Projeto: Avaliação de Impacto Arqueológico na Área da Mineração Rocha Ornamental - Fazenda Beira Rio
Arqueóloga Coordenadora: Déborah Lima Duarte Talim
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Área de Abrangência: Município de Itaobim, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 01 (mês) meses
04- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Tractebel Energias Complementares participações Ltda.
Empreendimento: Complexo Eólico Santo Agostinho
Processo n.º 01421.002044/2015-71
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Ampliação do Empreendimento Complexo Eólico Santo Agostinho
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Municípios de Lajes e Pedro Avelino, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 08 (oito) meses
05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: ECBrasil
Empreendimento: UHE Boaventura
Processo n.º 01425.000683/2015-61
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da UHE Boaventura
Arqueólogo Coordenador: Cláudio César de Souza e Silva
Arqueólogo de Campo: Julio César Alves de Castro
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro
Área de Abrangência: Municípios de Barra do Garças, Pontal do Araguaia e General Carneiro, Estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: LMR Engenharia Ltda
Empreendimento: Lavra de Areia Quinta (Área 3-46,05ha)
Processo n° 01512.003514/2015-02
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de Implantação da Lavra de Areia Quinta (Área 3 - 46ha)
Arqueólogo Coordenador: João Carlos Radünz Neto
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Capitalismo - Universidade Federal do Rio Grande
Área de Abrangência: Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
07-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: COPEL Distribuidora S.A.
Empreendimento: Linha de Transmissão 138 kV Cafelândia do Oeste SECC Pinheiros - Assis Chateaubriant
Processo n.º 01508.000908/2015-60
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - LT 138 kV Cafelândia do Oeste SECC Pinheiros - Assis Chateaubriant
Arqueólogo Coordenador: Francesco Palermo Neto e José Luiz Lopes Garcia
Arqueóloga Coordenadora de Campo: Maria Alexandrina de Sousa Melo
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História - Universidade Estadual de Maringá
Área de Abrangência: Município de Cafelândia e Nova Aurora, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 08 (oito) meses

PORTARIA Nº 29, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve REVOGAR:

I- Permissão n.º 20, Seção I, Anexo I, Página 19, Portaria n.º 12/2016, publicada no DOU em 14/03/2016, em nome do arqueólogo Daniel Bertrand, referente ao Processo nº01421.001453/2015-50, Projeto "Diagnóstico Interventivo e Educação Patrimonial para a Implantação do Complexo Eólico Olinda, tendo em vista a solicitação do arqueólogo coordenador.

II- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n.º 24/2016, Seção 1, página 17, Anexo I, Permissão n.º 06, de 16/05/2016, onde se lê: "Arqueólogo Coordenador: Marcélia Marques do Nascimento", leia-se: "Arqueólogo Coordenador: Luzia Maria de Sousa Carvalho"

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 321, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
159429 - Capoeira, Cultura da Gente: Joga Piá (V Edição)
Associação Abadá Capoeira Educacional e Cultural de PIN
CNPJ/CPF: 09.287.265/0001-97
Processo: 01400069892201516
Cidade: Pinhais - PR;
Valor Aprovado: R$ 301.513,85
Prazo de Captação: 06/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Viabilizar a continuidade do Projeto ?Capoeira, Cultura da Gente ? Joga Piá?, que em sua V Edição visa o atendimento direto a 250 crianças e adolescentes regularmente matriculados na rede pública de ensino de Curitiba e Região Metropolitana através de Oficinas de Capoeira e terá como produto cultural resultante a itinerância de 05 Rodas de Capoeira a serem apresentadas em espaços culturais alternativos, com estimativa de público de aproximadamente 3.000 pessoas, sendo que todos os eventos previstos no projeto são de acesso gratuito a seu público-alvo.

1511083 - Corpo Cidadão - Espetáculo 2016
Associação Corpo Cidadão
CNPJ/CPF: 03.652.144/0001-10
Processo: 01400079838201571
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.422.248,00
Prazo de Captação: 06/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O Corpo Cidadão quer construir um espetáculo de dança e música e uma mostra de artes visuais onde crianças, adolescentes e jovens de baixa renda de Belo Horizonte possam apresentar o resultado de suas experiências com as artes. Os eventos serão construídos com base na metodologia de trabalho do Corpo Cidadão, onde os participantes despertam suas potencialidades através do fazer artístico orientado.

159450 - Cultura Eficiente - Inclusão Cultural para Pessoas com Deficiência
Viva Rio
CNPJ/CPF: 00.343.941/0001-28
Processo: 01400069913201595
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 699.353,89
Prazo de Captação: 06/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Este projeto possibilitar a inclusão cultural, educacional e social de pessoas com deficiências, por meio de oficinas, reforço escolar e eventos temáticos nas cidades do Rio de Janeiro, Macáe e São João da Barra.

1510567 - Projeto Aprendizes da CBB ? Companhia Brasileira de Ballet
M4 Produções Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 09.042.650/0001-74
Processo: 01400072742201581
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 630.346,20
Prazo de Captação: 06/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Implementar na zona norte do Rio de Janeiro um projeto social de dança voltado para o atendimento de crianças e adolescentes de baixa renda. O projeto terá duração de 12 meses e funcionará nos moldes de oficinas de alguns projetos sociais das principais Cias de dança do mundo. Serão oferecidos ensinamentos das bases técnicas e estéticas do Ballet Clássico, dança contemporânea, e ainda, danças de rua e danças populares.

1511168 - Vida e Carreira Pop
Rafael de Melo Alvim
CNPJ/CPF: 110.482.967-33
Processo: 01400079923201539
Cidade: São João de Meriti - RJ;
Valor Aprovado: R$ 525.800,00
Prazo de Captação: 06/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto "Musical" visa realizar 10 apresentações cênicas, em forma de musical no Rio de Janeiro/RJ. A divulgação ocorrerá de forma ampla, incluindo a internet, sites e redes sociais, dando assim publicidade internacional ao projeto. O propósito do projeto é movimentar a cultura pop no cenário nacional. Haverá doação a entidade beneficente.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
158730 - Orgão de Tubo - Catedral Metropolitana de Vitória
Instituto Modus Vivendi de Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental
CNPJ/CPF: 08.636.850/0001-92
Processo: 01400062741201529
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 1.497.080,00
Prazo de Captação: 06/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Esse projeto pretende valorizar a Catedral Metropolitana de Vitoria, de arquitetura Neo gótica e um dos principais pontos turistico e hitorico do estado do Espirito Santo. A implantação de um espetacular órgão de tubo um instrumento que representa um testemunho histórico e musical de valor inestimável, vai valoriz e incentivar a cultura e o turismo no estado do Espirito Santo . Esse é o primiero orgão de tubo do estado. O projeto conta ainda com um uso social e cultural com os concertos e as aulas ministradas em parceria com a Faculdade de Musica do Estado do ES.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
1510399 - ROTA DOS TROPEIROS
marilei correia cordeiro
CNPJ/CPF: 042.665.229-08
Processo: 01400072434201556
Cidade: São Mateus do Sul - PR;
Valor Aprovado: R$ 194.935,00
Prazo de Captação: 06/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: DESENHAR E PINTAR A HISTÓRIA DOS TROPEIROS EM MUROS OU PAREDES DAS CIDADES POR ONDE HOUVE O TROPEIRISMO DO SUL AO SUDESTE BRASILEIRO, NO ESTILO DE MURALISMO, GRANDES PAINÉIS COM PINTURA A MÃO, IMAGENS ALUSIVAS A HISTÓRIA DOS TROPEIROS. NA ROTA DE VIAMÃO A SOROCABA, A PROPOSTA PREVÊ A CRIAÇÃO DOS PAINÉS ADQUANDO-OS CADA UM A SUA CIDADE. ILUSTRANDO ESSE FATO DE GRANDE IMPORTÂNCIA E DE CUNHO HISTÓRICO A NÍVEL DE BRASIL, SEM ÔNUS ALGUM A QUEM QUEIRA VISITA-LOS COMO E QUANDO DESEJAREM.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
161454 - ABRACADABRA - LIVRO DE DESENHO
Paulo Cesar Henriques Jeveaux
CNPJ/CPF: 343.224.777-04
Processo: 01400027156201663
Cidade: Afonso Cláudio - ES;
Valor Aprovado: R$ 146.431,80
Prazo de Captação: 06/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O livro ABRACADABRA é constituído por desenhos e poesias, trazendo no encarte um DVD animado com os desenhos do livro. A abordagem temática se pauta em representações de figuras humanas, personagens de nossa cultura popular: congo, carnaval, música, dança, comemorações e folclore. Usando pontos, linhas e formas, o artista tem a intenção lúdica de facilitar o entendimento e compreensão da vida comum. Interessa ao público infantil na primeira fase do Ensino Fundamental, proporcionando ao jovem leitor o hábito da leitura visual, visando uma liberdade de expressão na formação do indivíduo e para os apreciadores da arte, um deleite único.

161147 - SERRA DO CIPÓ - Descubra seus Encantos
Associação Universo Cultural Assistencial
CNPJ/CPF: 07.241.495/0001-90
Processo: 01400007835201616
Cidade: Itaúna - MG;
Valor Aprovado: R$ 314.006,00
Prazo de Captação: 06/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Edição e publicação de um livro de fotografias com textos trilingues, o qual pretende-se mostrar o "Circuito Serra do Cipó" que abriga as maiores belezas naturais da região de Minas Gerais. Proporcionar através de uma viagem fotográfica, o conhecimento da Serra do Cipó que abriga uma beleza cênica ímpar, com uma variedade de rios, cachoeiras, canyons e cavernas arqueológicas, flora diversificada e rica fauna com espécies ameaçadas de extinção, revelando também a rica manifestação cultural local. Tudo isso será visto nas páginas desse livro, para expandir o conhecimento cultural e valorizar o estado de Minas Gerais.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
1510908 - HAMBURG BERG FEST
STUDIO CLASSIC PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 20.078.469/0001-50
Processo: 01400079663201500
Cidade: Novo Hamburgo - RS;
Valor Aprovado: 2720900.00
Prazo de Captação: 06/06/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O Projeto ?HAMBURG BERG FEST?, consiste em desenvolver uma programação multi cultural com duração de 06 dias na cidade de Novo Hamburgo (Rio Grande do Sul), no mês de Abril de 2016, fomentando o universo cultural da região e do estado do Rio Grande do Sul. A programação Contemplará espetáculos de 18 apresentações teatro, 18 de dança, e 18 de música instrumental, mesclando assim várias atividades culturais expondo a qualidade dos artistas da região sul com as de grande repercussão nacional.

PORTARIA Nº 323, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
1410804 - Afro Circo Gênesis
Grupo de Ação Social Afroreggae - GAS
CNPJ/CPF: 07.775.527/0001-37
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 35.850,00
Valor total atual em R$: R$ 350.000,00

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 2 de junho de 2016

Nº 2/GM-MD - Processo nº 0000096.00137862/2016-24
Interessado: Comando do Exército - Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército. Objeto: Aprovar o Termo de Licitação Especial nº 001/2015, de 14 de dezembro de 2015. Amparo legal: § 1º do art. 3º da Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, e arts. 12 e 15 do Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013.
DECISÃO: Autorizo. Caberá às autoridades competentes dos órgãos interessados o acompanhamento e a fiscalização dos atos decorrentes. Publique-se.

RAUL JUNGMANN

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA N° 166/DPC, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Credencia o Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SEST SENAT - unidade Florianópolis - SC, para ministrar cursos para Portuários.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n° 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 8º, da Lei n° 7.537, de 23 de dezembro de 1986, e Parágrafo único do Art.7º, do Decreto n° 94.536, de 29 de junho de 1987, resolve:

Art.1° Credenciar, o Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SEST SENAT - unidade Florianópolis - SC, CNPJ 73.471.963/0056-10, localizado no município Florianópolis - SC, para ministrar os cursos para Portuários abaixo relacionados, constantes do Anexo E da NORMAM 32/DPC, no estado de Santa Catarina:

- Aperfeiçoamento de Conferência de Cargas - CACC;
- Aperfeiçoamento e Arrumação e Estivagem Técnica - CAAET;
- Atualização em Operação de Empilhadeira de Pequeno Porte - CAOEPP;
- Atualização em Operação com Pá Carregadeira - CAOPC;
- Avançado de Inglês Técnico - CAIT;
- Básico de Arrumação de Carga e Estivagem Técnica - CBAET;
- Básico de Conferência de Carga - CBCC;
- Básico de Inglês Técnico - CBIT;
- Básico de Vigilância Portuária - CBVP;
- Básico do Trabalhador Portuário - CBTP;
- Especial de Cidadania e Relacionamento Pessoal - CECIRP;
- Gestão Operacional em Terminais de Carga Geral - CGTCG;
- Gestão Operacional em Terminais de Granéis Líquidos - CGTGL;
- Gestão Operacional em Terminais de Granéis Sólidos - CGTGS;
- Gestão Operacional em Terminais de Roll-On Roll-Off - CGTRR;
- Operação de Cargas Perigosas - COCP;
- Operação de Empilhadeira de Pequeno Porte - COEPP;
- Operação de Escavadeira Hidráulica - COEH;
- Operação de Retroescavadeira - CORE;
- Operação de Trator e de Pá Carregadeira - COTPC;
- Procedimento Operacional Padrão de Contêineres e Sacarias - CPOPCS;
- Segurança e Saúde no Trabalho com Líquidos e Combustíveis e Inflamáveis - CE-NR 20;
- Segurança e Saúde no Trabalho em Altura - CE-NR 35;
- Sinalização para Movimentação de Carga - CSMC;
- Técnicas de Ensino - CTE; e
- Técnicas de Operação em Terminais de Contêiner - CTOTC.

Art. 2° A realização de qualquer dos cursos dependerá de expressa autorização da DPC, por solicitação de um Operador Portuário ou OGMO, pro meio do Órgão de Execução da área de jurisdição em que for realizar o curso, que também supervisionará a sua aplicação.

Art. 3° O presente credenciamento tem validade até 31 de dezembro de 2018.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Educação

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 81, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Define as categorias de docentes que compõem os Programas de Pós-Graduação (PPG's) stricto sensu

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, CAPES, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.692, de 02 de março de 2012, e considerando a necessidade de definição, para efeito de enquadramento nos programas e cursos de pós-graduação, das categorias de docentes dos Programas de Pós-Graduação - PPG's - do Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG, resolve:

Art. 1º Definir as categorias de docentes que compõem os PPG's, para efeitos de registro na Plataforma Sucupira, e avaliações realizadas pela CAPES.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º O corpo docente dos PPG's é composto por 3 (três) categorias de docentes:

I - docentes permanentes, constituindo o núcleo principal de docentes do programa;

II - docentes e pesquisadores visitantes;

III -docentes colaboradores.

CAPÍTULO II

DOS DOCENTES PERMANENTES

Art. 3º Integram a categoria de permanentes os docentes enquadrados e declarados anualmente pelo PPG na plataforma Sucupira e que atendam a todos os seguintes pré-requisitos:

I - desenvolvimento de atividades de ensino na pós-graduação e/ou graduação;

II - participação de projetos de pesquisa do PPG;

III - orientação de alunos de mestrado ou doutorado do PPG, sendo devidamente credenciado como orientador pela instituição;

IV - vínculo funcional-administrativo com a instituição ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas, instituições e regiões, e se enquadrem em uma das seguintes condições:

a) quando recebam bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento;

b) quando, na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do PPG;

c) quando tenham sido cedidos, por acordo formal, para atuar como docente do PPG;

d) a critério do PPG, quando o docente estiver em afastamento longo para a realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade relevante em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação e não atender ao estabelecido pelos incisos I e II deste artigo, desde que atendidos os demais requisitos fixados.

Art. 4º A atuação como docente permanente poderá se dar, no máximo, em até 3 (três) PPG's.

I - O docente poderá ser declarado permanente em qualquer combinação de PPG's, sejam eles programas acadêmicos ou profissionais, programas com composição tradicional, em redes ou outras formas associativas, de quaisquer áreas de avaliação de quaisquer instituições desde que atue em no máximo 3 (três) PPG's;

II - A carga horária dedicada a cada PPG do qual participe como docente permanente deverá ser estabelecida juntamente aos respectivos Coordenadores dos PPG's, respeitando-se o regime jurídico pelo qual sua relação trabalhista é regida, bem como as orientações previstas nos Documentos de Área.

III - A estabilidade, ao longo do quadriênio, do conjunto de docentes declarados como permanentes pelo PPG será objeto de acompanhamento e de avaliação sistemática pelas coordenações e comissões de avaliação de área e pela Diretoria de Avaliação;

IV- Por ocasião de acompanhamentos e avaliações dos PPG's, será requerido dos mesmos as justificativas das ocorrências de credenciamentos e descredenciamentos, ano a ano, dos integrantes desta categoria de acordo com as regras bem definidas que devem constar obrigatoriamente nos respectivos regimentos.

Art. 5º A relação de orientandos/orientador deve atender às orientações previstas pelo Conselho Técnico e Científico da Educação Superior (CTC-ES) e nos Documentos de Área.

Art. 6º A pontuação da produção intelectual dos docentes permanentes, entre os PPG's dos quais participa, será definida em cada área de avaliação, atendidas as diretrizes que possam ser estabelecidas na grande área de conhecimento e pelo Conselho Técnico e Científico da Educação Superior (CTC-ES), bem como aquelas emanadas da Diretoria de Avaliação.

CAPÍTULO III

DOS DOCENTES E PESQUISADORES VISITANTES

Art. 7º Integram a categoria de visitantes os docentes ou pesquisadores com vínculo funcional-administrativo com outras instituições, brasileiras ou não, que sejam liberados, mediante acordo formal, das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborarem, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino no programa, permitindo-se que atuem como orientadores e em atividades de extensão.

Parágrafo único. A atuação dos docentes ou pesquisadores visitantes no programa deverá ser viabilizada por contrato de trabalho por tempo determinado com a instituição ou por bolsa concedida para esse fim, pela própria instituição ou por agência de fomento.

Art. 8º A pontuação da produção intelectual dos docentes visitantes, será definida em cada área de avaliação, atendidas as diretrizes que possam ser estabelecidas na grande área de conhecimento e pelo Conselho Técnico e Científico da Educação Superior (CTC-ES), bem como aquelas emanadas da Diretoria de Avaliação.

CAPÍTULO IV

DOS DOCENTES COLABORADORES

Art. 9º Integram a categoria de colaboradores os demais membros do corpo docente do programa que não atendam aos requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes ou como visitantes, incluídos os bolsistas de pós-doutorado, mas que participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, independentemente de possuírem ou não vínculo com a instituição.

I - O desempenho de atividades esporádicas como conferencista, membro de banca de exame ou co-autor de trabalhos não caracteriza um profissional como integrante do corpo docente do programa, não podendo o mesmo ser enquadrado como docente colaborador;

II - Informações sobre atividades esporádicas do colaborador como conferencista, membro de banca de exame ou co-autor de eventual trabalho, quando relatadas por um programa ou curso de pós-graduação, poderão complementar a análise da atuação do programa.

Art. 10. Revogam-se as Portarias nº 174, de 30 de dezembro de 2014, publicada no D.O.U de 31 de dezembro de 2014, seção 1, página 86; e nº 50, de 22 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 28 de abril de 2015, Seção 1, página 10.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARLINDO PHILIPPI JR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

DESPACHO DA REITORA

Em 2 de junho de 2016

PROCESSO/HU Nº 23005.000974/2014-52 - Interessada: Empresa Laboratórios B. Braun S.A.. - Pregão Eletrônico nº 34/2013. Vistos e examinados. 1. Considerando que a empresa LABORATÓRIOS B. BRAUN S.A. apresentou Pedido de Reconsideração no que tange à penalidade de impedimento de licitar perante toda a Administração Pública Federal, pelo prazo de 6 (seis) meses, noticiada por meio da Notificação recebida em 24 de maio de 2016; e 2. Considerando o disposto no art. 65 da Lei nº 9.784/99, que estabelece que: Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada. Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção. 3. Entendo que a penalidade de impedimento de licitar, pelo prazo de 6 (seis) meses, é excessiva, diante de todas as justificativas elencadas no Pedido de Reconsideração. 4. Diante do exposto, recebo o Pedido de Reconsideração e o ACOLHO, para CANCELAR a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal pelo prazo de 6 (seis) meses, aplicada à empresa, devendo esta ser imediatamente excluída do SICAF. 5. Outrossim, mantenho as outras penalidades aplicadas à empresa, quais sejam, a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, equivalente a R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais), bem como a rescisão unilateral do contrato, instrumentalizado pela Nota de Empenho nº 2014NE800848.

LIANE MARIA CALARGE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIA Nº 498, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 19/05/2015, publicado no Diário Oficial da União de 20/05/2015, considerando o que consta do Processo 005390/2011, resolve:

Aplicar à empresa SHOPPING DE FERRAGENS LTDA - EPP, CNPJ nº 01.421.242/0001-11, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 10 (dez) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2011NE800124, bem como com sua rescisão, tudo com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos subitens 12.1, 12.1.6, 12.2 e 12.2.2 do Edital de Pregão nº 176/2011, determinando, ainda, o registro das punições e o descredenciamento junto ao SICAF, nos termos do subitem 12.6.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 15, DE 2 JUNHO DE 2016

O Ministério da Educação por intermédio da Secretaria de Educação Básica resolve, conforme item 6.3 do Edital nº39/2016 e item 5.3 do Edital nº 40/2016, alterar o item 3 dos Editais nº 39/2016 e nº 40/2016: "Cronograma e Divulgação dos Resultados" para:

Lançamento do Edital	13/04/2016
Prazo para recebimento das inscrições	até 15/08/2016
Período de análise das inscrições	até 26/08/2016
Divulgação geral das instituições credenciadas	31/08/2016
Prazo para recebimento no MEC de eventual recurso por parte dos inscritos em relação ao resultado do credenciamento	até 12/09/2016
Prazo para análise dos recursos interpostos	26/09/2016
Divulgação do resultado final	até 30/09/2016

Esta portaria entre em vigor a partir da data da sua publicação.

JULIANA RABELO
Substituta

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 14, de 12 de maio de 2016, e na Portaria nº 15, de 12 de maio de 2016, publicadas no DOU de 13/05/2016, Seção 1, página 52 e 53, onde se lê: "Nota Técnica nº 94/2016-CGRAG/DIPES/SESu/MEC-smal " leia-se: "Nota Técnica nº 116/2016-CGRAG/DIPES/SESu/MEC-smal".

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 199, DE 2 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Portaria Normativa nº 20, de 19 de dezembro de 2014, publicada em 22 de dezembro de 2014, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201500936	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE PROMOVE DE JANAÚBA	ASSOCIACAO EDUCATIVA DO BRASIL - SOEBRAS	RUA CODEVASF, 234, VILA SÃO VICENTE, JANAÚBA/MG
2.	201500717	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DO NORTE NOVO DE APUCARANA	CESA - CENTRO DE ESTUDO SUPERIOR DE APUCARANA	AVENIDA ZILDA SEIXAS AMARAL, 4350, PARQUE INDUSTRIAL NORTE, APUCARANA/PR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.	201501431	PSICOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS URUBUPUNGA	ASSOCIACAO DE ENSINO E CULTURA URUBUPUNGA AECU	AVENIDA CORONEL JONAS ALVES DE MELLO, 1.660, TERREO, CENTRO, PEREIRA BARRETO/SP
4.	201500963	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE MOGIANA DO ESTADO DE SÃO PAULO	ASSOCIACAO MOGIANA PARA DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	AVENIDA PADRE JAIME, 2600, CENTRO, MOGI GUAÇU/SP
5.	201501259	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE CATUAÍ	AEC - ASSOCIACAO DE ENSINO DE CAMBE	AV. BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO, 210, CONJUNTO CASTELO BRANCO, CAMBE/PR
6.	201501359	DESIGN DE PRODUTO (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE MELIES DE TECNOLOGIA	ACADEMIA MELIES DE ENSINO LTDA	ALAMEDA DOS MARACATINS, 961, INDIANOPOLIS, SÃO PAULO/SP
7.	201501132	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DA SAÚDE E ECOLOGIA HUMANA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VESPASIANO LTDA	RUA SÃO PAULO, 958, JARDIM ALTEROSA, VESPASIANO/MG
8.	201501131	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DA SAÚDE E ECOLOGIA HUMANA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VESPASIANO LTDA	RUA SÃO PAULO, 958, JARDIM ALTEROSA, VESPASIANO/MG
9.	201500800	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PRAIA GRANDE	BBELLO EDUCACAO LTDA - ME	AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, 4000, AVIAÇÃO, PRAIA GRANDE/SP
10.	201501022	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE RUY BARBOSA	ABEP - ACADEMIA BAIANA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RUA THEODOMIRO BAPTISTA, 422, MORRO DAS VIVENDAS, RIO VERMELHO, SALVADOR/BA
11.	201501320	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE SÃO JUDAS TADEU	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR SAO JUDAS TADEU	RUA CLARIMUNDO DE MELO, 79, ENCANTADO, RIO DE JANEIRO/RJ
12.	201500441	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE GUARULHOS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA DO ROSARIO, 300, MACEDO, GUARULHOS/SP
13.	201501299	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO SUPERIOR DE TEOLOGIA APLICADA	ASSOCIACAO IGREJA ADVENTISTA MISSIONARIA - AIAMIS	RUA CORONEL ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, 700, DOM EXPEDITO, SOBRAL/CE
14.	201501495	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE CAJAZEIRAS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR SAO FRANCISCO LTDA - ME	AVENIDA BRASIL, S/N, RODOVIA PB 393, JARDIM ADALGISA, CAJAZEIRAS/PB
15.	201500113	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC	RODOVIA RAPOSO TAVARES KM 572, KM 572, LIMOEIRO, PRESIDENTE PRUDENTE/SP
16.	201500493	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MELIES DE TECNOLOGIA	ACADEMIA MELIES DE ENSINO LTDA	ALAMEDA DOS MARACATINS, 961, INDIANOPOLIS, SÃO PAULO/SP
17.	201502122	FARMÁCIA (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA JOÃO DA ESCÓCIA, 1.561, NOVA BETÂNIA, MOSSORÓ/RN
18.	201501197	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FLORIANO	CENTRO INTEGRADO DE ENSINO SUPERIOR DE FLORIANO LTDA - ME	RUA NOGUEIRA PARANAGUÁ, 508, MANGUINHA, FLORIANO/PI
19.	201500652	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	210 (duzentas e dez)	FACULDADE ANHANGUERA DE JACAREI	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA SANTA CRUZ DOS LÁZAROS, 466, SANTA CRUZ DOS LAZAROS, JACAREI/SP
20.	201502155	ENGENHARIA DE SOFTWARE (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE PATO BRANCO	ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE ENSINO SUPERIOR S.C. LTDA	RUA BENJAMIN BORGES DOS SANTOS, 1100, FRARON, PATO BRANCO/PR
21.	201501048	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE INTERNACIONAL DA PARAÍBA	ASPEC - SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCACAO E CULTURA S.A.	AVENIDA MONSENHOR WALFREDO LEAL, 512, TAMBIA, JOÃO PESSOA/PB
22.	201501391	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE SÃO LOURENÇO DA MATA	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR ANGLO LIDER - AESAL	AV. ALMIRANTE TAMANDARÉ, 100, CENTRO, SÃO LOURENÇO DA MATA/PE
23.	201502120	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA JOÃO DA ESCÓCIA, 1.561, NOVA BETÂNIA, MOSSORÓ/RN
24.	201501023	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE RUY BARBOSA	ABEP - ACADEMIA BAIANA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RUA THEODOMIRO BAPTISTA, 422, MORRO DAS VIVENDAS, RIO VERMELHO, SALVADOR/BA
25.	201501331	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE PINHAIS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PINHAIS	RUA CAMILO DI LELLIS, 1151, TÉRREO, ESTANCIA. , 1151, ESTANCIA, PINHAIS/PR
26.	201501051	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE INTERNACIONAL DA PARAÍBA	ASPEC - SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCACAO E CULTURA S.A.	AVENIDA MONSENHOR WALFREDO LEAL, 512, TAMBIA, JOÃO PESSOA/PB
27.	201501376	BIOMEDICINA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE SÃO LOURENÇO DA MATA	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR ANGLO LIDER - AESAL	AV. ALMIRANTE TAMANDARÉ, 100, CENTRO, SÃO LOURENÇO DA MATA/PE
28.	201500765	AGRONOMIA (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE RIO VERDE	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE GOIAS-AESGO	RUA 12 DE OUTUBRO, 40, CENTRO, RIO VERDE/GO
29.	201501302	RADIOLOGIA (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE VILHENA	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE RONDONIA	AV. 7601, 8735, QUADRA 37, RESIDENCIAL ORLEANS, VILHENA/RO
30.	201501454	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MELIES DE TECNOLOGIA	ACADEMIA MELIES DE ENSINO LTDA	ALAMEDA DOS MARACATINS, 961, INDIANOPOLIS, SÃO PAULO/SP
31.	201500427	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	210 (duzentas e dez)	FACULDADE ANHANGUERA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE SOROCABA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA DR. ARMANDO PANNUNZIO, S/N, ITANGUÁ, SOROCABA/SP
32.	201501261	ENGENHARIA ELETRÔNICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE UNIÃO DAS AMÉRICAS	ASSOCIACAO INTERNACIONAL UNIAO DAS AMERICAS	AVENIDA TARQUÍNIO JOSLIN DOS SANTOS, 1.000, LOTEAMENTO UNIVERSITÁRIO DAS AMÉRICAS, FOZ DO IGUAÇU/PR
33.	201502075	RADIOLOGIA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE PIAUIENSE	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR PIAUIENSE LTDA	AVENIDA JOQUEI CLUBE, 710, JOQUEI CLUBE, TERESINA/PI
34.	201500116	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC	RODOVIA RAPOSO TAVARES KM 572, KM 572, LIMOEIRO, PRESIDENTE PRUDENTE/SP
35.	201501482	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU	CENTRO SUPERIOR DE ESTUDOS DE MANHUACU LTDA	RUA DARCY CÉSAR DE OLIVEIRA LEITE, 600, ALFA SUL, MANHUAÇU/MG
36.	201500444	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE INDAIATUBA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA CLÁUDIO DAL CANTON, 89, CIDADE NOVA II, INDAIATUBA/SP
37.	201502133	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE ENGENHARIA E INOVAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL	CEITEP - CENTRO DE EDUCACAO E INOVACAO TECNICO PROFISSIONAL LTDA - EPP	AVENIDA ITORORÓ, 1445, ZONA 02, MARINGÁ/PR
38.	201501260	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE CATUAÍ	AEC - ASSOCIACAO DE ENSINO DE CAMBE	AV. BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO, 210, CONJUNTO CASTELO BRANCO, CAMBE/PR
39.	201501319	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE SÃO JUDAS TADEU	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR SAO JUDAS TADEU	RUA CLARIMUNDO DE MELO, 79, ENCANTADO, RIO DE JANEIRO/RJ
40.	201500304	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE PINHAIS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PINHAIS	RUA CAMILO DI LELLIS, 1151, TÉRREO, ESTANCIA. , 1151, ESTANCIA, PINHAIS/PR
41.	201500459	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE IMPERATRIZ	CENTRO DE ENSINO ATENAS MARANHENSE LTDA	RUA MONTE CASTELO, 161, CENTRO, IMPERATRIZ/MA
42.	201500666	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	210 (duzentas e dez)	FACULDADE ANHANGUERA DE CAMPINAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA PEDRO GIANFRANCISCO, 301, PARQUE VIA NORTE, CAMPINAS/SP
43.	201500865	ENFERMAGEM (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE CAMPINAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA EMÍLIA STEFANELLI CEREGATTI, S/N, JARDIM MORUMBI, CAMPINAS/SP
44.	201501389	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE SÃO LOURENÇO DA MATA	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR ANGLO LIDER - AESAL	AV. ALMIRANTE TAMANDARÉ, 100, CENTRO, SÃO LOURENÇO DA MATA/PE
45.	201501021	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE RUY BARBOSA	ABEP - ACADEMIA BAIANA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RUA THEODOMIRO BAPTISTA, 422, MORRO DAS VIVENDAS, RIO VERMELHO, SALVADOR/BA
46.	201500178	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PROMOVE DE JANAUBA	ASSOCIACAO EDUCATIVA DO BRASIL - SOEBRAS	RUA CODEVASF, 234, VILA SÃO VICENTE, JANAUBA/MG

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

47.	201500460	FARMÁCIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE PITÁGORAS DE IMPERATRIZ	CENTRO DE ENSINO ATENAS MARANHENSE LTDA	RUA MONTE CASTELO, 161, CENTRO, IMPERATRIZ/MA
48.	201500303	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE PINHAIS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PINHAIS	RUA CAMILO DI LELLIS, 1151, TÉRREO, ESTANCIA. , 1151, ESTANCIA, PINHAIS/PR
49.	201500214	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ANHANGUERA DE BRASILIA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	QS 01 RUA 212 LOTES 11,13 E 15, S/N, AGUAS CLARAS, REGIÃO ADMINISTRATIVA III TAGUATINGA, BRASILIA/DF
50.	201500149	AGRONOMIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADES MAGSUL	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR PONTAPORANENSE-AESP	RUA CALÓGERAS, 890, - DE 851/852 A 1289/1290, CENTRO, PONTA PORA/MS

PORTARIA Nº 200, DE 2 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Portaria Normativa nº 20, de 19 de dezembro de 2014, publicada em 22 de dezembro de 2014, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201500831	ENGENHARIA DE ALIMENTOS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE NORDESTE	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	RUA ANTONIO GOMES GUIMARÃES, 150, PRÉDIO, DUNAS, FORTALEZA/CE
2.	201502036	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE CATAGUASES	FUNDACAO DE ENSINO E PESQUISA DO SUL DE MINAS	RUA ROMUALDO MENEZES, 701, MENEZES, CATAGUASES/MG
3.	201502113	EVENTOS (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE ESAMC SANTOS	ESACOM - ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRACAO, COMUNICACAO E MARKETING S/C LTDA	RUA DR. EGYDIO MARTINS, 181, PONTA DA PRAIA, SANTOS/SP
4.	201502111	PRODUÇÃO FONOGRÁFICA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE ESAMC SANTOS	ESACOM - ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRACAO, COMUNICACAO E MARKETING S/C LTDA	RUA DR. EGYDIO MARTINS, 181, PONTA DA PRAIA, SANTOS/SP
5.	201503150	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	40 (quarenta)	FACULDADE DE TELÊMACO BORBA	FATEB EDUCACAO INTEGRAL LTDA	AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1181, ALTO DAS OLIVEIRAS, TELÊMACO BORBA/PR
6.	201501204	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIDA DE CAMPINAS	DINAMICA ASSESSORIA E GESTAO EMPRESARIAL LTDA - ME	AV. 210, 386, SETOR COIMBRA, GOIÂNIA/GO
7.	201501298	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CAJAZEIRAS	FUNDACAO DE ENSINO SUPERIOR DE CAJAZEIRAS	RUA PADRE IBIAPINA, S/N, CENTRO, CAJAZEIRAS/PB
8.	201502068	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CAJAZEIRAS	FUNDACAO DE ENSINO SUPERIOR DE CAJAZEIRAS	RUA PADRE IBIAPINA, S/N, CENTRO, CAJAZEIRAS/PB
9.	201500978	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR DE PONTA GROSSA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	AVENIDA DOUTOR VICENTE MACHADO, 585, CENTRO, PONTA GROSSA/PR
10.	201500976	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR DE PONTA GROSSA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	AVENIDA DOUTOR VICENTE MACHADO, 585, CENTRO, PONTA GROSSA/PR
11.	201500433	ENFERMAGEM (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL	FADERGS - FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	AVENIDA SERTÓRIO, 5310, JARDIM LINDÓIA, PORTO ALEGRE/RS
12.	201500945	FARMÁCIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA DOUTOR PEDROSA, 55, CENTRO, CURITIBA/PR
13.	201501352	MARKETING (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS RIO BRANCO GRANJA VIANNA	FUNDACAO DE ROTARIANOS DE SAO PAULO	RODOVIA RAPOSO TAVARES, 7200, KM 24, GRANJA VIANA, COTIA/SP
14.	201501219	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE MANTENENSE DOS VALES GERAIS (INTERVALE)	FAMA SISTEMA EDUCACIONAL LTDA - EPP	RUA SETE DE SETEMBRO, 644, PRÉDIO, CENTRO, MANTENA/MG
15.	201500281	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	FACULDADES UNIDAS DO NORTE DE MINAS FUNORTE	RUA LÍRIO BRANT, 787, MELO, MONTES CLAROS/MG
16.	201500832	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE NORDESTE	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	RUA ANTONIO GOMES GUIMARÃES, 150, PRÉDIO, DUNAS, FORTALEZA/CE
17.	201500834	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE NORDESTE	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	AV. BEZERRA DE MENEZES, 2450, SÃO GERARDO, FORTALEZA/CE
18.	201500958	SECRETARIADO EXECUTIVO (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA DOUTOR PEDROSA, 55, CENTRO, CURITIBA/PR
19.	201501323	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS DO ARAGUAIA	FACULDADES CATHEDRAL DE ENSINO SUPERIOR DE BARRA DO GARCAS - ME	AVENIDA ANTONIO FRANCISCO CORTES, S/N, CIDADE UNIVERSITARIA, BARRA DO GARÇAS/MT
20.	201503137	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE JARDINS	CESUL-CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR LTDA - EPP	AVENIDA MINISTRO GERALDO BARRETO SOBRAL, 1496, JARDINS, ARACAJU/SE
21.	201500328	AGRONOMIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE IDEAU	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALTO URUGUAI LTDA	RUA JÚLIO BORELLA, 3553, CENTRO, MARAU/RS
22.	201501330	LOGÍSTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AMAZONIA	FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AMAZONIA LTDA. - ME	RUA ERNESTO GEISEL QUADRA 72, S/N, LOTE: 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 E 24, PARAÍSO, PARAUAPEBAS/PA
23.	201501351	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS RIO BRANCO GRANJA VIANNA	FUNDACAO DE ROTARIANOS DE SAO PAULO	RODOVIA RAPOSO TAVARES, 7200, KM 24, GRANJA VIANA, COTIA/SP
24.	201501010	PSICOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE CAMPO LIMPO PAULISTA	INSTITUTO DE ENSINO CAMPO LIMPO PAULISTA LTDA	RUA GUATEMALA, 167, JARDIM AMÉRICA, CAMPO LIMPO PAULISTA/SP
25.	201500347	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA GESTAO & MARKETING	IBGM - INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO & MARKETING LTDA - EPP	RUA JOAQUIM FELIPE, 250, BOA VISTA, RECIFE/PE
26.	201500644	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE QUATRO MARCOS	EDUCARE GESTAO DE EDUCACAO LTDA - ME	RUA PROJETADA II, 205, JARDIM DAS OLIVEIRAS, SÃO JOSE DOS QUATRO MARCOS/MT
27.	201500977	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR DE PONTA GROSSA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	AVENIDA DOUTOR VICENTE MACHADO, 585, CENTRO, PONTA GROSSA/PR
28.	201500943	ENFERMAGEM (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA DOUTOR PEDROSA, 55, CENTRO, CURITIBA/PR
29.	201501241	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE CESUMAR DE PONTA GROSSA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	AVENIDA DOUTOR VICENTE MACHADO, 585, CENTRO, PONTA GROSSA/PR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

30.	201501255	AGRONOMIA (Bacharelado)	110 (cento e dez)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIENCIAS DO NORTE DO PARANA	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIENCIAS DO NORTE DO PARANA LTDA - ME	RUA MANOEL RIBAS C/ CÂNDIDO BERTIER FORTES, 2178, CEP 87701-170, CENTRO, PARANAVAÍ/PR
31.	201501026	PRODUÇÃO AUDIOVISUAL (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE ESAMC SANTOS	ESACOM - ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRACAO, COMUNICACAO E MARKETING S/C LTDA	RUA DR. EGYDIO MARTINS, 181, PONTA DA PRAIA, SANTOS/SP
32.	201501679	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS DE UBERLÂNDIA	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	AVENIDA CIPRIANO DEL FÁVERO, 991, MARTINS, UBERLÂNDIA/MG
33.	201500606	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	90 (noventa)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS	FUNDACAO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS	RUA MAJOR GOTE, 808, CAIÇARAS, PATOS DE MINAS/MG
34.	201501399	RADIOLOGIA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE ALIANÇA	CIESPI-CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO SUPERIOR DO PIAUI LTDA	RUA SÃO PEDRO, 965, CENTRO, TERESINA/PI
35.	201500349	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE TECNOLOGIA GESTAO & MARKETING	IBGM - INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO & MARKETING LTDA - EPP	RUA JOAQUIM FELIPE, 250, BOA VISTA, RECIFE/PE
36.	201500404	ENFERMAGEM (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DO VALE DO ARARANGUA - FVA	FVA - FACULDADE DO VALE DO ARARANGUA LTDA - ME	AV. GETULIO VARGAS, 415, CENTRO, ARARANGUÁ/SC
37.	201500868	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CENTRO MATO-GROSSENSE	FUNDACAO EDUCACIONAL CLAUDINO FRANCIO	RUA RUI BARBOSA, 380, CENTRO, SORRISO/MT
38.	201500213	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA IBRATEC	IBRATEC INSTITUTO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA LTDA	AVENIDA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAIS, 4989-A, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
39.	201500679	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA IBRATEC	IBRATEC INSTITUTO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA LTDA	AVENIDA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAIS, 4989-A, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
40.	201500908	FARMÁCIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE IRECÊ	FACULDADE IRECE	RUA RIO IGUAÇU, 397, RECANTO DAS ARVORES, IRECÊ/BA
41.	201500326	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE IDEAU	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALTO URUGUAI LTDA	RUA PADRE CAPUCHINHOS, 521, CENTRO, MARAU/RS
42.	201500550	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE EVANGÉLICA DE TAGUATINGA	FACULDADE EVANGELICA DE TAGUATINGA LTDA - ME	QUADRA QNM 34 ÁREA ESPECIAL 1, 100 - L4/L5, TAGUATINGA NORTE (TAGUATINGA), BRASÍLIA/DF
43.	201500164	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE MANTENENSE DOS VALES GERAIS (INTERVALE)	FAMA SISTEMA EDUCACIONAL LTDA - EPP	RUA SETE DE SETEMBRO, 644, PRÉDIO, CENTRO, MANTENA/MG
44.	201500325	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AMAZONIA	FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AMAZONIA LTDA. - ME	RUA ERNESTO GEISEL QUADRA 72, S/N, LOTE: 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 E 24, PARAÍSO, PARAUAPEBAS/PA
45.	201501060	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE CAMPINA GRANDE	CESED - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO LTDA	AV SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO, 1901, ITARARÉ, CAMPINA GRANDE/PB
46.	201501985	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE DE CERES	CESUR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE RUBIATABA LTDA	AVENIDA BRASIL, QUADRA 13, S/N, SETOR MORADA VERDE, CERES/GO
47.	201502114	FOTOGRAFIA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE ESAMC SANTOS	ESACOM - ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRACAO, COMUNICACAO E MARKETING S/C LTDA	RUA DR. EGYDIO MARTINS, 181, PONTA DA PRAIA, SANTOS/SP
48.	201500775	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AMAZONIA	FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AMAZONIA LTDA. - ME	RUA ERNESTO GEISEL QUADRA 72, S/N, LOTE: 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 E 24, PARAÍSO, PARAUAPEBAS/PA
49.	201501184	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE PESTALOZZI DE FRANCA	FUNDACAO EDUCANDARIO PESTALOZZI	RUA JOSÉ MARQUES GARCIA, 197, CIDADE NOVA, FRANCA/SP
50.	201501543	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS DE UBERLÂNDIA	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	RUA BARÃO DE CAMARGOS, 695, FUNDINHO, UBERLÂNDIA/MG

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 201, DE 2 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Portaria Normativa nº 20, de 19 de dezembro de 2014, publicada em 22 de dezembro de 2014, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201501015	ENGENHARIA ELETRÔNICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DOS GUARARAPES	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA COMENDADOR JOSÉ DIDIER, 27, PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
2.	201500736	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DELTA	IUNI EDUCACIONAL - UNIME SALVADOR LTDA	AV. LUIZ VIANA, 3172, IMBUI, SALVADOR/BA
3.	201500123	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE MAUÁ DE BRASÍLIA	INSTITUTO MAUA DE PESQUISA E EDUCACAO - ME	COLÔNIA AGRÍCOLA SAMAMBAIA, 12, RUA 4-C, TAGUATINGA NORTE (TAGUATINGA), BRASÍLIA/DF
4.	201501203	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SUMARÉ	INSTITUTO SUMARE DE EDUCACAO SUPERIOR ISES LTDA	AVENIDA TUCURUVI, 470, TUCURUVI, SÃO PAULO/SP
5.	201500286	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE MAUÁ DE BRASÍLIA	INSTITUTO MAUA DE PESQUISA E EDUCACAO - ME	COLÔNIA AGRÍCOLA SAMAMBAIA, 12, RUA 4-C, TAGUATINGA NORTE (TAGUATINGA), BRASÍLIA/DF
6.	201501016	RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DOS GUARARAPES	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA COMENDADOR JOSÉ DIDIER, 27, PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
7.	201501481	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU MANAUS	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA DJALMA BATISTA, 377, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, MANAUS/AM
8.	201500792	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	65 (sessenta e cinco)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	LICEU CORACAO DE JESUS	RUA DOM HENRIQUE MOURÃO, 201, SANTA TEREZINHA, SÃO PAULO/SP
9.	201500921	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE EDUCACIONAL ARAUCÁRIA	ORGANIZACAO EDUCACIONAL ARAUCARIA LTDA - ME	AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, 3065, PORTÃO, CURITIBA/PR

10.	201501101	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE MOTIVA	SEPA - SOCIEDADE EDUCACIONAL DA PARAIBA LTDA	RUA SILVINO LOPES, 255, TAMBAÚ, JOÃO PESSOA/PB
11.	201501375	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE FEIRA DE SANTANA	INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - ME	RUA ARTEMIA PIRES FREITAS, S/N°, SIM, FEIRA DE SANTANA/BA
12.	201501480	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU MANAUS	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA DJALMA BATISTA, 377, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, MANAUS/AM
13.	201501477	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU MANAUS	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA DJALMA BATISTA, 377, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, MANAUS/AM
14.	201501018	PSICOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DOS GUARARAPES DE RECIFE	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA GOVERNADOR CARLOS DE LIMA CAVALCANTI, 110, BOA VISTA, RECIFE/PE
15.	201500174	GASTRONOMIA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE MAUÁ DE BRASÍLIA	INSTITUTO MAUA DE PESQUISA E EDUCACAO - ME	COLÔNIA AGRÍCOLA SAMAMBAIA, 12, RUA 4-C, TAGUATINGA NORTE (TAGUATINGA), BRASÍLIA/DF
16.	201501017	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DOS GUARARAPES DE RECIFE	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA GOVERNADOR CARLOS DE LIMA CAVALCANTI, 110, BOA VISTA, RECIFE/PE
17.	201501321	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DA ESCADA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DA ESCADA LTDA - SOESE	RUA CORONEL ANTÔNIO MARQUES, 67, CENTRO, ESCADA/PE
18.	201501435	DESIGN DE PRODUTO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS	INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - ME	AVENIDA LUIZ VIANA (PARALELA), 8812, PARALELA, SALVADOR/BA
19.	201502066	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO	ORGANIZACAO APARECIDO PIMENTEL DE EDUCACAO E CULTURA - OAPEC	PRAÇA DR. PEDRO CÉSAR SAMPAIO, 31, SÃO JUDAS TADEU, SANTA CRUZ DO RIO PARDO/SP
20.	201500220	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DO TAPAJOS	INSTITUTO SANTARENO DE EDUCACAO SUPERIOR	RUA ROSA VERMELHA, 335, AEROPORTO VELHO, SANTARÉM/PA
21.	201500671	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL	INTEGRAL - GRUPO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI S/C LTDA	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
22.	201500995	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST	SOCIEDADE DE EDUCACAO N.S. AUXILIADORA LTDA	AVENIDA MARECHAL FLORIANO, 947, CENTRO, LAGES/SC
23.	201501333	FARMÁCIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE FEIRA DE SANTANA	INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - ME	RUA ARTEMIA PIRES FREITAS, S/N°, SIM, FEIRA DE SANTANA/BA
24.	201501437	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE ANGLICANA DE TAPEJARA	LEGIAO DA CRUZ DE ERECHIM	RUA JÚLIO DE CASTILHOS, 1.124, PRÉDIO, CENTRO, TAPEJARA/RS
25.	201500897	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA ESTÁCIO DE CURITIBA	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	AV. SENADOR SOUZA NAVES, 1715, CRISTO REI, CURITIBA/PR
26.	201501007	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR MOINHO VELHO LTDA - ME	AV. MONSENHOR SECKLER,, S/N, VILA AMÉRICA, PORTO FELIZ/SP
27.	201502011	LOGÍSTICA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADES INTEGRADAS DO TAPAJOS	INSTITUTO SANTARENO DE EDUCACAO SUPERIOR	RUA ROSA VERMELHA, 335, AEROPORTO VELHO, SANTARÉM/PA
28.	201502022	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO - PAULISTA	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, S/N, CENTRO, PAULISTA/PE
29.	201502333	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE ANGLICANA DE TAPEJARA	LEGIAO DA CRUZ DE ERECHIM	RUA JÚLIO DE CASTILHOS, 1.124, PRÉDIO, CENTRO, TAPEJARA/RS
30.	201500916	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SAINT PAUL	SAINT PAUL EDUCACIONAL LTDA.	RUA PAMPLONA, 1616, JARDIM PAULISTA, SÃO PAULO/SP
31.	201501436	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS	INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - ME	AVENIDA LUIZ VIANA (PARALELA), 8812, PARALELA, SALVADOR/BA
32.	201500669	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL	INTEGRAL - GRUPO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI S/C LTDA	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
33.	201500906	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA ESTÁCIO DE CURITIBA	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	AV. SENADOR SOUZA NAVES, 1715, CRISTO REI, CURITIBA/PR
34.	201501100	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE MOTIVA	SEPA - SOCIEDADE EDUCACIONAL DA PARAIBA LTDA	RUA ORLANDO SOARES DE OLIVEIRA, 36, MIRAMAR, JOÃO PESSOA/PB
35.	201500708	AGRONOMIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, ECONÔMICAS E DA SAÚDE DE ARAGUAÍNA	ITPAC-INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS LTDA	AVENIDA FILADÉLFIA, 568, SETOR OESTE, ARAGUAÍNA/TO
36.	201500992	RADIOLOGIA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DO TAPAJOS	INSTITUTO SANTARENO DE EDUCACAO SUPERIOR	RUA ROSA VERMELHA, 335, AEROPORTO VELHO, SANTARÉM/PA
37.	201500994	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAUÁ DE BRASÍLIA	INSTITUTO MAUA DE PESQUISA E EDUCACAO - ME	COLÔNIA AGRÍCOLA SAMAMBAIA, 12, RUA 4-C, TAGUATINGA NORTE (TAGUATINGA), BRASÍLIA/DF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

38.	201501176	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADES INTEGRADAS DO TAPAJOS	INSTITUTO SANTARENO DE EDUCACAO SUPERIOR	RUA ROSA VERMELHA, 335, AEROPORTO VELHO, SANTAREM/PA
39.	201501293	EVENTOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE METODISTA GRANBERY	INSTITUTO METODISTA GRANBERY	RUA BATISTA DE OLIVEIRA, 1145, GRANBERY, JUIZ DE FORA/MG
40.	201501332	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE AVANTIS	SOCIEDADE AVANTIS DE ENSINO E ESCOLA DE AVIACAO CIVIL LTDA	AVENIDA MARGINAL LESTE, 3600, KM 132, DOS ESTADOS, BALNEARIO CAMBORIU/SC
41.	201501844	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	SOBRESP - FACULDADE DE CIENCIAS DA SAUDE	SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O ENSINO E PESQUISA LTDA - ME	RUA APPEL, 520, CENTRO, SANTA MARIA/RS
42.	201500696	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	IPTAN- INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES LTDA	AVENIDA LEITE DE CASTRO, 1.101, FABRICAS, SAO JOAO DEL REI/MG
43.	201500745	RADIOLOGIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, ECONOMICAS E DA SAUDE DE ARAGUAINA	ITPAC-INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS LTDA	AVENIDA FILADÉLFIA, 568, SETOR OESTE, ARAGUAÍNA/TO
44.	201500673	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM	MISSAO SALESIANA DE MATO GROSSO	RODOVIA TEOTÔNIO VILELA, KM 8,5, BAIRRO ALVORADA, ARAÇATUBA/SP
45.	201500217	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADES INTEGRADAS DO TAPAJOS	INSTITUTO SANTARENO DE EDUCACAO SUPERIOR	RUA ROSA VERMELHA, 335, AEROPORTO VELHO, SANTAREM/PA
46.	201500383	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE MAUÁ DE BRASÍLIA	INSTITUTO MAUA DE PESQUISA E EDUCACAO - ME	COLÔNIA AGRÍCOLA VICENTE PIRES, 54, SALAS 101/132, REGIÃO ADMINISTRATIVA III TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF
47.	201502067	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO	ORGANIZACAO APARECIDO PIMENTEL DE EDUCACAO E CULTURA - OAPEC	PRAÇA DR. PEDRO CÉSAR SAMPAIO, 31, SÃO JUDAS TADEU, SANTA CRUZ DO RIO PARDO/SP
48.	201501167	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIENCIAS DE ITABUNA	INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - ME	PRAÇA JOSÉ BASTOS, 55, CENTRO, ITABUNA/BA
49.	201501102	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE MOTIVA	SEPA - SOCIEDADE EDUCACIONAL DA PARAIBA LTDA	RUA ORLANDO SOARES DE OLIVEIRA, 36, MIRAMAR, JOÃO PESSOA/PB
50.	201500670	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL	INTEGRAL - GRUPO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI S/C LTDA	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI

PORTARIA Nº 202, DE 2 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Portaria Normativa nº 20, de 19 de dezembro de 2014, publicada em 22 de dezembro de 2014, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201501292	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE SÃO LUÍS	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR E DE PESQUISA DE SERGIPE LTDA - SESPS	RUA ZOÉ CERVEIRA, 120, ALEMANHA, SÃO LUÍS/MA
2.	201501108	ENFERMAGEM (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE GUARULHOS	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA	AVENIDA UBERABA, 251, VILA VIRGINIA, ITAQUAQUECETUBA/SP
3.	201500177	ENFERMAGEM (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE SUL-AMERICANA	UNIAO SUL-AMERICANA DE EDUCACAO LTDA	BR 153, S/N, KM 502, JARDIM DA LUZ, GOIÂNIA/GO
4.	201501232	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE REGIONAL PALMITOS	SOCIEDADE EDUCACIONAL PALMITOS LTDA	AVENIDA BRASIL, S/N, CENTRO, PALMITOS/SC
5.	201500725	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIME DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS	UNIME - UNIAO METROPOLITANA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E CULTURA LTDA.	AVENIDA LUÍS TARQUÍNIO PONTES, 600, CENTRO, LAURO DE FREITAS/BA
6.	201500757	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE JUAZEIRO	SOCIEDADE EDUCACIONAL VALE DO SAO FRANCISCO LTDA - ME	RUA PARAÍSO, 800, SANTO ANTONIO, JUAZEIRO/BA
7.	201501028	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS SOBRAL PINTO	UNIC EDUCACIONAL LTDA	RUA FLORIANO PEIXOTO, 597, CENTRO, RONDONOPOLIS/MT
8.	201501317	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE SÃO LUÍS	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR E DE PESQUISA DE SERGIPE LTDA - SESPS	RUA IGNÁCIO MOURÃO RANGEL, 39, QUADRA 36, PARQUE JARACATI, RENASCENÇA, SÃO LUÍS/MA
9.	201501441	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADES INTEGRADAS PITÁGORAS	SOCIEDADE PADRAO DE EDUCACAO SUPERIOR LTDA	AVENIDA PROFESSORA AIDA MAINARTINA PARAISO, 80, IBITURUNA, MONTES CLAROS/MG

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10.	201501111	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE GUARULHOS	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA	AVENIDA UBERABA, 251, VILA VIRGINIA, ITAQUAQUECETUBA/SP
11.	201501416	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE CIDADE VERDE	UNIAO MARINGAENSE DE ENSINO LTDA - EPP	AVENIDA ADVOGADO HORÁCIO RACCANELLO FILHO, 5950, SOBRELOJA, ZONA 07, MARINGÁ/PR
12.	201500920	AGROINDÚSTRIA (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE DE SÃO LOURENÇO	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	RUA MADAME SCHIMIDT, 90, FEDERAL, SÃO LOURENÇO/MG
13.	201501363	FILOSOFIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	FACULDADE MOZARTEUM DE SÃO PAULO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR MOZARTEUM	RUA NOVA DOS PORTUGUESES, 365, SANTA TEREZINHA, SÃO PAULO/SP
14.	201501091	AGRONOMIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE LA SALLE	SOCIEDADE PORVIR CIENTIFICO	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 1000W, BANDEIRANTES, LUCAS DO RIO VERDE/MT
15.	201501996	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA	RODOVIA BR 316, KM 3, GUANABARA, ANANINDEUA/PA
16.	201500611	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE RIO CLARO	SOCIEDADE EDUCACIONAL RIO CLARO LTDA	RUA 13 DE MAIO, 67, CENTRO, IJUÍ/RS
17.	201501994	FARMÁCIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA	RODOVIA BR 316, KM 3, GUANABARA, ANANINDEUA/PA
18.	201501029	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS SOBRAL PINTO	UNIC EDUCACIONAL LTDA	RUA FLORIANO PEIXOTO, 597, CENTRO, RONDONOPOLIS/MT
19.	201501006	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CENTRO DO PARANÁ	UB - UCP EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, S/N, CANTU, PITANGA/PR
20.	201500532	AGRONOMIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE	UNIDAS SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA MACHADINHO, 4.349, SETOR 6, ARIQUEMES/RO
21.	201501095	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CIDADE VERDE	UNIAO MARINGAENSE DE ENSINO LTDA - EPP	AVENIDA ADVOGADO HORÁCIO RACCANELLO FILHO, 5950, SOBRELOJA, ZONA 07, MARINGÁ/PR
22.	201500884	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PANAMERICANA DE JI-PARANA	UNIAO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE JI-PARANA	ROD 135 KM 01, ESTRADA NOVA LONDRINA, ZONA RURAL, JI-PARANA/RO
23.	201501140	FOTOGRAFIA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCAVEL	UNIAO EDUCACIONAL DE CASCAVEL - UNIVEL LTDA	AVENIDA TITO MUFFATO, 2317, SANTA CRUZ, CASCAVEL/PR
24.	201501141	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCAVEL	UNIAO EDUCACIONAL DE CASCAVEL - UNIVEL LTDA	AVENIDA TITO MUFFATO, 2317, SANTA CRUZ, CASCAVEL/PR
25.	201501422	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE REDENTOR	SOCIEDADE UNIVERSITARIA REDENTOR	BR 356, 25, PRESIDENTE COSTA E SILVA, ITAPERUNA/RJ
26.	201501322	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DA ESCADA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DA ESCADA LTDA - SOESE	RUA CORONEL ANTÔNIO MARQUES, 67, CENTRO, ESCADA/PE
27.	201501030	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS SOBRAL PINTO	UNIC EDUCACIONAL LTDA	RUA FLORIANO PEIXOTO, 597, CENTRO, RONDONOPOLIS/MT
28.	201501231	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE REGIONAL PALMITOS	SOCIEDADE EDUCACIONAL PALMITOS LTDA	AVENIDA BRASIL, S/N, CENTRO, PALMITOS/SC

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 203, DE 2 DE JUNHO DE 2016

A Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior Substituta, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e considerando o disposto na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Ata da 1ª Reunião Ordinária do Ano de 2013 da Diretoria Colegiada da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização dos cursos superiores de graduação, presencial, conforme planilha anexa, nos termos do disposto no artigo 32, Inciso III, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS

ANEXO (Indeferimento do pedido de autorização de cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201501266	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE PESTALOZZI DE FRANCA	FUNDACAO EDUCANDARIO PESTALOZZI	RUA JOSÉ MARQUES GARCIA, 197, CIDADE NOVA, FRANCA/SP
2.	201502298	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE NOROESTE	CENTRO DE ENSINO NOROESTE LTDA - ME	AVENIDA MANGALÔ, 2385, MORADA DO SOL, GOIÂNIA/GO
3.	201500946	JORNALISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA DOUTOR PEDROSA, 55, CENTRO, CURITIBA/PR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 929, DE 2 DE JUNHO DE 2016

O Reitor, da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.004008/2015-22, resolve:

Prorrogar pelo período de 06/07/2016 à 05/07/2017, a validade do Processo Seletivo para o provimento de cargo de Professor Substituto, realizado através do Edital nº 070/2015, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 099/2015, de 03/07/2015, publicado no DOU de 06/07/2015, Seção 3, fl. 51.

PAULO MÁRCIO DE FARIA E SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PORTARIA N° 3.044, DE 1ª DE JUNHO DE 2016

O Reitor da UFG, tendo em vista o que consta na Portaria nº 450/MP, de 06/11/2002, no Decreto nº 6.944 de 21/08/2009 e do Processo nº 23070.021006/2014-04, resolve:

Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira do Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: Horticultura, realizado pela Escola de Agronomia, objeto do Edital nº 75, publicado no D.O.U. de 02/12/2014, homologado através do Edital nº 068, publicado no D.O.U. de 08/06/2015, seção 3, pág.49.

PORTARIA N° 3.069, DE 2 DE JUNHO 2016

O Reitor da UFG, tendo em vista o que consta na Portaria nº 450/MP, de 06/11/2002, no Decreto nº 6.944 de 21/08/2009 e do Processo nº 23070.022848/2014-75, resolve:

Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira do Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: Fisiologia do Exercício e Teoria do Treinamento Esportivo, realizado pela Faculdade de Educação Fisica e Dança, objeto do Edital nº 75, publicado no D.O.U. de 02/12/2014, homologado através do Edital nº 64, publicado no D.O.U. de 08/06/2015, seção 3, pág. 49.

ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CAMPUS MACAÉ - PROFESSOR ALOÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 5.176, DE 2 DE JUNHO DE 2016

O Diretor do Campus Macaé - Professor Aloísio Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Paulo de Assis Melo, no uso de suas atribuições regimentais concedidas pela Portaria nº 3.861, de 07 de maio de 2014, resolve tornar público a prorrogação do prazo de realização da vaga MS-010 por mais 06 (seis) meses referente ao Edital N° 450, de 03 de dezembro de 2014, publicado no dou nº 236, de 05 de dezembro de 2014, conforme Resolução nº 12/2015 do CONSUNI.

PAULO DE ASSIS MELO

CAMPUS DE XERÉM

PORTARIA Nº 5.193, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O Diretor-Geral do Polo UFRJ Xerém da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor JUAN MARTIN OTALORA GOICOCHEA, no uso das suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado final do Processo Seletivo para Professor Substituto, referente ao Edital nº 151, de 19 de maio de 2016, publicado no D.O.U. nº 96 seção 3 de 20 de maio de 2016, divulgando o nome e a classificação dos candidatos aprovados neste processo seletivo para Professor Substituto - UFRJ/XEREM. (1 vaga)

Setorização: MATEMÁTICA,
Jornada de trabalho: 20 horas
1. Leonardo Justino Pereira
2. Pedro Bastos Costa
3. Lucas Soares de Oliveira Paixão
4. Leonardo Castro da Silva

JUAN MARTIN OTALORA GOICOCHEA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 567, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.041946/2015-73, torna público o resultado do concurso público para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Ciências Contábeis, do Centro Socioeconômico, objeto do Edital nº 154/DDP/2015, publicado no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2015, Seção 3, página 71.

Campo de Conhecimento: Ciências Contábeis/Contabilidade Tributária

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas

Vagas: 1 (uma) sendo esta, preferencialmente, reservada para candidatos negros conforme prevê a seção 4 deste Edital

Classe/Denominação/Nível: A/Assistente A/1

Lista geral:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO
Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

LILIAN CRISTIANE SILVA DE OLIVEIRA

PORTARIA N° 571, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.003545/2016-04 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departameno de Clínica Médica - CLM/CCS, instituído pelo Edital nº 067/DDP/2016, de 21 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 55, Seção 3, de 22/03/2016.

Área/Subárea de Conhecimento: Clínica Médica/ Hematologia.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma)
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO

LILIAN CRISTIANE SILVA DE OLIVEIRA

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.793, DE 2 DE JUNHO DE 2016

Altera a Circular nº 3.747, de 27 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre as condições para registro das informações a respeito das garantias constituídas sobre imóveis, nos termos da Resolução nº 4.088, de 24 de maio de 2012, relativas às operações de crédito que especifica.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 1º de junho de 2016, com base nos arts. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 28 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, e 3º da Resolução nº 4.088, de 24 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º e 4º da Circular nº 3.747, de 27 de fevereiro de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

§ 1º O registro de que trata o caput aplica-se às operações de financiamento para a aquisição de imóvel residencial e de empréstimo a pessoa natural garantido por imóvel residencial (home equity), inclusive as operações decorrentes de portabilidade, devendo conter as seguintes informações relativas ao(s):

.....

§ 3º As informações de que tratam os §§ 1º, inciso V, e 2º devem ser registradas de acordo com as informações constantes do laudo de avaliação do imóvel, cabendo às instituições mencionadas no caput assegurar a conformidade entre as informações registradas em seus livros e sistemas e as encaminhadas à entidade registradora.

§ 4º As instituições mencionadas no caput devem, até o último dia útil de cada mês:

I - efetuar o registro, de que trata o caput, das garantias registradas no Cartório de Registro de Imóveis no mês anterior; e

II - informar à entidade registradora as operações anteriormente registradas que tenham sido liquidadas no mês anterior.

§ 5º Para fins da conciliação de que trata o art. 12 do Regulamento anexo à Circular nº 3.743, de 8 de janeiro de 2015, são suficientes as informações constantes do § 1º, inciso IV." (NR)

"Art. 2º O formato das informações previstas no art. 1º deve ser compatível com o formato das remetidas ao SCR, ainda que essas informações não sejam fornecidas a esse sistema de forma individualizada." (NR)

"Art. 4º Esta Circular entra em vigor em 1º de março de 2017." (NR)

Art. 2º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as alíneas "d" e "e" do inciso IV do § 1º do art. 1º da Circular nº 3.747, de 27 de fevereiro de 2015.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

ANTHERO DE MORAES MEIRELLES
Diretor de Fiscalização

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

CIRCULAR Nº 726, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Divulga versão atualizada do Manual Operacional do Agente Operador do FGTS

A Caixa Econômica Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II da Lei nº 8.036, de 11.05.1990, artigo 67, inciso II do Decreto nº 99.684, de 08.11.1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 23.06.1995, e em cumprimento às disposições das Resoluções do Conselho Curador do FGTS nºs 790, de 27.10.2015 e 806, de 10.05.2016, das Instruções Normativas do MCIDADES nºs 08, de 26.04.2016, 10, de 28.04.2016, e 12, de 09.05.2016, suas alterações e aditamentos, e Portarias Interministeriais nºs 97 e 98, de 30.03.2016, suas alterações e aditamentos, RESOLVE: 1 Divulgar versão atualizada dos Manuais abaixo relacionados, que consolidam as diretrizes, conceitos e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Curador do FGTS e pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FGTS, tendo como objetivo a racionalização dos procedimentos operacionais a serem observados pelos Agentes Financeiros, Agentes Promotores e Mutuários, nas operações de crédito lastreadas com recursos do FGTS: 1.1 Manual de Fomento Pessoa Física Inclui diversas alterações, entre as quais, define novas condições para enquadramento das propostas de operação de crédito, percentual de composição do desconto para fins de cobertura da remuneração dos agentes financeiros, desconto para pagamento de parte da aquisição do imóvel nas operações vinculadas aos Programas Carta de Crédito Associativa e Carta de Crédito Individual e regulamenta as condições para financiamento de Unidades Habitacionais de Interesse Social; 1.2 Manual de Fomento Pessoa Jurídica - Define novas condições para enquadramento das propostas de operação de crédito, e regulamenta o financiamento à produção de Unidades Habitacionais enquadradas como de Interesse Social. 2 A versão dos Manuais ora divulgada consolida as alterações ocorridas nos procedimentos operacionais dos Programas acima citados. 2.1 Estes Manuais estão disponíveis a todos os participantes dos Programas de Aplicação do FGTS, por intermédio das Superintendências Regionais e Gerências de Filial do FGTS da Caixa Econômica Federal, em todo o território nacional e no sítio da CAIXA na internet no endereço eletrônico: http://www.caixa.gov.br, na área de downloads, item FGTS Manual de Fomento Agente Operador. 3 Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber. 4 Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Circular CAIXA nº 714, de 18.03.2016.

DEUSDINA DOS REIS PEREIRA
Vice-Presidente
Interina

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS

DECISÃO DO COLEGIADO DE 26 DE ABRIL DE 2016

PARTICIPANTES

LEONARDO PORCIUNCULA GOMES PEREIRA - PRESIDENTE

ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES - DIRETOR

PABLO WALDEMAR RENTERIA - DIRETOR

GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA - DIRETOR

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2015/11008

Reg. nº 9904/15

Relator: SGE

Trata-se de proposta conjunta de Termo de Compromisso apresentada por Cia. de Ferro e Ligas da Bahia - FERBASA e Leopoldo de Bruggen e Silva. ("Proponentes"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2015/6138, instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP.

A FERBASA foi acusada pela SEP de ter negociado, em 06.08.14, 28.000 (vinte e oito mil) ações preferenciais de sua emissão dentro do período de vedação de 15 dias anterior à divulgação das informações trimestrais - 2º ITR/2014 - ocorrida em 08.08.2014, em suposta infração ao art. 13, § 4º, da Instrução CVM 358/2002 ("Instrução 358"). Leopoldo de Bruggen e Silva, por sua vez, foi acusado de comandar ordem de compra, para a FERBASA, em 06.08.2014, de ações preferenciais de emissão da própria companhia, dentro do mesmo período de vedação, em suposta infração ao art. 155, §1°, da Lei n° 6.404/1976 c/c o art. 13, § 4º, da Instrução 358.

Após negociação com o Comitê de Termo de Compromisso, os Proponentes apresentaram proposta conjunta, contemplando os seguintes compromissos: (i) FERBASA: pagar à CVM o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais); e (ii) Leopoldo de Bruggen e Silva: pagar à CVM o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e não exercer, pelo período de 2 (dois) anos, a contar da data de assinatura do Termo de Compromisso, a função de administrador de companhias abertas.

O Comitê considerou conveniente e oportuna a aceitação da proposta apresentada, tida como suficiente para desestimular a prática de condutas afins, em atendimento à finalidade preventiva do termo de compromisso.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, aceitar a proposta de Termo de Compromisso apresentada em conjunto pelos Proponentes, acompanhando o entendimento do Comitê. O Termo de Compromisso deverá qualificar os pagamentos a serem efetuados como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão aos Proponentes. O Colegiado designou: (a) a Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, como responsável por atestar o pagamento da obrigação pecuniária relativa à CVM; e (b) a SEP, como responsável por atestar a obrigação não pecuniária.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2016/0092

Reg. nº 0001/16

Relator: SGE

O Diretor Pablo Renteria declarou seu impedimento antes do início da discussão do assunto.

Trata-se de proposta de Termo de Compromisso apresentada por Marcus Alberto Elias ("Proponente") no âmbito do Processo Administrativo Sancionador CVM 13/2013, instaurado para apuração de supostas "irregularidades nas subscrições de novas ações de emissão da Laep Investments Ltd. realizadas pelo fundo de investimento GEM - Global Yield Fund Limited e pela Yorkville Advisors Consultoria Ltda.".

O Proponente foi acusado, na qualidade de controlador indireto, presidente do conselho de administração e diretor presidente da Laep Investments Ltd. ("Laep"), de ter infringido o item I da Instrução CVM 8/1979, na forma da letra "c" do seu item II: (i) pela contratação do GEM - Global Yield Fund Limited e a realização direta dos atos de sua alçada necessários à viabilização de operação considerada fraudulenta, que teria resultado na arrecadação total e irregular de R$ 220.266.713,00; e (ii) pela contratação da Yorkville Advisors Consultoria Ltda. e a realização direta dos atos de sua alçada necessários à viabilização de operação considerada fraudulenta, que teria resultado na arrecadação total e irregular de R$ 22.718.014,00.

Devidamente intimado, o Proponente apresentou suas razões de defesa, bem como proposta de celebração de Termo de Compromisso, comprometendo-se a:

(i) pagar à CVM a importância de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

(ii) desistir da ação judicial movida contra a CVM requerendo a nulidade do PAS 13/2013; e

(iii) pagar o valor de R$ 0,60 (sessenta centavos) por BDR aos investidores que preencherem determinados requisitos.

O Comitê de Termo de Compromisso, em linha com a manifestação da Procuradoria Federal Especializada junto à CVM, concluiu que a proposta indenizatória direcionada aos investidores supostamente lesados seria desproporcional ao prejuízo sofrido. Do mesmo modo, para o Comitê, a proposta de indenização pelo dano difuso causado ao mercado de capitais seria flagrantemente desproporcional à natureza e à gravidade das acusações imputadas ao Proponente.

Ademais, na visão do Comitê, ainda que essas questões pudessem ser sanadas, o caso em tela demandaria pronunciamento norteador do Colegiado em sede de julgamento, bem orientando as práticas do mercado e a atuação dos administradores de companhia aberta.

Acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê, o Colegiado deliberou, por unanimidade, a rejeição da proposta de Termo de Compromisso apresentada pelo Proponente.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2015/1483

Reg. nº 0182/16

Relator: SGE

Trata-se de proposta conjunta de Termo de Compromisso apresentada por José Antônio Silva Vargas, Karl Ernst Steppe, Euclides Humberto Teixeira Jardim, Raul Maselli e Armando Santa Maria ("Proponentes"), administradores da Panatlântica S.A. ("Companhia"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2015/1483, instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP.

Os Proponentes foram acusados pela SEP nos seguintes termos:

(i) José Antônio Silva Vargas, Karl Ernst Steppe e Euclides Humberto Teixeira Jardim, diretores, por infração ao disposto no caput do artigo 176 c/c artigo 177 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei 6.404"), ao fazerem elaborar as demonstrações financeiras de 2013 da Companhia, com a inclusão indevida de receitas e despesas referentes aos 9 (nove) meses anteriores à data de aquisição do controle societário da empresa Panatlântica Tubos Ltda.; e

(ii) Raul Maselli e Armando Santa Maria, membros do conselho de administração, por infração ao disposto nos incisos III e V do artigo 142 c/c o artigo 153 da Lei 6.404, ao, tendo tomado conhecimento das demonstrações financeiras de 2013 da Companhia, deixarem de adotar as providências compatíveis com as irregularidades acima observadas, decidindo por submetê-las à Assembleia Geral Ordinária.

Inicialmente, os Proponentes apresentaram proposta conjunta de Termo de Compromisso, por meio do qual os diretores se comprometeram a pagar à CVM o valor individual de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), e os membros do conselho de administração o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Após negociação com o Comitê de Termo de Compromisso, os Proponentes aderiram à contraproposta apresentada pelo Comitê, comprometendo-se, assim, a pagar à CVM, individualmente e em parcela única, R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso dos diretores José Antônio Silva Vargas, Karl Ernst Steppe e Euclides Humberto Teixeira Jardim, e R$ 20.000,00 (vinte mil reais), no caso dos membros do conselho de administração Raul Maselli e Armando Santa Maria.

Na visão do Comitê, com a adesão dos Proponentes à contraproposta de majoração dos valores inicialmente apresentados, os compromissos assumidos seriam adequados ao cumprimento da função preventiva do Termo de Compromisso, sendo a sua aceitação conveniente e oportuna.

O Colegiado, por maioria, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê, deliberou a aceitação da proposta conjunta de Termo de Compromisso apresentada pelos Proponentes. Restou vencido o Presidente Leonardo Pereira, que considerou que os valores ofertados não representam uma prestação suficiente para inibir a prática de infrações dessa natureza.

O Termo de Compromisso deverá qualificar os pagamentos a serem efetuados como "condição para celebração do Termo de Compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão aos Proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento das obrigações assumidas pelos Proponentes.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2015/9465

Reg. nº 0183/16

Relator: SGE

Trata-se de proposta de Termo de Compromisso apresentada em conjunto por Petra Personal Trader CTVM S.A. e seu diretor responsável pela administração de fundos de investimento em direitos creditórios, Ricardo Binelli (em conjunto "Proponentes"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2015/9465, instaurado pela Superintendência de Relações com Investidores Institucionais - SIN.

Os Proponentes foram acusados pela SIN por suposta infração ao art. 65-A, inciso I, da Instrução CVM 409/2004, uma vez que não teriam exercido suas atividades buscando as melhores condições para o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multissetorial Esher LP, (i) ao permitirem a transferência da marca "Amazon PC", dada em garantia ao fundo, para empresa contratada como consultora para análise e seleção de direitos creditórios, trazendo risco adicional ao fundo; e (ii) ao manterem com essa mesma empresa contrato com o pagamento mensal por serviços que não teriam sido prestados.

Devidamente intimados, os Proponentes apresentaram suas razões de defesa, bem como proposta conjunta de celebração de Termo de Compromisso comprometendo-se a pagar à CVM o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Após manifestação da Procuradoria Federal Especializada junto à CVM, que concluiu pela existência de óbice legal à aceitação da proposta apresentada, o Comitê de Termo de Compromisso destacou que, ainda que o óbice jurídico pudesse ser superado, a celebração do termo seria inconveniente. Para o Comitê, tendo em vista as características do caso concreto, e a natureza e gravidade das acusações, o caso demandaria pronunciamento norteador do Colegiado em sede de julgamento, visando a bem orientar as práticas do mercado.

Acompanhando o entendimento do Comitê, o Colegiado deliberou, por unanimidade, rejeitar a proposta conjunta de Termo de Compromisso apresentada pelos Proponentes.

Na sequência, o Diretor Roberto Tadeu foi sorteado relator do PAS RJ2015/9465.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2014/13902

Reg. nº 0184/16

Relator: SGE

Trata-se de propostas de Termo de Compromisso apresentadas por Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Bancoob DTVM") e pelos seus diretores responsáveis pela administração de carteiras de valores mobiliários, Felipe Gomes da Silva Barros ("Felipe Barros") e Gustavo Bezerra de Albuquerque ("Gustavo de Albuquerque" e, em conjunto, "Proponentes"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2014/13902, instaurado pela Superintendência de Relações com Investidores Institucionais - SIN.

Os Proponentes foram acusados por infração aos seguintes dispositivos: (i) artigo 14, Parágrafo Único, da Instrução CVM 306/1999 ("Instrução 306"); (ii) artigo 15, inciso I, da Instrução 306 c/c artigo 65, inciso VI c/c artigo 68, inciso I c/c artigo 71, inciso II, alínea "b", todos da Instrução CVM 409/2004 ("Instrução 409"); (iii) artigo 65-A, inciso I, da Instrução 409; e (iv) inciso II do item 1.2.4.2 do Anexo à Instrução CVM 438/2006.

Juntamente com suas razões de defesa, os Proponentes apresentaram propostas de Termo de Compromisso, tendo o Comitê de Termo de Compromisso opinado no seguinte sentido:

- Bancoob DTVM: após negociações levadas a efeito pelo Comitê, comprometeu-se a pagar à CVM a quantia de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais). No entendimento do Comitê, a proposta contempla compromisso tido como bastante para inibir condutas assemelhadas; e

- Felipe Barros: comprometeu-se a pagar à CVM a quantia de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e a suspensão do seu registro de administrador de carteira de valores mobiliários pelo prazo de 2 (dois) anos; e Gustavo de Albuquerque: a pagar à CVM o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). O Comitê entendeu que as propostas em tela não representam prestação suficiente para inibir a prática de infrações dessa natureza, razão pela qual sugeriu sua rejeição.

O Colegiado, pelos argumentos expostos no parecer do Comitê, deliberou: (i) aceitar a proposta de Termo de Compromisso apresentada pela Bancoob DTVM; e (ii) rejeitar as propostas apresentadas por Felipe Barros e Gustavo de Albuquerque.

O Termo de Compromisso deverá qualificar o pagamento a ser efetuado como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento da obrigação pecuniária assumida, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão à Bancoob DTVM. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento da obrigação assumida.

Na sequência, o Diretor Pablo Renteria foi sorteado relator do PAS RJ2014/13902.

CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2014/11648

Reg. nº 9781/15

Relator: SNC

Trata-se de apreciação do cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado por José Luiz Sanches, Esmir de Oliveira e Estefan George Haddad, aprovado na reunião de Colegiado de 04.08.2015, no âmbito do PAS RJ2014/11648.

Considerando a manifestação da Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria - SNC, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que o pagamento previsto no Termo de Compromisso ocorreu na forma convencionada, não havendo obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado determinou o arquivamento do processo.

CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2014/9909

Reg. nº 9791/15

Relator: SAD

Trata-se da apreciação do cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado por Walter Fontana Filho, aprovado na reunião de Colegiado de 18.08.2015, no âmbito do Proc. RJ2014/9909.

Considerando a manifestação da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que o pagamento previsto no Termo de Compromisso ocorreu na forma convencionada, não havendo obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado determinou o arquivamento do processo.

RITA DE CÁSSIA MENDES
Chefe da Coordenação de Controle de Processos

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Em 3 de junho de 2016

Nº 88 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no artigo 40 desse mesmo diploma, faz publicar os seguintes Protocolos ICMS celebrado entre as Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados indicadas em seu texto:

PROTOCOLO ICMS 30, DE 2 DE JUNHO DE 2016

Altera o Protocolo ICMS 16/85, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com lâmina de barbear, aparelho de barbear descartável e isqueiro.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n. 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte:

PROTOCOLO

Cláusula primeira Fica acrescido o § 6º à cláusula terceira do Protocolo ICMS 16/85, de 29 de julho de 1985, com a seguinte redação:

"§ 6º Nas operações destinadas aos Estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul a MVA-ST original a ser aplicada é a prevista na legislação interna destes Estados para os produtos mencionados na cláusula primeira.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir da data prevista em Decreto do Poder Executivo.

PROTOCOLO ICMS 31, DE 2 DE JUNHO DE 2016

Revoga o Protocolo ICMS 44/13, que estabelece substituição tributária em relação às operações antecedentes interestaduais com desperdícios e resíduos de metais não-ferrosos e alumínio em formas brutas quando o produto for destinado a estabelecimento industrial.

Os Estados de Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos artigos 102 e 199 do Código Tributário Nacional, Lei n º 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no art. 9 º da Lei Complementar n º 87, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte:

PROTOCOLO

Cláusula primeira Fica revogado o Protocolo ICMS 44/13, de 5 de abril de 2013.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor no primeiro dia do segundo mês subsequente a data de sua publicação no Diário Oficial da União.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROTOCOLO ICMS 32, DE 2 DE JUNHO DE 2016

Altera o Protocolo ICMS 111/14, que dispõe sobre as operações com insumos e aves, promovidas entre estabelecimentos abatedores e produtores que entre si mantêm contrato de integração e parceria, estabelecidos nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

Os Estados do Paraná e Santa Catarina, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando a necessidade de simplificar o cumprimento das obrigações fiscais por parte dos estabelecimentos abatedores e produtores que entre si mantêm contrato de integração e parceria para produção de aves e suínos, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira O "caput" da cláusula primeira do Protocolo ICMS 111/14, de 26 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe o inciso IV:

"Cláusula primeira Acordam os signatários em estabelecer o presente regime especial para as operações com insumos e aves, promovidas entre os estabelecimentos da empresa VIBRA AGROINDUSTRIAL S.A, situados no Estado do Paraná e a seguir indicados, e produtores estabelecidos no Estado de Santa Catarina, que entre si mantêm contrato de integração e parceria, doravante denominados, respectivamente, ABATEDOR e PRODUTOR:

IV - estabelecimento situado no município de Coronel Vivida, inscrito no CNPJ sob nº 93.586.303/0020-81 e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob nº 90702256-00.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS 33, DE 2 DE JUNHO DE 2016

Dispõe sobre a adesão do Estado de Alagoas ao protocolo 29/11, que trata do transporte interno e interestadual de bens entre estabelecimentos da Tecnologia Bancária S.A.

Os Estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe , neste ato representados por seus Secretários de Fazenda, e tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira A cláusula primeira do Protocolo 29/11, passa a vigorar com a seguinte redação:

¨Cláusula primeira Ficam os estabelecimentos da Tecnologia Bancária S/A nos Estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, autorizados, em substituição à nota fiscal modelo 1 ou 1-A, ou da nota fiscal avulsa, a utilizar o Documento de Controle e Movimentação de Bens - DCM / Guia de Remessa de Material - GRM para acobertar o trânsito interno e interestadual, entre seus estabelecimentos, de bens pertencentes ao seu ativo e de materiais de uso ou consumo.¨.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2016.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 60, DE 19 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 9613.90.00 Mercadoria: Ignitor para ser conectado à usina de elevação de tensão de um acendedor de fogão à gás, constituído de um cabo condutor de cobre isolado com bainha de silicone, com cerca de 80 cm de comprimento, para tensão de 1.500 V, munido numa extremidade de um conector de plástico (que se conectará à usina) e na outra, onde se dá a faísca elétrica, de um eletrodo metálico isolado por cabeçote de cerâmica.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 96.13) e 6 (texto da subposição 9613.90.00) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011 e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das NESH, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 61, DE 19 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 8471.30.11 Mercadoria: Máquina automática para processamento de dados, portátil, do tipo tablet, de 270 g, concebida para funcionar utilizando tela sensível ao toque (touchscreen) de sete polegadas, com área da tela de 135 cm², com recurso do teclado alfanumérico virtual com mais de 70 teclas, com bateria recarregável, câmeras frontal e traseira, saída de áudio e entrada para cartão micro-SD, um conector USB, processador 1 GHz Dual Core, memória de 4 GB, conectividade WiFi, apresentada com um cabo USB, um adaptador AC/CC e um fone de ouvido.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 3 da Seção XVI, Nota 5A do Capítulo 84 e texto da posição 84.71), RGI/SH 6 (texto da subposição 8471.30) e RGC/NCM 1 (texto do item 8471.30.1 e do subitem 8471.30.11) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011 com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011, com alterações posteriores. Subsídios extraídos das NESH aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 62, DE 19 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 3924.90.00 Capa para proteger as cerdas (cabeça) da escova dental, de plástico (PP e PVC), na forma de um gatinho, acondicionada em blíster.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 39.24), RGI/SH 6 (texto da subposição 3924.90) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011 com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011, com alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 63, DE 19 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC: 6505.00.90 Mercadoria: Touca descartável de falso tecido de 10 g/m², utilizada para evitar queda de cabelos em ambientes com necessidade de alta limpeza.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 6505.00), RGC/NCM 1 (texto do item 6505.00.90) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011, e subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 64, DE 20 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8418.40.00 Mercadoria: Congelador (freezer) vertical tipo armário, para armazenamento de reagentes, amostras e outros artigos de uso médico/hospitalar/laboratorial, a -20º Celsius, medindo 1.970 x 720 x 910 mm (A x P x L), com peso de 193 kg e capacidade de 659 litros.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 84.18) e RGI/SH 6 (texto da subposição 8418.40), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 65, DE 20 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8418.40.00 Mercadoria: Congelador (freezer) vertical tipo armário, para armazenamento de reagentes, amostras e outros artigos de uso médico/hospitalar/laboratorial, a -20º Celsius, medindo 1.830 x 740 x 610 mm (A x P x L), com peso de 127 kg e capacidade de 326 litros.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 84.18) e RGI/SH 6 (texto da subposição 8418.40), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 66, DE 20 DE ABRIL DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8509.80.90 Mercadoria: Desumidificador de ambientes com tecnologia "Peltier", de uso doméstico, com microventilador elétrico incorporado, pesando aproximadamente 1,15 kg.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 3 do Capítulo 85 e texto da posição 85.09), RGI/SH 6 (texto da subposição 8509.80) e RGC/NCM 1 (texto do item 8509.80.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 96, DE 20 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 3305.90.00 "Ex" 01 da TIPI Mercadoria: Condicionador para cabelos, contendo proteína hidrolisada de colágeno e queratina, próprio para recuperar o brilho e maciez dos cabelos após tratamentos químicos, acondicionado em frasco plástico de 140 ml.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 33.05) e 6 (texto da subposição 3305.90.00) e RGC/TIPI (texto do "Ex" 01 do código 3305.90.00) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela Instrução Normativa (IN) RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 97, DE 20 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 3305.90.00 "Ex" 01 da TIPI Mercadoria: Condicionador para cabelos, contendo óleo de gérmen de trigo, lanolina e ácido cítrico, próprio para ser utilizado após processos químicos de alisamento, relaxamento e coloração, acondicionado em frasco plástico de 280 ml.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 33.05) e 6 (texto da subposição 3305.90.00) e RGC/TIPI (texto do "Ex" 01 do código 3305.90.00) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela Instrução Normativa (IN) RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98, DE 20 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 3305.90.00 "Ex" 01 da TIPI Mercadoria: Condicionador para cabelos contendo queratina, proteína hidrolisada de colágeno e silicone, próprio para condicionar e recuperar os cabelos quimicamente tratados, secos e danificados, acondicionado em frasco plástico de 300 g.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 33.05) e 6 (texto da subposição 3305.90.00) e RGC/TIPI (texto do "Ex" 01 do código 3305.90.00) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela Instrução Normativa (IN) RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99, DE 20 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 3305.90.00 "Ex" 01 da TIPI Mercadoria: Condicionador para cabelos, contendo óleo Semi di Lino e glicerina, próprio para recuperar o brilho e maciez dos cabelos após tratamentos químicos de coloração, acondicionado em ampola plástica de 15 ml.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 33.05) e 6 (texto da subposição 3305.90.00) e RGC/TIPI (texto do "Ex" 01 do código 3305.90.00) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela Instrução Normativa (IN) RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 100, DE 20 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 3305.90.00 "Ex" 01 da TIPI Mercadoria: Condicionador para cabelos, contendo aminoácidos de queratina e lanolina, próprio para condicionar e hidratar os cabelos, acondicionado em bisnaga de alumínio de 48 g.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 33.05) e 6 (texto da subposição 3305.90.00) e RGC/TIPI (texto do "Ex" 01 do código 3305.90.00) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela Instrução Normativa (IN) RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 101, DE 20 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 9031.80.99 Mercadoria: Dispositivo eletrônico para controle do acionamento das almofadas infláveis de segurança (airbag) de veículos automóveis, contendo conector elétrico e placa de circuito impresso com sensores e microcontrolador, comercialmente denominado "Módulo de Controle Eletrônico do Airbag".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 90.31), RGI 6 (texto da subposição 9031.80) e RGC 1 (textos do item 9031.80.9 e do subitem 9031.80.99) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. no 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB no 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 102, DE 20 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 3208.90.31 Mercadoria: Solução de silicone em solvente orgânico volátil, cuja proporção do solvente excede a 90% em peso, utilizada como antiespumante no processamento primário de petróleo.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 4 do Capítulo 32 e texto da posição 32.08) e 6 (texto da subposição 3208.90) e RGC/NCM 1 (textos do item 3208.90.3 e do subitem 3208.90.31) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011 e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das NESH, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 103, DE 20 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 3208.90.31 Mercadoria: Solução de silicone em solvente orgânico volátil, cuja proporção do solvente excede a 70% em peso, utilizada como antiespumante no processamento primário de petróleo.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 4 do Capítulo 32 e texto da posição 32.08) e 6 (texto da subposição 3208.90) e RGC/NCM 1 (textos do item 3208.90.3 e do subitem 3208.90.31) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011 e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das NESH, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 104, DE 20 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 8473.30.99 Mercadoria: Parte de unidade de processamento digital de microcomputador constituída de gabinete, placa-mãe, fonte de alimentação, microventilador, duas portas USB, duas saídas de áudio e LED indicadores de funcionamento, mas não contendo microprocessador, módulos de memória e unidade de disco rígido, comercialmente denominado "gabinete 'C+P+M' - Case + Power supply + Mother Board".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (textos da Nota 2b da Seção XVI e da posição 84.73) e 6 (texto da subposição 8473.30) e pela RGC/NCM 1 (textos do item 8473.30.9 e do subitem 8473.30.99) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011, e em subsídios extraídos das NESH aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 105, DE 20 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 8473.30.99 Mercadoria: Parte de microcomputador do tipo All-in-One constituída de gabinete, placa-mãe com WiFi, microventilador, câmera de vídeo, alto-falantes e placa inversora, mas não contendo microprocessador, módulos de memória, unidade de disco rígido, leitor de DVD e display LCD.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (textos da Nota 2b da Seção XVI e da posição 84.73) e 6 (texto da subposição 8473.30) e pela RGC/NCM 1 (textos do item 8473.30.9 e do subitem 8473.30.99) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011, e a Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011, e em subsídios extraídos das NESH aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 106, DE 24 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8517.62.62 Mercadoria: Estação Terminal de Acesso (modem) contendo emissor com receptor incorporado para transmissão de dados, sons e imagens através de rede de telefonia celular de quarta geração, padrão LTE, própria para conexão de dispositivos à Internet, com slot USIM/SIM, com função acessória de compartilhamento da conexão (roteamento) e interface FXS para utilização de telefone VoIP; apresentada em gabinete plástico, medindo 150mm x 150mm x 56mm, pesando 300g e com adaptador AC, denominada comercialmente de transceptor 4G.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.17) e RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 8517.6 e da subposição de 2º nível 8517.62) e RGC 1 (textos da Nota 3 da Seção XVI, do item 8517.62.6 e do subitem 8517.62.62), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 107, DE 24 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9018.39.99 Mercadoria: Instrumento descartável utilizado em cirurgias videolaparoscópicas, comercialmente conhecido por trocater ou trocarte, com 5, 11 ou 12 mm de diâmetro, constituído por uma cânula, que contém duas membranas vedantes, e um obturador, consistindo de uma ponta de lâmina aguçada e achatada e um escudo acionado por mola. Apresenta-se acondicionado em embalagem plástica.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 90.18) e RGI 6 (textos da subposição de 1o nível 9018.3 e da subposição de 2o nível 9018.39) e RGC-1 (textos do item 9018.39.9 e do subitem 9018.39.99) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 108, DE 24 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8504.40.50 Mercadoria: Conversor elétrico estático de freqüência para variação de velocidade de motores elétricos - constituído por retificador de entrada, circuito intermediário, inversor e módulo de comando e controle - com potência de 300 hp a 1000 hp (com largura de 1968 mm, altura de 2500 mm e profundidade de 1190 mm, peso de 2073 kg), de 1250 hp a 2000 hp (com largura de 2915 mm, altura de 2500 mm e profundidade de 1190 mm, peso de 3000 kg) ou de 2250 hp a 3000 hp (com largura de 3485 mm, altura de 2500 mm e profundidade de 1190 mm, peso de 3500 kg).

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.04) e RGI 6 (texto da subposição 8504.40) e RGC-1 (texto do item 8504.40.50) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 109, DE 25 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2918.19.90 Mercadoria: Insumo farmacêutico denominado pravastatina sódica, CAS number 81131-70-6, princípio ativo utilizado na fabricação de medicamento antilipêmico (redução de colesterol no sangue), com grau de pureza mínimo de 97%, apresentado na forma de pó cristalino e acondicionado em tambores.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 1 a), 5 a) e 5 c) 2) do Capítulo 29 e da posição 29.18) e RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 2918.1 e da subposição de 2º nível 2918.19) e RGC 1 (texto do item 2918.19.90), da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 110, DE 24 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9403.70.00 Mercadoria: Mesa plástica com nichos para encaixe de tigelas e pincéis, suportada por tubos de aço e base com rodízios, comercialmente conhecida como carrinho auxiliar para salão de beleza. Conta com três tigelas e três pincéis, que são encaixados na mesa plástica.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 94.03), RGI 3 b) e RGI 6 c/c RGI 2 b) e RGI 3 b) (texto da subposição 9403.70) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 111, DE 30 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8714.99.90 Mercadoria: Roda para bicicleta, sem pneumático. Código NCM: 8714.99.90 Mercadoria: Roda para bicicleta, montada com pneumático do tipo sem câmara-de-ar. Código NCM: 8714.99.90 Mercadoria: Roda para bicicleta, montada com pneumático e câmara-de-ar.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 87.14), RGI/SH 6 (textos das subposições 8714.9 e 8714.99) e RGC/NCM 1 (texto do item 8714.99.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 112, DE 30 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8418.40.00 Mercadoria: Congelador (freezer) vertical tipo armário, para armazenamento de bolsas de sangue a -30º Celsius, medindo 1.970 mm x 720 mm x 910 mm (A x L x P), com peso de 193 kg e capacidade de 659 litros.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 84.18) e RGI/SH 6 (texto da subposição 8418.40), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 113, DE 30 DE MAIO DE 2016

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8418.40.00 Mercadoria: Congelador (freezer) vertical tipo armário, para armazenamento de bolsas de sangue a -30º Celsius, medindo 1.830 mm x 610 mm x 740 mm (A x L x P), com peso de 166 kg e capacidade de 326 litros.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 84.18) e RGI/SH 6 (texto da subposição 8418.40), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Presidente da 4ª Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 13 DE MAIO DE 2015

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720226/2016-01 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca Hyundai, modelo IX35, ano 2013, cor prata, chassi KMHJU81DBEU704558, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 13/0745849-3, de 18/04/2013, pela Alfândega do Porto de Vitória, de propriedade do Sr. Hoseok Son, CPF 703.819.541-70.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 2 DE JUNHO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE BELÉM, no uso da competência atribuída pelo § 3º do art.810 do Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, com alterações posteriores, bem como na InstruçãoNormativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011 e atendando ao que consta no processo10209.720045/2016-97, DECLARA.

INSCRITO no registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da 2ª Região Fiscal LEONARDO

BARROS FONSECA, CPF nº 022.213.932-36.

BENEDITO JOSÉ AZEVEDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE BELÉM no uso da competência atribuída pelo § 3º do art. 810do Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, com alterações posteriores, bem como na Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011 e atendando ao que consta no processo10209.720048/2016-21, DECLARA.

INSCRITO no registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro dessa Região Fiscal SEVERO RIVAS NASCIMENTO ONIEVA, CPF 601.831.952-72.

BENEDITO JOSÉ AZEVEDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE BELÉM, no uso da competência atribuída pelo § 3º do art.810 do Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, com alterações posteriores, bem como na Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011 e atendando ao que consta no processo10209.720052/2016-99, DECLARA.

INSCRITO no registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da 2ª Região Fiscal

CARLOS ALBERTO DA SILVA REIS JÚNIOR, CPF nº 011.060.122-08

BENEDITO JOSÉ AZEVEDO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 2 DE JUNHO DE 2016

Declara nulidade no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF

O Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário - SECAT, no uso da(s) atribuição(ões) que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU em 17 de maio de 2012; e tendo em vista o disposto nos artigos. 2º, inciso VII, 17, 18, 19, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, e considerando o que consta no processo administrativo nº 14363.720217/2014-39, DECLARA:

Art. 1º ANULAR a inscrição no CPF 529.992.462-34 de ARTHUR WOLFMAN.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 2 DE JUNHO DE 2016

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU, em 17 de maio de 2012; por força da alínea IX, art. 13, da Portaria 71 de Delegação de Competência do Delegado da DRF/MNS, de 09 de junho de 2014; nos termos dos artigos 40, inciso II e 42, inciso II, da Instrução Normativa SRF n.º 1634, de 06/05/2016, publicada no DOU de 09/05/2016 e ainda, de acordo com o que ficou apurado no processo administrativo nº 10283.722.062/2016-76, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica IRENE MEDEIROS DE ALMEIDA - ME, CNPJ N º 04.819.050/0001-56, por não ter sido localizada no endereço informado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Art. 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

GLAYTON BATISTA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LAURO DE FREITAS SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 1º DE JUNHO DE 2016

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) à pessoa jurídica que menciona, em cumprimento à Ordem Judicial expedida no Mandado de Segurança n° 0024049-12.2015.4.01.3300.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil em Lauro de Freitas, abaixo identificado, no uso da competência de que trata o art. 302, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 (DOU de 17/5/2012), delegada pelo art. 12, III, da Portaria DRF/LFS nº 1, de 2 de fevereiro de 2015 (DOU de 3/2/2015), tendo em vista o disposto no art. 11 da Instrução Normativa (IN) RFB nº 758, de 2007, e o que consta no processo administrativo nº 11290.720099/2015-52, declara:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica GAMESA EOLICA BRASIL LTDA, CNPJ nº 69.119.386/0001-51, a COABILITAÇÃO ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), de que tratam os arts. 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 15/6/2007, o Decreto nº 6.144, de 3/7/2007 e a IN RFB nº 758, de 25/7/2007.

Art. 2º - Vincular o presente ADE ao projeto aprovado pela Portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº 274, de 8/10/2104 (DOU de 9/10/2014), e ao Contrato de Fornecimento, Transporte, Montagem, Colocação em Operação e Teste de Aerogeradores (empreitada total), celebrado entre o interessado e a empresa Ventos dos Guaras Energias Renováveis S/A, CNPJ nº 13.344.343/0001-15, pessoa jurídica habilitada no REIDI, conforme abaixo:

Identificação do Projeto	EOL VENTOS DOS GUARAS I
Localização	Município de Campo Formoso/BA
Matrícula CEI	51.226.92283/79
Setor da infraestrutura favorecido	Energia
Tipo	Central Geradora Eólica

Art. 3º - O prazo para fruição do beneficio extingue-se após decorridos 5 (cinco) anos contados da data da HABILITAÇÃO da pessoa jurídica titular do projeto ou enquanto durar a validade da decisão concedida no Mandado de Segurança acima, o que ocorrer primeiro.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

BARTOLOMEU PIMENTEL DA SILVA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 27 DE MAIO DE 2016

Declara o restabelecimento de atos praticados perante o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1548, de 13 de fevereiro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE /MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e considerando o disposto nos artigos 17, 18 e 19, da Instrução Normativa RFB nº 1548 de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º. Declarar o restabelecimento, por decisão administrativa, das inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF nº 665.562.286-72, 087.012.506-04, 088.192.926-37, 089.887.176-00, 091.532.436-92, 092.664.056-98, 093.422.696-21 e 094.906.916-74 em nome de ELIANA ABRANCHES TEIXEIRA, de acordo com as informações contidas no Processo Administrativo nº 10680.723967/2015-08 a partir da data das respectivas inscrições, qual seja, 10/10/1998, 14/12/2004, 15/02/2005, 15/04/2005, 17/07/2005, 15/09/2005, 27/10/2005 e 13/01/2006.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Declara baixada a inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 33, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n º 1634 de 06/05/2016, DOU 09/05//2016, considerando o que consta no Processo/Dossiê Administrativo nº 10680.721813/2016-54, DECLARA:

Art. 1º - Baixada de ofício a inscrição nº 03.856.175/0001-93, atribuída a empresa CENTRAL MERCANTIL CONSULTORIA, ASSESSORIA FOLHA MERCADOLOGICA LTDA - ME, em virtude do seu cancelamento no órgão de registro em 26/04/2011.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 31 DE MAIO DE 2016

Habilitação Definitiva no Programa Mais Leite Saudável de acordo com o artigo 9º-A da Lei nº 10.925/2004 e alterações, o Decreto nº 8.533/2015 e alterações e a Instrução Normativa RFB nº 1.590/2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS/MG, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º-A da Lei nº 10.925/2004 e alterações, no Decreto nº 8.533/2015 e alterações e na Instrução Normativa RFB nº 1.590/2015 e o constante no Processo Administrativo nº 10665.720617/2016-51, resolve:

Artigo 1º - Habilitar definitivamente no Programa Mais Leite Saudável a pessoa jurídica EMBARE INDUSTRIAS ALIMENTICIAS S/A, CNPJ nº 21.992.946/0001-51, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 241, Centro, Lagoa da Prata/MG, CEP: 35.590-000, a partir da publicação deste ato. Esta habilitação será cancelada automaticamente na data da protocolização do relatório de conclusão do projeto de investimentos aprovado, por meio do processo nº 21028.004535/2015-14, e fiscalizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Artigo 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS PAULO PEREIRA MILAGRES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

PORTARIA Nº 43, DE 2 DE JUNHO DE 2016

Dispõe sobre a conferência aduaneira da Declaração Simplificada de Importação (DSI) e de Exportação (DSE) do Operador Econômico Autorizado (OEA), no âmbito da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Vitória.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA/ES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando as disposições contidas no art. 12, da Instrução Normativa da RFB (IN RFB) nº 1.598 de 9 de dezembro de 2015; art. 40, 3º, da IN RFB nº 1.600, de 14 de dezembro de 2015; e arts. 14 e 39 da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (IN SRF) nº 611, de 18 de janeiro de 2006, resolve:

Art. 1º No âmbito da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Vitória, a conferência aduaneira da Declaração Simplificada de Importação (DSI) ou de Exportação (DSE) formulada por Operador Econômico Autorizado (OEA), certificado em conformidade com a IN RFB nº 1.598, de 2015, observará o disposto nesta Portaria.

Art. 2º O titular da DSI ou de DSE selecionada para conferência aduaneira deve apresentar à equipe responsável pelo despacho aduaneiro, juntamente com os demais documentos de instrução da declaração, cópia do Ato Declaratório Executivo (ADE) por meio do qual foi certificado como Operador Econômico Autorizado.

Art. 3º O chefe da equipe de despacho aduaneiro deve distribuir a declaração de que trata o art. 1º imediatamente após a apresentação dos documentos instrutivos do despacho.

Art. 4º A DSI do operador certificado na modalidade OEA Conformidade (OEA-C) Nível 2 e OEA Integrado deverá ser desembaraçada com dispensa da conferência aduaneira, salvo se o chefe da equipe de despacho aduaneiro, no momento da distribuição, verificar a existência de elementos que recomendem a execução do procedimento.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se especialmente à DSI que acoberte o retorno de bens, partes e suas peças em admissão temporária no País, os quais, na vigência do regime, tenham sido remetidos ao exterior para manutenção, reparo, testes ou demonstração (IN RFB nº 1.600, de 2015, arts. 40, § 3º e 68, 3º; IN RFB nº 1.598, de 2015, art. 12, V).

Art. 5º O Auditor-Fiscal deverá priorizar o processamento do despacho aduaneiro quando a DSI ou DSE for selecionada para conferência aduaneira (IN RFB nº 1.598, de 2015, arts. 10 III e 12, V).

Parágrafo único. A conferência aduaneira deve ser concluída, no máximo, no turno seguinte ao da entrega dos documentos (IN SRF nº 611, de 2006, art. 15 e art. 39, parágrafo único).

Art. 6º Deverão ser observadas as demais disposições constantes da IN SRF nº 611, de 2006, quanto ao processamento dos despachos aduaneiros relativos à DSI e DSE.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Em caso de dúvida na aplicação da presente Portaria, cabe ao Chefe do Serviço de Despacho Aduaneiro (Sedad) solucioná-la de forma pontual, bem como expedir orientações gerais aplicáveis a casos semelhantes.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos anteriormente praticados com base em suas disposições.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário acaso contidas em outros atos e orientações de âmbito local.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 30 DE MAIO DE 2016

Autoriza a aquisição de papel com imunidade tributária de acordo com o artigo 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, e tendo em vista o disposto no artigo 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal; nos artigos 211-A e 211-B do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010; nos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009; nos artigos 1º, 2º, 3º e 14 da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e na decisão administrativa constante das folhas 40 à 42 do processo administrativo 10730.723878/2014-30, com relação ao pedido apresentado no mencionado processo pelo estabelecimento EDITORA ADOS LTDA - ME, CNPJ nº 01.655.548/0001-32, situado à Travessa Júlio Froes nº 112, parte, engenhoca, Niterói-RJ, CEP: 24.110-440, resolve:

Art. 1º DEFERIR o pedido de concessão de registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, de que trata o art. 1º da Lei 11.945/2009, na atividade de gráfica, com número de inscrição GP-07102/00154.

Art. 2º O presente registro poderá ser cancelado a qualquer tempo; se, após a sua concessão, ocorrer uma das hipóteses constantes nos incisos I a V do art. 7º da IN RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009

Art. 3º Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO JOSÉ DA ROCHA VELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 31 DE MAIO DE 2016

Altera o Registro Especial a que estão sujeitos os estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos nº UP07201/00082.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 302 inciso IX do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF N.º 203 de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o artigo 2°. da Instrução Normativa RFB n°. 976/2009 e suas alterações declara:

Art. 1º Alterado o endereço de Av.Bertolo Malacarte,17, Glória, Sao Gabriel da Palha/ES, CEP. 29.780.000, constante no Regime Especial a que estão sujeitos os estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos nº UP07201/00082 , da Empresa Editora Hoje Ltda- EPP, CNPJ nº 08.325.314/0001-79 , para Rua Ana Gomes da Silva, 80, Jardim Passamani, São Gabriel da Palha/ES, CEP. 29.780-000, de acordo com os autos do processo de nº 13767.720198/2014-35.

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO BOSSER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 304, DE 18 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.016408/0416-57

NOME EMPRESARIAL: PLASUTIL-INÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.

CNPJ Nº 56.450.877/0001-39

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 20/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 305, DE 18 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.016409/0416-00

NOME EMPRESARIAL: ASSOCIAÇÃO CULTURAL AS GANHADEIRAS DE ITAPUÃ.

CNPJ Nº 08.749.260/0001-76

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 20/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 306, DE 18 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.016410/0416-26

NOME EMPRESARIAL: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HUMANOS - SECCIONAL RIO DE JANEIRO.

CNPJ Nº 31.247.083/0001-41

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 22/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013.

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 307, DE 18 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica, que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.025120/0416-73

NOME EMPRESARIAL: UNI SOLUÇÕES COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA-ME.

CNPJ Nº 09.573.926/0001-40

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 25/04/2016

ENQUADRAMENTO: INC. XV do art. 2º e arts. 12 ao 14, da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 308, DE 18 DE MAIO DE 2016

Cancela, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 12, § 2º, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 12448733696/2012-26, resolve:

Art. 1º - Cancelar, a pedido, a habilitação, relativamente ao projeto especificado, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 12, inciso I da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, da pessoa jurídica abaixo:

EMPRESA: SÃO GOTARDO TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A.

CNPJ Nº 15.867.360/0001-62

PROJETO: Conforme descrito no Anexo da Portaria (SPDEMME) nº 128, de 08 de outubro de 2012, do Ministério das Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 10 de outubro de 2012.

Art. 2º - Fica revogado o ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF RJ I nº 239, de 19 de novembro de 2012, publicado no D.O.U. de 6 de dezembro de 2012.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 309, DE 18 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 11707.720653/2016-43, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDEMME) nº 364/2015, de 1 de dezembro de 2015, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 2 de dezembro de 2015.

EMPRESA: ATLANTICO - CONCESSIONÁRIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO BRASIL S/A.

CNPJ nº 12.402.255/0001-60

CEI nº Não tem. Art. 19,II,"c" da IN-RFB nº 971/2009

NOME DO PROJETO: Reforços na Subestação Xinguara 2.

ATO AUTORIZATIVO: Resolução Autorizativa ANEEL no 4.553, de 18 de fevereiro de 2014 combinado com art.4º inciso III , da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Transmissão de Energia.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: com início previsto para 01/02/2016 e término previsto para 31/01/2018.

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 310, DE 18 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 11707.720353/2016-64, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDEMME) nº 23/2016, de 12 de fevereiro de 2016, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 16 de fevereiro de

EMPRESA: CANOAS ENERGIA RENOVÁVEIS/A.

CNPJ nº 21.540.713/0001-18

CEI nº 51.233.70370/73.

NOME DO PROJETO: EOL Canoas

ATO AUTORIZATIVO: Portaria MME nº 336, de 3 de agosto de 2015 combinado com art.4º inciso I da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Geração e Transmissão de Energia.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: com início previsto para 01/06/2016 e término previsto para 30/09/2017.

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 311, DE 18 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 11707.720352/2016-10, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDEMME) nº 25/2016, de 12 de fevereiro de 2016, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 16 de fevereiro de

EMPRESA: LAGOA 1 ENERGIA RENOVAVEL S/A.

CNPJ nº 21.540.697/0001-63

CEI nº 51.233.70376/77.

NOME DO PROJETO: EOL Lagoa 1.

ATO AUTORIZATIVO: Portaria MME nº 335, de 3 de agosto de 2015 combinado com art.4º inciso I da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Geração e Transmissão de Energia.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: com início previsto para 01/06/2016 e término previsto para 30/09/2017.

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 312, DE 18 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 11707.720354/2016-17, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDEMME) nº 24/2016, de 12 de fevereiro de 2016, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 16 de fevereiro de

EMPRESA: LAGOA 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A.

CNPJ nº 21.540.731/0001-08

CEI nº 51.233.70381/72

NOME DO PROJETO: EOL Lagoa 2.

ATO AUTORIZATIVO: Portaria MME nº 334, de 3 de agosto de 2015 combinado com art.4º inciso I da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Geração e Transmissão de Energia.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: com início previsto para 01/06/2016 e término previsto para 30/09/2017.

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 313, DE 18 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 12448.722347/2016-11, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDEMME) nº 13/2016, de 28 de janeiro de 2016, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 29 de janeiro de

EMPRESA: LINHAS DE LARANJAL TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.

CNPJ nº 22.053.629/0001-32

CEI nº 51.232.15573/70

NOME DO PROJETO: Lote H do Leilão nº 04/2014-ANEEL

ATO AUTORIZATIVO: Portaria MME nº 334, de 3 de agosto de 2015 combinado com art.4º inciso I da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Geração e Transmissão de Energia.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: com início previsto para 05/2015 e término previsto para 09/2018.

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 314, DE 18 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 11707.720289/2016-11, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDEMME) nº 2/2016, de 8 de janeiro de 2016, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 12 de janeiro de

EMPRESA: LINHAS DE TRANSMISSAO DE MONTES CLAROS S/A.

CNPJ nº 11.620.646/0001-98

CEI nº - Não tem. Art. 19, II, "c" da IN-RFB nº 971/2009.

NOME DO PROJETO: Reforços na Subestação Itabirito 2

ATO AUTORIZATIVO: Resolução Autorizativa ANEEL no 4.904, de 11 de novembro de 2014 combinado com o art.4º inciso III , da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Transmissão de Energia.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: com início previsto para 01/02/2016 e término previsto para 31/01/2018.

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 315, DE 18 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 11707.720292/2016-35, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDEMME) nº 11/2016, de 21 de janeiro de 2016, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 22 de janeiro de

EMPRESA: RIBEIRÃO PRETO TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A.

CNPJ nº 08.533.006/0001-36

CEI nº - Não tem. Art. 19, II, "c" da IN-RFB nº 971/2009.

NOME DO PROJETO: Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica

ATO AUTORIZATIVO: Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.210,de 5 de maio de 2015 combinado com art.4º inciso III , da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Geração e Transmissão de Energia.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: com início previsto para 11/05/2016 e término previsto para 11/04/2018.

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 316, DE 18 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 11707.720461/2016-37, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDEMME) nº 43/2016, de 7 de março de 2016, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 8 de março de

EMPRESA: XINGU RIO TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A.

CNPJ nº 23.093.056/0001-33

CEI nº - Não tem. Art. 19, II, "c" da IN-RFB nº 971/2009.

NOME DO PROJETO: Lote Único do Leilão nº 07 2015-ANEEL

ATO AUTORIZATIVO: Contrato de Concessão nº 7/2015, de 22 de outubro de 2015 combinado com o art.4º inciso II , da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Transmissão de Energia.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: com início previsto para 22/10/2015 e término previsto para 02/12/2019.

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 317, DE 20 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.018151/0416-78 resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 17, de 01 de julho de 2015.

INTERESSADO: REDECINE BRA CINEMATOGRÁFICA S/A.

CNPJ Nº 15.422.993/0001-67

PROJETO: MODERNIZAÇÃO - CINESYSTEM - LONDRINA (BRA).

ENQUADRAMENTO: MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE COMPLEXOS CINEMATOGRÁFICOS.

OBJETO: Modernização de 02 (dois) complexos listados a seguir:

1) Complexo Redecine BRA - Londrina, localizado à Rod. Gleba Jacutinga, SN, Lote 8/9-A-1, Gleba Jacutinga, 86.087-350, Londrina, PR.

2) Complexo Redecine BRA - Vila Velha, localizado à Rod.do Sol, 5000, Itapariciica, 29.103-800, Vila Velha, ES.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 318, DE 20 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.013506/0216-15, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 1, de 22 de Janeiro de

INTERESSADO: CINEMAIS CINEMAS LTDA.

CNPJ Nº 03.868.869/0001-40

PROJETO: AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO - CINEMAIS - UBERABA/MG.

ENQUADRAMENTO: MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICOS E AMPLIAÇÃO DE COMPLEXOS DE EXI-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BIÇÃO CINEMATOGRÁFICA EM OPERAÇÃO COM A IMPLANTAÇÃO DE NOVAS SALAS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

OBJETO: Ampliação e modernização do complexo Cinemais Uberaba localizado à Av. Santa Beatriz da Silva, 1501, Shopping Center Uberaba, Suc 177, São Benedito, 38.020-433, Uberaba, MG.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 319, DE 20 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.013533/0216-80, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 2, de 27 de Janeiro de

INTERESSADO: CINEMAIS CINEMAS LTDA.

CNPJ Nº 03.868.869/0001-40

PROJETO: CONSTRUÇÃO - CINEMAIS - JUIZ DE FORA.

ENQUADRAMENTO: CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

OBJETO: Construção do complexo Cinemais Juiz de Fora Shopping Jardim Norte localizado à Av. Brasil, 6345, Salão Comercial, n.º2020 Piso L2, Shopping Jardim Norte, Mariano Procópio, 36.080-060, Juiz de Fora, MG.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 320, DE 20 DE MAIO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.005135/0116-27, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 46, de 10 de dezembro de 2015.

INTERESSADO: RESERVA CULTURAL DE CINEMA LTDA.

CNPJ Nº 05.924.151/0001-50

PROJETO: CONSTRUÇÃO - RESERVA CULTURAL - NITERÓI CAMINHO NIEMEYER.

ENQUADRAMENTO: CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

OBJETO: Construção do complexo Cinematográfico UCI Canoas, localizado à Av. Visconde de Rio Branco, 880, Centro, 24.020-007, Niterói, RJ.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE PESSOAS FÍSICAS

PORTARIA Nº 107, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Altera a Portaria DERPF/SPO nº 145, de 08 de julho de 2015.

A DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE PESSOAS FÍSICAS EM SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Revogar o inciso II, do artigo 4º da Portaria Derpf nº 145, de 08 de julho de 2015, publicada no DOU de 13 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA DE QUEIROZ ACCIOLY BURLO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.002, DE 7 DE MARÇO DE 2016

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

PARTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO. CRÉDITO. As partes e peças de reposição, usadas em máquinas e equipamentos utilizados na produção ou fabricação de bens destinados à venda, quando não representarem acréscimo de vida útil superior a um ano ao bem em que forem aplicadas, e, ainda, sofrerem alterações, tais como o desgaste, o dano, ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida sobre o produto em fabricação ou em produção, são consideradas insumo para fins de crédito a ser descontado da Contribuição para o PIS/Pasep.

É condição para que os serviços de manutenção gerem crédito da Contribuição para o PIS/Pasep, o emprego em veículos, máquinas e equipamentos utilizados diretamente no processo produtivo ou na prestação de serviços.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 76, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, II; IN SRF nº 247, de 2002, art. 66, § 5º.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

PARTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO. CRÉDITO. As partes e peças de reposição, usadas em máquinas e equipamentos utilizados na produção ou fabricação de bens destinados à venda, quando não representarem acréscimo de vida útil superior a um ano ao bem em que forem aplicadas, e, ainda, sofrerem alterações, tais como o desgaste, o dano, ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida sobre o produto em fabricação ou em produção, são consideradas insumo para fins de crédito a ser descontado da Cofins.

É condição para que os serviços de manutenção gerem crédito da Cofins, o emprego em veículos, máquinas e equipamentos utilizados diretamente no processo produtivo ou na prestação de serviços.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 76, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Dispositivos Legais: Lei 10.833, de 2003, art. 3º, II; IN SRF nº 404, de 2004, art. 8º, § 4º.

OSCAR DIAS MOREIRA DE CARVALHO LIMA
Chefe da Divisão de Tributação
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.003, DE 28 DE ABRIL DE 2016

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

CUSTO DE AQUISIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE RESERVAS E LUCROS. EFEITOS.

Somente o aumento de capital, mediante a incorporação de lucros ou de reservas constituídas com lucros, possibilita o incremento no custo de aquisição da participação societária, em valor equivalente à parcela capitalizada dos lucros ou das reservas constituídas com esses lucros que corresponder à participação do sócio ou acionista na investida.

Dispositivos Legais: Lei nº 7.713, de 1988, art. 16; Lei nº 9.249, de 1995, art. 10.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

CONSULTA SOBRE DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA.

Consulta parcialmente ineficaz.

Não produz efeitos a consulta quando o fato estiver disciplinado em ato normativo ou definido em disposição literal de lei.

CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 10, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, arts. 46 e 52, incisos V e VI; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, incisos VII e IX.

OSCAR DIAS MOREIRA DE CARVALHO LIMA
Chefe da Divisão de Tributação
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.004, DE 16 DE MAIO DE 2016

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO.

Para fins de utilização do percentual de presunção de 8% (oito por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo do imposto, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO.

Para fins de utilização do percentual de presunção de 12% (doze por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo da contribuição, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º, e art. 20; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52.

OSCAR DIAS MOREIRA DE CARVALHO LIMA
Chefe da Divisão de Tributação
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.005, DE 16 DE MAIO DE 2016

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO.

Para fins de utilização do percentual de presunção de 8% (oito por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo do imposto, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO.

Para fins de utilização do percentual de presunção de 12% (doze por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo da contribuição, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º, e art. 20; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52.

OSCAR DIAS MOREIRA DE CARVALHO LIMA
Chefe da Divisão de Tributação
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 1º DE JUNHO DE 2016

Registro de Ajudante Despachante Aduaneiro

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder Registro de Ajudante Despachante Aduaneiro, em razão da solicitação da interessada:

CPF	Nome	E-Processo
091.756.819-27	Carlos César da Rosa	10916.720008/2016-01

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DALTRO JOSÉ CARDOZO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 30 DE MAIO DE 2016

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA/SC, no uso de suas atribuições, em face do disposto no art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, DOU 03/10/2014, considerando a decisão proferida no Mandado de Segurança nº 5001573-02.2016.4.04.7203 e o conteúdo da Informação nº 365/2016 - SACAT/DRF/JOA/SC, proferida no âmbito do dossiê nº 10100.006.355/0316-94, resolve:

Art. 1º- Declarar CANCELADA a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativas a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida sob o código de controle: 39F5.7551.5058.F266, emitida indevidamente em 01/03/2016, às 10:12:17, válida até 28/08/2016, em favor do contribuinte Município de Videira, CNPJ: 83.039.842/0001-84.

Art. 2º- Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OTTO MARESCH

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.532, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art.73 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução CNSP nº 338 de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2016, e tendo em vista o disposto nos artigos 133, 139, 140, 143 e 148 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando o que consta do Processo nº 15414.000649/2013-69, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 15 (quinze) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de rito sumário, designada pela Portaria nº 6488, de 03 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 05 de maio de 2016, em face das razões apresentadas pelo Presidente da Comissão Processante constantes da solicitação de 31 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 251, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003018/5919-79, sob o comando nº 367335997 e juntada nº 417941764, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários CAVA, CNPB nº 1980.0011-38, administrado pela Caixa Vicente de Araújo do Grupo Mercantil do Brasil - CAVA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS
DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A DIRETORA SUBSTITUTA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 do Decreto Presidencial nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013, nos termos do art. 10, inciso VII, Seção III, do Capítulo III, do Anexo VIII, da Portaria nº 270, de 28 de julho de 2014 e do caput do art. 47 da Portaria nº 53, de 5 de abril de 2016, bem como da Portaria nº 123, de 21 de março de 2014, todas portarias do Ministério da Integração Nacional; Considerando que a Empresa MADENORTE S.A. - LAMINADOS E COMPENSADOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.371.548/0001-07, teve seu projeto originalmente aprovado por meio da Resolução Condel/Sudam n° 5.320, de 30 de novembro de 1982, no âmbito da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam e, posteriormente, enquadrado na nova sistemática de incentivos fiscais instituída pela Lei nº 8.167. de 16 de janeiro de 1991, por meio da Resolução Condel/Sudam nº 7.887, de 3 de novembro de 1993, objetivando a implantação de um empreendimento madeireiro com produção de Laminados e Compensados, no Município de Breves, Estado do Pará, com aporte de recursos dos Fundos de Investimentos da Amazônia - Finam; Considerando as provas acostadas aos autos e a defesa apresentada pela Beneficiária, que não logrou êxito ao justificar a regularidade da implantação de seu projeto, principalmente, quanto à correta aplicação das três últimas liberações de recursos do Finam em seu favor, no montante de R$ 1.461.766,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e um mil, setecentos e sessenta e seis reais), além da inexistência nos autos de elementos probatórios aptos a afastar a caracterização do desvio na aplicação desses recursos; Considerando que no curso do Processo Administrativo Apuratório nº 59600.000048/2012-43, restou demonstrado que a conduta da Empresa e, solidariamente, de seus controladores, caracterizaram desvio na aplicação de recursos do Finam, infrigiram o caput do art. 12, enquadrando-se no § 1°, incisos I e II, § 4º, incisos II e III e § 7º todos parágrafos do citado artigo, e c/c o art. 16, inciso I, ambos artigos da Lei n° 8.167, de 1991, além de enquadramento de sua conduta, em específico, no art. 55, inciso II da Portaria MI nº 53, de 2016, bem como no art. 44, §§ 1° e 2º da Resolução Condel/Sudam nº 7.077, de 1991; e, Considerando a manifestação da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI/SFRI, por meio do Termo de Proposição de Manifestação nº 29, de 3 de junho de 2016. Resolve: Cancelar, de fato e de direito, por desvio na aplicação de recursos, os incentivos fiscais oriundos do Finam recebidos pela Empresa MADENORTE S.A. - LAMINADOS E COMPENSADOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.371.548/0001-07, encaminhando-se cópia dessa decisão ao Banco Operador do Finam, à Comissão de Valores Mobiliários, à Receita Federal do Brasil no Estado do Pará e ao Ministério Público Federal no Estado do Pará, para providências que couberem no âmbito de suas competências, sendo este último notificado, em específico, para os fins previstos no art. 129 da Constituição Federal.

BERNADETE MARIA PINHEIRO COURY

PORTARIA Nº 6, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A DIRETORA SUBSTITUTA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V, parágrafo único do art. 20, Seção II, Capítulo IV, anexo VIII da Portaria nº 270, de 28 de julho de 2014, com base no capítulo V da Portaria nº 53, de 5 de abril de 2016, ambas portarias do Ministério da Integração Nacional; Considerando as análises técnicas constantes no Relatório de Acompanhamento Físico-Contábil - REAFC nº 16, de 5 de outubro de 2015, com data de referência de 31 de abril de 2015; no Relatório de Conclusão de Projetos - RECON nº 3, de 25 de fevereiro de 2016, os quais atestaram a regularidade do Empreendimento e o percentual de implantação de 100% para um nível de 100% de recursos financeiros liberados, após a aprovação de pleito de adequação no projeto, e tendo em vista as recomendação favorável à emissão do CEI feita pela Gerente da Gerência Regional de Belém - GRB, mediante o Despacho nº 4, de 15 de março de 2016, em favor da EmpresaAGROPECUÁRIA PALMITAL S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.727.026/0001-36, com projeto localizado no Município de Tangará da Serra, no Estado do Mato Grosso; e Considerando o disposto na manifestação exarada por meio do Termo de Manifestação nº 30, de 3 de junho de 2016, da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI, ante a análise de conformidade processual realizada pela Coordenação-Geral de Instrução de Processos por meio do Despacho s/nº (SEI 0199896), de 31 de maio de 2016, resolve: Art. 1º - Emitir o CERTIFICADO DE EMPREENDIMENTO IMPLANTADO - CEI, para fins do que dispõe o § 12 do art. 5º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com a nova redação que lhe foi dada pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em favor da referida Incentivada, que recebeu recursos do Fundo de Investimentos do Amazonas - Finam, na modalidade de art. 9º da Lei nº 8.167/1991. Art. 2º - A Empresa Beneficiária fica obrigada a encaminhar ao DFRP, para fins de avaliação econômica, por um período de dez anos, as informações e demonstrativos a seguir relacionados, de acordo com os preceitos do art. 34 da Portaria MI nº 53/2016: I - cópia das demonstrações financeiras anuais de que trata o art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; II - quantidade de emprego direto mantido, comprovada pela apresentação da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), referente ao último mês do exercício social de cada ano; III - valores dos tributos recolhidos a título de Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; e IV - quadro de produção e vendas realizadas. Art. 3º - O não atendimento ao disposto no artigo anterior representará inadimplência a ser considerada por ocasião da apresentação de pleitos futuros ao Ministério da Integração Nacional. Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERNADETE MARIA PINHEIRO COURY

PORTARIA Nº 7, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A DIRETORA SUBSTITUTA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V, parágrafo único do art. 20, Seção II, Capítulo IV, anexo VIII da Portaria nº 270, de 28 de julho de 2014, com base no capítulo V da Portaria nº 53, de 5 de abril de 2016, ambas portarias do Ministério da Integração Nacional; Considerando as análises técnicas constantes no Relatório de Acompanhamento Físico-Contábil - REAFC nº 11, de 16 de dezembro de 2015, com data de referência de 30 de junho de 2015; no Relatório de Conclusão de Projeto - RECON nº 1, de 17 de fevereiro de 2016, os quais atestaram a regularidade do Empreendimento e o percentual de implantação de 88% para um nível de 88% de recursos financeiros do Finor liberados em favor do empreendimento da Be-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

necifiária, e tendo em vista a recomendação favorável quanto à emissão do Certificado de Empreendimento Implantado - CEI realizada pela Gerente da Gerência Regional de Recife - GRR, mediante o Despacho s/nº, 3 de março de 2016, em favor da Empresa INDÚSTRIAS DUREINO S/A, inscrita sob o CNPJ/MF nº 10.981.488/0001-39, com projeto localizado no Município de Teresina, Estado do Piauí; Considerando que a Incentivada renunciou expressamente ao saldo à liberar de recursos do Finor, atendendo ao disposto no inciso II, parágrafo único, art. 29 da Portaria MI nº 53/2016; Considerando as análises de conformidade processuais realizadas pela Coordenação-Geral de Instrução de Processos nos auto do Processo nº 28110.35.586/85-DV, de colaboração financeira do Finor, mediante Despachos 0210753, complementado este pelo Despacho 0240374; e, Considerando o disposto na manifestação exarada por meio do Termo de Manifestação nº 31, de 3 de junho de 2016, da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI, ante as razões expostas nos relatórios e despachos acima citados que embasaram a referida manifestação, resolve: Art. 1º - Emitir o CEI, para fins do que dispõe o § 12 do art. 5º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com a nova redação que lhe foi dada pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em favor da referida Incentivada, que recebeu recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor, na modalidade de art. 5º da Lei nº 8.167/1991. Art. 2º - A Empresa Beneficiária fica obrigada a encaminhar ao DFRP, para fins de avaliação econômica, por um período de dez anos, as informações e demonstrativos a seguir relacionados, de acordo com os preceitos do art. 34 da Portaria MI nº 53/2016: I - cópia das demonstrações financeiras anuais de que trata o art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; II - quantidade de emprego direto mantido, comprovada pela apresentação da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), referente ao último mês do exercício social de cada ano; III - valores dos tributos recolhidos a título de Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; e IV - quadro de produção e vendas realizadas. Art. 3º - O não atendimento ao disposto no artigo anterior representará inadimplência a ser considerada por ocasião da apresentação de pleitos futuros ao Ministério da Integração Nacional. Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERNADETE MARIA PINHEIRO COURY

PORTARIA Nº 8, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A DIRETORA SUBSTITUTA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V, parágrafo único do art. 20, Seção II, Capítulo IV, anexo VIII da Portaria nº 270, de 28 de julho de 2014, com base no capítulo V da Portaria nº 53, de 5 de abril de 2016, ambas portarias do Ministério da Integração Nacional; Considerando as análises técnicas constantes no Relatório de Acompanhamento Físico-Contábil - REAFC nº 21, de 24 de agosto de 2015, com data de referência de 31 de maio de 2015; no Relatório de Conclusão de Projeto - RECON nº 4, de 3 de março de 2016, bem como o Despacho 0240731, de 25 de maio de 2016, da Gerente Regional de Belém - GRB, os quais atestaram a conclusão do Empreendimento, sua regularidade e operacionalidade com percentual de realização de 66,28% da receita projetada, além da compatibilidade dos recursos do Finam liberados para um nível de 44,42% do total projetado, após a aprovação de pleito de readequação no projeto, frente as metas físicas alcançadas da ordem de 56,03%, e a recomendação quanto à emissão do Certificado do Empreendimento Implantado - CEI, em favor da Empresa CIAGRA COMPANHIA AGROPASTORIL ARUANÃ S/A, inscrita sob o CNPJ/MF nº 03.143.955/0001-96, com projeto localizado no Município de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso; Considerando o disposto na manifestação exarada por meio do Termo de Manifestação nº 32, de 3 de junho de 2016, da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI, ante as razões expostas no Despacho s/nº, de 1 de junho de 2016, da Coordenação-Geral de Instrução de Processos - CGIP, resolve: Art. 1º - Emitir o CERTIFICADO DE EMPREENDIMENTO IMPLANTADO - CEI, para fins do que dispõe o § 12 do art. 5º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com a nova redação que lhe foi dada pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em favor da referida Incentivada, que recebeu recursos do Fundo de Investimentos do Amazonas - Finam, na modalidade dos artigos 5º e 9º da Lei nº 8.167/1991. Art. 2º - A Empresa Beneficiária fica obrigada a encaminhar ao DFRP, para fins de avaliação econômica, por um período de dez anos, as informações e demonstrativos a seguir relacionados, de acordo com os preceitos do art. 34 da Portaria MI nº 53/2016: I - cópia das demonstrações financeiras anuais de que trata o art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; II - quantidade de emprego direto mantido, comprovada pela apresentação da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), referente ao último mês do exercício social de cada ano; III - valores dos tributos recolhidos a título de Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; e IV - quadro de produção e vendas realizadas. Art. 3º - O não atendimento ao disposto no artigo anterior representará inadimplência a ser considerada por ocasião da apresentação de pleitos futuros ao Ministério da Integração Nacional. Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERNADETE MARIA PINHEIRO COURY

Ministério da Justiça e Cidadania

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 3 de junho 2016

Nº 616 - Ato de Concentração n° 08700.003462/2016-79. Requerentes: Reckitt Benckiser (Brasil) Ltda. e Hypermarcas S.A. Advogados: Paola Pugliese e outros. Acolho a Nota Técnica nº 18/2016/CGAA3/SGA1/SG/CADE, de 24 de maio de 2016, e, com fulcro no art. 50, da Lei nº 12.529/11, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação, para, nos termos do artigo 56 da Lei 12.529/11 e do artigo 120 do Regimento Interno do Cade, declarar o Ato de Concentração 08700.009462/2016-79 complexo, e determinar a realização das diligências indicadas na Nota Técnica nº 18/2016/CGAA3/SGA1/SG/CADE. Esta Superintendência resguarda a sua faculdade de, posteriormente, se for o caso, requerer a dilação do prazo de que trata os artigos 56, parágrafo único, 88, §§ 2º e 9º da Lei nº 12.529/2011 e artigo 120, parágrafo único, do Regimento Interno do Cade.

Nº 656 - Ato de Concentração nº 08700.002792/2016-47. Requerentes: Banco Bradesco S.A, Banco do Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Caixa Econômica Federal e Itaú Unibanco S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto, Guilherme Morgulis e outros. Acolho a Nota Técnica nº 18/2016/CGAA2/SGA1/SG/Cade (Doc. Sei nº 0206009), de 03 de junho de 2016, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação, para, nos termos do artigo 56 da Lei 12.529/11 e do artigo 120 do Regimento Interno do Cade, declarar o Ato de Concentração nº 08700.002792/2016-47 complexo e determinar a realização das diligências detalhadas na Nota Técnica. Esta SG/Cade resguarda ainda a sua faculdade de posteriormente, se for o caso, requerer a dilação do prazo de que tratam os artigos 56, parágrafo único, e 88, §§ 2º e 9º, da Lei nº 12.529/2011, e artigo 120, parágrafo único, do Regimento Interno do Cade, o que, por ora, não se faz necessário.

Nº 658 - Processo Administrativo nº 08012.010022/2008-16 (Apartado de Acesso Restrito nº 08700.010935/2014-22). Representante: Ministério Público do Estado de São Paulo. Representados: Serra Leste Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda.; SP Alimentação e Serviços Ltda.; Terra Azul Alimentação Coletiva e Serviços Ltda.; Sistal Alimentação de Coletividade Ltda.; Geraldo J. Coan e Cia Ltda.; Sha Comércio de Alimentos Ltda.; Nutriplus Alimentação e Tecnologia Ltda.; Convida Alimentação Ltda.; Comercial Milano do Brasil Ltda; Erj Administração e Restaurantes de Empresas Ltda.; Verdurama Comércio Atacadista de Alimentos Ltda.; Ceazza Distribuidora de Frutas, Verduras e Legumes Ltda; Amauri Ferreira Leonel; Bárbara Stein; Bartolomeu Vasconcelos Silva Filho; Cristiane Vetturi; Eloizo Afonso Gomes Durães; Fabiana Piccinali; Fabricio Arouca de Nadai; Gustavo Guerra Villaça; Ignácio de Moraes Júnior; Italo Bacchi Filho; José Carlos Geraldo; Marco Aurélio Ribeiro da Costa; Maria Helena de Angelis; Olésio Magno de Carvalho; e Valdomiro Francisco Coan. Advogados: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza; Graziela Nóbrega da Silva; Rodrigo Pozzi Borba da Silva; Camila Aparecida de Padua Dias; Gabriela Macedo Diniz; Marcelo Vieira de Campos; Mauro Grinberg; Leonor Augusta Giovine Cordovil; Karen Caldeira Ruback; Fabricio Cobra Arbex; Gilvan César da Silva; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes; Jaques Fernando Reolon; Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior; Carla Mayrink Santos Moraes; Gustavo de Carvalho Linhares; Danilo Cardoso de Siqueira; André Toledo de Almeida; Antonio Fernando de Campos Brandão; Gilberto Leme Menin; Ricardo Leme Menin; Alexandre Baptista Pitta Lima; Igor Carneiro de Matos; Marcelo Otávio Soares; João Antônio Pinheiro Leitão Gama Dias; Antonio Carlos da Silva Dueñas; Cristina Mancuso Figueiredo Sacome; José Arão Mansor Neto; Ana Paula Bernardes Bisarro de Matos; Paloma Homem Uliana; Fátima Cristina Pires Miranda; Wilton Luis da Silva Gomes; Cristiano Vilela de Pinho, Piero Hervatin da Silva, Julio Kahan Mandel, Silvio Hideyo Chubatsu, Marcus Vinícius Souza Mamede e outros. Acolho a Nota Técnica nº 035/2016/CGAA8/SGA2/SG/CADE, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido: (a) pelo indeferimento das preliminares arguidas, nos termos da Nota Técnica; (b) pelo indeferimento do pedido de produção posterior de provas formulado por Italo Bacchi Filho; (c) pela intimação dos Representados Maria Helena de Angelis, Serra Leste Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda. e Erj Administração e Restaurantes de Empresas Ltda. para que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados em dobro nos termos do art. 63, IV, do RI-Cade, justifiquem em que medida as oitivas das testemunhas indicadas e/ou depoimentos são imprescindíveis para suas defesas, sob pena de indeferimento, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 155, caput e §2º, do RI-Cade; (d) pela intimação dos Representados Convida Alimentação Ltda. e Fabricio Arouca de Nadai para que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados em dobro nos termos do art. 63, IV, do RI-Cade, indiquem o endereço e a qualificação completa das testemunhas Maria Luiza Andres e Sidney Melquíades, sob pena de indeferimento; (e) pelo indeferimento do pedido de envio de ofícios e prova pericial formulado por Convida Alimentação Ltda. e Fabricio Arouca de Nadai; (f) pelo indeferimento do pedido genérico de produção de prova testemunhal formulado por Nutriplus Alimentação e Tecnologia Ltda., Ignácio de Moraes Júnior e Bárbara Stein; (g) nos termos do artigo 13, inciso VI, da Lei nº 12.529/2011, a Superintendência-Geral, no interesse da instrução do Processo Administrativo, produzirá provas documentais e testemunhais que serão designadas oportunamente.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.876, DE 5 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/22346 - DPF/PHB/PI, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa F & S COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 08.635.703/0001-06 para atuar no Piauí.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.189, DE 23 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/27745 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITC ADMINISTRACAO E HOTELARIA LTDA, CNPJ nº 07.686.368/0001-02 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.190, DE 23 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/28148 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa M.P.C - SOLUÇÕES EM SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 16.499.516/0001-62, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente HATENA SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 09.345.176/0001-50:

10 (dez) Revólveres calibre 38
6 (seis) Espingardas calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Carabinas calibre 38
4 (quatro) Espingardas calibre 12
10 (dez) Pistolas calibre .380
450 (quatrocentas e cinquenta) Munições calibre .380
240 (duzentas e quarenta) Munições calibre 12
240 (duzentas e quarenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.237, DE 25 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/28271 - DPF/SJK/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO DOS ADQUIRENTES DE LOTES NO LOTEAMENTO REAL VILLE - SETOR RESIDENCIAL I, CNPJ nº 04.702.278/0001-61 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.248, DE 25 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/25154 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve: CONCEDER autorização, à empresa AGROSEG SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 15.737.376/0001-50, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Mato Grosso.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 2.253, DE 25 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/15031 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RODOBAN SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 23.245.012/0014-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 885/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.277, DE 30 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/14253 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SYNERGIA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 14.290.097/0001-29, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 926/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.280, DE 30 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/28468 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa COLABORE SERVIÇOS DE VIGILANCIA ARMADA LTDA, CNPJ nº 11.499.545/0001-00, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
7 (sete) Revólveres calibre 38
126 (cento e vinte e seis) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.294, DE 30 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/26608 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MALKA VIGILANCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 17.933.075/0001-28, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 1209/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.307, DE 30 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/29627 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa HÉRCULES VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.274.939/0001-44, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Armas de choque elétrico de contato direto
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.308, DE 30 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/29632 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização, à empresa HÉRCULES VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.274.939/0001-44, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Rio de Janeiro.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.314, DE 31 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/11900 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POMPEIA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 10.679.984/0001-32, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1139/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.316, DE 31 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/26524 - DPF/GPB/PR, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTEÇÃO VIGILANCIA PATRIMONIAL E INDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 00.117.419/0001-28, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1217/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.321, DE 31 DE MAIO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/29209 - DPF/RGE/RS, resolve: CONCEDER autorização, à empresa COMSEG DO SUL VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 09.290.741/0001-29, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Rio Grande do Sul.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.337, DE 1 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/19336 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MULTIFORTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA -ME, CNPJ nº 15.686.556/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 987/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.340, DE 1 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/20988 - DPF/URA/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MONTANHA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.516.678/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Minas Gerais com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1049/2016 (CNPJ nº 04.516.678/0001-82) e nº 1072/2016 (CNPJ nº 04.516.678/0002-63).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.347, DE 1 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/26796 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JOB SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 08.938.288/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1227/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.350, DE 1 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/27490 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONUS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA ME., CNPJ nº 08.842.823/0001-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 1148/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.351, DE 1 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/28470 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HM HOTEIS E TURISMO S/A, CNPJ nº 47.396.635/0002-02 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.353, DE 1 DE JUNHO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/30037 - DPF/CAS/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa DEFENSE CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.564.814/0005-04, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente CETRAL-CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 24.596.876/0001-00:
9 (nove) Pistolas calibre .380
7 (sete) Espingardas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.034291/2015-55 - MICHAEL JAMES FRASER

Processo Nº 08000.021431/2016-97 - PABLO ENRIQUE CORONADO PERALTA

Processo Nº 08000.021104/2016-35 - KAZUYA HASEGAWA , AKI HASEGAWA e AYANE HASEGAWA.

Processo Nº 08000.020906/2016-28 - MERRIL ALLYN KEEN, SHERI MARSHALL KEEN.

Processo Nº 08505.044426/2016-71 - JOHN LOWELL

Processo Nº 08125.001682/2016-49 - NAOKI HONDA

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08256.003411/2005-80 - MICHIL FADOUL

Processo Nº 08460.028052/2012-87 - CARLOS DE ROJAS PRIETO

Processo Nº 08260.005446/2012-13 - Alfredo Ugo Filocamo

Processo Nº 08505.109449/2013-96 - EKENECHUKWU SUNDAY NWAKALOR

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 27/05/2013, Seção 1, pág. 30, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08354.002001/2012-32 - XUECHAO LIN, XIANGJIAO MA, JONHY MA LIN

INDEFIRO o presente processo de permanência definitiva com base em prole brasileira, tendo em vista que o requerente não preenche os requisitos previstos no art. 5º, da Resolução Normativa 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08280.004876/2011-07 - ABDESSAMAD HANAF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista o estrangeiro encontrar-se fora do país, inviabilizando a instrução processual.

Processo Nº 08240.009375/2011-85 - NELSON FERNANDO USUGA CHICA , KAROLINA PADILLIA PLATA , JOHT ANTHONI USUGA PADILLA.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.003794/2015-60 - Oleksandr Mastyuhin.até 27/12/2016.

Processo Nº 08000.004098/2015-71 - RAFAL ROZANSKI, até 10/04/2017.

Processo Nº 08000.041132/2014-15 - ANDREW MCILWRAIT, até 18/02/2017.

Processo Nº 08000.040811/2014-69 - JAMES EDWARD CALLISS, até 18/01/2017.

Processo Nº 08000.012238/2013-12 - BOBBY NEIL STEPHENS, até 06/08/2017

Processo Nº 08000.039434/2014-15 - NGUYEN VAN DOAN, até 22/07/2017.

Processo Nº 08000.039435/2014-60 - MD ZIN BIN AWANG, até 28/06/2017.

Processo Nº 08000.039232/2014-73 - MAX NOORDZIJ, até 25/12/2016.

Processo Nº 08000.039443/2014-14 - NGUYEN VAN DUY, até 21/08/2017.

Processo Nº 08000.038834/2014-11 - NIKOLA BURMETA, até 13/12/2016.

Processo Nº 08000.040000/2014-68 - ROBERT NEIL AMERY, até 06/08/2017.

Processo Nº 08000.039391/2014-78 - IVAN GRANIC, até 25/12/2016.

Processo Nº 08000.039999/2014-01 - WAYNE DAVID GRANT, até 16/08/2017.

Processo Nº 08000.041803/2014-30 - JEROME JEROHAM CHARLES PETERSEN , até 13/02/2017.

Processo Nº 08000.041646/2014-62 - JAN FLORENT VIRGINIE VAN DE VEM, até 06/08/2017.

Processo Nº 08000.039092/2014-33 - FREDERICK SHAW JOHNSON, até 09/01/2017.

Processo Nº 08000.041514/2014-31 - STÉPHAN JEAN MICHEL VERMOTE, até 25/12/2016.

Processo Nº 08000.041783/2014-05 - SANJIN TOMICN, até 26/07/2017.

Processo Nº 08000.005497/2015-59 - DMITRIJ ANDREJEV

Processo Nº 08000.005769/2015-11 - ABIHISHEK SHARMA, até 28/03/2017

Processo Nº 08000.005773/2015-89 - LUKA ANDRIC, até 20/11/2017

Processo Nº 08000.005778/2015-10 - VIKRANT KUMAR SINGH, até 23/04/2017

Processo Nº 08000.010962/2016-54 - MIKOLAJ PYTLAK, até 14/04/2017

Processo Nº 08000.013196/2016-80 - SATPAL SINGH, até 20/07/2016

Processo Nº 08000.013304/2016-14 - KAYOMARZ JAL PATEL, até 20/07/2016

Processo Nº 08000.016332/2016-93 - BIRESWAR GHOSAL, até 18/11/2018

Processo Nº 08000.016337/2016-16 - SERGEY LOGUNOV, até 23/10/2018

Processo Nº 08000.017403/2016-75 - NIEL DECRETALES NAVARRO, até 19/09/2018

Processo Nº 08000.017586/2016-29 - HEATH RUBEN MINER, até 27/07/2018

Processo Nº 08000.017690/2016-13 - Mark Silva Pecolados, até 09/12/2018

Processo Nº 08000.018377/2016-01 - ROLLY PASOL GUDA, até 21/05/2018

Processo Nº 08000.013505/2016-11 - MARCIN SITEK, até 05/08/2018

Processo Nº 08000.014753/2016-80 - Damir Lakovic, até 28/04/2018

Processo Nº 08000.015794/2016-93 - LARS GRANDT AAEN, até 11/09/2018

Processo Nº 08000.017454/2016-05 - YEVGEN LONYUK, até 01/11/2018

Processo Nº 08000.017652/2016-61 - Nikola DasoviC, até 28/06/2018

Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s), abaixo relacionados:

Processo Nº 08461.004728/2014-07 - PHILIP DALE MAY

Processo Nº 08000.001642/2015-22 - SIMON BRUTON

Processo Nº 08000.001648/2015-08 - Tang Kam Chin

Processo Nº 08000.001818/2015-46 - MALMARUGAN KOTHANDARAMAN

Processo Nº 08460.042099201415 - FEDERICO SANGUINETTI

Processo Nº 08102013963201441 - YADIRA ITZEL VEGA CANTU

Processo Nº 08460030674201437 - ANGELINO DE JESUS MATIAS GERALDO VICENTE

Processo Nº 08505.138655/2014-94 - ALEXANDRE LAURENTE OLIVIER ROFFET

Processo Nº 08295.026855/2014-18 - WALTER DANILO MARADIAGA RODRIGUEZ

Processo Nº 08295.026852/2014-84 - NANCY RAISA DA SILVA ALVES CARDOSO

Processo Nº 08295.024718/2014-49 - CATHLYNE OLIVEIRA CONCEIÇÃO

Processo Nº 08295.024719/2014-93 RICHARD PAUL AUBIN

Processo Nº 08506.020089/2014-55 - DANIELA PIMENTEL PEREZ

Processo Nº 08000.002744/2015-65 - Joannes Theodorus Maria Moons

Processo Nº 08000.002747/2015-07 - JOVEL CABARDO ARCENO

Processo Nº 08000.002753/2015-56 - ROLLY SARMIENTO DIAZ

Processo Nº 08000.002771/2015-38 - PROCESO JR COPITA GONZALEZ

Processo Nº 08506.020604/2014-05 - CAMILA INES ZORNOSA TORRES

Processo Nº 08000.017655/2014-32 - ROBERT LIDDELL YOUNG

Processo Nº 08000.003978/2015-20 - STEPHEN MORRIS TODD, AVERY OLIVEIRA TODD, LINDSAY HOUSER TODD e RAEGAN LILA TODD

Processo Nº 08000.030770/2014-01 - MADHU THIYANCHERY

Processo Nº 08000.030762/2014-56 - MOHD FAUZAN BIN JUPRI

Processo Nº 08000.039402/2014-10 - VEDRAN VUNDAC

Determino o arquivamento dos processos abaixo relacionados, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País.

Processo Nº 08000.026256/2013-81 YANYING LIANG

Processo Nº 08000.025470/2013-11 - WENLI ZHENG

Processo Nº 08000.001353/2015-23 - EDGARDO GALO BOC

Processo Nº 08000.002994/2015-03 - KENT REYER JOSEPH

Processo Nº 08000.030899/2014-19 - DARREN STEWART

Processo Nº 08000.039394/2014-10 - STIJIN GERMAINE ALBERT THYS

Processo Nº 08000.039500/2014-57 - SCOTT ROSS MCINTOSH

Processo Nº 08000.041560/2014-30 - JOEMARIE DELA CRUZ LOCSIN

Processo Nº 08461.004829/2014-70 - MIROSLAW LUBINSKI

Processo Nº 08461.007032/2014-24 - ROGELIO GUILLERMO MELLINA BARES

Processo Nº 08000.028578/2014-46 - SUNDAY VITUS UDON

Processo Nº 08000.015584/2015-14 - DAVID JURAS

Processo Nº 08000.026967/2014-37 - FOTIOS PASTRAS

Processo Nº 08000.027089/2014-77 - DAVOR ORLANDINI

Processo Nº 08000.027193/2014-61 - SUVET TAOTONG

Processo Nº 08000.027668/2014-10 - ZELJKO DORICIC

Processo Nº 08000.027918/2014-11 - TIRSO BAGNOL RURAC

Processo Nº 08000.028535/2014-61 - MANUEL RODRIGUES DE SOUSA AUGUSTO

Processo Nº 08000.024693/2014-41 - MILAN BRACIC

Processo Nº 08000.040202/2014-18 - JEANIE VALLANCE LENNOX DELF

Processo Nº 08000.024061/2014-88 - ERIC JAMES BELMONTE GIANAN

Processo Nº 08000.039394/2014-10 - STIJIN GERMAINE ALBERT THYS

Processo Nº 08000.040173/2014-86 - VITALII KHLIKEI

Processo Nº 08000.026726/2014-98 - Prabhat Kothari

Processo Nº 08000.024564/2014-53 - ANTUN FABIJANOVIC

Processo Nº 08000.025442/2014-84 - GREGG VENDIOLA OLPOC

Processo Nº 08000.025386/2014-88 - RANIEL CANDOLE JARALBA

Processo Nº 08000.024639/2014-04 - MICHAEL JOSEPH HOYLE

Processo Nº 08000.024628/2014-16 - JIMMY TIM SOBRY

Processo Nº 08000.040172/2014-31 - GEORGIY KVANTALIANI

Processo Nº 08000.041560/2014-30 - JOEMARIE DELA CRUZ LOCSIN

Processo Nº 08000.039628/2014-11 - JOSE ANTONIO BASTEGUIETA URIARTE

Processo Nº 08000.039500/2014-57 - SCOTT ROSS MCINTOSH

Considerando a manifestação da empresa responsável pela vinda do estrangeiro ao País, conforme documento anexado no SEI n° 0405535, e considerando ainda que decorreu o prazo da prorrogação de estada durante o curso do processo, determino o ARQUIVAMENTO do presente requerimento.

Processo Nº 08000.022954/2014-99 - FRASER JAMES THOMSON COYLE

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 05/04/2016 , Seção 1, pág. 34, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.003159/2015-82 - ZORAN SUNJIC

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 17/12/2015, Seção 1, pág. 44, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.027906/2014-97 - ANDRZEJ STANISLAW KAWECKI,

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 06/05/2016, Seção 1, pág. 85, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.041644/2014-73 - GEORGE BURL MORGAN

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 05/01/2016, Seção 1, pág. 92, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.041778/2014-94 - ZELIMIR JONIC

Considerando a manifestação da empresa responsável pela vinda do estrangeiro ao País, conforme documento anexado no SEI n° 0276603, e considerando ainda que decorreu o prazo da prorrogação de estada durante o curso do processo, determino o ARQUIVAMENTO do presente requerimento.

Processo Nº 08000030893201433 - KLAAS FREDERIK FRIK

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 05/01/2016, Seção 1, pág. 92, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.039460/2014-43 - SEBASTIAN BURETA

INDEFIRO o presente pedido de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V, por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Processo Nº 08000.014482/2014-09 - CHRISTOPHER NEIL LINFOOT

Considerando a manifestação contrária do Ministério do Trabalho e Previdência Social, INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.024390/2015-18 - DANIELE JUNIOR ERIDIERI

Processo Nº 08000.029071/2014-18 - VINCENT SABIDALAS HERVIAS

Processo Nº 08000.029320/2014-67 - JOHN CABANAS RODRIGUEZ

Processo Nº 08000.029083/2014-34 - HARRISON SALUNDII ALCARTADO

Processo Nº 08000.002925/2015-91 - JIEBIN LI

Processo Nº 08000.003992/2015-23 - SEN LIN

Processo Nº 08000.039227/2014-61 - MARIJAN CELAN

Processo Nº 08000.024734/2014-08 - FERDINAD PARAS AVENA

Processo Nº 08000.025168/2014-43 - PANAGIOTIS ATSARIS

Processo Nº 08000.025394/2014-24 - ROLLIE SITCHON LOTOC

Processo Nº 08000.025381/2014-55 - JOSE NAUN MEJIA VENTURA

MULLER LUIZ BORGES
Chefe de Divisão

DEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.019175/2015-97 - THIMOTHY JOHN STEWART, até 30/07/2016

Processo Nº 08000.019177/2015-86 - FERNANDO ROBERTO SIAVICHAY CEVALLOS, até 29/07/2016

Processo Nº 08000.019188/2015-66 - CASON CRAIG PATTERSON, até 30/07/2016

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
P/Delegação de Competência

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 08/04/2016, Seção 1, pág. 24.

Onde se lê - Processo Nº 08000.015090/2015-30 - GABRIELA ACHAY BALICAS, até 08/01/2017;

Leia-se - Processo Nº 08000.015090/2015-30 - GABRIEL ACHAY BALICAS, até 08/01/2017.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 67, DE 2 DE JUNHO DE 2016

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Conjunto de episódios: NICK JR - VAMOS APRENDER BOAS MANEIRAS (NICK JR - LET`S LEARN KINDNESS, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Nickelodelon
Diretor(es): Henry Madden
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura/Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.017088/2016-86
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: CAVALOS SELVAGENS (WILD HORSES, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Rob Carliner
Diretor(es): Robert Duvall
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.017095/2016-88
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: OS ESQUECIDOS (THE GOOD, THE BAD AND THE DEAD, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Status Media & Entertainment
Diretor(es): Timothy Woodward Jr.
Distribuidor(es): ANTONIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Ação/Suspense/Terror
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Sexo
Processo: 08000.017103/2016-96
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: NÃO ESTÁVAMOS ALI PARA FAZER AMIGOS (Brasil - 2015)
Produtor(es): Plateau Produções
Diretor(es): Luiz Rafael Cabral/Miguel de Almeida
Distribuidor(es): Plateau Serviços e Produtos Culturais Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário/Cultura
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.017358/2016-59
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ASSUMINDO A DIREÇÃO (LEARNING TO DRIVE, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Eleni Asvesta
Diretor(es): Isabel Coixet
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.017800/2016-47
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: THIAGUINHO - #VAMOQVAMO (#VAMOQVAMO, Brasil - 2016)
Produtor(es): Fernando Pirituba
Diretor(es): Raphael Vieira
Distribuidor(es): SOM LIVRE
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.018005/2016-76
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. "SOM LIVRE"

Filme: TRAGO COMIGO (Brasil - 2013)
Produtor(es): Tangerina Entretenimento
Diretor(es): Tata Amaral
Distribuidor(es): BRETZ FILMES DISTRIBUIDORA E PRODUTORA LTDA. - EPP/PANDORA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.018634/2016-04
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: BATMAN VS SUPERMAN - A ORIGEM DA JUSTIÇA - VERSÃO ESTENDIDA (BATMAN VS SUPERMAN - DAWN OF JUSTICE, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Wesley Coller
Diretor(es): Zach Snyder
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Aventura/Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.018636/2016-95
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: KÓBLIC (Brasil - 2016)
Produtor(es): Antena 3/Gloriamundi Producciones/Instituuto Nacional de Cine Y Artes Audiovisuales(INCAA)/Pampa Films e Televisión Federal - Telefe
Diretor(es): Sebastián Borensztein
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Suspense
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.020650/2016-59
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A COR DO FOGO E A COR DA CINZA (Brasil - 2014)
Produtor(es): Pique-Bandeira Filmes
Diretor(es): André Félix
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Não Informado
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000387/2016-01
Requerente: PIQUE-BANDEIRA PRODUÇÕES LTDA-ME

Filme: O DOM DE QUIXOTE (Brasil - 2016)
Produtor(es): Péterson Paim (Paim Filmes)
Diretor(es): Péterson Paim
Distribuidor(es): PAIM FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Ilícitas
Processo: 08017.000406/2016-91
Requerente: PÉTERSON GUSTAVO PAIM

Filme: PAZ PARA NÓS EM NOSSOS SONHOS (PEACE TO US IN OUR DREAMS, França / Lituânia / Rússia - 2015)
Produtor(es): Studio Kinema
Diretor(es): Sharunas Bartas
Distribuidor(es): SUPO MUNGAM FILMS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Nudez e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000421/2016-39
Requerente: SUPO MUNGAM FILMS LTDA. - ME

Filme: OLHAR DE NISE (Brasil - 2015)
Produtor(es): Ana Maria Rocha
Diretor(es): Jorge Oliveira
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000431/2016-74
Requerente: CHANCELA NACCARI

Filme: CAMPO GRANDE (Brasil - 2015)
Produtor(es): Tambellini Filmes
Diretor(es): Sandra Kogut
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000435/2016-52
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Filme: CENTRAL (Brasil - 2015)
Produtor(es): Panda Filmes Ltda.
Diretor(es): Tatiana Sager
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Drogas Ilícitas
Processo: 08017.000436/2016-05
Requerente: PANDA FILMES LTDA.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DO DIRETOR
Em 2 de junho de 2016

Despacho nº 11/2016/CINE/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08017.000333/2016-37
Filme: "O NADO DE JOANA" - Reconsideração
Requerente: REC Produtores Associados Ltda.
Classificação Pretendida: Livre

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Considerando que o fomento da discussão acerca do abuso na infância funciona como contraponto e atenua a indicativos que poderiam levar a uma classificação indicativa mais elevada da obra;

Deferir o pedido de reconsideração do filme, alterando sua classificação para "não recomendado para menores de 10 anos" por conter linguagem imprópria e violência.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 8ª SESSÃO DE TURMA DA COMISSÃO DE ANISTIA A SER REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça e Cidadania, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 08 de junho de 2016, a partir das 9h00, Edifício Sede, Térreo, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-á sessão da Comissão de Anistia.

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
1.	2005.01.52190	A	ERLY GODOY ROSA	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
2.	2006.01.53286	A	JORGE FREDERICO VIEIRA	CRISTIANO PAIXÃO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.	2006.01.54094	A	JOAO CARLOS XAVIER NETO	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
4.	2006.01.54322	R A	ODALEIA AUGUSTO SORTE ETELVINO FERREIRA DE LIMA	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
5.	2006.01.54602	A	VALMIR LOPES DA PREZA	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
6.	2006.01.54834	A	NELSON NASCIMENTO	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
7.	2006.01.55522	A	JOSE GERALDO DOS REIS CARNEIRO	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
8.	2007.01.57564	A	ANTONIO GOMES VILARINHO NETO	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
9.	2007.01.58801	R A	MARIA LUCIA DE OLIVEIRA LIMA BRUNO SCHNEIDER RITTER	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
10.	2007.01.59080	R A	EDINA MARIA DE CAMARGO BUGANZA JURANDIR BUGANZA	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
11.	2007.01.59090	A	JOSE SOARES DE OLIVEIRA	CRISTIANO PAIXÃO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
12.	2007.01.59143	A	JOAO PIRES	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
13.	2007.01.60300	A	JOSE ALBERTO RECH	CRISTIANO PAIXÃO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
14.	2007.01.60340	A	WALDIR COLLA	CRISTIANO PAIXÃO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
15.	2007.01.60343	A	LEOPOLDO KUTSKE	CRISTIANO PAIXÃO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
16.	2007.01.59029	A	BELCHIOR PEREIRA DE BRITO	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
17.	2008.01.60611	A	ANTONIO JANUARIO DA SILVA	CRISTIANO PAIXÃO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
18.	2008.01.60780	A	WALTER JOAO FABBRI	CRISTIANO PAIXÃO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
19.	2008.01.60974	A	ROBSON PAULO COUTINHO	CRISTIANO PAIXÃO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
20.	2008.01.60976	A	ALCINIR DE ALMEIDA SILVA	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
21.	2008.01.63034	A	NILTON ANDRADE JUNQUEIRA	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO
22.	2008.01.63041	A	SEBASTIAO BARONE	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	PRIORIDADE POR RECADASTRAMENTO

A - ANISTIANDO
R - REQUERENTE

PAULO ABRAO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.115, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Prorroga os prazos estabelecidos na Portaria Interministerial MS/MDS nº 405, de 15 de março de 2016, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Estratégia de Ação Rápida para o Fortalecimento da Atenção à Saúde e da Proteção Social de Crianças com Microcefalia.

OS MINISTROS DE ESTADO DA SAÚDE E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso I do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS);

Considerando o Decreto nº 8.691, de 14 de março de 2016, que altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999;

Considerando a Portaria nº 2.952/GM/MS, de 14 de dezembro de 2011, que regulamenta, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Decreto nº 7.616, de 2011, que dispõe sobre a declaração de ESPIN e institui a FN-SUS;

Considerando a Portaria nº 1.813/GM/MS, de 11 de novembro de 2015, que declara ESPIN por alteração do padrão de ocorrência de microcefalias no Brasil e estabelece o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COES) como mecanismo de gestão nacional coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;

Considerando a Instrução Operacional Conjunta nº 01/SNAS/MDS e SAS/MS, de fevereiro de 2016, que estabelece procedimentos e rotinas conjuntas de atenção às famílias no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do SUS no enfrentamento ao mosquito "Aedes aegypti" e atenção às famílias com casos de microcefalia;

Considerando a Instrução Operacional Conjunta nº 02/SNAS/MDS e SAS/MS, de março de 2016, que tem por objetivo orientar, do ponto de vista operacional e complementar à Portaria Interministerial, os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para o desenvolvimento das ações necessárias para a implementação da Estratégia de Ação Rápida e o alcance de seus objetivos;

Considerando o Decreto nº 8.691, de 14 de março de 2016, que altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, inclusive quanto a acordos de cooperação técnica para a colaboração no processo de avaliação pericial por profissional médico de órgãos e entidades públicas que integrem o Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando as visitas técnicas feitas a Estados, no âmbito do SUS e do SUAS;

Considerando a necessidade de esclarecer os casos suspeitos de microcefalia notificados como em investigação e garantir o acesso assistencial a exames, consultas e tratamentos especializados, bem como o acompanhamento do desenvolvimento e crescimento na Atenção Básica à Saúde, trazendo às crianças e às famílias o conforto que um diagnóstico definitivo e uma atenção humanizada e continuada do cuidado em saúde e na assistência social, adequada às necessidades de cada criança e sua família; e

Considerando o desenvolvimento da Estratégia de Ação Rápida para o Fortalecimento da Atenção à Saúde e da Proteção Social de Crianças com Microcefalia no conjunto dos Estados bem como o acompanhamento e monitoramento das ações realizadas pelo Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário que demonstram a evolução do esclarecimento dos casos suspeitos de microcefalia em cada estado, resolvem:

Art. 1º Fica prorrogado, por 60 (sessenta) dias, o prazo de vigência da Estratégia de Ação Rápida para o Fortalecimento da Atenção à Saúde e da Proteção Social de Crianças com Microcefalia estabelecido nos art. 2º, art. 7º, § 3º e art. 8º da Portaria Interministerial nº 405/MS/MDS, de 15 de março de 2016.

Art. 2º Fica alterado, para julho de 2016, o mês de competência estabelecido pelo art. 7º, § 1º, I, e § 4º da Portaria Interministerial nº 405/MS/MDS, de 15 de março de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS
Ministro de Estado da Saúde

OSMAR TERRA
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 499, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Retifica Plano de Trabalho relativo à Portaria SE/MS nº 738/2008.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, por delegação de competência através da Portaria GM/MS nº 93, de 5 de fevereiro de 2003, publicada no Diário Oficial da União nº 27, de 6 de fevereiro de 2003, no uso de suas atribuições legais e com base nas condições consignadas no Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, com suas alterações, observadas as disposições do Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, da Lei nº 10.522, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, do Decreto nº 20, de 1º de fevereiro de 1991; da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, e da Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, da Nota nº 301/2005/STN/CONED, de 23 de março de 2005, e da Instrução Normativa/STN nº 01, de 15 de janeiro de 1997, no que couber, em conformidade com o disposto no Processo nº 25000.171766/2006-01, resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria SE/MS nº 738/2008, publicada no Diário Oficial da União nº 248, de 22 de dezembro de 2008, para modificar o Plano de Trabalho originalmente aprovado, excluindo a meta 3 - Auxilio financeiro para reformar as unidades das áreas de educação física, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia, odontologia e serviço social, passando o valor total de R$ 2.020.809,17 (dois milhões e vinte mil, oitocentos e nove reais e dezessete centavos) para R$ 1.414.069,12 (um milhão, quatrocentos e quatorze mil, sessenta e nove reais e doze centavos), conforme detalhamento a seguir:

Processo nº 25000.213297/2008-68
ÓRGÃO CEDENTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE
ÓRGÃO EXECUTOR: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DESPESAS DE CAPITAL: R$ 694.328,00
DESPESAS CORRENTES: R$ 719,741,12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 407, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Altera a Resolução Normativa - RN nº 387, de 28 de outubro de 2015, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para infecção pelo vírus Zika.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõe o § 4º do art.10 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998; o inciso III do art. 4º e inciso II do art.10, ambos da Lei nº 9.661, de 28 de janeiro de 2000; e a alínea "a" do inciso II do artigo 86 da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009; adota a seguinte Resolução Normativa e determina a sua publicação.

Art. 1º A presente Resolução altera a Resolução Normativa - RN nº 387, de 28 de outubro de 2015, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a utilização de testes diagnósticos para infecção pelo vírus Zika.

Art. 2º O Anexo I da RN nº 387, de 2015, passa a vigorar acrescido dos itens, "Vírus Zika - Por PCR (com diretriz de utilização)", "Vírus Zika - IGM (com diretriz de utilização)" e "Vírus Zika - IGG (com diretriz de utilização)", conforme Anexo I desta Resolução.

Art. 3º O Anexo II da RN nº 387, de 2015, passa a vigorar acrescido dos itens, "Vírus Zika - Por PCR", "Vírus Zika - IGM" e "Vírus Zika - IGG", conforme Anexo II desta resolução.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 4º Esta RN, bem como seus Anexos estarão disponíveis para consulta e cópia no sítio institucional da ANS na Internet (www.ans.gov.br).

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor 30 (trinta) dias após a publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 1º DE JUNHO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso IV, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e o artigo 8º da Resolução Normativa - RN nº 171, de 29 de abril de 2008, em deliberação na 445ª Reunião de Diretoria Colegiada realizada em 01 de junho de 2016, apreciou o seguinte processo administrativo:

Processo ANS nº 33902.362832/2012-54

Decisão: Aprovado por unanimidade o índice de reajuste máximo de 13,57% (treze inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) com vigência de 1º de maio de 2016 a 30 de abril de 2017 para as contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência suplementar à saúde, individuais e familiares, médico-hospitalares com ou sem cobertura odontológica, previsto no artigo 2º da Resolução Normativa - RN nº 171, de 29 de abril de 2008.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 67, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO, tendo em vista o disposto nos Arts. 12 e 13 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nos Arts. 49-A, inciso III e 77, I, "B" da Resolução Normativa (RN) nº 197, de 16 de julho de 2009, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, resolve:

Art. 1º Delegar a competência prevista no Art. 38, da Resolução Normativa (RN) nº 388, de 25 de novembro de 2015, ao Diretor-Adjunto de Fiscalização e ao Gerente responsável pela Gerência-Geral de Operações Fiscalizatórias - GGOFI, para proferir decisão em primeira instância administrativa nos processos administrativos sancionadores a que se refere o Art. 2º da Resolução Normativa (RN) nº 388, de 25 de novembro de 2015.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput desse artigo alcança o juízo de reconsideração previsto no art. 43 da RN nº 388, de 25 de novembro 2015.

Art. 2º A competência delegada nesta Portaria não poderá ser objeto de nova delegação.

Art. 3º O Diretor responsável pela DIFIS poderá praticar o ato delegado nesta Portaria, sem prejuízo da presente delegação de competência.

Art. 4º As decisões tomadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade.

Art. 5º A delegação prevista nesta Portaria terá duração por prazo indeterminado, podendo ser revogada a qualquer momento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE SANCHES FREIRE

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA N° 1.190, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - 2014 - 2016.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 47, IX e o art. 54, III, §3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 03 de fevereiro de 2016, e,

Considerando as orientações da Instrução Normativa nº 4 de 11 de setembro de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 2 de 12 de janeiro de 2015, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - PDTI ANVISA - para os exercícios de 2014 a 2016.

Parágrafo único. A íntegra do PDTI ANVISA 2014-2016 estará disponível para consulta dos interessados no portal eletrônico:www.anvisa.gov.br > Acesso à Informação > Institucional > Planejamento e Gestão.

Art. 2º O PDTI ANVISA 2014-2016 poderá ser revisto, sempre que necessário, a fim de assegurar o seu alinhamento às prioridades e estratégias institucionais, à disponibilidade financeira e orçamentária e às mudanças na legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS
GERÊNCIA DE COSMÉTICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.259, DE 13 DE MAIO DE 2016 (*)

A Gerente de Cosméticos no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ETHEL CARDOSO FREITAS

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
COR E/OU TONALIDADE NUMERO DE PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
LOCAL DE FABRICAÇÃO VENCIMENTO
DESTINAÇÃO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO
GRUPO DO PRODUTO
EMBALAGEM PRIMÁRIA
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
FORMA FÍSICA
ASSUNTO DA PETIÇÃO
RESTRIÇÃO DE USO
CONSERVAÇÃO
BOTANIK KOSMETICS LTDA 2.03079-0
GEL ALCOOLICO ANTISSEPTICO BOTANIK
25351.451427/2015-76 2.3079.0020.001-1
CAMPO BOM/RS 05/2021
COMERCIAL 24 Meses
2022203 GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS - GRAU 2
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
RÓTULO APROVADO COM CORREÇÕES.
GEL ALCOOLICO ANTISSEPTICO BOTANIK
25351.451427/2015-76 2.3079.0020.002-1
CAMPO BOM/RS 05/2021
COMERCIAL 24 Meses
2022203 GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS - GRAU 2
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
RÓTULO APROVADO COM CORREÇÕES.
GEL ALCOOLICO ANTISSEPTICO BOTANIK
25351.451427/2015-76 2.3079.0020.003-8
CAMPO BOM/RS 05/2021
COMERCIAL 24 Meses
2022203 GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS - GRAU 2
FRASCO PET
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
RÓTULO APROVADO COM CORREÇÕES.
GEL ALCOOLICO ANTISSEPTICO BOTANIK
25351.451427/2015-76 2.3079.0020.004-6
CAMPO BOM/RS 05/2021
COMERCIAL 24 Meses
2022203 GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS - GRAU 2
BOMBONA PLASTICA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
RÓTULO APROVADO COM CORREÇÕES.
CRB QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- EPP 2.06112-2
ART SEPT
25351.575650/2015-19 2.6112.0002.001-8
RIBEIRÃO PRETO/SP 05/2021
COMERCIAL 12 Meses
2022203 GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS - GRAU 2
BOMBONA PLASTICA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
RÓTULO APROVADO COM CORREÇÕES.
ART SEPT
25351.575650/2015-19 2.6112.0002.002-6
RIBEIRÃO PRETO/SP 05/2021
COMERCIAL 12 Meses
2022203 GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS - GRAU 2
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
RÓTULO APROVADO COM CORREÇÕES.
DAHUER LABORATÓRIO LTDA 2.01563-9
SUPER ZAZ REPELENTE DE INSETOS LOÇÃO
25351.003737/2016-00 2.1563.0144.001-0
BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC 05/2021
COMERCIAL 3 Ano(s)
2022172 REPELENTE DE INSETOS - GRAU 2
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
DEVINTEX COSMETICOS LTDA 2.02959-4
SALON LINE PROFESSIONAL CACHOS SOLTOS CREME DE TRANSFORMAÇÃO
25351.739178/2015-27 2.2959.0305.001-3
JANDIRA/SP 05/2021
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2022238 ALISANTE PARA CABELOS - GRAU 2
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SALON LINE PROFESSIONAL CREME DE TRANSFORMAÇÃO
25351.739186/2015-91 2.2959.0306.001-9
JANDIRA/SP 05/2021
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2022238 ALISANTE PARA CABELOS - GRAU 2
SACHE
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
RÓTULO APROVADO COM CORREÇÕES.
FLAVIA PUNGILLO COSMETICOS - EPP 2.07902-8
GREENERWAYS BUG REPELLENT REPELENTE DE INSETOS
25351.968948/2016-44 2.7902.0001.001-9
OSASCO/SP 05/2021
COMERCIAL 2 Ano(s)
2022172 REPELENTE DE INSETOS - GRAU 2
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
RÓTULO APROVADO COM CORREÇÕES.
IPEC INDUSTRIA DE PERFUMES E COSMETICOS LTDA 2.00537-3
SHAMPOO INFANTIL L'ACQUA DI FIORI
25351.347468/2015-40 2.0537.0285.001-4
BELO HORIZONTE/MG 05/2021
COMERCIAL 24 Meses
2022184 XAMPU/XAMPU CONDICIONADOR INFANTIL - GRAU 2
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO VISCOSO
2002 Registro do Produto
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
RÓTULO APROVADO COM CORREÇÕES.
JOAO HENRIQUE SILVA BESSA E CIA LTDA EPP - EPP 2.05648-9
LOÇÃO HIDRATANTE INFANTIL PIMPÃO E FUMAÇA - FASHION
25351.660129/2015-59 2.5648.0019.001-6
LAGOA DA PRATA/MG 05/2021
COMERCIAL 24 Meses
2022183 HIDRATANTE PARA PELE INFANTIL - GRAU 2
FRASCO DE PLASTICO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
RÓTULO APROVADO COM CORREÇÕES.
KERALUX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - EPP 2.06472-6
ADLUX PROGRESSIVA ARGILA BRANCA
25351.662168/2015-08 2.6472.0012.001-3
TATUÍ/SP 05/2021
PROFISSIONAL 24 Meses
2022238 ALISANTE PARA CABELOS - GRAU 2
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE
RÓTULO APROVADO COM CORREÇÕES.
LABORATÓRIO DAUDT OLIVEIRA LTDA 2.00250-0
MALVATRIKIDS OM-FLÚOR
25351.557702/2015-13 2.0250.0094.001-8
RIO DE JANEIRO/RJ 05/2021
COMERCIAL 36 Meses
2022144 DENTIFRÍCIO COM OU SEM FLÚOR INFANTIL - GRAU 2
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MALVATRIKIDS OM-FLÚOR
25351.557702/2015-13 2.0250.0094.002-6
RIO DE JANEIRO/RJ 05/2021
COMERCIAL 36 Meses
2022144 DENTIFRÍCIO COM OU SEM FLÚOR INFANTIL - GRAU 2
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MALVATRIKIDS OM-FLÚOR
25351.557702/2015-13 2.0250.0094.003-4
RIO DE JANEIRO/RJ 05/2021
COMERCIAL 36 Meses
2022144 DENTIFRÍCIO COM OU SEM FLÚOR INFANTIL - GRAU 2
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LABORATORIO INDUSTRIAL FARMACÊUTICO LIFAR LTDA 2.03868-6
SPRAY REPELENTE DE INSETOS VIVAZ OUT!
25351.011361/2016-41 2.3868.0080.001-7
PORTO ALEGRE/RS 05/2021
COMERCIAL 24 Meses
2022172 REPELENTE DE INSETOS - GRAU 2
FRASCO PLÁSTICO COM VÁLVULA SPRAY
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
RÓTULO APROVADO COM CORREÇÕES.

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _

AERO COSMETIC INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE AEROSSOIS E COSMÉTICOS EIRELI - EPP2.05215-2
REPELENTE DE INSETOS BUZZ SAVER INFANTIL
25351.943409/2016-77 2.5215.0015.001-5
ARARAQUARA/SP 05/2021
COMERCIAL 36 Meses
2022227 REPELENTE DE INSETOS INFANTIL - GRAU 2
FRASCO PLÁSTICO COM VÁLVULA SPRAY
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
REPELENTE DE INSETOS BUZZ SAVER INFANTIL
25351.943409/2016-77 2.5215.0015.002-3
ARARAQUARA/SP 05/2021
COMERCIAL 36 Meses
2022227 REPELENTE DE INSETOS INFANTIL - GRAU 2
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
AVON INDUSTRIAL LTDA 2.00004-1
AVON CARE SPRAY REPELENTE DE INSETOS
25351.047306/2016-40 2.0004.2101.001-1
SÃO PAULO/SP 05/2021
COMERCIAL 2 Ano(s)
2022172 REPELENTE DE INSETOS - GRAU 2
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
CONDOR NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 2.04196-1
GEL DENTAL CONDOR BAMBINOS 3 HOT WHEELS COM FLÚOR SABOR MORANGO
25351.756893/2015-75 2.4196.0016.001-4
SÃO BENTO DO SUL/SC 05/2021
COMERCIAL 36 Meses
2022144 DENTIFRÍCIO COM OU SEM FLÚOR INFANTIL - GRAU 2
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GEL DENTAL CONDOR BAMBINOS 3 LILICA RIPILICA COM FLÚOR SABOR MORANGO
25351.756899/2015-30 2.4196.0020.001-6
SÃO BENTO DO SUL/SC 05/2021
COMERCIAL 36 Meses
2022144 DENTIFRÍCIO COM OU SEM FLÚOR INFANTIL - GRAU 2
BISNAGA DE ALUMINIO / PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GEL DENTAL CONDOR BAMBINOS 1 TIGOR BABY SEM FLÚOR SABOR MORANGO
25351.756901/2015-65 2.4196.0017.001-1
SÃO BENTO DO SUL/SC 05/2021
COMERCIAL 36 Meses
2022144 DENTIFRÍCIO COM OU SEM FLÚOR INFANTIL - GRAU 2
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GEL DENTAL CONDOR BAMBINOS 1 SNOOPY
25351.756903/2015-13 2.4196.0018.001-5
SÃO BENTO DO SUL/SC 05/2021
COMERCIAL 36 Meses
2022144 DENTIFRÍCIO COM OU SEM FLÚOR INFANTIL - GRAU 2
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GEL DENTAL CONDOR BAMBINOS 1 LILICA BABY SEM FLÚOR SABOR MORANGO
25351.756906/2015-07 2.4196.0019.001-0
SÃO BENTO DO SUL/SC 05/2021
COMERCIAL 36 Meses
2022144 DENTIFRÍCIO COM OU SEM FLÚOR INFANTIL - GRAU 2
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
DI FIORENA INDÚSTRIA COSMÉTICA LTDA EPP 2.03859-5
TRICOMPLEX BLOND ESSENCE PROGRESSIVE GUICHARD PROFESSIONAL
25351.699049/2015-53 2.3859.0542.001-1
FRANCA/SP 05/2021
PROFISSIONAL 36 Meses
2022238 ALISANTE PARA CABELOS - GRAU 2
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
USO PROFISSIONAL
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
SELAGEM CAPILAR G-TOX BIOPLASTIA CAPILAR GUICHARD PROFESSIONAL
25351.699053/2015-17 2.3859.0543.001-7
FRANCA/SP 05/2021
PROFISSIONAL 36 Meses
2022238 ALISANTE PARA CABELOS - GRAU 2
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
USO PROFISSIONAL
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
EXCELLENCE COMERCIAL LTDA 2.02516-9
PETER THOMAS ROTH CLINICAL SKIN CARE ANTI-AGING DEFENSE BROAD SPECTRUM SPF 50
25351.176938/2015-83 2.2516.0205.001-2
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA 05/2021
COMERCIAL 3 Ano(s)
2022168 PROTETOR SOLAR - GRAU 2
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2002 Registro do Produto
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
PETER THOMAS ROTH CLINICAL SKIN CARE ANTI-AGING DEFENSE BROAD SPECTRUM SPF 50
25351.176938/2015-83 2.2516.0205.002-0
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA 05/2021
COMERCIAL 3 Ano(s)
2022168 PROTETOR SOLAR - GRAU 2
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2002 Registro do Produto
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
IPEC INDUSTRIA DE PERFUMES E COSMETICOS LTDA 2.00537-3
COLÔNIA INFANTIL L'ACQUA DI FIORI
25351.319846/2015-10 2.0537.0286.001-1
BELO HORIZONTE/MG 05/2021
COMERCIAL 36 Meses
2022136 ÁGUA DE COLÔNIA INFANTIL - GRAU 2
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO
2002 Registro do Produto
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
CONDICIONADOR INFANTIL L'ACQUA DI FIORI
25351.349233/2015-23 2.0537.0287.001-5
BELO HORIZONTE/MG 05/2021
COMERCIAL 24 Meses
2022138 CONDICIONADOR INFANTIL COM ENXÁGUE - GRAU 2
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2002 Registro do Produto
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA. 2.00092-5
JOHNSON'S HORA DO SONO LOÇÃO HIDRATANTE BABY
25351.707737/2015-10 2.0092.1238.001-4
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP 05/2021
COMERCIAL 2 Ano(s)
2022183 HIDRATANTE PARA PELE INFANTIL - GRAU 2
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _

APOTEKA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA - ME 2.08088-3
SHIELD BASTÃO FPS60 FPUVA 50 - PINK CHEEKS
25351.694222/2015-49 2.8088.0002.001-1
LEME/SP 05/2021
COMERCIAL 24 Meses

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2022168 PROTETOR SOLAR - GRAU 2
FRASCO DE PLASTICO
CAIXA DE PAPELAO
BASTAO
287 Registro de Produto Grau 2 - Nacional
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
RÓTULO APROVADO COM CORREÇÕES.
CHIMICA BARUEL LTDA 2.00105-0
XAMPU TURMA DA XUXINHA BY BARUEL CABELOS CACHEADOS
25351.362714/2008-15 2.0105.0181.001-1
GUARULHOS/SP 01/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020350 XAMPU INFANTIL
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
230 Modificação de Fórmula de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
XAMPU TURMA DA XUXINHA BY BARUEL CABELOS CACHEADOS
25351.362714/2008-15 2.0105.0181.001-1
GUARULHOS/SP 01/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020350 XAMPU INFANTIL
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
232 Substituição do Acondicionamento de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
XAMPU TURMA DA XUXINHA BY BARUEL CABELOS CACHEADOS
25351.362714/2008-15 2.0105.0181.001-1
GUARULHOS/SP 01/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020350 XAMPU INFANTIL
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
289 Alteração de Rotulagem de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
XAMPU TURMA DA XUXINHA BY BARUEL CABELOS CACHEADOS
25351.362714/2008-15 2.0105.0181.002-1
GUARULHOS/SP 01/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020350 XAMPU INFANTIL
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
230 Modificação de Fórmula de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
XAMPU TURMA DA XUXINHA BY BARUEL CABELOS CACHEADOS
25351.362714/2008-15 2.0105.0181.002-1
GUARULHOS/SP 01/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020350 XAMPU INFANTIL
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
232 Substituição do Acondicionamento de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
XAMPU TURMA DA XUXINHA BY BARUEL CABELOS CACHEADOS
25351.362714/2008-15 2.0105.0181.002-1
GUARULHOS/SP 01/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020350 XAMPU INFANTIL
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
289 Alteração de Rotulagem de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
SABONETE LÍQUIDO SEM CORANTE TURMA DA XUXINHA BY BARUEL
25351.362804/2011-45 2.0105.0203.001-1
GUARULHOS/SP 07/2021
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020380 SABONETES INFANTIS
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
230 Modificação de Fórmula de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SABONETE LÍQUIDO SEM CORANTE TURMA DA XUXINHA BY BARUEL
25351.362804/2011-45 2.0105.0203.001-1
GUARULHOS/SP 07/2021
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020380 SABONETES INFANTIS
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
232 Substituição do Acondicionamento de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SABONETE LÍQUIDO SEM CORANTE TURMA DA XUXINHA BY BARUEL
25351.362804/2011-45 2.0105.0203.001-1
GUARULHOS/SP 07/2021
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020380 SABONETES INFANTIS
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
238 Revalidação de Registro de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SABONETE LÍQUIDO SEM CORANTE TURMA DA XUXINHA BY BARUEL
25351.362804/2011-45 2.0105.0203.001-1
GUARULHOS/SP 07/2021
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020380 SABONETES INFANTIS
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
289 Alteração de Rotulagem de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SABONETE LÍQUIDO SEM CORANTE TURMA DA XUXINHA BY BARUEL
25351.362804/2011-45 2.0105.0203.002-8
GUARULHOS/SP 07/2021
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020380 SABONETES INFANTIS
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
230 Modificação de Fórmula de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SABONETE LÍQUIDO SEM CORANTE TURMA DA XUXINHA BY BARUEL
25351.362804/2011-45 2.0105.0203.002-8
GUARULHOS/SP 07/2021
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020380 SABONETES INFANTIS
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
232 Substituição do Acondicionamento de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SABONETE LÍQUIDO SEM CORANTE TURMA DA XUXINHA BY BARUEL
25351.362804/2011-45 2.0105.0203.002-8
GUARULHOS/SP 07/2021
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020380 SABONETES INFANTIS
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
238 Revalidação de Registro de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SABONETE LÍQUIDO SEM CORANTE TURMA DA XUXINHA BY BARUEL
25351.362804/2011-45 2.0105.0203.002-8
GUARULHOS/SP 07/2021
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020380 SABONETES INFANTIS
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
289 Alteração de Rotulagem de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
COSINTER INTERNACIONAL IND E COM COSMETICOS LTDA 2.01676-1
RED APPLE DESODORANTE ANTIPERSPIRANTE EM CREME
25023.000149/95- 2.1676.0024.001-9
CURITIBA/PR 10/2020
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
238 Revalidação de Registro de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
PROTEGER DA LUZ E UMIDADE
RÓTULO APROVADO COM CORREÇÕES.
ELFEN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME 2.06523-2
HAND SPUME
25351.648173/2013-75 2.6523.0005.001-3
MOJI MIRIM/SP 02/2019
INSTITUCIONAL 1 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
289 Alteração de Rotulagem de Produto Grau 2
INSTITUCIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
RÓTULO APROVADO COM CORREÇÕES.
HAND SPUME
25351.648173/2013-75 2.6523.0005.002-1
MOJI MIRIM/SP 02/2019
INSTITUCIONAL 1 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
GALAO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
289 Alteração de Rotulagem de Produto Grau 2
INSTITUCIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
RÓTULO APROVADO COM CORREÇÕES.
Hypermarcas S/A 2.04641-7
EPISOL SEC FPS 70
25351.571914/2013-56 2.4641.0166.001-7
RIO DE JANEIRO/RJ 02/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020091 PROTETOR SOLAR
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
289 Alteração de Rotulagem de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
EPISOL SEC FPS 70
25351.571914/2013-56 2.4641.0166.002-5
RIO DE JANEIRO/RJ 02/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020091 PROTETOR SOLAR
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
289 Alteração de Rotulagem de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LIPSON COSMETICOS LTDA 2.01239-0
JEQUITI MEU BEBÊ SONINHO SABONETE LÍQUIDO GLICERINADO DA CABEÇA AOS PÉS
25351.444461/2014-96 2.1239.2806.001-9
DIADEMA/SP 03/2020
COMERCIAL 24 Meses
2022174 SABONETE INFANTIL - GRAU 2
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
255 Retificação de Publicação de Registro de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
JEQUITI MEU BEBÊ SONINHO SHAMPOO
25351.444575/2014-15 2.1239.2807.001-4
DIADEMA/SP 03/2020
COMERCIAL 24 Meses
2022184 XAMPU/XAMPU CONDICIONADOR INFANTIL - GRAU 2
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
255 Retificação de Publicação de Registro de Produto Grau 2
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NUTRACOM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 2.00490-1
XÔ INSETO!
25351.167505/2008-60 2.0490.0053.003-8
POUSO ALEGRE/MG 07/2018
COMERCIAL 36 Meses
2020320 REPELENTE DE INSETOS
FRASCO PLÁSTICO COM VÁLVULA SPRAY
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO
289 Alteração de Rotulagem de Produto Grau 2
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
XÔ INSETO! KIDS
1 25351.705575/2009-17 2.0490.0071.001-1
POUSO ALEGRE/MG 32/021
COMERCIAL 24 Meses
2020320 REPELENTE DE INSETOS
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
289 Alteração de Rotulagem de Produto Grau 2
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
XÔ INSETO! KIDS
25351.705575/2009-17 2.0490.0071.002-8
POUSO ALEGRE/MG 06/2021
COMERCIAL 24 Meses
2020320 REPELENTE DE INSETOS
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO
289 Alteração de Rotulagem de Produto Grau 2
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 92, de 16-5-2016, Seção 1, pág. 37 e Suplemento nº 92, pág. 1, com incorreção no original.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.442, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente de Cosméticos no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ETHEL CARDOSO FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.443, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente de Cosméticos no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ETHEL CARDOSO FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.444, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente de Cosméticos no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação Automática dos processos dos Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, conforme RDC nº 250/2004, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ETHEL CARDOSO FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.445, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente de Cosméticos no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme decisão no Mandado de Segurança n.º 1003445-67.2016.4.01.3400, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ETHEL CARDOSO FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA DE SANEANTES

RESOLUÇÃO - RE N° 1.437, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Gerente de Saneantes, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 918, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ALEXANDRE SHAMMASS DE MANCILHA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 1.438, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Gerente de Saneantes, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 918, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site:

http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ALEXANDRE SHAMMASS DE MANCILHA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE N° 1.439, DE 2 DE JUNHO DE 2016 (*)

A Gerente-Geral de Alimentos, Substituta, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIA MARIA DE AQUINO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 1.440, DE 2 DE JUNHO DE 2016 (*)

A Gerente-Geral de Alimentos, Substituta, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIA MARIA DE AQUINO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 1.441, DE 2 DE JUNHO DE 2016 (*)

A Gerente-Geral de Alimentos, Substituta, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIA MARIA DE AQUINO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO - RE N° 1.434, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 229-C da Lei nº 9.279, de 1996, e na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 45, de 20 de junho de 2008, resolve:

Art. 1º Conceder prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 1.435, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 229-C da Lei nº 9.279, de 1996, e na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 45, de 20 de junho de 2008, resolve:

Art. 1º Negar prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 1.436, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 229-C da Lei nº 9.279, de 1996, e na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 45, de 20 de junho de 2008, considerando o parecer de força executória proferido, relativo a execução provisória nº: 4044-23.2016.4.01.3400, em tramitação na Seção Judiciária do Distrito Federal - 1ª Região, no sentido de cumprimento provisório de sentença, resolve:

Art. 1º Conceder prévia anuência ao pedido de patente PI 9509411-3, nos termos do parecer de força executória proferido, relativo a execução provisória nº: 4044-23.2016.4.01.3400 em tramitação Seção Judiciária do Distrito Federal - 1ª Região, tornando insubsistente a Resolução-RE a seguir relacionada, no tocante ao referido pedido de invenção.

Art. 2º Determinar a imediata remessa dos autos do pedido de patente PI 9509411-3 para o Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.454, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Resolução - RE Nº 1.996, de 10 de julho de 2015, única e exclusivamente quanto ao indeferimento da Atualização de especificações e métodos analíticos do Medicamento NISULID, processo 25351.196477/2006-26, referente à empresa PRATI DONADUZI & CIA LTDA, publicada no Diário Oficial da União nº. 131, de 13 de julho de 2015, Seção 1, página 64 e Suplemento página 25.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.455, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Resolução - RE Nº 343, de 04 de fevereiro de 2016, única e exclusivamente quanto a SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) para o medicamento Re-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

gulador Xavier nº 2, processo 25351.659622/2015-13, referente à empresa Ophthalmos S/A, publicada no Diário Oficial da União nº. 26, de 10 de fevereiro de 2016, Seção 1, página 43 e Suplemento página 67.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.456, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Resolução - RE Nº 2.806, de 02 de outubro de 2015, única e exclusivamente quanto ao deferimento da ALTERAÇÃO MODERADA DE PROCESSO DE PRODUÇÃO e quanto ao deferimento da ALTERAÇÃO MODERADA DE EXCIPIENTE para o medicamento Pyridium, processo 25351.274364/2005-98, referente à empresa ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A, publicadas no Diário Oficial da União nº. 190, de 05 de outubro 20015, Seção I, página 681 e Suplemento página 56.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.457, DE 3 DE JUNHO DE 2016 (*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos e radiofármacos, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.458, DE 03 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.459, DE 03 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.460, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.461, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar os registros por declaração de caducidade dos medicamentos similares, genéricos e novos sob os números de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 7º do art. 12 da Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 2º O cancelamento dos registros por declaração de caducidade abrange os registros dos produtos cuja revalidação não tenha sido solicitada no prazo referido no § 6º do artigo 12 da Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 3º Para os registros que não tiveram sua caducidade declarada anteriormente, esta resolução declara a caducidade e cancela o registro simultaneamente.

Art. 4º Este procedimento finaliza administrativamente os processos, para aqueles registros que não tiverem manifestação em contrário das empresas detentoras.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.462, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos medicamentos fitoterápicos sob o nº de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos de renovação de registro que já tiveram manifestação por parte da Anvisa para o quinquênio anterior com decisão de indeferimento e que se encontram com recurso administrativo que aguarda decisão da Anvisa.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a análise do recurso administrativo protocolado contra decisão de indeferimento da renovação anterior, nem a continuidade da análise da petição de renovação de registro requerida.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº 6360, de 1976.

Art. 4º Os medicamentos revalidados podem ser consultados, assim como suas apresentações válidas no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_medicamento.asp

Art. 5º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, de modo que não há interrupção na regularidade do registro.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.463, DE 03 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.464, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.465, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.466, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.467, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Resolução - RE Nº 343, de 04 de fevereiro de 2016, única e exclusivamente quanto ao CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE para o medicamento Regulador Xavier nº 2, processo 25992.001070/31, referente à empresa Laboratório Hepacholan S/A, publicada no Diário Oficial da União nº. 26, de 10 de fevereiro de 2016, Seção 1, página 43 e Suplemento página 67.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.468, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, no âmbito da Anvisa, a avaliação de resíduos dos produtos agrotóxicos, componentes e afins, conforme relação anexa.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.469, DE 03 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Reprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.470, DE 03 DE JUNHO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.471, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente RESOLUÇÃO-RE N° 1.381, DE 25 DE MAIO DE 2016, publicada no Diário Oficial da União nº101 de 30 de maio de 2016 única e exclusivamente quanto ao deferimento do produto GLIFOSATO TÉCNICO CHEMINOVA, número de processo Anvisa 25000.010922/97-61 da empresa CHEMINOVA BRASIL LTDA., CNPJ: 01.489.019/0001-06.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO RDC N° 82, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Aprova o Regulamento Técnico para produtos saneantes à base de bactérias e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 01 de junho de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Técnico para produtos saneantes à base de bactérias, nos termos do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução incorpora ao ordenamento jurídico nacional a Resolução MERCOSUL/GMC nº. 63/14, que aprovou o "Regulamento Técnico para Produtos Saneantes à base de bactérias" (revogação da Res. GMC n. 25/06).

Art. 3º Nos requerimentos de registro de produtos saneantes à base de bactérias, somente são permitidos os microrganismos listados no "Toxic Substances Control Act" (excetuando-se a Pseudomonas aeruginosa) que não apresentem resistência aos agentes antimicrobianos fora dos padrões definidos na literatura.

Art. 4º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução e no regulamento por ela aprovado constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº. 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 5° Fica revogada a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 179, de 3 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2006.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

REGULAMENTO TÉCNICO PARA PRODUTOS SANEANTES À BASE DE BACTÉRIAS

1 - OBJETIVO

O presente Regulamento tem como objetivo estabelecer definições, características gerais, finalidade de uso, microrganismos permitidos, formas de apresentação, embalagens, advertências, cuidados e demais características de rotulagem para os produtos saneantes à base de bactérias.

2 - ALCANCE

Este Regulamento compreende os produtos à base de microrganismos viáveis para o tratamento de sistemas sépticos com a finalidade de degradar a matéria orgânica e reduzir os odores. A aceitação de qualquer outra indicação de uso ficará a critério da Autoridade Sanitária de cada Estado Parte.

3 - RESTRIÇÕES DE USO

Não é permitido o seu uso em hospitais e em outros estabelecimentos relacionados com a saúde.

4 - DEFINIÇÕES

Para efeito deste Regulamento, são adotadas as seguintes definições:

4.1 - Produtos à base de bactérias: produtos à base de microrganismos viáveis que têm a propriedade de degradar a matéria orgânica e reduzir odores provenientes de sistemas sépticos, tubulações sanitárias de desague e outros sistemas semelhantes.

4.2 - Microrganismo viável: microrganismo vivo e cultivável nos meios de cultura e nas condições ambientais específicas.

4.3. - Produto para uso institucional: produto destinado à venda e utilização sob a responsabilidade de pessoa jurídica, não sendo necessária a aplicação por pessoa/empresa especializada.

4.4 - Estabelecimento relacionado com a saúde: todo o estabelecimento ou serviço relacionado com assistência à saúde, incluindo hospitais, clínicas, postos e serviços de saúde, consultórios médicos e odontológicos.

4.5 - Águas servidas: águas provenientes da higiene pessoal e da higienização de utensílios e superfícies em cozinhas domésticas, comerciais e industriais.

5 - CARACTERÍSTICAS GERAIS

5.1 - É de responsabilidade da Autoridade Sanitária de cada Estado Parte definir os microrganismos permitidos para os produtos saneantes à base de bactérias, ficando a cargo da mesma as recomendações orientativas para o gerenciamento do risco.

5.1.1 - Não são aceitos, nas formulações, microrganismos geneticamente modificados;

5.1.2 - A empresa fornecedora dos microrganismos deve apresentar certificado ou declaração que assegure a não patogenicidade dos mesmos.

5.2 - Componentes complementares de formulação;

5.2.1 - Somente são permitidos os ingredientes constantes do APÊNDICE I;

5.2.2 - Não é permitida a utilização de aromatizantes, corantes e demais substâncias que possam levar a confundir o produto com alimentos, cosméticos ou medicamentos;

5.2.3 - Por ocasião do registro, devem ser apresentados os seguintes dados técnicos sobre os componentes complementares de formulação, que não estejam mencionados no APÊNDICE I do presente Regulamento;

5.2.3.1 - Identidade - nome técnico ou comum e respectivo número CAS, sinônimo, nome comercial, nome químico e fórmula estrutural (quando for o caso) e propriedades físico-químicas;

5.2.3.2 - Dados do componente quanto aos seus aspectos: toxicológicos, inflamabilidade e prevenção em casos de acidente;

5.2.3.3 - Não são permitidas substâncias carcinogênicas, mutagênicas nem teratogênicas para a espécie humana.

5.3 - As formas de apresentação permitidas para os produtos à base de bactérias são sólida (comprimidos e granulados), pasta, gel e líquido.

5.4 - As embalagens devem ser resistentes e compatíveis com o produto, devendo minimizar o contato direto do operador com o mesmo.

5.5 - Para o registro, devem ser apresentados os dados e ensaios mencionados no APÊNDICE II.

6 - ROTULAGEM

6.1 - A rotulagem dos produtos saneantes à base de bactérias deve seguir as indicações dispostas no APÊNDICE III, além de atender as demais disposições da legislação vigente;

6.1.1 - A frase de advertência "CUIDADO! PERIGOSO SE INGERIDO, CONTÉM MICRORGANISMOS VIVOS" deve ser colocada no painel principal, em destaque (negrito), na cor preta, tendo as letras altura mínima de 0,3 cm. Esta mensagem deve estar inserida em um retângulo, de cor branca, localizado no painel principal e situado a 1/10 da altura acima da margem inferior do rótulo;

6.1.2 - A frase "ANTES DE USAR LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO" deve estar inserida imediatamente abaixo da frase de advertência 6.1.1;

6.1.3 - Para produtos destinados exclusivamente a empresas especializadas, deve ser acrescentada a frase "PROIBIDA A VENDA DIRETA AO PÚBLICO", devendo-se adotar o mesmo critério do item 6.1.1 quanto ao tamanho e destaque da letra.

APÊNDICE I

COMPONENTES COMPLEMENTARES DE FORMULAÇÃO

Ácido lático
Álcool linear etoxilado
Amilase
Beta gluconase
Bicarbonato de sódio
Carbonato de sódio
Celulase
Cloretos de sódio, potássio, magnésio, cálcio, amônio e ferroso
Éter monoetílico do dipropilenoglicol
Éteres hexílicos, octílicos e decílicos
Fosfato dissódico
Fosfato mono e dibásico de potássio
Fosfato monossódico
Fosfato tricálcico
Glicose
Hemicelulose
Hidrolisado de proteínas
Hidroxietilcelulose
Lipase
Molibdato de sódio
Monoetanolamina
Monoleato de sorbitan
Pectinase
Protease
Sulfato de magnésio
Tensoativos aniônicos e não iônicos

APÊNDICE II

Informações necessárias para o registro de Produtos SANEANTES à Base de Bactérias

A - Informações Gerais:

1 - Razão Social da empresa solicitante;

2 - Endereço completo da empresa solicitante;

3 - Cópia da habilitação/autorização de funcionamento da empresa, emitida pela Autoridade Sanitária Competente;

4 - Nome e assinatura do responsável legal perante a Autoridade Sanitária Competente;

5 - Dados e assinatura do responsável técnico;

6 - Texto de rotulagem;

7 - No caso de produtos importados além dos itens acima incluir:

7.a - Cópia do Certificado de Venda Livre emitido pela Autoridade Sanitária Competente do país de origem devidamente legalizada;

7.b - Cópia do Certificado de Registro emitido pela Autoridade Sanitária Competente do país de origem, devidamente legalizada, quando for o caso;

7.c - Rotulagem original e traduzida, quando for o caso;

7.d - Cópia do documento que contenha a fórmula qualiquantitativa emitida pelo fabricante no país de origem.

B - Relatório Técnico contendo:

1 - Denominação do produto.

2 - Nome ou marca do produto.

3 - Composição qualiquantitativa do produto, especificando os microrganismos pelo nome científico e as cepas microbianas, origem das mesmas, número de microrganismos viáveis expresso em unidades formadoras de colônia por mililitro ou por grama (ufc/ml) ou (ufc/g) e os demais componentes expressos por seus nomes técnicos ou nomes comuns, quando for o caso, e em unidades do sistema métrico decimal.

4 - Dados físico-químicos do produto (cor, estado, miscibilidade, pH, densidade específica, viscosidade, solubilidade em água e outros dados quando for o caso).

5 - Descrição da embalagem primária e secundária, quando houver.

6 - Descrição do sistema de identificação do lote ou partida.

7 - Forma de apresentação.

8 - Dados dos ensaios microbiológicos indicando:

8.a - contagem de microrganismos viáveis para cada cepa microbiana em ufc/ml ou ufc/g;

8.b - ausência de microrganismos patogênicos dos gêneros Salmonella, Shigella e Escherichia coli;

8.c - ausência de Pseudomonas aeruginosa;

8.d - ausência de microrganismos saprófitas principalmente Stenotrophomonas maltophilia com resistência fora dos padrões definidos na literatura através da apresentação dos dados de testes "in vitro" de susceptibilidade aos antimicrobianos recomendados;

8.e - dados de identificação bioquímica dos microrganismos utilizados;

8.f - contagem total de microrganismos viáveis em ufc/ml ou ufc/g.

9 - Dados dos ensaios de estabilidade incluindo a contagem total de microrganismos viáveis do produto preparado e no final do prazo de validade pretendido.

10 - Prazo de validade.

11 - Informações sobre as incompatibilidades, quando for o caso.

12 - Dados de eficácia utilizando métodos reconhecidos pela comunidade científica.

13 - Métodos de desativação e descarte do produto e da embalagem visando evitar riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

14 - Dados sobre a conservação do produto.

APÊNDICE III

ROTULAGEM DE PRODUTOS SANEANTES À BASE DE BACTÉRIAS

PAINEL PRINCIPAL

Denominação do produto

Nome e marca do produto

Conteúdo

Deverá conter as seguintes frases:

"CUIDADO! PERIGOSO SE INGERIDO, CONTÉM MICRORGANISMOS VIVOS", conforme item 6.1.1;

"ANTES DE USAR LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO", conforme item 6.1.2;

"PROIBIDA A VENDA DIRETA AO PÚBLICO", conforme item 6.1.3, quando for o caso.

PAINEL PRINCIPAL OU SECUNDÁRIO

Frases gerais:

"Não aplicar sobre alimentos, utensílios de cozinha, aquários e superfícies onde haja manipulação de alimentos.";

"Não reutilizar as embalagens vazias.";

"Manter o produto na embalagem original.";

"Usar luvas para a aplicação do produto.";

"Em caso de contato direto com o produto, lavar a parte atingida com água e sabão.";

"Em caso de contato com os olhos, lavar com água corrente em abundância e procurar o Centro de Intoxicação ou Serviço de Saúde mais próximo, levando a embalagem ou o rótulo do produto.";

"Manter o produto fora do alcance de crianças e animais domésticos." (em negrito e em caixa alta);

"Em caso de aspiração ou inalação, remover a pessoa para local arejado." (quando for o caso);

Modo de aplicação, conservação e de uso;

Data de fabricação, prazo de validade e número do lote, impressos de modo indelével e direto na embalagem;

Número de registro concedido pela Autoridade Sanitária Competente;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Composição: mencionar os microrganismos pelo nome científico e os demais componentes de interesse toxicológico pelo nome técnico;

Responsável Técnico: a menção ou não no rótulo do produto do nome do responsável técnico perante o Estado Parte receptor deve respeitar as exigências legais previstas no mencionado Estado Parte;

Número de telefone da empresa para atendimento ao consumidor;

Número de telefone do Centro de Intoxicações;

Informações gerais da empresa titular do registro;

País de origem;

Se importado, nome do fabricante e país de origem;

Informações sobre o descarte do produto e da embalagem;

Informações sobre os procedimentos a serem adotados no caso de derramamento acidental do produto;

Informações sobre as incompatibilidades e restrições de uso do produto, quando for o caso.

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE (*)
Em 20 de maio de 2016

N° 47 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar a proposta de iniciativa em Anexo, bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme deliberado em reunião realizada em 16 de maio de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

Processo nº: 25351.887149/2016-03
Agenda Regulatória 2015-2016: Tema n. 51.2
Assunto: Proposta de iniciativa para elaboração de Guia orientador para o Dossiê Técnico da RDC 40/2015 que define os requisitos do cadastro de produtos médicos.
Área responsável: GGTPS
Diretor Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

(*) Republicado por ter saído, no DOU de 23 de maio de 2016, Seção 1, pág. 112, com incorreção no original.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.411, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, inciso I, parágrafo 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº46, de 22 de outubro de 2015,e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.412, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, inciso I, parágrafo 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº46, de 22 de outubro de 2015, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de Razão Social na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.413, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, inciso I, parágrafo 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº46, de 22 de outubro de 2015, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de alteração de Endereço na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.414, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.415, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.416, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.417, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o Art. 7° da Lei n°9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo Art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o Parágrafo Único do Art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 15, de 28 de março de 2014;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 1.418, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, inciso I, parágrafo 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº46, de 22 de outubro de 2015,e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 1.418, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, inciso I, parágrafo 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº46, de 22 de outubro de 2015, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de Endereço na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 1.420, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 1.421, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE N° 1.422, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 1.423, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 1.424, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 1.425, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.426, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.427, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.428, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.429, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 1.430, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 1.431, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 1.432, DE 2 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Cancelar as Autorizações de Funcionamento de Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.472, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.473, DE 03 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.474, DE 03 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.475, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.476, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo, publicada pela Resolução RE nº 71, de 8 de janeiro de 2016, no Diário Oficial da União nº 6, de 11 de janeiro de 2016, Seção 1, pág. 28 e em suplemento da Seção 1, pág. 138, conforme expediente 1646188/16-6.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.477, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.478, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.479, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.480, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 1.481, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a forma farmacêutica Solução parenteral de pequeno volume (com esterilização terminal) na certificação da empresa Patheon Manufacturing Services LLC, solicitada pela empresa Amgen Biotecnologia do Brasil Ltda., CNPJ nº 18.774.815/0001-93, publicado pela Resolução RE nº 3.095, de 10 de novembro de 2015, no Diário Oficial da União nº 215, de 11 de novembro de 2015, seção 1, págs. 38 e 39, conforme expedientes nº 1130209/14-7 e 1018801/15-1.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.482, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, e:

considerando os arts. 12, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação do cosmético PULSEIRA DE CITRONELA BYE BYE MOSQUITO em desacordo com o registro na Anvisa, a fórmula comercializada não corresponde a fórmula registrada, pela empresa GPI Costa Industrial Ltda., resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto PULSEIRA DE CITRONELA BYE BYE MOSQUITO, fabricado pela empresa GPI Costa Industrial Ltda. (CNPJ: 05.083.645/0001-59).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.483, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, e:

considerando os arts. 12, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação de saneantes em desacordo com o notificado na Anvisa, por fabricar em sítio fabril não autorizado, pela empresa Química Dy Vitória Ltda., resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de todos os produtos saneantes fabricados pela empresa QUÍMICA DY VITÓRIA LTDA. (CNPJ: 93.358.018/0001-40).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RETIFICAÇÕES

Na Resolução RE nº 1.795, de 19 de junho de 2015, publicada no DOU nº 116, de 22 de junho de 2015, Seção 1, pág. 85 e em Suplemento página 194,

Onde se lê:

EMPRESA: BRAZILIAN PORT AGENTS AGENCIAMENTOS MARÍTIMOS LTDA

AUTORIZ/MS: 9.07170-6

CNPJ: 11.730.342/0001-83

PROCESSO: 25741.296954/2015-18

Leia-se:

EMPRESA: BRAZILIAN PORT AGENTS AGENCIAMENTOS MARÍTIMOS LTDA

AUTORIZ/MS: 9.07170-6

CNPJ: 11.730.342/0003-45

PROCESSO: 25741.296954/2015-18

Na Resolução RE nº 1.390, de 07 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 87, de 11 de maio de 2015, Seção 1, pág. 48 e em suplemento da Seção 1, pág. 206, referente à certificação da empresa G Production Inc., solicitada pela Galderma Brasil Ltda., CNPJ nº 00.317.372/0001-46, publicada por renovação automática, conforme expedientes nº 1028794/14-9 e 0434511/15-8,

Onde se lê:

Semissólidos não estéreis: cremes e géis.

Leia-se:

Semissólidos não estéreis: géis.

Na Resolução RE nº 1.659, de 3 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 106, de 08 de junho de 2015, Seção 1, página 41, e em Suplemento da Seção I, página 99, referente à certificação da empresa All Medicus Co. Ltd., solicitada pela empresa Mandala Brasil Importação e Distribuição de Produto Médico Hospitalar Ltda, CNPJ n° 09.117.476/0001-81, conforme expedientes n° 720654/10-2 e 1549185/16-4:

Onde se lê:

7102-7107; 7402; 7403; 7406; 140, Beolmal-ro, Dongan-gu - Anyang - Gyeonggi-do - Coréia do Sul

Leia-se:

7102-7107; 7402; 7403; 7406; 140, Beolmal-ro, Dongan-gu - Anyang-si - Gyeonggi-do - 431-804 - Coréia do Sul

Na Resolução RE nº 2.221, de 31 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº. 146, de 03 de agosto de 2015, Seção I, pág. 128 e em suplemento da Seção I, pág. 05, referente à certificação da empresa Gigante Produtos Médicos Eireli - EPP, CNPJ n.º 11.050.321/0001-17, conforme expedientes n.º 1077560/14-9 e 1684089/16-5:

Onde se lê:

Gigante Produtos Médicos Ltda - EPP

Leia-se:

Gigante Produtos Médicos Eireli - EPP

Na Resolução RE nº 3.506, de 17 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 243, de 21 de dezembro de 2015, Seção I, pág. 90, e em Suplemento da Seção I, págs. 69 e 70, referente à certificação da empresa Pulsion Medical Systems SE, solicitada pela Maquet Cardiopulmonary do Brasil Indústria e Comércio Ltda, CNPJ n.º 00.944.324/0001-88, conforme expedientes nº 560325/10-1 e 1421793/16-7:

Onde se lê:

Hans-Riedl-Strabe 17 - Baviera, Alemanha

Leia-se:

Hans-Riedl-Strabe 17 - Feldkirchen, Baviera - Alemanha 85622

Na Resolução RE nº 3.507, de 17 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 243, de 21 de dezembro de 2015, Seção I, pág. 90, e em Suplemento da Seção I, pág. 70, referente à certificação da empresa 3M Health Care, solicitada pela 3M do Brasil Ltda, CNPJ n.º 45.985.371/0001-08, conforme expedientes nº 742665/10-8 e 1291562/16-9:

Onde se lê:

Materiais de uso médico da classe III, fabricados na planta acima mencionada, enquadrados nas classes de risco conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.

Leia-se:

Materiais de uso médico das classes III e IV, fabricados na planta acima mencionada, enquadrados nas classes de risco conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.

Na Resolução RE nº 886, de 07 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 68, de 11 de abril de 2016, Seção I, pág. 56, e em Suplemento da Seção I, pág. 30, referente à certificação da empresa Partners Comércio e Representações Ltda., CNPJ n.º 72.386.576/0001-40, conforme expedientes nº 0893794/15-0 e 1725751/16-4:

Onde se lê:

UF: DF

Leia-se:

UF: RJ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA DE REGULAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.446, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe conferem o art. 121, VIII, e o art. 54, I do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.447, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe conferem o art. 121, VIII, e o art. 54, I do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.448, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe conferem o art. 121, VIII, e o art. 54, I do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.449, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe conferem o art. 121, VIII, e o art. 54, I do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 1.375 de 25 de maio de 2016, única e exclusivamente quanto ao Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico Nacional, referente à empresa ROMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA-EPP, PROCESSO 25351.985705/2016-59, publicada no Diário Oficial da União nº. 101 de 30 de maio de 2016, Seção 1, página 73 e em Suplemento, página 91.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.450, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe conferem o art. 121, VIII, e o art. 54, I do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 90, de 27 de dezembro de 2007, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 1.451, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe conferem o art. 121, VIII, e o art. 54, I do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 90, de 27 de dezembro de 2007, resolve:

Art.1º Cancelar por caducidade o Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais da marca conforme relação anexa, por não ter sido peticionada a renovação de registro no prazo determinado na legislação sanitária em vigor.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.452, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe conferem o art. 121, VIII, e o art. 54, I do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 90, de 27 de dezembro de 2007, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento a decisão judicial expedida pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região - Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos do Processo nº 0054565-79.2010.4.01.3400.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.453, DE 3 DE JUNHO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe conferem o art. 121, VIII, e o art. 54, I do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 90, de 27 de dezembro de 2007, resolve:

Art.1º Cancelar à Pedido o Registro de Produtos Fumígenos - Dados Cadastrais da marca conforme relação anexa.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE n° 1.448, de 30 de março de 2010, publicada em DOU nº 61 de 31 de março de 2010, Seção 1, página 85,

Onde se lê:

MEDSONDA IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES DESCARTAVEIS LTDA 8.01635-7

Extensor 25351.554751/2009-77

EXTENSOR PARA CATETER DE INFUSÃO - MEDSONDA

FABRICANTE : MEDSONDA IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES DESCARTAVEIS LTDA - BRASIL

...

CLASSE : II 80163579003

8030 - Cadastramento (Isenção) de Material de Uso Médico NACIONAL

Leia-se:

MEDSONDA IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES DESCARTAVEIS LTDA 8.01635-7

Extensor 25351.554751/2009-77

EXTENSOR PARA CATETER DE INFUSÃO - MEDSONDA

FABRICANTE : MEDSONDA IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES DESCARTAVEIS LTDA - BRASIL

...

CLASSE : II 80163579003

80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico Nacional

Na Resolução - RE n° 2.499, de 12 de julho de 2013, publicada em DOU nº 134 de 15 de julho de 2013, Seção 1, página 152, e em Suplemento, página 29,

Onde se lê:

MEDIMPLAN COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA 8.07181-6

...

Kit Instrumental 25351.501545/2012-01

...

CLASSE : I 80718169007

8031 - Cadastramento (Isenção) de Material de Uso Médico IMPORTADO

Leia-se:

MEDIMPLAN COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA 8.07181-6

...

Kit Instrumental 25351.501545/2012-01

...

CLASSE : I 80718169007

80089 - MATERIAL - Cadastro de Conjunto de Materiais de Uso Médico Importado.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

PORTARIA Nº 22, DE 31 DE MAIO DE 2016

Torna pública a decisão de incorporar a clozapina para o tratamento de psicose relacionada à doença de Parkinson, conforme Protocolo Clínico do Ministério da Saude, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica incorporada a clozapina para o tratamento de psicose relacionada à doença de Parkinson, conforme Protocolo Clínico do Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO REGINALDO DOS SANTOS PRATA

PORTARIA Nº 23, DE 31 DE MAIO DE 2016

Torna pública a decisão de incorporar os procedimentos laboratoriais por técnicas de Western Blot e PCR em tempo real no diagnóstico de leucemia/linfoma de células T do adulto associado ao HTLV-1, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Ficam incorporados os procedimentos laboratoriais por técnicas de Western Blot e PCR em tempo real no diagnóstico de leucemia/linfoma de células T do adulto associado ao HTLV-1, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO REGINALDO DOS SANTOS PRATA

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 263, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Divulga o resultado dos recursos interpostos por médicos formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no Brasil, inscritos nos Programas de Provisão do Ministério da Saúde, na primeira fase, para o município de São Paulo, nos termos do Edital/SGTES/MS nº 12, de 10 de maio de 2016.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e considerando os termos da Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, no âmbito do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) e da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, e o Edital/SGTES/MS nº 12, de 10 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado dos recursos interpostos, pelos médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, inscritos para os Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, para o município de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

São Paulo, primeira fase, nos termos do item 14 do Edital/SGTES/MS nº 12, de 10 de maio de 2016, por meio do site http://maismedicos.saude.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO FERREIRA LIMA FILHO

PORTARIA Nº 264, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Altera a redação do § 2º e acresce os §§ 3º e 4º ao art. 1º da Portaria SGTES/MS nº 216, de 11 de maio de 2016 para redefinir o prazo de validação pelo gestor municipal da prorrogação da participação de médicos intercambistas no Projeto Mais Médicos para o Brasil, com solicitação apresentada nos termos do Edital SGTES nº 11, de 4 de maio de 2016.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e considerando a necessidade de dados prévios para planejamento das ações de provisão de médicos no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, face ao disposto na Medida Provisória nº 723, de 29 de abril de 2016 e ao Edital SGTES nº 11, de 04 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º. Fica alterada a redação do § 2º do artigo 1º, da Portaria SGTES/MS nº 216, de 11 de maio de 2016, que passa a viger com a seguinte redação:

"Art.1º ....

....."

§ 2º O gestor municipal que tenha interesse na prorrogação da participação do médico intercambista de que trata o caput , no seu território, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, deverá validar o pedido de prorrogação no período de 06 de junho a 1 de julho de 2016.

§ 3º A validação de que trata o parágrafo anterior deve ser realizada exclusivamente através do Sistema de Gerenciamento de Programas do Ministério da Saúde-SGP, no prazo indicado. (NR)

§ 4º O médico intercambista de que trata o caput, cujo pedido de prorrogação não tenha sido validado pelo gestor municipal na forma e prazo indicados neste artigo, encerrado o prazo de adesão, será desvinculado do Projeto Mais Médicos para o Brasil. (NR)

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO FERREIRA LIMA FILHO

PORTARIA Nº 265, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Revoga a Portaria SGTES/MS nº 247, de 25 de maio de 2016 e respectiva lista a ela anexa e retifica o resultado preliminar dos médicos formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no Brasil, inscritos nos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde para o município de São Paulo, nos moldes do Edital/SGTES/MS nº 12, de 10 de maio de 2016.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, considerando as manifestações de candidatos por meio de recurso, nos termos do subitem 9.1.2 do Edital /SGTES/MS nº 12, de 10 de maio de 2016 e constatando-se falha na regra de processamento pelo Sistema de Gerenciamento de Programas (SGP) e em conformidade com a regra do subitem 7.8 do referido Edital, resolve:

Art. 1º Retificar o resultado preliminar dos médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, inscritos nos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde no município de São Paulo, nos termos dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 do Edital/SGTES/MS nº 12, de 10 de maio de 2016, conforme lista disponível no site http://maismedicos.saude.gov.br.

Parágrafo Único - O resultado que trata o art. 1º desta Portaria poderá sofrer alterações após análise e decisão de recursos, conforme definido no subitem 9.1.2 do Edital/SGTES/MS nº 12, de 10 de maio de 2016, nas datas previstas no cronograma publicado no endereço eletrônico http//maismedicos.saude.gov.br.

Art. 2º Nos termos do subitem 9.1.3 do Edital/SGTES/MS nº 12/2016, será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado no endereço eletrônico http://maismedicos.saude.gov.br, o resultado final do processamento eletrônico da seleção de municípios, após o julgamento dos recursos conforme item 14 do referido Edital.

Art. 3º Fica revogada a Portaria SGTES/MS nº 247, de 25 de maio de 2016 e respectiva lista a ela anexa.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO FERREIRA LIMA FILHO

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 31 de maio de 2016

Nº 1.439. Processo nº 48500.004552/2006-79. Interessado: Rondinha Energética S.A Decisão: Indeferir a solicitação da Rondinha Energética S.A. para que sejam revistos os níveis operacionais de montante da PCH Santa Rosa e de jusante da PCH Rondinha. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 1ª de junho de 2016

Nº 1.459 Processo nº 48500.005629/2014-45. Interessado: OPTIGERA S.A. e VOTENER - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH COR 92, com 30.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.GO.035607-7.01, localizada no rio Corumbá, integrante da sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, no município de Pires do Rio, no estado de Goiás. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 2 de junho de 2016

Nº 1.460. Processo nº 48500.005900/2011-08. Interessados: Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A. Decisão: Alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Ventos de Santo Dimas, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.031372-6.01.

Nº 1.461. Processo nº 48500.005865/2011-19. Interessados: São Benedito Energias Renováveis S.A. Decisão: Alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Ventos de São Benedito, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.031373-4.01.

Nº 1.462. Processo nº 48500.005877/2011-43. Interessados: São Domingos Energias Renováveis S.A. Decisão: Alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL São Domingos, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.032215-6.01.

Nº 1.463. Processo nº 48500.000193/2012-36. Interessados: Santa Mônica Energias Renováveis S.A. Decisão: Alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Santa Mônica, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.031427-7.01.

Nº 1.464. Processo nº 48500.004350/2015-25. Interessado: Alupar Investimento S.A. Decisão: revogar o Despacho nº 3.746, de 18 de novembro de 2015, que efetivou como ativo o registro para desenvolver o Projeto Básico da PCH Nova Usina da Serra, com potência estimada de 12.200 kW, situada no rio Santana, sub-bacia 60, no estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista a manifestação de desistência da empresa citada.
A íntegra destes Despachos consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HELVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 3 de junho de 2016

Nº 1.481- A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, em exercício no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 2.124, de 6 de março de 2012, e pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.003984/2008-31, resolve: I - Liberar com tempo determinado a unidade geradora UG45 de 69.590 kW de potência instalada, da UHE Santo Antônio, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UHE.PH.RO.029707-0.01, localizada no Rio Madeira, no município de Porto Velho, estado de Rondônia, concedida à empresa Santo Antônio Energia S.A., para operação em teste no período de 4 de junho de 2016 a 24 de julho de 2016; II- A execução dos testes da unidade geradora deverá visar exclusivamente ao atendimento das próprias necessidades de ajustes de equipamentos e verificação de seu comportamento do ponto de vista sistêmico e atendimento de consumo próprio; III - A solicitação para liberação do início da operação comercial deverá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos exigidos no art. 5º nos termos do art. 22 da Resolução ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, incluindo a Licença Ambiental de Operação - LO compatível com as características técnicas da usina constantes do Contrato de Concessão n° 001/2008-MME-UHE Santo Antônio e Aditivos e Projeto Básico aprovado pela ANEEL.

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 4 de junho de 2016.

Nº 1.473. Processo nº 48500.006726/2013-74. Interessados: Central Eólica Amontada Ltda. Usina: EOL Ventos de Santa Angelina. Unidades Geradoras: UG1 a UG11, de 2.700 kW cada uma, totalizando 29.700 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Caldeirão Grande do Piauí, Estado do Piauí.

Nº 1.474. Processo nº 48500.006727/2013-19. Interessados: Central Eólica Aristarco Ltda. Usina: EOL Ventos de Santa Bárbara. Unidades Geradoras: UG1, UG2, UG4, UG6, UG8 e UG11, de 2.700 kW cada uma, totalizando 16.200 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Caldeirão Grande do Piauí, Estado do Piauí.

Nº 1.475. Processo nº 48500.001974/2008-61. Interessados: Carnaúba Geração de Energia S.A. Usina: PCH Rênic. Unidades Geradoras: UG3 e UG4, de 4.000 kW cada uma, totalizando 8.000 kW de capacidade instalada. Localização: Municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás, Estado de Goiás.

Nº 1.476. Processo nº 48500.000966/2013-65. Interessados: Gestamp Eólica Macambira I S.A. Usina: EOL Macambira I. Unidades Geradoras: UG2 a UG7, de 2.000 kW cada, totalizando 12.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.477. Processo nº 48500.004655/2003-69. Interessados: Curucaca Geradora S.A. Usina: UHE Salto Curucaca. Unidades Geradoras: UG4 e UG5, de 14.850 kW cada uma, totalizando 29.700 kW de capacidade instalada. Localização: Municípios de Candói e Guarapuava, Estado do Paraná.

Nº 1.478. Processo nº 48500.004655/2003-69. Interessados: Curucaca Geradora S.A. Usina: UHE Salto Curucaca. Unidades Geradoras: UG1, de 1.800 kW, UG2 e UG3, de 2.771 kW cada uma, totalizando 7.342 kW de capacidade instalada, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Municípios de Candói e Guarapuava, Estado do Paraná.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 4 de junho de 2016.

Nº 1.479. Processo nº 48500.002279/2013-84. Interessados: Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Campo dos Ventos III. Unidade Geradora: UG10 de 2.100 kW. Localização: Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.
Nº 1.480. Processo nº 48500.002278/2013-30. Interessados: Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Campo dos Ventos V. Unidades Geradoras: UG7, UG10, UG11 e UG12, com 2.100 kW de potência instalada cada uma, totalizando 8.400 kW. Localização: Município de Parazinho, Estado da Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

RETIFICAÇÃO

No Despacho n. 1.431, de 31 de maio de 2016, publicada no D.O. n. 103, de 01 de junho de 2016, Seção 1, página 52, constante do Processo n. 48500.001063/2016-44, retificar o seu anexo e o valor constante de seu texto, que foram disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/:

Onde se lê: R$ 19.744,48 (dezenove mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

Leia-se: R$ 18.185,40 (dezoito mil, cento e oitenta e cinco reais e quarenta centavos).

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO
Em 2 de junho de 2016

Nº 1.466. Processo nº 48500.002425/2015-33. Interessados: Agentes de Distribuição, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Decisão: Retificar os valores de exposições contratuais involuntárias referentes ao ano de 2014 publicados no Anexo do Despacho 2.642, de 13 de agosto de 2015. A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ
Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente de Gestão Tarifária

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 3 de junho de 2016

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº 593	CHEMTURA INDUSTRIA QUIMICA DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 68.392.844/0001-69					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001327/2016 - 31	ANDEROL 778 CS	NLGI 2	N.A.	GRAXA LUBRIFICANTE	5259
Nº 594	ELVIN LUBRIFICANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 62.417.282/0001-84					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001300/2016 - 49	EVORA PC	NLGI 2	N.A.	GRAXA LUBRIFICANTE	5258
Nº 595	FUCHS LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 43.995.646/0001-69					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001105/2016 - 19	GEARMASTER SYN 100	ISO 100	DAVID BROWN S1.53.101, DIN 51517-3, US STEEL 224, AGMA 9005-EO2	ÓLEO LUBRIFICANTE	17418
	48600.001108/2016 - 52	GEARMASTER SYN 68	ISO 68	DAVID BROWN S1.53.101, DIN 51517-3, US STEEL 224, AGMA 9005-EO2	ÓLEO LUBRIFICANTE	17417
Nº 596	J.P.IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ nº 09.600.384/0001-58					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001245/2016 - 97	MOTUL 8100 X CLEAN FE JP	SAE 5W30	API SN, ACEA C2/C3-12 GM OPEL DEXOS2, FIAT 9.55535-S1, MB-APPROVAL 229.51, PSA B71 2290, VW 502 00/505 01	ÓLEO LUBRIFICANTE	17416
Nº 597	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA - CNPJ nº 43.054.261/0001-05					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001150/2016 - 73	KLUBERFLUID BOA 4.0	ISO NA		ÓLEO LUBRIFICANTE	17413
Nº 598	PENTOSIN DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 04.612.551/0001-67					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001267/2016 - 57	G 052 182 A2	ISO 75W	VW TL 521.82	ÓLEO LUBRIFICANTE	17415
Nº 599	TRIBOTÉCNICA ESPECIALIDADES QUÍMICAS LTDA - EPP - CNPJ nº 57.635.260/0001-50					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001148/2016 - 02	ADDINOL ECO GEAR 460 M	ISO 460		ÓLEO LUBRIFICANTE	17414

ROSÂNGELA MOREIRA DO ARAUJO

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 293, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições das Resoluções ANP n.º 30, de 26 de outubro de 2006, n.º 18, de 18 de junho de 2009 e n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.011458/2014-46, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a CONDAT LUBRIFICANTES DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 07.129.683/0001-20, habilitada na ANP como produtor de óleos lubrificantes acabados industriais, autorizada a operar a base de produção de óleos lubrificantes, localizada na Rodovia Dom Pedro I, km 65, prédio 1, Bairro Guaxinduva, Município de Bom Jesus dos Perdões - SP , CEP: 12955-000 .

As instalações de armazenamento serão constituídas pelos tanques aéreos verticais apresentados na tabela a seguir. A capacidade total de armazenamento será de 93,03 m³.

TANQUE	DIÂMETRO (m)	ALT/COMP (m)	VOLUME (m³)	PRODUTO (Classe)	TIPO
45-1	3,00	6,60	46,54	III	Vertical
45-2	2,99	6,60	46,49	III	Vertical

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A CONDAT LUBRIFICANTES DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 07.129.683/0001-20, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 294, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pelas Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Resolução ANP n.° 18, de 19 de junho de 2009, torna público o seguinte ato:

Art. 1º - Fica a empresa Condat Lubrificantes do Brasil Indústria e Comércio Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 07.129.683/0001-20, autorizada a exercer a atividade de produtor de óleos lubrificantes acabados industriais, situada na Rodovia Dom Pedro I, Km 65, Prédio 1, Bairro Guaxinduva, no município de Bom Jesus dos Perdões - SP. CEP: 12.955-000, conforme processo n.º 48610.48610.011458/2014-46.

Art. 2º - Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de produtor de óleos lubrificantes acabados industriais.

Art. 3º - Esta Autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de junho de 2016

Nº 592 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

	#INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA	PRAZO	PRODUTOS (m³)	PROCESSO
1	PAULÍNIA	SP	TOLLER & GUERRA ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP 21.105.092/0001-44	PETROMAIS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 05.594.763/0002-02	14/04/2018	EAC: 1.050 EHC: 1.050	48610.005610/2016-13
2	SARANDI	PR	CPA ARMAZÉNS GERAIS LTDA. 03.836.900/0003-52	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 01.466.091/0019-47	30/04/2017	EAC: 45 EHC: 45 GASOLINA A: 150 ÓLEO DIESEL A S10: 85 ÓLEO DIESEL A S500: 250 B100: 50	48610.004397/2013-80
3	SARANDI	PR	CPA ARMAZÉNS GERAIS LTDA. 03.836.900/0003-52	RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 07.520.438/0007-35	30/04/2017	EAC: 100 EHC: 65 GASOLINA A: 250 ÓLEO DIESEL A S10: 300 ÓLEO DIESEL A S500: 400 B100: 100	48610.007202/2015-15
4	BELÉM	PA	PETRO AMAZON PETRÓLEO DA AMAZÔNIA LTDA. 84.634.682/0006-99	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. 33.337.122/0042-03	30/04/2017	B100: 300 ÓLEO DIESEL A S10: 1.400	48610.015559/2010-62
5	MANAUS	AM	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. 33.337.122/0044-67	PETRO AMAZON PETRÓLEO DA AMAZÔNIA LTDA. 84.634.682/0001-84	30/04/2017	EAC: 35 GASOLINA A: 140 ÓLEO DIESEL A S10: 140 ÓLEO DIESEL A S500: 1.100 B100: 30	48610.000491/2013-60
6	GUARULHOS	SP	COPAPE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. 01.428.174/0002-01	BIOPETRÓLEO DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 13.485.658/0001-82	PUBLICAÇÃO NO D.O.U. A 60 MESES	GASOLINA A: 50 ÓLEO DIESEL A S500: 25 ÓLEO DIESEL B S500: 25 ÓLEO DIESEL A S10: 25 ÓLEO DIESEL B S10: 25	48610.005611/2016-68

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

						EAC: 20 EHC: 50 B100: 10	
7	GUARULHOS	SP	COPAPE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. 01.428.174/0002-01	PETROEXPRESS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. 02.924.588/0009-52	28/10/2020	GASOLINA A: 50 ÓLEO DIESEL A S500: 25 ÓLEO DIESEL B S500: 25 ÓLEO DIESEL A S10: 25 ÓLEO DIESEL B S10: 25 EAC: 20 EHC: 50 B100: 10	48610.006137/2015-19
8	GUAMARÉ	RN	NORDESTE LOGÍSTICA LTDA. 11.209.886/0001-02	SP INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.387.400/0002-45	20/03/2021	GASOLINA A: 300 ÓLEO DIESEL A S500: 180 EAC: 90 EHC: 90 B100: 30	48610.005612/2016-11
9	GUAMARÉ	RN	NORDESTE LOGÍSTICA LTDA. 11.209.886/0001-02	DISLUB COMBUSTÍVEIS LTDA. 41.080.722/0009-38	30/11/2019	GASOLINA A: 480 ÓLEO DIESEL A S500: 520 EAC: 100 EHC: 130 B100: 30	48610.004023/2014-45
10	GUAMARÉ	RN	NORDESTE LOGÍSTICA LTDA. 11.209.886/0001-02	FAN DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 05.380.369/0003-52	30/11/2019	GASOLINA A: 680 ÓLEO DIESEL A S500: 700 EAC: 130 EHC: 160 B100: 30	48610.012769/2013-41
11	JEQUIÉ	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0013-92	PETROBAHIA S.A. 01.125.282/0004-69	31/05/2020	B100: 80 EAC: 250	48610.002175/2015-94
12	ITAJAÍ	SC	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0030-93	RAÍZEN MIME COMBUSTÍVEIS S.A. 01.799.935/0005-76	31/05/2020	EAC: 833	48610.008191/2010-86
13	BIGUAÇÚ	SC	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0017-16	RAÍZEN MIME COMBUSTÍVEIS S.A. 01.799.935/0006-57	31/05/2020	B100: 24 EAC: 884	48610.003452/2015-86
14	UBERABA	MG	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0050-37	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A. 33.453.598/0070-55	31/05/2020	B100: 30 EAC: 700 EHC: 60	48610.006169/2015-14
15	GUARULHOS	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0035-06	PETROEXPRESS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. 02.924.588/0002-86	31/05/2020	B100: 15	48610.016684/2010-90
16	GUARULHOS	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0035-06	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A. 33.453.598/0089-65	31/05/2020	B100: 30	48610.002313/2015-35
17	ITABUNA	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0015-54	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A. 33.453.598/0025-09	31/05/2020	B100: 30 EAC: 110	48610.005067/2015-73
18	ITABUNA	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0015-54	PETROBAHIA S.A. 01.125.282/0003-88	31/05/2020	B100: 30 EAC: 90	48610.006062/2009-10

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 291, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 64, de 1º de março de 2012, com base na Portaria ANP nº 170, de 25 de setembro de 2002, e tendo em vista as justificativas constantes do Processo nº 48610.008237/2012-29, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Posidonia Serviços Marítimos Ltda. CNPJ nº 12.303.730/0001-40, autorizada a exercer a atividade de transporte a granel de petróleo, seus derivados, biodiesel e misturas óleo diesel/biodiesel por meio Aquaviário, na modalidade de prestação de serviços de transporte de navegação de cabotagem, longo curso e apoio marítimo.

Art. 2º Os efeitos da presente Autorização ficam condicionados à manutenção das condições comprovadas pela empresa para o exercício da atividade de transporte a granel de petróleo, seus derivados, biodiesel e misturas óleo diesel/biodiesel por meio Aquaviário, na modalidade de prestação de serviços de transporte de navegação de cabotagem, longo curso e apoio marítimo.

Art. 3º A empresa autorizada deverá utilizar somente embarcações que tenham obtido os devidos Certificados/Declarações, conforme previstos nas respectivas Normas da Autoridade Marítima (NORMAM).

Art. 4º Fica revogada a Autorização 489, de 26/10/2012, publicada no DOU n.º 209, Seção 1, pg. 71, de 29/10/2012.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

AUTORIZAÇÃO Nº 292, DE 3 DE JUNHO 2016

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução ANP nº 56, de 23 de fevereiro de 2016, com base na Resolução ANP nº 11, de 17 de Fevereiro de 2011, nas normas, padrões e regulamentos da ANP; e tendo em vista o que consta do Processo 48610.005138/2016-19, torna público o seguinte ato:

Art.1º Fica a empresa STRATAIMAGE CONSULTORIA LTDA, CNPJ 05.793.928/0001-94, endereço à Praia de Botafogo 501, Bloco 01, sala 101, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 222500-040, autorizada para realizar aquisição e processamento de dados aúdio-magnetotelúricos (AMT) e magnetotelúricos (MT) na bacia sedimentar do Tucano-Sul, em área delimitada pelas coordenadas geográficas da tabela abaixo:

Vértice	Latitude	Longitude
1	-12:15:01,58725	-38:41:16,45028
2	-12:15:01,59434	-38:52:31,45915
3	-11:37:31,58895	-38:52:31,46847
4	-11:37:31,58649	-39:00:01,47219
5	-11:07:31,60228	-39:00:01,45311
6	-11:07:31,59259	-38:22:31,42942
7	-11:15:01,59667	-38:22:31,42963
8	-11:15:01,59699	-38:15:01,42579
9	-11:22:31,59798	-38:15:01,42828
10	-11:22:31,60175	-38:00:01,42378
11	-11:37:31,59180	-38:00:01,43401
12	-11:37:31,58713	-38:15:01,43328
13	-11:50:01,58171	-38:15:01,43461
14	-11:50:01,58230	-38:22:31,43799
15	-11:55:01,58224	-38:22:31,43817
16	-11:55:01,58407	-38:26:16,44214
17	-12:02:31,58344	-38:26:16,44159
18	-12:02:31,58444	-38:30:01,44486
19	-12:07:31,58461	-38:30:01,44399
20	-12:07:31,58614	-38:33:46,44629
21	-12:10:01,58611	-38:33:46,44589
22	-12:10:01,58752	-38:37:31,44822
23	-12:12:31,58678	-38:37:31,44794
24	-12:12:31,58821	-38:41:16,45086
25	-12:15:01,58725	-38:41:16,45028

Datum: Sirgas2000

Art. 2º Em decorrência da autorização definida no Art.1º, fica a STRATAIMAGE CONSULTORIA LTDA compromissada a enviar à ANP:

I - Notificação de Início de Aquisição de Dados;

II - Relatório Mensal de Aquisição até o dia 10 do mês subseqüente ao mês de referência;

III - Notificação de Final de Aquisição de Dados;

IV - Relatório Final de Aquisição/Processamento e entrega dos dados e os documentos referentes ao levantamento, no prazo de 60 dias contados da data da Notificação Final de aquisição dos Dados;

V - Cópias autenticadas de todas as autorizações, licenças ou dispensa de licença ambiental se legalmente exigíveis por órgãos federais, estaduais e municipais para regular a execução dos trabalhos antes da efetiva operação de aquisição dos dados.

Parágrafo Único: Os modelos dos documentos descritos em I, II, III estão disponibilizados na internet, no endereço http://www.anp.gov.br/. Depois de preenchidos, os documentos deverão ser entregues impressos e assinados no Protocolo da ANP e os respectivos arquivos encaminhados via correio eletrônico para dados_técnicos@anp.gov.br.

Art. 3º De acordo com os padrões técnicos da ANP, fica determinado que todos os documentos entregues pela STRATAIMAGE CONSULTORIA LTDA deverão ser identificados com o código «ES-0308».

I - Os dados resultantes da aquisição serão cadastrados e entregues à ANP segundo 03 (três) programas distintos, a saber;

a)0308_MT_3D_TUCANO_CIPO_I;

b) 0308_MT_3D_TUCANO_CIPO_II; e

c)0308_MT_3D_TUCANO_CIPO_III.

II - Para cada levantamento, a aquisição programada será de 182 (cento oitenta e duas) estações MT/AMT, obedecendo aos formatos e lista de arquivos abaixo designados, sendo que os arquivos de dados magnetotelúricos deverão estar em conformidade com o Padrão ANP2B, também disponível na internet, no endereço http://www.anp.gov.br/.

a)Arquivos de posicionamento dos receptores;

b)Arquivo dos dados AMT/MT medidos incluindo os campos Hx, Hy, Hz, Ex e Ey além do tempo total de registro, tempo de amostragem / tempo de medição.

c)Arquivos de calibração dos receptores;

d)Arquivos com os dados MT processados no padrão SEGEDI;

e)Arquivos de resistividade, incluindo a fase, em formato SEGY;

f)Arquivos de tensores (matriz); e

g)Os de arquivos que constituem os registros de dados poderão ser entregues em DVD e também serão aceitos em fita cartucho compatível com "Drive" IBM 3592 de 500 GB.

III - O Relatório Final de Aquisição/Processamento e quaisquer outros documentos referentes aos dados deverão ser entregues à ANP no prazo máximo de 60 dias contados da data da conclusão das atividades de aquisição, processamento e interpretação dos dados.

IV - Todas as informações apresentadas em meio digital deverão ser compatíveis com o formato « pdf », incluindo possíveis imagens.

Art.4º Esta autorização limita-se na execução das atividades descritas no Art. 1º acima.

Art.5º A empresa fica obrigada a entregar à ANP uma cópia do produto gerado pelo processamento, bem como todos os dados e informações gerados ao término da conclusão do trabalho, no prazo determinado no Art. 19, inciso VII, da Resolução ANP nº 11, de 17 de fevereiro de 2011.

Art.6º O prazo de vigência da Autorização será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação.

PAULO ALEXANDRE SOUZA DA SILVA

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

NIRE 53300002819
CNPJ 00.357.038/0001-16

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas, na sede social da Empresa, no SCN, Quadra 06, Conjunto "A", Blocos "B" e "C", Entrada Norte 2, em Brasília-DF, reuniram-se na sala 409-B, em Assembleia Geral Ordinária, os acionistas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, regularmente convocados por edital publicado nos dias 18, 19 e 20 de abril do corrente ano no Diário Oficial da União e no Jornal de Brasília, para examinar, discutir e votar os assuntos da Ordem do Dia. Representando o acionista majoritário, compareceu à Assembleia a advogada TICIANE USHICAWA FUKUSHIMA, OAB/DF 19.148. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, foi escolhido para assumir a presidência da Assembleia, na forma prevista no art. 8º do Estatuto, o Conselheiro TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO, representado pela Advogada RENATA MENDES ALVES, portadora da carteira de identidade nº 18.642 - OAB/DF, que agradeceu a presença dos acionistas, do Contador da Eletronorte, HUGO LEONARDO DA SILVA VEDANA, inscrito no CRC-DF-017943/O-1, do Contador Alexandre Dias Fernandes, CPF nº 647.714.661-49, inscrito no CRC-DF-012460/O-2, representante da KPMG Auditores Independentes, e do Sr. GUSTAVO GONÇALVES MANFRIM, Conselheiro Fiscal. Em seguida, verificando o "Livro de Presença de Acionistas", a Presidente da Assembleia constatou a presença de mais de dois terços do capital votante, número suficiente à instalação da mesma. Abrindo a sessão, convidou para secretariar a reunião a mim, advogada TICIANE USHICAWA FUKUSHIMA, ficando então constituída a Mesa. Dando início aos trabalhos, a Sra. Presidente determinou-me que fizesse a leitura do Edital de Convocação.

Terminada a leitura, a Presidente passou à Ordem do Dia, colocando em discussão e votação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, tudo referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, documentos estes publicados no Jornal de Brasília e no Diário Oficial da União do dia 15.04.2016, tendo, ainda, informado que os mesmos estiveram à disposição de todos, pelo prazo legal de trinta dias, conforme Aviso de que trata o Art. 133 da Lei 6.404/76, publicado nos dias 30 e 31.03.2016 e 01.04.2016 no Jornal de Brasília e no Diário Oficial da União. Pedindo a palavra, a advogada TICIANE USHICAWA FUKUSHIMA, representante da Eletrobras, propôs, em conformidade com o que lhe foi determinado pela Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-234/2016, de 25.04.2016, a aprovação do relatório da Diretoria e das Demonstrações Financeiras da Eletronorte, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado das mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e Notas Explicativas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social de 2015, no que foi acompanhado, sem ressalvas, pelos acionistas presentes, com abstenção expressa dos legalmente impedidos de votar a matéria. Em face do resultado da votação, a Sra. Presidente declarou aprovados os aludidos documentos, passando ao segundo item da Ordem do Dia, referente à destinação do resultado do exercício, pedindo que fossem lidos a Proposta da Diretoria e o respectivo parecer do Conselho Fiscal.

Em sequência, a Sra. Presidente colocou a proposta em discussão e votação. A representante da Eletrobras propôs e votou, em conformidade com o que lhe foi determinado pela Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-234/2016, de 25.04.2016, pela rejeição da proposta de destinação do resultado do exercício referente à retenção de parcela do lucro do exercício, e votar pela distribuição, na forma de dividendos, de 100% do referido lucro ajustado nos termos da Lei 6.404/76, no montante total de R$ 81.372 mil, atualizados pela Taxa Selic até a data do efetivo pagamento, o que foi aprovado. Em seguida, a Sra. Presidente solicitou a manifestação dos presentes para o terceiro e quarto itens da Ordem do Dia, que trata da eleição do Conselho de Administração. Pedindo a palavra, a representante da Eletrobras propôs e votou, em conformidade com o que lhe foi determinado pela Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-234/2016, de 25.04.2016, na reeleição, para compor o Conselho de Administração, dos Srs.: JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES, como Presidente, e TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO, e na eleição dos Srs. WILLAMY MOREIRA FROTA, MARISETE FÁTIMA DADALD PEREIRA e FLÁVIO JOSÉ ROMAN (MPOG) e na designação do Sr. MARCUS ANDRÉ SILVEIRA DE CERQUEIRA, representante dos empregados, como membro do Conselho de Administração, escolhido dentre os empregados ativos da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela Empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representam, conforme Lei nº 12.353, de 28.12.2010, homologado e nomeado por meio de Resolução de Diretoria da Eletrobras, apresentada durante a Assembleia Geral Ordinária de 2016, cujo mandato de um ano tem o final previsto para a Assembleia Geral Ordinária de 2017. Não havendo outra manifestação, a Sra. Presidente declarou aprovada por unanimidade a proposta da Eletrobras, nos termos do Art. 7º, Inciso III, do Estatuto da Eletronorte. É a seguinte a qualificação dos eleitos: JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES, brasileiro, divorciado, engenheiro eletricista, portador da carteira de identidade nº 616.300 - SSP/PE, e do CPF nº 005.135.394-68, residente e domiciliado à Rua Setúbal, 1058, ap. 701, CEP: 51.030-010 - Recife-PE; TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 5217016 - Instituto de Identificação - PA, e do CPF nº 000.479.612-87, residente e domiciliado à Travessa Padre Eutíquio, 1572 - Ap. 701, Batista Campos, CEP: 66.025-230 - Belém-PA; WILLAMY MOREIRA FROTA, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade RG nº 0421015-8 SSP/AM, e do CPF nº 077.141.652-00, residente e domiciliado à Alameda Austria 97, Ponta Negra, CEP: 69037-011 - Manaus - AM; MARISETE FÁTIMA DADALD PEREIRA, brasileira, casada, contadora, portadora da Carteira de Identidade nº 5.110.361-3 SSP/SC e do CPF nº 409.905.160-91, residente e domiciliado à Rua Desembargador Arno Hoeschel, nº 254, ap. 801, CEP: 88.015-620, Florianópolis - SC; FLÁVIO JOSÉ ROMAN, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 23.277.660-X - SSP/SP e do CPF nº 265.228.218-26, residente e domiciliado no SQS 307, Bloco G, Ap. 301 - Asa Sul - CEP: 70.354-070 - Brasília-DF; e MARCUS ANDRÉ SILVEIRA DE CERQUEIRA, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 52.703.030-2 - SSP/SP e do CPF nº 989817731-49, residente e domiciliado à Quadra 204, Lote 06, Bloco A, Ap. 301, Residencial Olímpia, Águas Claras, CEP: 71.939-540 - Brasília - DF. Dando seguimento aos trabalhos, a Sra. Presidente pediu a manifestação dos Srs. Acionistas para o quinto item da Ordem do Dia, que trata da eleição do Conselho Fiscal. Pedindo a palavra, a representante da Eletrobras propôs e votou, em conformidade com o que lhe foi determinado pela Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-234/2016, de 25.04.2016, na eleição dos Srs.: JOÃO VICENTE AMATO TORRES e JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA, como membros efetivos, e SÔNIA REGINA JUNG e GUILHERME FURST, como respectivos suplentes e, por indicação do Tesouro Nacional, nos Srs. WILLIAM BAGHDASSARIAN, para membro efetivo, e DERLI ANTUNES PINTO, para respectivo suplente, estes representantes do Tesouro Nacional. Não havendo outra manifestação, declarou aprovada por unanimidade a proposta da Eletrobras, considerando empossados nos respectivos cargos os componentes do Conselho Fiscal, nos termos do Art. 33 do Estatuto da Eletronorte, para cumprirem um novo mandato a findar-se na Assembleia Geral Ordinária que se realizará em 2017. É a seguinte a qualificação dos eleitos: JOÃO VICENTE AMATO TORRES, brasileiro, solteiro, contador, portador da carteira de identidade nº RJ-057991-7, CRC/RJ, e do CPF nº 835.931.107-25, residente e domiciliado à Rua Prof. Hélio Povoa, 56, Bloco I, Ap. 701, CEP: 20.521-290 - Bairro da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ; JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade nº 283.847 - SSP-DF, e do CPF nº 059.622.001-44, residente e domiciliado à Colônia Agrícola Samambaia - Chácara 122 - Lote 01/A - CEP: 72.000-000 - Brasília-DF; WILLIAM BAGHDASSARIAN, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 1.152.717 - SSP/DF, e do CPF nº 563.579.821-72, residente e domiciliado à SQSW 101, Bloco "E", ap. 105, Setor Sudoeste, CEP: 70.670-105, Brasília - DF; SÔNIA REGINA JUNG, brasileira, divorciada, advogada, portadora da Carteira de Identidade nº 80.219 - OAB/RJ e do CPF nº 233.339.799-34, residente e domiciliada à Praça Ministro Victor Nunes Leal, 38, Ap. 301, - Barra da Tijuca - CEP: 22.793-840 - Rio de Janeiro - RJ; GUILHERME FURST, brasileiro, solteiro (em união estável), economista, portador da Carteira de Identidade nº 02.854.750-3 - IFP/RJ e do CPF nº 899.590.007-53, residente e domiciliado à Rua Gen. Glicério, 326/1002 - Centro - CEP: 22.245-120 - Rio de Janeiro - RJ; DERLI ANTUNES PINTO, divorciado, contador, portador da Carteira de Identidade nº 2.757.461 - SSP/SC e do CPF nº 817.745.409-91, residente e domiciliado no Condomínio Parque Clube 01, Bl. 2B - Parque Rio Branco - CEP: 72.870-001 - Valparaíso de Goiás-GO. Dando seguimento aos trabalhos, a Sra. Presidente pediu a manifestação dos Srs. Acionistas para o sexto e último item da Ordem do Dia, referente à remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Pronunciando-se, a representante da Eletrobras propôs e votou, em conformidade com o que lhe foi determinado pela Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-234/2016, de 25.04.2016, pela aprovação do valor de até R$ 4.080.622,88 (quatro milhões, oitenta mil, seiscentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos) para o pagamento dos honorários dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.- Eletronorte, para o período compreendido entre abril de 2016 e março de 2017, englobando a referida remuneração global todas as verbas que compõem a remuneração, tais como honorários mensais aos membros da Diretoria Executiva, 13º salário, despesas médicas, adicional e abono pecuniário de férias, seguro de vida em grupo, auxílio-refeição, auxílio moradia, ajuda de custo de transferência, bem como participação nos lucros e, ou resultados e contribuição à entidade previdenciária privada da qual a empresa seja mantenedora, não devendo ser repassados aos respectivos honorários os mesmos benefícios que, eventualmente, forem concedidos aos empregados da Companhia, por ocasião da formalização de Acordo Coletivo de Trabalho, no que se refere a abono salarial, não sendo ainda considerados para estes fins quaisquer outros aumentos, como por exemplo, mérito, promoção e ajustes não lineares, inclusive na remuneração de empregados. Propôs e votou, ainda, nos termos da Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-234/2016, de 25.04.2016, pela fixação da remuneração dos membros dos Conselhos Fiscal e de Administração em 10% dos honorários médios mensais pagos aos membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996, não computados, para ambos os colegiados, os demais benefícios. Retomando a palavra, a Sra. Presidente colocou o assunto em discussão e votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. A representante da Eletrobras propôs e votou, também, nos termos da Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-234/2016, de 25.04.2016, pela delegação de competência ao Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte para efetuar a distribuição individual dos valores destinados ao pagamento da remuneração dos membros da Diretoria Executiva, observado o montante global de cada período, deduzida a parte destinada ao próprio Conselho de Administração e considerando, ainda, os valores nominais mensais fixados nesta Assembleia. Esgotados os itens da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, a Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo suficiente à lavratura da presente ata por mim redigida. Reaberta a sessão, depois de lida e achada conforme, vai a ata assinada pela Presidente, por mim, Secretária, e pelos demais acionistas, dela se extraindo as cópias necessárias aos fins legais. (Ass.) TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO - p.p. RENATA MENDES ALVES - Presidente e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras - p.p. TICIANE USHICAWA FUKUSHIMA - Secretária da Assembleia. Declaramos, na qualidade de Presidente e Secretária da presente Assembleia, que o texto acima é cópia integral e fiel da Ata transcrita às fls. 167 a 170 do Livro nº 05 de Atas das Assembleias Gerais da Eletronorte. REGISTRO E ARQUIVAMENTO NA JCDF SOB O Nº 20160378664, em 01.06.2016.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 72/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Orlando Carneiro de Siqueira - 800331/14 - Not.74/2016 - R$ 2.666,05, 800332/14 - Not.75/2016 - R$ 2.666,05, 800333/14 - Not.76/2016 - R$ 2.666,05

Pegmanor Extração Mineral, Indústria e Comércio Ltda - 800245/15 - Not.64/2016 - R$ 2.666,05, 800258/15 - Not.65/2016 - R$ 2.666,05, 800259/15 - Not.66/2016 - R$ 2.666,05, 800288/15 - Not.67/2016 - R$ 2.666,05, 800289/15 - Not.68/2016 - R$ 2.666,05, 800444/15 - Not.69/2016 - R$ 2.666,05, 800447/15 - Not.70/2016 - R$ 2.666,05, 800452/15 - Not.71/2016 - R$ 2.666,05, 800454/15 - Not.72/2016 - R$ 2.666,05, 800455/15 - Not.73/2016 - R$ 2.666,05

RELAÇÃO Nº 73/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Nordeste Águas Ltda me - 800430/14

RELAÇÃO Nº 76/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)

Aguas Belas Industria de Ceramica Ltda me - 800320/15

Antonio Carlos Puliciano Dos Santos - 800088/13

Cmn Central Mineral do Nordeste Ltda - 800299/15

Construtora Goldenfisc Ltda me - 801000/12, 801001/12, 801004/12, 801006/12

David Landim Soares - 800397/13

Divino Lopes Dos Santos - 800948/11, 800949/11, 800950/11, 800951/11, 800952/11, 800953/11, 800954/11, 800962/11, 800966/11, 800967/11, 800969/11, 800976/11, 800982/11, 800983/11, 800984/11, 800985/11, 800986/11, 800987/11, 800988/11, 800989/11, 800990/11

f Mota Filho me - 800267/15

Felipe Reinaldo Rabelo Leal - 800298/15

Irapuan Roberto de Paula - 800240/14, 800588/14, 800030/15

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Isaques Luzia Neves - 800554/14
j & r Mineração Ltda - 800412/15
Joaquim Sampaio Martins - 800270/14
L.L. Empreendimentos & Construções Ltda - 800026/14
Lêylene Ribeiro Veras - 800577/14, 800058/15
Luisiana Mineração LTDA. - 800876/11
Marcos Adogerio de Freitas me - 800395/15, 800396/15, 800397/15
Mdn Minerios do Nordeste Ltda Epp - 800309/15, 800076/15
Romero de Albuquerque Cavalcanti Filho - 800081/14
Rondinelle Pereira de Freitas - 800268/13

RELAÇÃO N° 77 /2016

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)
Fica o abaixo relacionado ciente de que julgou-se improcedente a defesa administrativa interposta; restando-lhe pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança : 900.341/2016
Notificado: PEDREIRA NATASHA - LTDA.
CNPJ/CPF: 06.051.717/0001-49
NFLDP nº: 42/2016
Valor: R$ 493.515,12

RICARDO BEZERRA DE SENA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 147/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
860.197/2011-RIO GRANITO LTDA- DOU de 17/05/2013

RELAÇÃO Nº 150/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Haideé de Souza Neves - 860680/14 - Not.139/2016 - R$ 40,75
Iuri Ferreira Nascimento - 861862/13 - Not.135/2016 - R$ 4.189,39
Jair Luiz da Silva - 861459/14 - Not.147/2016 - R$ 1.843,18, 861460/14 - Not.149/2016 - R$ 336,59
Jorceni Pereira de Matos - 861172/14 - Not.143/2016 - R$ 3.182,30, 861173/14 - Not.145/2016 - R$ 2.815,77
Jorge Roberto Gomes de Oliveira - 861044/13 - Not.131/2016 - R$ 5.082,21
Laerte de Almeida Lopes - 860389/13 - Not.121/2016 - R$ 1.872,47
Mauri Antonio Ferreira da Silva Filho - 860103/14 - Not.137/2016 - R$ 5.057,25
Mineração Diamantina Ltda - 862034/12 - Not.117/2016 - R$ 1.993,87
Mineradora Vale do Cerrado Ltda - 861659/13 - Not.133/2016 - R$ 170,40
Osvair José Dos Reis - 860594/13 - Not.126/2016 - R$ 433,16
Santo Expedito Mineração Ltda me - 861014/13 - Not.129/2016 - R$ 6.732,70, 860492/13 - Not.123/2016 - R$ 6.828,14

RELAÇÃO Nº 151/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Adher Empreendimentos LTDA. - 860493/13 - Not.125/2016 - R$ 6.593,02
Andre Malaquias de Queiroz - 862088/12 - Not.119/2016 - R$ 3.268,62
Gregório Vassilive Ferreira - 860667/13 - Not.128/2016 - R$ 3.296,51
Haideé de Souza Neves - 860680/14 - Not.140/2016 - R$ 3.268,62
Iuri Ferreira Nascimento - 861862/13 - Not.136/2016 - R$ 6.593,02
Jair Luiz da Silva - 861459/14 - Not.148/2016 - R$ 3.268,62, 861460/14 - Not.150/2016 - R$ 3.268,62
Jorceni Pereira de Matos - 861172/14 - Not.144/2016 - R$ 3.296,51, 861173/14 - Not.146/2016 - R$ 3.296,51
Jorge Roberto Gomes de Oliveira - 861044/13 - Not.132/2016 - R$ 6.593,02
Laerte de Almeida Lopes - 860389/13 - Not.122/2016 - R$ 3.296,51
Lafarge Brasil s a - 800423/70 - Not.114/2016 - R$ 7.192,82
Mauri Antonio Ferreira da Silva Filho - 860103/14 - Not.138/2016 - R$ 6.593,02
Mineração Diamantina Ltda - 862034/12 - Not.118/2016 - R$ 6.593,02
Mineradora Vale do Cerrado Ltda - 861659/13 - Not.134/2016 - R$ 6.537,23
Osvair José Dos Reis - 860594/13 - Not.127/2016 - R$ 6.537,23
Rosinaldo José de Carvalho - 860003/12 - Not.115/2016 - R$ 3.268,62
Ruth Rodrigues Dos Reis - 861993/12 - Not.116/2016 - R$ 6.593,02
Santo Expedito Mineração Ltda me - 860492/13 - Not.124/2016 - R$ 3.268,62, 861014/13 - Not.130/2016 - R$ 6.537,23
Seta Mineração Ltda - 860744/14 - Not.141/2016 - R$ 3.296,51, 861135/14 - Not.142/2016 - R$ 3.296,51, 860136/13 - Not.120/2016 - R$ 3.296,51

RELAÇÃO Nº 152/2016

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Mibasa Miineradora Barro Alto Ltda Cpf/cnpj :02.840.072/0001-72 - Processo minerário: 961840/10 - Processo de cobrança: 960475/16 Valor: R$.114.036,59

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 84/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Leône Aparecido Sant'anna - 866900/14

MARCIO CORREIA DE AMORIM

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 57/2016

Ficam os abaixo relacionados cientes da não apresentação de recurso administrativo; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº. 968.311/2011 - Extração de Areia Bergamo Ltda Me, CNPJ: 26.859.207/0001-00, NFLDP Nº. 331/2011, Valor: R$ 2486,54.
Processo de Cobrança nº. 968.312/2011 - Extração de Areia Bergamo Ltda Me, CNPJ: 26.859.207/0001-00, NFLDP Nº. 330/2011, Valor: R$ 2486,54.
Processo de Cobrança nº. 968.420/2011 - Striquer & Striquer, CNPJ: 00.674.454/0001-48, NFLDP nº. 428/2011, Valor: R$ 42290,60.

ROMUALDO HOMOBONO PAES DE ANDRADE

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 282/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
831.728/2012-GRANITOS LITORAL LTDA-GOVERNADOR VALADARES/MG - Guia n° 38/2016-7.950 toneladas/ano-Granito(revestimento)- Validade:21/12/2019 ou PL
834.197/2012-KEILA ALVES DA SILVA SOUZA ME-PRATÁPOLIS/MG - Guia n° 63/2016-48.000 toneladas/ano-Areia-Validade:13/03/2019 ou PL
833.290/2013-MINERAÇAO FORTE MINAS EXTRAÇAO DE GRANITOS LTDA-LADAINHA/MG, POTÉ/MG - Guia n° 54/2016-7.950 toneladas/ano-Granito(revestimento)- Validade:01/09/2016
831.486/2014-CERÂMICA CRUZADO LTDA-DOURADO-QUARA/MG, MONTE CARMELO/MG - Guia n° 53/2016-12.000 toneladas/ano-Argila(cerâmica)- Validade:17/07/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
832.143/1984-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA-POÇOS DE CALDAS/MG - Guia n° 64/2016-20.000 toneladas/ano-Bauxita-Validade:30/07/2017
833.414/2003-PBA SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA.-PONTO DOS VOLANTES/MG - Guia n° 60/2016-11.017 toneladas/ano-Granito- Validade:08/08/2017

PAULO SERGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 56/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Agp Comércio Exportação Mineração e Extração Ltda - 851531/13 - A.I. 867/16
Alexandre Santos Frederico - 850317/07 - A.I. 814/16
Allmining Mineração Ltda me - 850644/15 - A.I. 927/16
Almir Severiano Araújo - 850109/14 - A.I. 881/16
Amazonas Exploração e Mineração LTDA. - 851307/11 - A.I. 804/16, 851306/11 - A.I. 803/16
Anailson Caetano de Souza & Cia Ltda Epp - 850048/14 - A.I. 877/16, 850047/14 - A.I. 876/16, 850049/14 - A.I. 878/16
Anderson Clayton Lima Gomes - 851044/14 - A.I. 920/16, 850731/14 - A.I. 909/16, 850730/14 - A.I. 908/16, 850732/14 - A.I. 910/16
Andorra Participações e Emprendimentos Ltda - 850858/13 - A.I. 838/16
Antônio Lopes Neto - 850321/14 - A.I. 888/16
Antonio Reginaldo Rocha Moraes - 850742/13 - A.I. 837/16, 850741/13 - A.I. 836/16
Araguaia e Tocantins Mineração Ltda - 851640/13 - A.I. 870/16
B&a Potássio Mineração Ltda - 851214/11 - A.I. 812/16
Bersajone Moura - 851160/13 - A.I. 846/16
Biochin Importadora e Exportadora LTDA. - 850165/08 - A.I. 807/16
Bruno Cesar Oliveira Machado - 851088/14 - A.I. 922/16
Celso Luis Kempf - 850391/14 - A.I. 891/16, 850226/13 - A.I. 824/16
Centro Mineração Ltda - 850776/14 - A.I. 911/16
Cfa Construções, Terraplenagem e Pavimentação Ltda - 850080/14 - A.I. 879/16
Cikel Brasil Verde Madeiras LTDA. - 851035/07 - A.I. 817/16, 851026/07 - A.I. 815/16, 851031/07 - A.I. 816/16
Claudir Dolinski - 850303/13 - A.I. 826/16
Comercial Marabá Ltda Epp - 850515/14 - A.I. 902/16
Construtora Goldenfisc Ltda me - 850651/13 - A.I. 832/16, 851111/14 - A.I. 925/16
Construtora Rio Corrente Ltda me - 850408/14 - A.I. 897/16, 850409/14 - A.I. 898/16, 850389/14 - A.I. 889/16, 850406/14 - A.I. 895/16, 850390/14 - A.I. 890/16, 850397/14 - A.I. 893/16, 850407/14 - A.I. 896/16, 850394/14 - A.I. 892/16
Cosme José Salles - 850695/13 - A.I. 834/16
D´gold Pesquisa e Extração Mineral Ltda - 850458/12 - A.I. 822/16, 851264/12 - A.I. 823/16
Daniel Rodovalho da Silva - 850973/14 - A.I. 916/16, 850988/14 - A.I. 917/16
Djalma Oliveira Dos Santos - 850912/14 - A.I. 914/16
Edenildo Lustosa Alves - 851433/13 - A.I. 864/16
Edilson Fernandes da Silva - 851085/14 - A.I. 921/16
Edilson Viana Rocha - 850944/14 - A.I. 915/16, 850254/13 - A.I. 825/16
Euripedes Gonçalves de Andrade - 850728/13 - A.I. 835/16
F.C. Cunha de Oliveira me - 851761/13 - A.I. 872/16
Francisco Severino Barbosa Junior - 851523/13 - A.I. 866/16
Gonçalo Ferreira Lima Neto - 850452/13 - A.I. 827/16
Hidroambiental Hidrossemeadura e Serviços LTDA. - 851021/14 - A.I. 919/16
Hildenor Cruz Barros Junior - 851261/13 - A.I. 849/16
Homero Vieira Piemonte - 850667/14 - A.I. 903/16
Jair José Silva Araújo - 850097/10 - A.I. 818/16
João Edson Becali - 851162/13 - A.I. 847/16
José Antonio da Silva - 851560/13 - A.I. 868/16
José Isaias Lisboa Machado - 851793/11 - A.I. 820/16
José Roberto de Paiva Melo - 851053/13 - A.I. 840/16, 851134/13 - A.I. 843/16, 851135/13 - A.I. 844/16
Juarez Alvez da Silva - 850886/14 - A.I. 913/16
Julio Cesar Rosilho - 851067/13 - A.I. 842/16, 851066/13 - A.I. 841/16
Lauro Nazaré Barros - 850233/15 - A.I. 926/16
Lbr Mineração Ltda - 850090/14 - A.I. 880/16
Logexport Minerios do Brasil Ltda me - 850860/14 - A.I. 912/16
Luiz Augusto Minosso - 850069/13 - A.I. 806/16
Luiz Carlos Bibiano Pereira - 850480/14 - A.I. 900/16, 851019/14 - A.I. 918/16
m. de A.delgado Ltda Epp - 851149/13 - A.I. 845/16, 851224/13 - A.I. 848/16, 851704/13 - A.I. 871/16
Magr Terraplenagem Ltda me - 851777/13 - A.I. 873/16
Marajo Forest Comércio e Exportação de Madeiras Ltda - 850161/14 - A.I. 994/16, 850160/14 - A.I. 883/16, 850162/14 - A.I. 884/16
Metallis Mineradora e Energia Renovavel Ltda me - 850725/14 - A.I. 906/16, 850726/14 - A.I. 907/16, 850722/14 - A.I. 904/16, 850724/14 - A.I. 905/16
Mineração Paragominas s a - 850124/13 - A.I. 813/16
Mineração Regent Brasil LTDA. - 850555/13 - A.I. 828/16, 850557/13 - A.I. 829/16
Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 850885/13 - A.I. 839/16
Monique Miranda Dourado - 851561/13 - A.I. 869/16
Octa Ferro S.a - 850107/12 - A.I. 821/16
Pasqual Luiz Spillere - 850500/10 - A.I. 810/16

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Paulo Cavalcanti Traven - 850693/13 - A.I. 833/16
Raul Silvestre - 851100/14 - A.I. 923/16
Recursos Minerais do Brasil S.a - 850150/14 - A.I. 882/16, 850400/14 - A.I. 894/16
Reginaldo da Silva Sobrinho - 851254/11 - A.I. 819/16
Rio Verde Mineração e Pesquisa da Amazonia s a - 850747/12 - A.I. 805/16
Robson Bernardo - 851107/14 - A.I. 924/16
Rodrigo Milani - 850065/10 - A.I. 808/16
Ruy Barbosa de Mendonça - 850213/14 - A.I. 885/16
Sérgio Roberto Vieira Teixeira - 850562/11 - A.I. 811/16
Silvio Francisco de Souza - 851474/13 - A.I. 865/16
Sinomario Rocha - 850488/14 - A.I. 901/16
Tamin Mineração Ltda - 850425/06 - A.I. 798/16, 850428/06 - A.I. 800/16, 850442/06 - A.I. 802/16, 850426/06 - A.I. 799/16, 850441/06 - A.I. 801/16
Techidraul Comercio e Rep Ltda - 850417/14 - A.I. 899/16
Traterra Terraplenagem e Reflorestamento Ltda - 851794/13 - A.I. 874/16
Valtemiro Gonçalves de Araujo - 850642/13 - A.I. 831/16, 850641/13 - A.I. 830/16
Vanderley Aguiar do Nascimento - 851832/13 - A.I. 875/16
Vegas Mineraçao Ltda - 850074/13 - A.I. 809/16
vf Mineração Ltda - 850250/14 - A.I. 887/16
Xiangse Brasil Mineração Ltda - 851283/13 - A.I. 855/16, 851287/13 - A.I. 859/16, 851278/13 - A.I. 850/16, 851279/13 - A.I. 851/16, 851284/13 - A.I. 856/16, 851290/13 - A.I. 861/16, 851281/13 - A.I. 853/16, 851282/13 - A.I. 854/16, 851285/13 - A.I. 857/16, 851288/13 - A.I. 860/16, 851286/13 - A.I. 858/16, 851291/13 - A.I. 862/16, 851280/13 - A.I. 852/16, 851292/13 - A.I. 863/16
Zohar Mineração Ltda - 850240/14 - A.I. 886/16

RELAÇÃO Nº 57/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Adimar Gomes Souza - 851831/13, 851830/13
Agropalma s a - 850121/11, 850128/11, 850122/11
Allan Santiago Guimarães - 851242/12
Amazonas Exploração e Mineração LTDA. - 850278/11, 850282/11, 850274/11, 851310/11, 851311/11, 851308/11, 851305/11, 850283/11
Amazonia Explosivos Industria, Comercio, Mineração e Serviços LTDA. me - 850157/08
Anderson Gonçalves de Sousa - 851625/11, 851628/11, 851626/11, 851627/11
Angelin Orio - 850821/10
Anne Carvalho Mendonça - 851156/11, 851155/11
Antonio Veriano Tralde - 851133/12, 850461/12
Aparecido Cavalcante - 851842/13
Araçatuba Participações Societárias e Mineração LTDA. - 850054/10, 850775/09
Biochin Importadora e Exportadora LTDA. - 850004/11
Caetano Correia Brito - 851384/12
Carivaldo Aires da Silva - 850684/11
Carlos Augusto Estorari - 850562/12
Castro & Castro Comércio Ltda me - 850647/12
Cavalca Construções e Mineração LTDA. - 850943/13
Cbe Companhia Brasileira de Equipamento - 850007/04
Ceramica Praialta Ltda - 851069/12
Cesar Pena Fernandes - 850468/09
Chapleau Exploração Mineral Ltda - 851161/11
Claudio Oliveira Sampaio - 851122/13
Cnb Engenharia Ltda - 851259/11
Construtora Goldenfisc Ltda me - 850649/13
Construtora Pontes Ltda Epp - 851362/12
Cooperativa Dos Mineradores e Garimpeiros do Sul do Pará Coomigasulp - 851346/12, 851342/12, 851343/12, 851344/12, 851341/12, 851340/12, 851339/12, 851345/12, 851338/12
Cosme José Salles - 851272/12
Dimorvan Pitol Buffon me - 850265/10
Diogo Sampaio de Souza - 851415/13
Doblas Gilmar Monteiro - 851676/11, 851675/11
Ecosideral Group Participações, Representação e Consultoria LTDA. - 850320/12, 851786/11
Edenildo Lustosa Alves - 851418/13
Ediodete Rodrigues Menezes - 851129/11
Edvaldo Pereira de Lima - 850907/11
Ejovel Contrução, Engenharia e Serviços Ltda - 850676/12
Fabrício Ayres Estorari - 851673/11
Fernando Henrique Frare Bertin - 851158/12
Firmino Neto Castro Lira - 850440/07
Francisco Antonio Ruiz da Silva - 850043/10
Francisco Francelino da Silva - 850389/09
g. Pinheiro de Lemos & Cia Ltda me - 850763/11
Galdino Antonio da Silva Luz - 850204/03, 850203/03
Gbap Consultoria em Mineração Ltda - 851535/13
Gilberto de Nadal - 851989/13, 851988/13
gl Participações e Serviços Ltda - 851783/11, 851782/11, 850501/11, 851781/11
Industria Cerâmica Santo Antonio Ltda Epp - 850421/15
Ivaldo Rodrigues Alves - 851270/12
Izidório Correia de Oliveira - 850451/10
Jari Produtos e Materiais de Mineração S.A. - 850808/04, 850923/12
João Angelo Fontana - 850717/11
Joélcio Camilo da Silva - 850533/12
Jonas Matos da Silva - 850604/12
José Alírio Lenzi - 850632/11
José Antônio Pereira Dos Santos - 850899/11, 850898/11
José Aparecido da Silva Mineração - 850550/12, 851723/11, 851724/11
José Braz Sousa de Carvalho - 850771/07, 850767/07
José Candido de Araujo e Cia - 850970/06
José Isaias Lisboa Machado - 850270/10, 850457/12
Jose Ribamar Gomes de Abrantes - 850877/07
Lizeu Villalva Velasques - 850951/07
Luiz Filipe Teixeira - 850141/12
Luiz Mauro de Paula e Souza - 850382/11
Lux Empreedimentos em Negócios Minerarios - 851263/08
m c a Mineração 2004 Ltda me - 850317/12
Magno Ferreira Alves - 851658/11
Marcos Lopes Mendes - 850117/11
Maria de Lourdes Andreatta Estorari - 850563/12
Mario Ivan de Lima Santos - 850550/06
Maurício Videira Macedo - 850848/13
Mineração Floresta do Araguaia S/a - 850796/07
Mineração Gold do Água Azul - 850771/11
Mineração Pará Tungstênio Ltda - 850723/07
Mineração Parabrás Ltda - 850118/11, 850737/11
Mineração Rio do Moura Ltda - 850379/12, 850384/12, 850382/12, 850381/12, 850383/12, 850388/12, 850380/12, 850385/12, 850387/12, 850391/12, 850390/12, 850392/12, 850389/12
Mineração Santa Clara Ltda - 850305/04, 850304/04
Mineração Vale da Serra Ltda - 851271/12
Mineração Vila Porto Rico LTDA. - 850253/12, 850257/12, 850256/12, 850255/12, 850254/12
Mineradora Vale do Cerrado Ltda - 850975/10
Minerax Mineraçãoes s a - 851670/11
Mobile Marble & Granito Comercio Importaçao e Exportaçao de Granito Ltda - 850433/10
Morinaka Exportação e Importação LTDA. - 850123/10
Natalino de Matos - 850308/03
Nilton Bertuchi - 850805/12, 850804/12, 850180/12, 850645/12
Noesio Peres da Costa - 850924/08
Nova Aurora Mineraçao Ltda - 851210/11
Otacilio Rodrigues Rocha - 850655/12
Pedreira Vale do Abunã Ltda - 850275/10
Pedro Medeiros Neto - 850246/07
Pedro Pacheco Dos Santos Lima Neto - 850565/04, 850612/04
Raimundo Nonato Pinheiro de Sousa - 850949/12
Raimundo Sousa da Cruz - 851336/12
Rayssa Garcia de Paula - 850966/13, 850957/13, 850959/13
Rbs-redstone Mineração do Brasil Ltda - 850449/10
Recursos Minerais do Brasil S.a - 851240/08, 850849/08
Riverbank Resources Mineracao Ltda - 850870/11, 851004/11, 850872/11, 850875/11, 850873/11, 850871/11, 850867/11, 850868/11, 850866/11
Rogério Calderon - 850784/10
Rosianny Florisbela da Silva Alves - 850569/10, 850568/10
s a Almeida me - 850876/11
Samillecristine Dos Reis de Souza - 850821/12
Sanevias Consultorias e Projetos Ltda - 850723/11
Sergio Bruneto - 850879/13
Tamin Mineração Ltda - 850569/90, 850560/90, 850570/90
Theo Lourenço Pontes - 850039/09
Tupan Comercio e Serviços de Negocios Ltda - 850515/11, 850514/11
Valéria Alves de Oliveira - 850570/12
Valério Gomes Tavares - 850571/07
Vera Lúcia Araujo Ramos - 850282/07
Wanderson Araújo de Lima - 850541/13
Xinfu Mineração Ltda me - 850934/12, 850935/12

RELAÇÃO Nº 8/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Adhemar Coelho - 850041/12
Anailson Caetano de Souza & Cia Ltda Epp - 850047/14, 850048/14, 850049/14
Angelin Orio - 850821/10
Antônio Lopes Neto - 850321/14
Antonio Reginaldo Rocha Moraes - 850741/13, 850742/13
Araçatuba Participações Societárias e Mineração LTDA. - 850054/10
Awi Mineração Ltda - 850023/14, 850024/14, 850214/14
Bruno Cesar Oliveira Machado - 851088/14
Cavalca Construções e Mineração LTDA. - 850943/13
Cfa Construções, Terraplenagem e Pavimentação Ltda - 850080/14
Claudio Oliveira Sampaio - 851122/13
Construtora Goldenfisc Ltda me - 850649/13, 850651/13, 851111/14
Construtora Rio Corrente Ltda me - 850389/14, 850390/14, 850394/14, 850397/14, 850406/14, 850407/14, 850408/14, 850409/14
Cosme José Salles - 851464/13, 850695/13
Djalma Oliveira Dos Santos - 850912/14
Edenildo Lustosa Alves - 851433/13
Edilson Fernandes da Silva - 851085/14
Edson José Amorim - 850660/13
Euripedes Gonçalves de Andrade - 850728/13
F.C. Cunha de Oliveira me - 851761/13
Filadelfo Dos Reis Dias - 850640/10, 850641/10, 850642/10
Francisco Severino Barbosa Junior - 851523/13
Genaildo Pereira Veras - 850681/13
Gilberto de Nadal - 851988/13, 851989/13
Helio Martins Cunha - 851956/13
Hildenor Cruz Barros Junior - 851261/13
Homero Vieira Piemonte - 850667/14
Ismael Araújo Dos Santos - 850079/13
Ivan Ribeiro Machado - 850072/13
Izidório Correia de Oliveira - 850451/10
Jonas Matos da Silva - 851814/13
José Braz Sousa de Carvalho - 850767/07, 850771/07
Jose Ribamar Gomes de Abrantes - 850877/07
José Roberto de Paiva Melo - 851053/13, 851134/13
Luis Carlos Barro - 850990/14
Magr Terraplenagem Ltda me - 851912/13, 851775/13, 852073/13
Marajo Forest Comércio e Exportação de Madeiras Ltda - 850160/14, 850161/14, 850162/14
Maria Rosineide Costa Bilby - 850645/13
Maurício Videira Macedo - 850848/13
Miguel Arcangelo Arouche - 850868/14
Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 850015/12, 850885/13
Mineração Vale do Araguaia LTDA. - 850828/12
Mineradora Vale do Cerrado Ltda - 850975/10
Natalino de Matos - 850308/03
Pasqual Luiz Spillere - 850500/10
Pedro Pacheco Dos Santos Lima Neto - 850612/04
Raimundo Sousa da Cruz - 851336/12
Rayssa Garcia de Paula - 850957/13, 850959/13, 850961/13, 850966/13
Recursos Minerais do Brasil S.a - 850874/13
Reni Severino de Oliveira - 850357/14
Robson Bernardo - 851107/14
Rosângela Maria Bosoi - 851719/13
rs Transporte e Comercio de Calcario Ltda me - 850015/14
Tamin Mineração Ltda - 850425/06, 850426/06, 850428/06, 850441/06, 850442/06
Techidraul Comercio e Rep Ltda - 850417/14
Valtemiro Gonçalves de Araujo - 850641/13, 850642/13
vf Mineração Ltda - 850250/14
Wagner Delatore - 850659/13
Xiangse Brasil Mineração Ltda - 851282/13, 851283/13, 851288/13, 851292/13

RELAÇÃO Nº 59/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
G.S. Extração e Comércio de Areia Ltda Epp - 850067/03 - Not.79/2016 - R$ 35.052,58, 850067/03 - Not.83/2016 - R$ 38.578,00
Jose Marcelo Quirino Rocha - 850993/12 - Not.87/2016 - R$ 1.191,32

RELAÇÃO Nº 60/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
G.S. Extração e Comércio de Areia Ltda Epp - 850067/03 - Not.80/2016 - R$ 6.434,59, 850067/03 - Not.84/2016 - R$ 1.556,57
Jose Marcelo Quirino Rocha - 850993/12 - Not.88/2016 - R$ 3.296,51

RELAÇÃO Nº 61/2016

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Charles Williams Lobato de Oliveira Cpf/cnpj :370.712.702-87 - Processo minerário: 850968/11 - Processo de cobrança: 950279/16 Valor: R$.9.175,55, Processo minerário: 850982/12 - Processo de cobrança: 950280/16 Valor: R$.15.528,75
Titular: Fazenda e Pedreira Santa Monica Ltda Cpf/cnpj :52.817.343/0002-28 - Processo minerário: 850771/06 - Processo de cobrança: 950248/16 Valor: R$.350.210,92
Titular: M.L.S. de Assis - Epp Cpf/cnpj :04.459.894/0002-14 - Processo minerário: 850856/08 - Processo de cobrança: 950277/16 Valor: R$.3.529,76
Titular: p. r. Ribeiro Ramos me Cpf/cnpj :84.189.539/0001-20 - Processo minerário: 850809/09 - Processo de cobrança: 950538/14 Valor: R$.4.856,82

CARLOS BOTELHO DA COSTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 52/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Carlos Grandi Extração e Comércio de Areia Ltda - 826628/13
Celso Adão Brinker - 826027/12
David Franca Junior - 826518/13
Eliane Sampaio Antt - 826204/14
Emídio Martins da Costa Passos - 826428/15
Etr Comércio de Areia Ltda - 826190/13
Extra Mineração Ltda me - 826333/13, 826677/13
Jeton Empreendimentos Ltda - 826763/11
Jose Francisco Borba Martins - 826952/11, 826953/11, 826954/11
Leonardo Von Linsingen - 827132/13
Luciano José de Lara - 826674/13
Mauricio Dos Santos Trassi - 826362/15
Mauro Fregonese - 826512/14
Noroeste Mineração LTDA. - 826359/15
Paulino Cesar Gaspar - 826267/15
Paulo Borges de Paiva - 826631/11, 826632/11
Pedro Vieira Such - 826192/15, 826193/15, 826194/15
Sandro Borges - 826289/15
Sergio Luiz Trentin Marchauek - 826280/13
Valdira de Miranda Melo - 826429/15
Wagner Planas - 826780/12

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 57/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Moriá Minerações e Comércio de Pedras Preciosas Ltda Epp - 840012/14
Rio Azul Mineração Ltda - 840268/13, 840269/13, 840271/13, 840272/13, 840273/13, 840274/13, 840275/13, 840276/13, 840277/13, 840278/13, 840279/13, 840280/13, 840281/13, 840282/13, 840283/13, 840284/13, 840285/13, 840286/13, 840287/13, 840288/13, 840289/13, 840290/13, 840291/13, 840292/13, 840293/13, 840294/13, 840295/13, 840296/13, 840297/13, 840298/13

RELAÇÃO Nº 58/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
ag Ceramica e Minerios Eireli - 840240/15
Alberto Alcebiades de Almeida Portella Netto - 840590/12, 840604/12, 840605/12, 840606/12, 840566/12
Braz Nelton Montezano - 840485/12, 840486/12, 840487/12, 840489/12, 840490/12, 840491/12, 840361/12, 840362/12, 840363/12, 840364/12, 840365/12, 840366/12, 840367/12, 840368/12, 840369/12, 840370/12, 840371/12, 840372/12, 840373/12, 840374/12, 840375/12, 840376/12, 840377/12, 840378/12
Central Campo Alegre Agropecuaria S.a - 840716/12, 840721/12, 840722/12, 840725/12, 840726/12
Fergubel Mineração e Transportes São José do Belmonte LTDA. - 840382/12, 840385/12, 840390/12, 840393/12, 840398/12, 840411/12
Francisco Jose Pereira Cavalcante Matos - 840109/12
Luiz Antonio Martins Neto - 840238/12
Mário Carlos Sauer Araújo - 840602/12, 840603/12, 840632/12, 840224/12, 840225/12, 840226/12, 840588/12, 840511/12, 840564/12, 840565/12
Mineradora Campevi Ltda Epp - 840005/15, 840019/15
Mmends Geologia Ltda me - 840990/11, 840991/11

RELAÇÃO Nº 59/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Rio Azul Mineração Ltda - 840248/13 - Not.46/2016 - R$ 6.484,29, 840249/13 - Not.48/2016 - R$ 6.484,29, 840250/13 - Not.50/2016 - R$ 6.484,29, 840251/13 - Not.52/2016 - R$ 6.484,29, 840252/13 - Not.54/2016 - R$ 6.250,53, 840253/13 - Not.56/2016 - R$ 6.483,97, 840254/13 - Not.58/2016 - R$ 6.483,74, 840255/13 - Not.60/2016 - R$ 6.483,74, 840256/13 - Not.62/2016 - R$ 6.483,74, 840257/13 - Not.64/2016 - R$ 6.483,74, 840258/13 - Not.66/2016 - R$ 6.483,74, 840259/13 - Not.68/2016 - R$ 6.481,21, 840260/13 - Not.70/2016 - R$ 6.481,21, 840261/13 - Not.72/2016 - R$ 6.481,21, 840262/13 - Not.74/2016 - R$ 6.481,21, 840263/13 - Not.76/2016 - R$ 6.481,21, 840264/13 - Not.78/2016 - R$ 6.483,42, 840265/13 - Not.80/2016 - R$ 6.329,29, 840266/13 - Not.82/2016 - R$ 6.462,72, 840267/13 - Not.84/2016 - R$ 6.462,72, 840270/13 - Not.86/2016 - R$ 4.356,21

RELAÇÃO Nº 60/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
bs Construções - 840498/10 - Not.45/2016 - R$ 137,06
Rio Azul Mineração Ltda - 840248/13 - Not.47/2016 - R$ 2.657,36, 840249/13 - Not.49/2016 - R$ 2.657,36, 840250/13 - Not.51/2016 - R$ 2.657,36, 840251/13 - Not.53/2016 - R$ 2.657,36, 840252/13 - Not.55/2016 - R$ 2.657,36, 840253/13 - Not.57/2016 - R$ 2.657,36, 840254/13 - Not.59/2016 - R$ 2.657,36, 840255/13 - Not.61/2016 - R$ 2.657,36, 840256/13 - Not.63/2016 - R$ 2.657,36, 840257/13 - Not.65/2016 - R$ 2.657,36, 840258/13 - Not.67/2016 - R$ 2.657,36, 840259/13 - Not.69/2016 - R$ 2.657,36, 840260/13 - Not.71/2016 - R$ 2.657,36, 840261/13 - Not.73/2016 - R$ 2.657,36, 840262/13 - Not.75/2016 - R$ 2.657,36, 840263/13 - Not.77/2016 - R$ 2.657,36, 840264/13 - Not.79/2016 - R$ 2.657,36, 840265/13 - Not.81/2016 - R$ 2.657,36, 840266/13 - Not.83/2016 - R$ 2.657,36, 840267/13 - Not.85/2016 - R$ 2.657,36, 840270/13 - Not.87/2016 - R$ 2.657,36

PAULO JAIME SOUZA ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO 81/16

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Cerâmica Iguatu LTDA. - 848089/14 - Not.41/2016 - R$ 1.344,59
Granvaz Mineração Ltda me - 848103/14 - Not.36/2016 - R$ 21,66
José Carlos de Jesus me - 848340/14 - Not.44/2016 - R$ 2.726,83
José Maria Cunha Melo - 848207/13 - Not.37/2016 - R$ 2.594,48, 848206/13 - Not.38/2016 - R$ 2.656,55
Prime Mineração LTDA. - 848862/11 - Not.35/2016 - R$ 275,31
Projetos Geológicos Ltda - 848237/13 - Not.33/2016 - R$ 131,15
Sebastião Romualdo de Freitas - 848240/13 - Not.39/2016 - R$ 132,24
Ss&b Construtora LTDA. - 848263/14 - Not.29/2016 - R$ 2.611,45, 848262/14 - Not.30/2016 - R$ 2.652,32, 848266/14 - Not.31/2016 - R$ 2.640,21, 848265/14 - Not.32/2016 - R$ 3.054,20
Terra Invest Group Empreendimentos Imobiliários Ltda me - 848193/14 - Not.34/2016 - R$ 1.013,19

RELAÇÃO Nº 82/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Limestone Marmores do Brasil Ltda - 848290/12 - Not.42/2016 - R$ 687,45
Mont Granitos S/a - 848289/12 - Not.43/2016 - R$ 687,45

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 59/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
890.373/2002-DOMINGOS CARDOSO DA MATTA
890.105/2011-JOSÉ GOMES DE SOUZA
890.405/2011-RICARDO LOPES ABRÃO
890.692/2012-TECNOSOL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.062/2011-MOPEL MOYSES PEDRAS LTDA-OF. N°Ofício Nº 990/2016/DNPM/RJ-DFAM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
890.548/2008-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°Ofício nº 1.212/2016/DNPM/RJ-DFAM
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
890.116/2011-VERDE AREIA MINERAÇÕES LTDA ME.-Área de 48,98 ha para 24,19 ha-charnoquito para brita
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
890.261/2011-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA ME-saibro
890.648/2013-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-Fonolito e Nefelina sienito
890.650/2013-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-Fonolito e Nefelina sienito
890.651/2013-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-Fonolito e Nefelina sienito
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
890.634/2012-JOSELENA PITANGA DE ARAUJO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.213/2000-EXTRAÇÃO DE AREIA,TRANSPORTE E COMÉRCIO PROGRESSO LTDA ME-OF. N°Ofício nº 1327/2016/DNPM/RJ-DFAM
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
890.566/1991-AGROPECUÁRIA BELA VISTA LTDA-Aprova os modelos de rótulos de água mineral da fonte DO AMANHACER, marca DONNA NATUREZA, para embalagens de 330 mililitros, com gás e modelos de rótulos de água mineral da fonte DO AMANHACER, marca FÊNIX, para embalagens de 10 litros, sem gás, apresentados oela Agropecuária Bela Vista Ltda.- CARMO/RJ
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
990.493/2007-FLAPA MINERAÇÃO E INCORPORAÇÕES LTDA-OF. N°Ofício Nº 1220/2016/DNPM/RJ-DFAM
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
808.186/1975-MINERAÇÃO DELTA DO RIO S. A.- AI N°369/2016
Fase de Licenciamento
Nega provimento a defesa apresentada(1193)
890.168/2011-TAMOIO MINERAÇÃO S.A.
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1694)
890.168/2011-TAMOIO MINERAÇÃO S.A.- AI N°430/2016
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1714)
890.168/2011-TAMOIO MINERAÇÃO S.A.- AI N°626/2015

RELAÇÃO Nº 68/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.511/2015-MINERAÇÃO LITORÂNEA S A
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
890.520/2013-JOÃO BAPTISTA FERREIRA MOTTA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.011/2015-PEDRA DO ALECRIM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.330/2016/DGTM
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
890.474/2013-AREAL SANTA ROSA DE ITAGUAI LTDA ME
890.504/2013-JOSE TADEU DE ABREU
890.557/2013-MINERADORA BOTAFOGO 10 LTDA.
891.025/2013-SIRLEI GOMES DE OLIVEIRA ME
890.713/2014-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
890.916/2014-J.C. PEREIRA VALLE
891.001/2014-THOQUINO CONSULTORIA, PROJETOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
890.485/2015-JR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS EIRELI ME
890.606/2015-LUCILENE CARVALHO DA CONCEIÇÃO
890.004/2016-LCS FULGÊNCIO -ME
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento.(165)
890.811/2013-DU LOPES 2000 MATERIAL DE CONSTRUÇÃAO LTDA ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
890.206/2011-OCLAM MINERAÇÕES LTDA- Alvará n°7.549/2012 - Cessionario:890.598/2015-Minerações do Brasil Ltda.- CPF ou CNPJ 09.216.167/0001-69
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
890.387/2013-MINERAÇÃO GONZALEZ LTDA ME
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
890.574/2012-REFORTEC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA- OF. N°
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
890.008/2007-FÁBIO MARCÍLIO PINTO
890.348/2007-ROBERTO MENDES DE MATTOS
890.645/2007-COMÉRCIO DE AREIA PRIMAVERA LTDA - ME
890.686/2007-EMPRESA DE MINERAÇÃO ESTRELA LTDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

890.161/2009-JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A
890.194/2009-JOSE ARLEY LIMA COSTA
890.543/2009-CERÂMICA REX LTDA.
890.240/2010-INDÚSTRIA E COMÉRCIO APOLO LTDA.
890.534/2010-SALUDE MINERADORA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
890.606/2010-IDI SONDA
890.660/2010-PEDRO PAULO NUNES FERREIRA
890.697/2010-INDUSTRIA CERÂMICA TRÊS IRMÃOS LTDA ME
890.068/2011-MINERAÇÃO DE SAIBRO CAVALO BRANCO LTDA
890.171/2011-LEONARDO OLIVEIRA GONÇALVES
890.454/2012-PAULO ROBERTO DE SOUZA
890.855/2012-PEDRA VIVA MINERAÇÃO LTDA
890.856/2012-PEDRA VIVA MINERAÇÃO LTDA
890.094/2013-EBTE ENGENHARIA LTDA
890.382/2013-LEONARDO OLIVEIRA GONÇALVES
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.255/2003-AREAL DO TEMPO LTDA ME- Registro de Licença N°:2.771/2003 - Vencimento em 28/02/2017
890.291/2006-AREAL DO TEMPO LTDA ME- Registro de Licença N°:2.542/2009 - Vencimento em 28/02/2017
890.479/2006-AREAL DO TEMPO LTDA ME- Registro de Licença N°:2.480/2008 - Vencimento em 28/02/2017
890.099/2007-AREAL ANASTACIA DE CAMPOS LTDA.- Registro de Licença N°:2.358/2007 - Vencimento em 23/11/2020
890.215/2010-AREAL SÃO BENEDITO DE SEROPÉDICA LTDA ME- Registro de Licença N°:2.646/2011 - Vencimento em 28/02/2017
890.287/2010-CERAMICA ABUD WAGNER LTDA- Registro de Licença N°:2.661/2011 - Vencimento em 27/04/2019
890.818/2011-ESTRELA DALVA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N°:2.765/2013 - Vencimento em 28/02/2017
890.103/2013-JARDIM DAS ACÁCIAS MINERAÇÃO LTDA-ME- Registro de Licença N°:2.746/2013 - Vencimento em 28/02/2017
890.558/2014-AREAL RETA DOS 500 LTDA ME- Registro de Licença N°:2.852/2015 - Vencimento em 28/02/2017
890.143/2015-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA ME- Registro de Licença N°:2.871/2015 - Vencimento em 28/02/2017
Reconsidera o despacho de indeferimento(745)
890.920/1994-CERÂMICA SANTA ISABEL LTDA EPP
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de licenciamento(750)
890.474/1998-EMPRESA DE MINERAÇÃO PE DA SERRA LTDA
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
890.025/2013-MIGUEL BALTAZAR SOUTO
Declara a nulidade do Registro de Licença(1288)
890.142/2004-AREAL FERNANDES E CARDOSO LTDA ME- Registro de Licença N°1861/2004- Publicado no DOU de 09/08/2004
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
890.139/2015-DU LOPES 2000 MATERIAL DE CONSTRUÇÃAO LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.343/2012-CERAMICA IRMÃOS CARDOSO LTDA-OF. N°1.342/2016/DGTM
890.392/2014-CRESPO FILHO & ARAUJO CERÂMICA LTDA.-OF. N°1.343/2016/DGTM
890.436/2014-AZEVEDO CUNHA CONSTRUTORA EMPR. LTDA-OF. N°1.344/2016/DGTM
890.585/2015-SAIBREIRA RECREIO SERVIÇOS AGRICOLAS LTDA.-OF. N°1195/2016/DGTM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
890.552/2015-INDUSTRIA E COMERCIO DE PEDRAS VALE ALPINO LTDA-OF. N°1.310/2016/DGTM
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
890.957/2011-CAMPO ALEGRE EXTRAÇÃO DE ARGILA LTDA. ME
890.260/2012-EL SHEIK DE ITAPERUNA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
890.316/2015-CLODOMIR I S CRESPO ME-OF. N°1.390/2016/DGTM/RJ

RELAÇÃO Nº 70/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
890.005/2012-AREAL BOA ESPERANÇA DE QUEIMADOS LTDA-AI N°409/2016
890.014/2012-MARILANDIA CONSTRUÇÃO E MINERAÇÃO LTDA-AI N°419/2016
890.015/2012-LATERITA MINERAÇÃO LTDA.-AI N°418/2016
890.016/2012-LIG MUNCK MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI ME-AI N°376/2016
890.019/2012-NORBERTO COELHO DE MATTOS-AI N°411/2016
890.020/2012-MARPAV CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA-AI N°410/2016
890.026/2012-CESAR FARID FIAT-AI N°390/2016
890.029/2012-CESAR FARID FIAT-AI N°389/2016
890.035/2012-ALFA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA-AI N°412/2016
890.036/2012-MINERAÇÃO QUINDINS LTDA ME-AI N°413/2016
890.037/2012-LEONARDO CÉSAR BETTA NARDE-AI N°414/2016
890.043/2012-TERRAPLENAGEM IGARAPAVA LTDA.-AI N°407/2016
890.048/2012-TRANSPORTES NAVARRO LTDA. - ME-AI N°408/2016
890.049/2012-MINERAÇÃO UBATIBA LTDA-AI N°387/2016
890.054/2012-MINERAÇÃO UBATIBA LTDA-AI N°386/2016
890.055/2012-MINERAÇÃO UBATIBA LTDA-AI N°388/2016
890.057/2012-LFA COMPRA, VENDA E TRANSPORTE DE MAT. RECICLAVEIS E NÃO RECICLAVEIS LTDA-AI N°416/2016
890.058/2012-MINERADORA LE PETIT LTDA-AI N°417/2016
890.062/2012-ZEEV LUCYAN MAIMON-AI N°404/2016
890.063/2012-GUSTAVO CHECON SABADINE-AI N°391/2016
890.064/2012-GUSTAVO CHECON SABADINE-AI N°392/2016
890.065/2012-GALERA DA AREIA DE ARARUAMA MATERIAIS PARA COSNTRUÇÃO LTDA-AI N°415/2016
890.077/2012-ENGELIDER CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA-AI N°3281/2016
890.079/2012-ENGELIDER CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA-AI N°382/2016
890.080/2012-ENGELIDER CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA-AI N°383/2016
890.081/2012-ENGELIDER CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA-AI N°384/2016
890.082/2012-ENGELIDER CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA-AI N°385/2016
890.084/2012-FRANCISCO DIMAS RODRIGUES-AI N°405/2016
890.089/2012-OSVALDO DA COSTA CARDOSO FILHO-AI N°406/2016
890.090/2012-BRUNA CRISTINA ZACANTE RAMOS-AI N°397/2016
890.098/2012-MARCOS AURELIO P POEYS ME-AI N°398/2016
890.099/2012-CERÃMICA ALFA LTDA EPP-AI N°394/2016
890.110/2012-TAHOMA 2005 MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-AI N°399/2016
890.113/2012-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA ME-AI N°400/2016
890.116/2012-ENGELIDER CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA-AI N°378/2016
890.118/2012-ENGELIDER CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA-AI N°379/2016
890.119/2012-ENGELIDER CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA-AI N°380/2016
890.122/2012-JAYLE MATTOS-AI N°393/2016
890.128/2012-CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO-AI N°396/2016
890.129/2012-L L X AÇU OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.-AI N°395/2016
890.608/2012-PEDRO DE JESUS PEREIRA ME-AI N°420/2016
890.545/2013-J.F.T.M DA COSTA EXTRAÇÃO MINERAL E ADMINISTRAÇÃO-AI N°401/2016
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
890.268/2011-RODOLFO SIQUEIRA NUNES - AI N°176/2016
890.365/2011-PENASCAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. - AI N°149/2016
890.379/2011-GERSON PEREIRA NEPOMUCENO - AI N°151/2016
890.409/2011-CERAMICA SANTA CÉLIA LTDA - AI N°160/2016
890.415/2011-THIAGO DE SÁ CARVALHO - AI N°205/2016
890.424/2011-AREAL BOM PASTOR LTDA - AI N°206/2016
890.489/2011-MELLO M C L MINERADORA LTDA. - AI N°186/2016
890.448/2013-SOCIEDADE AGRO INDUSTRIAL BIOSFERA LTDA EPP - AI N°124/2016

RELAÇÃO Nº 63/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
a. a. Ribeiro Comércio de Areia - 890164/05 - Not.161/2016 - R$ 5.506,28
Agropecuaria Águas Zally Ltda me - 890347/00 - Not.176/2016 - R$ 5.541,02, 890347/00 - Not.177/2016 - R$ 5.541,02, 890347/00 - Not.178/2016 - R$ 5.541,02
Aparecida Granitos Ltda - 890295/81 - Not.169/2016 - R$ 5.506,28
Areal da Divisa Ltda - 890195/06 - Not.142/2016 - R$ 717,97
Areal Santobaia de Seropedica Eireli Epp - 890765/98 - Not.155/2016 - R$ 5.506,28, 890765/98 - Not.156/2016 - R$ 5.506,28
Bruno Marini - 890413/06 - Not.143/2016 - R$ 2.667,50
Engelider Construtora e Mineradora Ltda - 890180/07 - Not.146/2016 - R$ 57,24, 890560/07 - Not.147/2016 - R$ 2.732,21
Gutimpex Importadora e Exportadora Ltda - 890327/81 - Not.157/2016 - R$ 5.506,28, 890327/81 - Not.158/2016 - R$ 5.506,28, 890327/81 - Not.159/2016 - R$ 5.506,28, 890327/81 - Not.160/2016 - R$ 5.506,28
Hnl Empreendimentos Turísticos LTDA. - 890236/06 - Not.145/2016 - R$ 140,37
Jairo Alves Robaina - 890187/06 - Not.173/2016 - R$ 5.506,28
Mineração Nossa Senhora da Penha Ltda - 802528/75 - Not.126/2016 - R$ 5.488,92, 802528/75 - Not.127/2016 - R$ 5.488,92, 802528/75 - Not.128/2016 - R$ 5.488,92, 802528/75 - Not.129/2016 - R$ 5.488,92
Mineração Pedra Branca Ltda - 890128/05 - Not.162/2016 - R$ 2.753,14, 890128/05 - Not.163/2016 - R$ 6.484,61
Mineração Santo Expedito Ltda - 808350/76 - Not.110/2016 - R$ 6.768,26, 808350/76 - Not.111/2016 - R$ 5.402,08, 808350/76 - Not.112/2016 - R$ 5.402,08, 808350/76 - Not.113/2016 - R$ 5.402,08, 808350/76 - Not.114/2016 - R$ 5.402,08
Raquel Marins Pedroso - 890609/06 - Not.144/2016 - R$ 2.808,36
Sociedade Nacional de Engenharia e Construções Ltda Epp - 851762/77 - Not.179/2016 - R$ 5.541,02

RELAÇÃO Nº 64/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Amg Artefatos de Cimento LTDA. - 890508/10 - Not.106/2016 - R$ 2.254,19, 890509/10 - Not.132/2016 - R$ 2.768,42, 890438/10 - Not.137/2016 - R$ 2.773,55
Antônio Pádua Viana - 890500/09 - Not.149/2016 - R$ 350,72
Hunerio Macedo Alvarenga - 890559/09 - Not.175/2016 - R$ 2.601,83
Ilha Dos Mineiros Extração Mineral Ltda - 890414/08 - Not.148/2016 - R$ 55,86, 890411/08 - Not.118/2016 - R$ 6,68, 890415/08 - Not.105/2016 - R$ 14,10
Interconstro Impermeabilzações e Material de Cosntrução Civil Ltda me - 890572/09 - Not.150/2016 - R$ 113,49
j. a. b. Construtora Ltda - 890247/09 - Not.170/2016 - R$ 3.268,62, 890247/09 - Not.171/2016 - R$ 5.506,28, 890247/09 - Not.172/2016 - R$ 5.506,28
João Panayotis Damatis - 890540/09 - Not.130/2016 - R$ 33,46
Joao Paulo Teixeira Tavares - 890451/09 - Not.133/2016 - R$ 1.134,77
João Pereira de Macedo - 890393/09 - Not.134/2016 - R$ 136,95
Laterita Mineração LTDA. - 890477/10 - Not.141/2016 - R$ 1.380,03, 890479/10 - Not.154/2016 - R$ 1.319,62
Luciano Soares Menezes - 890597/10 - Not.138/2016 - R$ 1.070,69
Mello m c l Mineradora LTDA. - 890540/10 - Not.131/2016 - R$ 52,87
Miguel Angelo Monnerat Erthal - 890573/09 - Not.153/2016 - R$ 554,44
Mineração Galácia Ltda - 890233/10 - Not.140/2016 - R$ 2.366,16
Mineradora São Pedro Ltda - 890561/10 - Not.135/2016 - R$ 1.570,44
Mineramix Serviços Ltda - 890202/10 - Not.139/2016 - R$ 167,29, 890587/09 - Not.152/2016 - R$ 2.807,69
Paulo Cezar Carrazedo de Almeida - 890609/07 - Not.120/2016 - R$ 139,56
Paulo Roberto Ferreira Marques - 890515/10 - Not.117/2016 - R$ 1.979,52
Saibreira Recreio Serviços Agricolas LTDA. - 890276/08 - Not.180/2016 - R$ 5.541,02
Sonia Silesia Eler - 890467/09 - Not.151/2016 - R$ 140,42
Tractor Terraplenagem Ltda me - 890514/09 - Not.174/2016 - R$ 98,94
Trigoli Planejamento Construções e Mineração Ltda me - 890033/10 - Not.119/2016 - R$ 139,34

RELAÇÃO Nº 65/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Agromineral Serra Verde Ltda - 890990/14 - Not.115/2016 - R$ 284,02
Barratiba Incorporação e Empreendimentos Ltda - 890749/10 - Not.164/2016 - R$ 1.141,77
Cosntrutora j m Terra Ltda - 890023/12 - Not.123/2016 - R$ 118,18
Domingos Gatto Nunes Comercio e Exploração de Mineral e Construção Civil - 890679/10 - Not.136/2016 - R$ 2.791,16
Fabio Jacinto Fontes - 890778/14 - Not.104/2016 - R$ 283,15

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ferreiras e Freitas Industria e Cerâmica Ltda - 890947/13 - Not.108/2016 - R$ 28,12

Guilherme Gomes Freire - 890789/13 - Not.168/2016 - R$ 137,93

Jairo Alves Robaina - 890541/14 - Not.102/2016 - R$ 283,15

Koch & Lamego Ltda - 890204/11 - Not.109/2016 - R$ 5.352,38

Mineradora e Areal Santo Antônio Ltda me - 890404/14 - Not.103/2016 - R$ 283,15

Romar 2005 Extração de Areia Ltda me - 890103/12 - Not.124/2016 - R$ 139,42

Ronaldo Gomes de Castro - 890301/15 - Not.116/2016 - R$ 284,02

Silveira Mineração e Comércio Ltda me - 890404/12 - Not.125/2016 - R$ 324,74

Stein Mineração LTDA. - 890854/12 - Not.167/2016 - R$ 137,58

RELAÇÃO Nº 66/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Areal Extrasol LTDA. - 890432/13

Areal l. g. Santa Bárbara Ltda me - 890314/12

Giancarlo Batista Silva - 890875/12

Joacir de Oliveira Thomaz - 890182/14

Joelson Pereira - 890664/14

Luiz Carlos Pessanha Cordeiro - 891025/14

Maria Fernanda Nogueira Rangel - 890384/15

Mineradora Dois Irmãos Ltda - 890809/11

Rogerio de Araujo Sacchi - 890028/13

Sul Dragas Indústria de Máquinas Ltda me - 890659/14

RELAÇÃO Nº 67/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Aguiar Cortes e Indústria de Argamassa Ltda - 890535/12 - A.I. 403/16

Areal Catavento Ltda me - 890477/13 - A.I. 402/16

Cerâmica Irmãos Souza e Sobrinhos LTDA. - 890934/14 - A.I. 373/16

Cleide Malafaia Torres - 890012/14 - A.I. 374/16

João Acácio Gomes de Oliveira Neto - 890094/12 - A.I. 375/16

ANTONIO CESAR DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 98/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Banana Food Indústria e Comércio de Alimentos Ltda Epp - 815439/15 - Not.55/2016 - R$ 279,05

Carlos Renato Portes - 815378/15 - Not.57/2016 - R$ 388,86

Edilamar Orsi - 815586/14 - Not.59/2016 - R$ 1.621,04

Elimar Hellmann - 815619/15 - Not.61/2016 - R$ 6.482,67, 815620/15 - Not.63/2016 - R$ 6.484,29, 815621/15 - Not.65/2016 - R$ 6.484,51

Fabio Junior Ribeiro Eireli me - 815699/14 - Not.67/2016 - R$ 139,54

Gedex Geradora de Energia Ltda - 815747/14 - Not.69/2016 - R$ 2.455,96

Joelson Luiz Wagner - 815413/14 - Not.71/2016 - R$ 1.724,40, 815414/14 - Not.73/2016 - R$ 2.080,75, 815427/14 - Not.75/2016 - R$ 1.156,77

Mariana Maziero & Cia Ltda me - 815385/15 - Not.77/2016 - R$ 1,09

Pedro de Amorim Filho - 815306/14 - Not.79/2016 - R$ 2.983,98

Raquel da Silva Tormena - 815737/14 - Not.81/2016 - R$ 3.239,07

Roberto Cesar Salgado Filho - 815868/13 - Not.83/2016 - R$ 1.508,83

sb Transportes Terraplanagem e Comércio Eireli - 815666/14 - Not.85/2016 - R$ 2.645,63

Week Geo Mineração Ltda - 815472/14 - Not.87/2016 - R$ 1.461,40

RELAÇÃO Nº 99/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Águas Minerais Carolina Ltda me - 815097/91 - Not.46/2016 - R$ 42.662,99

Alecio Tomasia - 815064/11 - Not.35/2016 - R$ 324,26

Amilton Espindola - 815358/14 - Not.28/2016 - R$ 2.718,15

Antonio Carlos da Cruz - 815777/09 - Not.1/2016 - R$ 569,84

Aremix Mineração e Comercio LTDA. - 815644/15 - Not.30/2016 - R$ 2.718,15, 815655/15 - Not.31/2016 - R$ 2.718,15

Banana Food Indústria e Comércio de Alimentos Ltda Epp - 815439/15 - Not.56/2016 - R$ 2.848,40

Calwer Mineração Ltda - 815747/08 - Not.39/2016 - R$ 2.433,22

Cambirela EXT. COM. de Sílex Ltda Epp - 815718/07 - Not.41/2016 - R$ 2.892,08

Carlos Renato Portes - 815378/15 - Not.58/2016 - R$ 2.848,40

Charles Nery da Silva - 815567/10 - Not.37/2016 - R$ 1.144,82

Comércio de Pedras Irmãos Galancini Ltda - 815630/09 - Not.40/2016 - R$ 3.296,51

Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Joinville - 815668/11 - Not.34/2016 - R$ 324,26

Detonação e Perfuração Phd Ltda - 815984/11 - Not.33/2016 - R$ 2.972,05

Edilamar Orsi - 815586/14 - Not.60/2016 - R$ 2.848,40

Elimar Hellmann - 815619/15 - Not.62/2016 - R$ 2.848,40, 815620/15 - Not.64/2016 - R$ 2.848,40, 815621/15 - Not.66/2016 - R$ 2.848,40

Emerson Denner Borba - 815391/10 - Not.38/2016 - R$ 478,29

Fabio Junior Ribeiro Eireli me - 815699/14 - Not.68/2016 - R$ 5.696,79

Gedex Geradora de Energia Ltda - 815747/14 - Not.70/2016 - R$ 2.848,40

Geo Castro Consultoria Ltda - 815260/10 - Not.27/2016 - R$ 2.718,15, 815887/15 - Not.32/2016 - R$ 2.718,15, 815616/14 - Not.29/2016 - R$ 2.718,15

Ivandel José Antunes Araújo - 815749/10 - Not.36/2016 - R$ 171,68

Jazida Soares Ltda - 815534/14 - Not.22/2016 - R$ 5.314,72

Joelson Luiz Wagner - 815413/14 - Not.72/2016 - R$ 2.848,40, 815414/14 - Not.74/2016 - R$ 2.848,40, 815427/14 - Not.76/2016 - R$ 2.848,40

Juarez Sebastião da Silva - 815740/14 - Not.23/2016 - R$ 2.657,36

lb Comercio e Serviços Ltda me - 815441/14 - Not.21/2016 - R$ 2.657,36

Mariana Maziero & Cia Ltda me - 815385/15 - Not.78/2016 - R$ 2.848,40

Mineração Boa fé Ltda - 815063/90 - Not.12/2016 - R$ 2.944,18

Minérios Azambuja Ltda - 804466/71 - Not.42/2016 - R$ 2.996,28, 804466/71 - Not.43/2016 - R$ 2.996,28, 804466/71 - Not.44/2016 - R$ 2.996,28, 804466/71 - Not.45/2016 - R$ 2.996,28

Pedro de Amorim Filho - 815306/14 - Not.80/2016 - R$ 2.848,40

Porto Açul Extração de Areia Ltda - 815181/97 - Not.16/2016 - R$ 3.670,95

Raquel da Silva Tormena - 815737/14 - Not.82/2016 - R$ 2.848,40

Reflorestamento Graboski Ltda - 815894/15 - Not.26/2016 - R$ 2.657,36

Roberto Cesar Salgado Filho - 815868/13 - Not.84/2016 - R$ 5.696,79

sb Transportes Terraplanagem e Comércio Eireli - 815666/14 - Not.86/2016 - R$ 2.848,40

Sérgio Pasquali - 816010/11 - Not.20/2016 - R$ 2.657,36

Terraplenagem Baumgartner Ltda - 815465/15 - Not.24/2016 - R$ 2.657,36

Vida Florestal Ltda - 815652/11 - Not.3/2016 - R$ 1.645,46

Week Geo Mineração Ltda - 815472/14 - Not.88/2016 - R$ 2.848,40

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 37/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Campo Solos Mineração e Transportes Limitada me - 878101/15

Colorminas Colorifício e Mineração s a - 878058/14

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

RELAÇÃO Nº 54/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Adauto Carvalho Silva - 864719/11

Adher Empreendimentos LTDA. - 864742/11, 864743/11, 864744/11

Adriana Márcia Lima da Silva - 864060/12, 864063/12, 864241/12, 864243/12, 864245/12

Agua Azul Mineradora,incorporradora,extração e Frotagem de Minerios LTDA. - 864127/12, 864131/12, 864132/12, 864135/12

Alessandro Fernandes - 864050/13

Armando Corrêa de Siqueira Filho - 864016/12

bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 864538/11, 864539/11

Braz Nelton Montezano - 864350/10

Carlos Luiz Zorzi - 864799/11

Cezar Floripe Campagnaro - 864044/15

Cristiano Campos Souza - 864329/13

Ecology Pesquisas Minerais Ltda - 864729/11, 864730/11, 864731/11, 864732/11

Elixir S.a - 864325/12, 864326/12, 864327/12, 864330/12, 864331/12, 864332/12, 864333/12, 864334/12

Espirito Santo Mineradora LTDA. - 864026/13

Fábio Borges Soares - 864154/12

Francisco Caninde Gomes de Araujo - 864335/11

Francisco de Paula da Silva - 864717/11

Gedeon Silva Dos Santos Filho - 864769/11

Gilberto Candido de Farias - 864017/13

Goiaz Mineradora Importadora e Exportadora LTDA. - 864104/12

Gold Max Mineraçao Ltda - 864013/11, 864014/11

Guilherme César de Melo Sena - 864054/12

Guilherme Salgado Cardozo - 864313/12

Inecol Industria Engenharia e Comercio Ltda - 864363/13

Izidório Correia de Oliveira - 864224/11

Jamil Morue - 864849/11, 864141/12

Janara Fernandes de Brito - 864847/11

Joelita Tavares da Cunha - 864839/11

Jorge Michel Iabrudi - 864716/11

José Alírio Lenzi - 864816/11

Jose Wilson Siqueira Campos Junior - 864215/11

Juliano Dutra e Silva - 864156/13

Kelluz Engenharia Industria e Comercio Ltda - 864097/13

L.G. Leal Redes Eletricas me - 864222/14

Laurentino Dias Filho - 864379/11, 864138/12, 864139/12, 864140/12

Laurivaldo Dias - 864084/12, 864095/12, 864096/12, 864097/12, 864098/12, 864100/12, 864796/11, 864797/11, 864064/12, 864066/12, 864382/11, 864383/11, 864721/11, 864736/11, 864102/13, 864138/13, 864139/13, 864140/13, 864212/13, 864415/12

Leontino Alves Dos Santos - 864216/14

Lupe Consultoria e Assessoria LTDA. - 864335/12, 864168/12, 864169/12, 864170/12, 864171/12, 864172/12, 864173/12, 864174/12, 864175/12, 864176/12, 864177/12

Manoel Vieira Fernandes Neto - 864304/11

Marcelo Cavalcante Bazan - 864711/11, 864713/11

Marcos Correia da Silva - 864389/14

Mauricio Vieira Diniz - 864841/11

Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 864156/12, 864783/11

Mineradora Roncador sa - 864150/13

Mito Mineração Tocantins LTDA. me - 864803/11, 864804/11, 864805/11, 864806/11, 864807/11, 864808/11, 864512/11, 864513/11

Nova Aurora Mineraçao Ltda - 864071/12

Pisofort Construções Ltda - 864093/12

Raimunda Acássio de Souza - 864240/14

Salomão Rodrigues Lima - 864200/14

Thiago de Cesaro - 864624/11

Vicente de Paulo Osmarini - 864802/08

Vórtice Consultoria Mineral - 864378/11

Waldson Alves Pereira Junior - 864136/12, 864061/12

MOACIR HARUO MASSANI
Substituto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 58, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Dispõe sobre ações articuladas das redes de Assistência Social e Previdência Social na atenção às crianças com microcefalia para o acesso ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição,

Considerando a condição de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, declarada por meio da Portaria GM/MS nº 1.813, de 11 de novembro de 2015;

Considerando a condição de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decretada pela Organização Mundial da Saúde em 1º de fevereiro de 2016;

Considerando o Plano Nacional de Enfrentamento à Microcefalia, lançado em 05 de dezembro de 2015 pelo Governo Brasileiro;

Considerando o Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC, de que trata o artigo 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, devido à pessoa com deficiência e à pessoa idosa; e

Considerando a Portaria Interministerial MS/MDS nº 405, de 15 de março de 2016, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Estratégia de Ação Rápida para o Fortalecimento da Atenção à Saúde e da Proteção Social de Crianças com Microcefalia, resolve:

Art. 1º Estabelecer ações articuladas das redes de Assistência Social e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS no apoio ao processo de requerimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC, pelas crianças diagnosticadas com microcefalia, que disponham do laudo médico circunstanciado emitido pelo Sistema Único de Saúde - SUS, nos termos do art. 4º da Portaria Interministerial MS/MDS nº 405, de 15 de março de 2016.

Art. 2º As unidades da Assistência Social, em relação às famílias que dispõem de laudo médico circunstanciado com o diagnóstico confirmado de microcefalia, deverão adotar os seguintes procedimentos:

I - efetuar a inscrição da família no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal;

II - prestar informações completas e qualificadas quanto à proteção social a que a família e ou a criança tem direito, inclusive as informações referentes aos critérios para acesso ao BPC;

III - realizar análise prévia do perfil socioeconômico da família para elegibilidade ao BPC;

IV - apoiar a família no preenchimento dos formulários de requerimento do BPC e da Declaração da Composição do Grupo e Renda Familiar - BPC, conforme Anexos IV e III da Portaria Conjunta nº 2 - MDS/MPS/INSS, de 19 de setembro de 2014;

V - apoiar a família na organização do conjunto dos documentos exigidos para protocolar o requerimento do BPC, conforme art. 10 do Anexo do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, juntamente com o laudo médico circunstanciado com diagnóstico confirmado de microcefalia;

VI - comunicar à família que todos os procedimentos relativos ao agendamento do requerimento e da avaliação da deficiência para fins de direito ao BPC serão realizados pela unidade da Assistência Social e que a data e hora de comparecimento na Agência da Previdência Social serão informadas posteriormente;

VII - providenciar o encaminhamento de uma listagem nominal, com regularidade semanal, em formulário próprio na forma do Anexo desta Portaria, via remessa eletrônica para Gerência Executiva;

VIII - comunicar à família, preferencialmente por meio de visita domiciliar, a data, horário e local agendado para o comparecimento na Agência da Previdência Social para o atendimento previsto;

IX - prestar informações e enviar documentos, de forma física ou digital, relevantes à Previdência Social que possam contribuir na análise do direito ao benefício; e

X - encaminhar a família, com os respectivos documentos, à Agência da Previdência Social indicada, no endereço, dia e hora agendado pelo INSS para o atendimento presencial, e viabilizar, quando necessário, meios para o deslocamento da família à Agência.

Art. 3º A Gerência Executiva do INSS receberá a listagem nominal dos requerentes do BPC, conforme modelo constante do Anexo, para proceder ao agendamento, em caráter especial.

Art. 4º Realizado o agendamento, a Gerência Executiva do INSS encaminhará as informações sobre as datas, horários e locais às unidades de atendimento da Assistência Social, preferencialmente por meio eletrônico, visando à comunicação às famílias interessadas.

Art. 5º A Agência da Previdência Social indicada procederá à análise do direito ao benefício, cujo resultado sobre deferimento ou indeferimento será comunicado diretamente ao interessado, além de disponibilizado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Art. 6º As unidades da Assistência Social e do INSS, por meio do Serviço/Seção de Saúde do Trabalhador, devem estabelecer fluxo de referência e contrarreferência, considerando os arranjos e demandas locais, visando assegurar o registro e o intercâmbio de informações relevantes ao acesso e ao exercício dos direitos sociais pelas famílias com crianças diagnosticadas com microcefalia.

Art. 7º As unidades da Assistência Social e do INSS, por meio do Serviço/Seção de Saúde do Trabalhador, deverão manter articulação permanente com as equipes das Salas de Coordenação e Controle para Enfrentamento da Dengue, Chikungunya e Zika Vírus ou outra instância equivalente de monitoramento, nos âmbitos estaduais e municipais.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

ANEXO

Relação dos Requerentes do BPC com Diagnóstico de Microcefalia - Agendamento em Caráter Especial

Município: Órgão Emissor:

Nome do Requerente	Nome da Mãe/Responsável Legal	CPF do Requerente	Data de Nascimento	NIS	NIT	Telefone	Endereço

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 38, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA ADJUNTA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as concessões de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 5º, do Decreto nº 8.242/2014, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo e número do parecer técnico:

1)SOCIEDADE PROTETORA DA INFÂNCIA, 20.081.774/0001-00, DIAMANTINA/MG, 71000.001236/2016-87, 49513.

2)LAR DOS VELHOS DE SANTA GERTRUDES, 48.824.072/0001-80, SANTA GERTRUDES/SP, 71000.001247/2016-67, 49519.

3)ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CRIO - ASSOCRIO, 06.300.185/0001-36, FORTALEZA/CE, 71000.001385/2016-46, 49620.

4)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ESPUMOSO, 92.406.172/0001-88, ESPUMOSO/RS, 71000.001472/2016-01, 49642.

5)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITALVA, 00.728.062/0001-14, ITALVA/RJ, 71000.001619/2016-55, 49705.

6)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MIRACATU, 57.740.359/0001-12, MIRACATU/SP, 71000.001656/2016-63, 49722.

7)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VIANOPOLIS, 15.483.492/0001-90, VIANOPOLIS/GO, 71000.001658/2016-52, 49720.

8)ASSOCIAÇÃO REVIVER DE ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DO VÍRUS HIV, 01.020.943/0001-49, PONTA GROSSA/PR, 71000.001663/2016-65, 49723.

9)GRUPO DE APOIO E INCENTIVO A ADOAÇÃO DE RIBEIRÃO PRETO - CRESCENDO EM FAMÍLIA, 06.927.000/0001-18, RIBEIRAO PRETO/SP, 71000.001709/2016-46, 49745.

10)INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL OS SONHADORES, 10.346.002/0001-90, FERNANDOPOLIS/SP, 71000.002792/2016-71, 49851.

11)CASA ABRIGO, 01.064.135/0001-83, BARIRI/SP, 71000.002795/2016-12, 49852.

12)GRUPO DE CONGADO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO RETIRO, 38.505.087/0001-21, PARAOPEBA/MG, 71000.002805/2016-10, 49871.

13)ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA RENASCER, 02.564.676/0001-33, SALTO/SP, 71000.002806/2016-56, 49893.

14)CASA DO MENOR DONA HORTÊNCIA APARECIDA RIBEIRO, 04.226.934/0001-05, CARMO DO CAJURU/MG, 71000.002847/2016-42, 49837.

15)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PRADO FERREIRA, 19.826.902/0001-00, PRADO FERREIRA/PR, 71000.002867/2016-13, 49868.

16)ORGANIZAÇÃO DO AUXÍLIO FRATERNO, 15.232.135/0001-50, SALVADOR/BA, 71000.002872/2016-26, 49707.

17)ASSOCIACAO DE SAO VICENTE DE PAULO- CONFERENCIA NOSSA SENHORA DO ROSARIO, 55.662.142/0001-06, QUELUZ/SP, 71000.003455/2015-10, 47791.

18)ASSOCIACAO BENEFICENTE DE AMIGOS SOLIDARIOS, 08.036.180/0001-73, SAO VICENTE DE MINAS/MG, 71000.043127/2015-56, 47817.

19)LAR DOS VELHINHOS SÃO VICENTE DE PAULO, 46.368.429/0001-37, CAPIVARI/SP, 71000.054833/2016-12, 49933.

20)LAR DE OZANAM DE ITABIRA, 20.959.391/0001-83, ITABIRA/MG, 71000.054876/2016-90, 49882.

21)LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE NEVES PAULISTA, 49.023.120/0001-01, NEVES PAULISTA/SP, 71000.054916/2016-01, 49874.

22)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMBITUBA, 83.291.807/0001-58, IMBITUBA/SC, 71000.054930/2016-05, 49869.

23)CENTRO ESPECIALIZADO NEURO-PSICOLÓGICO - CENEUP - UNIDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRATIVA, 73.660.391/0001-44, RECIFE/PE, 71000.066831/2011-53, 40583.

24)ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO, 06.789.418/0001-06, BLUMENAU/SP, 71000.070477/2015-95, 49654.

25)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CANTAGALO, 01.156.547/0001-43, CANTAGALO/PR, 71000.070543/2015-27, 49589.

26)AGENCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS CENTRAL BRASILEIRA, 15.355.260/0001-57, ARTUR NOGUEIRA/SP, 71000.070575/2015-22, 49594.

27)CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDECA, 08.941.567/0001-74, PALMAS/TO, 71000.072970/2011-16, 40479.

28)CRESCER PARA O FUTURO, 08.921.154/0001-28, ILHA COMPRIDA/SP, 71000.098617/2013-28, 40875.

29)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIRANGI, 05.888.076/0001-19, PIRANGI/SP, 71000.112931/2015-92, 49062.

30)ASSOCIAÇÃO LAR DOS IDOSOS PADRE GABRIEL, 36.401.784/0001-07, BOM JESUS DO NORTE/ES, 71000.112932/2015-37, 49507.

31)LAR DOS VELHOS DONA ALBERTINA SCHIMIDT DE PONTAL, 57.708.570/0001-58, PONTAL/SP, 71000.113006/2015-89, 49010.

32)SOCIEDADE BENEFICENTE E FILANTRÓPICA LAR OSCAR VARGAS, 04.421.164/0001-43, SANTO ANTONIO DA PATRULHA/RS, 71000.113026/2015-50, 49158.

33)ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL, 68.018.050/0001-30, SANTOS/SP, 71000.124867/2015-92, 49348.

34)ASSOCIAÇÃO JENIPAPENSE DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA, 03.235.662/0001-39, JENIPAPO DE MINAS/MG, 71000.124980/2015-78, 49494.

35)CENTRO ESPÍRITA MOACIR, 11.027.273/0001-46, RECIFE/PE, 71000.125098/2015-40, 49661.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA REGINA GONDIM FEITOZA

PORTARIA Nº 39, DE 03 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA ADJUNTA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as renovações de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo, número do parecer técnico e período de validade de certificação:

1)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTIAGO, 89.706.451/0001-52, SANTIAGO/RS, 71000.001209/2016-12, 49472, de 16/01/2016 a 15/01/2021.

2)CONSELHO PARTICULAR DE NEPOMUCENO DA SSVP, 19.084.458/0001-02, NEPOMUCENO/MG, 71000.001229/2016-85, 49523, de 10/03/2016 a 09/03/2021.

3)ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR EM ONCOLOGIA, 03.267.558/0001-26, NOVO HAMBURGO/RS, 71000.001343/2010-10, 37871, de 20/02/2010 a 19/02/2015.

4)SHD - SOCIEDADE HUMANA DESPERTAR, 00.958.354/0001-43, SUMARE/SP, 71000.001355/2015-59, 47302, de 18/07/2015 a 17/07/2018.

5)ASILO NOSSA SENHORA DA PIEDADE, 17.381.864/0001-01, BELO HORIZONTE/MG, 71000.001661/2016-76, 49725, de 09/03/2016 a 08/03/2019.

6)LAR SANTA MARIA, 48.609.838/0001-03, COTIA/SP, 71000.001673/2016-09, 49732, de 07/10/2016 a 06/10/2021.

7)CASA DA CRIANÇA DE CRAVINHOS, 47.405.923/0001-97, CRAVINHOS/SP, 71000.001715/2016-01, 49748, de 30/03/2016 a 29/03/2021.

8)RECANTO VICENTINO ABRIGO PARA VELHOS, 54.703.004/0001-65, DUARTINA/SP, 71000.001733/2016-85, 49762, de 13/04/2016 a 12/04/2021.

9)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MISSAL, 78.101.763/0001-16, MISSAL/PR, 71000.001739/2016-52, 49764, de 08/04/2016 a 07/04/2021.

10)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTINÓPOLIS, 51.815.421/0001-01, ALTINOPOLIS/SP, 71000.002821/2016-02, 49731, de 14/04/2016 a 13/04/2019.

11)ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO EDUCAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO EXCEPCIONAL, 43.487.834/0001-86, SAO PAULO/SP, 71000.052735/2015-51, 48605, de 21/12/2015 a 20/12/2018.

12)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VIDEIRA, 82.829.284/0001-98, VIDEIRA/SC, 71000.054798/2016-23, 49944, de 12/05/2017 a 11/05/2022.

13)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO BOM, 89.669.295/0001-05, CAMPO BOM/RS, 71000.054877/2016-34, 49885, de 28/04/2016 a 27/04/2021.

14)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TROMBUDO CENTRAL, 79.369.310/0001-38, TROMBUDO CENTRAL/SC, 71000.054879/2016-23, 49886, de 15/07/2016 a 14/07/2021.

15)PROJETO FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA, 11.333.200/0001-82, FORTALEZA/CE, 71000.054937/2016-19, 49861, de 13/04/2017 a 12/04/2020.

16)ASSOCIAÇÃO MINASNOVENSE DE PROMOÇÃO AO LAVRADOR E A INFÂNCIA DA ÁREA RURAL, 21.248.877/0001-76, MINAS NOVAS/MG, 71000.055028/2016-06, 49825, de 26/04/2016 a 25/04/2021.

17)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CRUZEIRO DO OESTE, 78.185.352/0001-56, CRUZEIRO DO OESTE/PR, 71000.070235/2015-00, 48413, de 04/09/2015 a 03/09/2020.

18)CONFERÊNCIA VICENTINA DE LAGES, 84.956.416/0001-78, LAGES/SC, 71000.070426/2015-63, 48939, de 02/10/2015 a 01/10/2018.

19)ASILO DE VELHOS JOSÉ FRANCO CRAVEIRO, 71.265.326/0001-99, SOCORRO/SP, 71000.070470/2015-73, 49166, de 30/10/2015 a 29/10/2020.

20)ASSOCIAÇÃO GUARDA MIRIM DE AMPARO, 51.301.331/0001-00, AMPARO/SP, 71000.070493/2015-88, 49216, de 09/11/2016 a 08/11/2021.

21)LAR DOS VELHINHOS DR. ADOLPHO BARRETTO, 52.506.110/0001-23, MOCOCA/SP, 71000.070532/2015-47, 49449, de 10/11/2016 a 09/11/2019.

22)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JESUÍTAS, 78.669.769/0001-94, JESUITAS/PR, 71000.070840/2015-72, 49470, de 01/04/2015 a 31/03/2020.

23)ASILO DE MENDICIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 51.316.222/0001-59, BRAGANCA PAULISTA/SP, 71000.071050/2015-12, 48508, de 13/07/2015 a 12/07/2018.

24)LAR FRATERNO DA ACÁCIA, 50.456.581/0001-49, JACAREI/SP, 71000.077057/2015-30, 48570, de 10/12/2015 a 09/12/2018.

25)PROJETO CRIANÇA FELIZ, 11.088.333/0001-30, FORTALEZA/CE, 71000.096168/2015-45, 48905, de 25/03/2016 a 24/03/2021.

26)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALIANÇA DO TOCANTINS, 02.796.432/0001-86, ALIANCA DO TOCANTINS/TO, 71000.096278/2015-15, 48808, de 21/08/2015 a 20/08/2020.

27)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVO HORIZONTE, 51.347.516/0001-48, NOVO HORIZONTE/SP, 71000.096330/2015-25, 49502, de 11/09/2015 a 10/09/2020.

28)CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO, 40.772.568/0001-45, MOSSORO/RN, 71000.112936/2015-15, 48868, de 02/10/2015 a 01/10/2018.

29)INSTITUTO DE AUDIÇÃO E TERAPIA DA LINGUAGEM, 75.506.295/0001-71, FLORIANOPOLIS/SC, 71000.113181/2015-76, 49172, de 12/06/2015 a 11/06/2020.

30)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE ITARANA, 01.023.093/0001-32, ITARANA/ES, 71000.113278/2015-89, 49306, de 10/11/2016 a 09/11/2021.

31)SOCIEDADE DE SANTO ANTONIO DE MOGI MIRIM, 54.673.207/0001-56, MOGI MIRIM/SP, 71000.113288/2015-14, 49204, de 19/11/2015 a 18/11/2020.

32)OBRA DO SALVADOR, 30.417.869/0001-05, CAMPOS DO GOYTACAZES/RJ, 71000.113306/2015-68, 49285, de 10/11/2016 a 09/11/2019.

33)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE REGISTRO, 44.304.095/0001-02, REGISTRO/SP, 71000.113339/2015-16, 49206, de 08/12/2015 a 07/12/2018.

34)APADEFI - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE VOLTA REDONDA, 30.654.511/0001-98, VOLTA REDONDA/RJ, 71000.124898/2015-43, 49605, de 10/12/2015 a 09/12/2020.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA REGINA GONDIM FEITOZA

PORTARIA Nº 40, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA ADJUNTA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)FUNDAÇÃO JUSTIÇA E PAZ SE ABRAÇARÃO, CNPJ 10.307.110/0001-54, SAO LUIS/MA, processo nº 71000.035507/2011-93, parecer técnico nº 41048/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

2)LAR VICENTINO OBRA UNIDA Á SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, CNPJ 02.415.429/0001-75, GUARATINGUETA/SP, processo nº 71000.044290/2011-11, parecer técnico nº 38156/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

3)SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE CABO VERDE, CNPJ 19.071.307/0001-01, CABO VERDE/MG, processo nº 71000.048220/2011-23, parecer técnico nº 41901/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

4)SOCIEDADE BENEFICENTE DE AMPARO AO IDOSO DE CRISSIUMAL - SBAIC, CNPJ 90.167.099/0001-03, CRISSIUMAL/RS, processo nº 71000.049668/2011-64, parecer técnico nº 41932/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

5)OBRAS ASSISTENCIAIS NOSSA SENHORA APARECIDA, CNPJ 20.159.240/0001-40, DIVINOPOLIS/MG, processo nº 71010.003024/2011-19, parecer técnico nº 41721/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

6)SOCIEDADE POUSADA DE LUZ LAR DO IDOSO, CNPJ 90.829.805/0001-35, BARRA DO RIBEIRO/RS, processo nº 71000.097588/2011-15, parecer técnico nº 42009/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

7)ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURAL DA ASSEMBLEIA DE DEUS, CNPJ 44.569.606/0001-18, TUPA/SP, processo nº 71010.000967/2012-62, parecer técnico nº 38616/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

8)CASA DA TERCEIRA IDADE SANTA ANA, CNPJ 02.754.818/0001-25, MONTES CLAROS/MG, processo nº 71000.103310/2011-94, parecer técnico nº 40282/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

9)LAR TORRES DE MELO, CNPJ 07.344.393/0001-08, FORTALEZA/CE, processo nº 71000.020721/2012-26, parecer técnico nº 41600/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

10)ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO IDOSO PADRE OLMIRO HARTMANN, CNPJ 10.898.012/0001-39, SANTO ANTONIO DAS MISSOES/RS, processo nº 71000.025081/2012-41, parecer técnico nº 38950/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

11)INSTITUTO DE AMPARO AO EXCEPCIONAL, CNPJ 87.178.760/0001-71, PORTO ALEGRE/RS, processo nº 71000.075234/2013-81, parecer técnico nº 41316/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

12)CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SUMARÉ, CNPJ 02.935.957/0001-55, LAGOA FORMOSA/MG, processo nº 71000.019960/2011-52, parecer técnico nº 40819/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

13)CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CAMPO BONITO, CNPJ 22.227.219/0001-60, LAGOA FORMOSA/MG, processo nº 71000.019965/2011-85, parecer técnico nº 40807/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

14)CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE ABELHA, CNPJ 00.211.335/0001-59, LAGOA FORMOSA/MG, processo nº 71000.019983/2011-67, parecer técnico nº 40802/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

15)CONSELHO CENTRAL DE CARATINGA, CNPJ 19.325.414/0001-19, CARATINGA/MG, processo nº 71010.002542/2011-15, parecer técnico nº 40780/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

16)ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE GUARAMIRIM, CNPJ 79.377.974/0001-49, GUARAMIRIM/SC, processo nº 71010.002567/2011-19, parecer técnico nº 39861/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

17)INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL PLANETA VERDE, CNPJ 01.217.721/0001-10, TAQUARITINGA/SP, processo nº 71010.002605/2011-25, parecer técnico nº 41241/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

18)ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA CRISTÃ DE PIRAPORA - ABC, CNPJ 25.213.372/0001-27, PIRAPORA/MG, processo nº 71000.049123/2011-58, parecer técnico nº 38988/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

19)UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE CURITIBANOS, CNPJ 01.020.462/0001-33, CURITIBANOS/SC, processo nº 71000.052024/2011-53, parecer técnico nº 38181/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

20)COMITÊ CONTRA A FOME E PELA MORADIA, CNPJ 02.207.105/0001-41, MANDIRITUBA/PR, processo nº 71000.066437/2011-15, parecer técnico nº 40726/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

21)UNIÃO DE MORADORES DE CORTE DE PEDRA, CNPJ 13.070.123/0001-40, PRESIDENTE TANCREDO NEVES/BA, processo nº 71000.080026/2011-32, parecer técnico nº 42049/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

22)ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL DE XANXERÊ - APAX, CNPJ 83.009.951/0001-59, XANXERE/SC, processo nº 71000.089215/2011-71, parecer técnico nº 39666/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

23)SOCIEDADE MUSICAL LIRA MATEENSE, CNPJ 27.381.441/0001-37, SAO MATEUS/ES, processo nº 71000.103303/2011-92, parecer técnico nº 41998/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

24)CONSELHO COMUNITÁRIO NOVA ESPERANÇA DE JACURUTU, CNPJ 21.370.267/0001-40, SALINAS/MG, processo nº 71000.038059/2012-61, parecer técnico nº 40795/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

25)ASSOCIAÇÃO PARA UMA JUVENTUDE PENSADORA E CONSTRUTORA DE CIDADANIA - A FÁBRICA, CNPJ 13.041.828/0001-30, SALINAS/MG, processo nº 71000.041499/2012-03, parecer técnico nº 40046/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

26)ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, CNPJ 25.222.969/0001-38, SALINAS/MG, processo nº 71000.041501/2012-36, parecer técnico nº 39844/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

27)ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO BANANAL, CNPJ 00.214.236/0001-20, SALINAS/MG, processo nº 71000.041510/2012-27, parecer técnico nº 39838/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

28)ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE DE COLATINA, CNPJ 27.147.297/0001-79, COLATINA/ES, processo nº 71000.041546/2012-19, parecer técnico nº 38902/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

29)ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS DE BURITIZINHO, CNPJ 00.839.847/0001-64, MIRABELA/MG, processo nº 71000.045670/2012-45, parecer técnico nº 38817/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

30)ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA VERTENTE, CNPJ 11.416.116/0001-22, MIRABELA/MG, processo nº 71000.045673/2012-89, parecer técnico nº 38808/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

31)CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE BARROCA D'ÁGUA, CNPJ 00.141.375/0001-71, MIRABELA/MG, processo nº 71000.045680/2012-81, parecer técnico nº 40805/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

32)ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORE DO VALE DO JEQUITINHONHA, CNPJ 38.522.231/0001-38, TURMALINA/MG, processo nº 71000.051509/2012-19, parecer técnico nº 39743/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33)ASSOCIAÇÃO BETANIA, CNPJ 78.488.855/0001-09, SAO JOSE DO CEDRO/SC, processo nº 71000.006738/2012-71, parecer técnico nº 38707/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

34)ASSOCIAÇÃO PHOENIX DE ESTUDOS E PESQUISAS CENTRO DE CONVIVÊNCIA, CNPJ 01.193.494/0001-30, PIRASSUNUNGA/SP, processo nº 71000.006893/2012-97, parecer técnico nº 40103/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

35)SERVIÇO INTERCONFESSIONAL DE ACONSELHAMENTO - SICA, CNPJ 92.963.156/0001-96, PORTO ALEGRE/RS, processo nº 71000.059771/2012-01, parecer técnico nº 41911/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

36)REDE DO CÂNCER DE LENÇÓIS PAULISTA, CNPJ 02.153.077/0001-27, LENCOIS PAULISTA/SP, processo nº 71000.069264/2012-78, parecer técnico nº 41866/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

37)ASSOCIAÇÃO HABITAT PARA A HUMANIDADE, CNPJ 65.171.860/0001-33, RECIFE/PE, processo nº 71000.069299/2012-15, parecer técnico nº 39932/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

38)INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA SOCIAL JOÃO CALVINO, CNPJ 03.963.875/0001-87, RIO DE JANEIRO/RJ, processo nº 71000.074594/2012-85, parecer técnico nº 41242/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

39)ASSOCIAÇÃO BRAÇONORTENSE DE AÇÃO SOCIAL, CNPJ 01.921.184/0001-95, BRACO DO NORTE/SC, processo nº 71000.074644/2012-24, parecer técnico nº 38714/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

40)GRUPO ESPÍRITA DA FRATERNIDADE IRMÃ SHEILLA, CNPJ 41.342.858/0001-11, JUAZEIRO DO NORTE/CE, processo nº 71000.076473/2012-78, parecer técnico nº 41138/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

41)SOCIEDADE UNIÃO PELOTENSE SÃO FRANCISCO DE PAULA ENTERRO POBRE, CNPJ 92.895.689/0001-88, PORTO ALEGRE/RS, processo nº 71000.116937/2012-96, parecer técnico nº 42020/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

42)SOCIEDADE ARAGUAIA PELO AMBIENTE, CULTURA, DESPORTO, DIVERSIDADE, EFEITOS HUMANOS, LIVRE ORIENTAÇÃO E EXPRESSÃO SEXUAL, SAÚDE, SEGURANÇA, TURISMO - SADHLOESTUR, CNPJ 02.082.293/0001-29, BARRA DO GARCAS/MT, processo nº 71000.121550/2012-51, parecer técnico nº 41927/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

43)PROVOPAR - AÇÃO SOCIAL, CNPJ 72.109.069/0001-69, TUPASSI/PR, processo nº 71000.121640/2012-42, parecer técnico nº 41844/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

44)ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL VÓ CHIQUINHA DE SUMARÉ - AAVOCHIS, CNPJ 04.405.721/0001-32, SUMARE/SP, processo nº 71000.123048/2012-85, parecer técnico nº 38603/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

45)UNIÃO DAS FAMÍLIAS MORADORAS DA VILA ESPERANÇA, CNPJ 04.681.481/0001-07, SAO LUIS/MA, processo nº 71000.123079/2012-36, parecer técnico nº 42044/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

46)INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOM CAMPELO - IASDOC, CNPJ 14.432.370/0001-02, RECIFE/PE, processo nº 71000.130047/2012-97, parecer técnico nº 41231/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

47)SOCIEDADE PELOTENSE DE ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E AUXÍLIOS AOS NECESSITADOS, CNPJ 92.240.167/0001-48, PELOTAS/RS, processo nº 71000.053485/2013-13, parecer técnico nº 42001/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

48)ASSOCIAÇÃO CULTURAL, MUSICAL E ARTÍSTICA SÃO VICENTE DE PAULO DE PIRAPORA, CNPJ 11.011.915/0001-19, PIRAPORA/MG, processo nº 71000.056525/2013-71, parecer técnico nº 38893/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

49)ASSOCIAÇÃO CASA SAGRADA FAMÍLIA, CNPJ 11.125.793/0001-91, PIEDADE DOS GERAIS/MG, processo nº 71000.087095/2013-39, parecer técnico nº 38754/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

50)ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE PRESIDENTE FIGUEIREDO, CNPJ 02.961.215/0001-02, PRESIDENTE FIGUEIREDO/AM, processo nº 71000.098686/2013-31, parecer técnico nº 39032/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

51)FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS GUAÇUANAS, CNPJ 61.712.287/0001-77, MOGI GUACU/SP, processo nº 71000.104400/2013-64, parecer técnico nº 40948/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

52)OBRA SOCIAL VILA APARECIDA, CNPJ 50.462.563/0001-70, TAUBATE/SP, processo nº 71000.121676/2013-15, parecer técnico nº 41712/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

53)CONFEDERAÇÃO DE IRMÃOS BENEFICENTES EVANGÉLICOS DE JUÍZ DE FORA, CNPJ 19.491.521/0001-17, JUIZ DE FORA/MG, processo nº 71000.121678/2013-04, parecer técnico nº 40761/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

54)CONSELHO CENTRAL DE PIUMHI DA SSVP, CNPJ 20.922.696/0001-10, PIUMHI/MG, processo nº 71000.003445/2015-84, parecer técnico nº 48676/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

55)ASSOCIAÇÃO DOS METALÚRGICOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE IPATINGA, CNPJ 21.028.535/0001-40, IPATINGA/MG, processo nº 71010.003022/2011-11, parecer técnico nº 39786/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas.

56)CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ALZIRA DE ALELUIA, CNPJ 06.065.394/0001-42, RIO DE JANEIRO/RJ, processo nº 71000.072942/2011-07, parecer técnico nº 40511/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

57)FUNDAÇÃO AVELAR BRANDÃO VILELA, CNPJ 16.406.522/0001-28, SALVADOR/BA, processo nº 71000.029809/2012-11, parecer técnico nº 40983/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

58)FUNDAÇÃO CULTURAL DE BELO HORIZONTE, CNPJ 17.228.685/0001-20, BELO HORIZONTE/MG, processo nº 71000.068369/2012-18, parecer técnico nº 41005/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

59)ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE REABILITAÇÃO, CNPJ 76.557.891/0001-43, CURITIBA/PR, processo nº 71000.081886/2012-74, parecer técnico nº 40052/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

60)INSTITUTO EXCELLENCE, CNPJ 05.436.371/0001-34, VITORIA/ES, processo nº 71000.084574/2013-01, parecer técnico nº 41276/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

61)ASSOCIAÇÃO PROVISÃO DE RADIODIFUSÃO E APOIO AO MENOR - APRAM, CNPJ 02.665.407/0001-63, ANAPOLIS/GO, processo nº 71000.098713/2013-76, parecer técnico nº 40137/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

62)FUNDAÇÃO RÁDIO E TV EDUCATIVA DE JUÍNA, CNPJ 03.435.449/0001-70, JUINA/MT, processo nº 71000.120076/2013-21, parecer técnico nº 41081/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

63)CASA LAR - LIONS CLUBE CAMPO GRANDE SUL, CNPJ 04.266.121/0001-30, CAMPO GRANDE/MS, processo nº 71000.121657/2013-81, parecer técnico nº 40367/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

64)COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE BRASÍLIA, CNPJ 00.097.790/0001-75, BRASILIA/DF, processo nº 71000.003221/2012-20, parecer técnico nº 40772/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social.

65)PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR - PROGRAMA PROVIDÊNCIA, CNPJ 02.394.511/0001-60, BRASILIA/DF, processo nº 71000.046623/2012-19, parecer técnico nº 41804/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social.

66)GRUPO RENASCER DA TERCEIRA IDADE, CNPJ 39.709.548/0001-40, RIO DE JANEIRO/RJ, processo nº 71000.059811/2012-15, parecer técnico nº 34989/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social.

67)ASSOCIAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO, CNPJ 33.522.996/0001-54, BRASILIA/DF, processo nº 71000.098749/2013-50, parecer técnico nº 39985/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas.

68)FUNDAÇÃO EVANGÉLICA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ 31.847.841/0001-62, VOLTA REDONDA/RJ, processo nº 71000.045164/2012-56, parecer técnico nº 41026/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas.

69)UNIÃO ESPÍRITA SUBURBANA, CNPJ 34.103.192/0001-83, RIO DE JANEIRO/RJ, processo nº 71000.047947/2011-93, parecer técnico nº 42064/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas.

70)ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EMPREENDEDORAS DE FLORESTA DO ARAGUAIA PA, CNPJ 02.162.264/0001-77, FLORESTA DO ARAGUAIA/PA, processo nº 71000.001401/2015-10, parecer técnico nº 47234/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

71)CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS, CNPJ 75.129.203/0001-70, CURITIBA/PR, processo nº 71000.003607/2015-84, parecer técnico nº 48848/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

72)ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE MARÍLIA, CNPJ 52.051.273/0001-69, MARILIA/SP, processo nº 71000.052660/2015-17, parecer técnico nº 48824/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

73)SOCIEDADE ESPÍRITA DISCÍPULOS DE JESUS, CNPJ 12.181.244/0001-05, MACEIO/AL, processo nº 71000.070464/2015-16, parecer técnico nº 49351/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

74)CENTRO COMUNITÁRIO DE VILA NOVA, CNPJ 00.212.311/0001-14, ARMAZEM/SC, processo nº 71000.070475/2015-04, parecer técnico nº 49196/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

75)INSTITUICAO ANTONIO FLORIANO ROSA FILHO, CNPJ 10.446.996/0001-17, MORRO AGUDO/SP, processo nº 71000.070760/2015-17, parecer técnico nº 47785/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

76)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAMARANDIBA, CNPJ 06.172.012/0001-80, ITAMARANDIBA/MG, processo nº 71000.077235/2015-22, parecer técnico nº 48833/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

77)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA AMÉLIA, CNPJ 09.085.393/0001-58, SANTA AMELIA/PR, processo nº 71000.096167/2015-09, parecer técnico nº 49046/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

78)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTO ARAGUAIA, CNPJ 15.943.517/0001-91, ALTO ARAGUAIA/MT, processo nº 71000.096221/2015-16, parecer técnico nº 49129/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

79)CENTRO DE EQUITAÇAO E EQUOTERAPIA DO SUL DE MINAS, CNPJ 09.182.496/0001-36, VARGINHA/MG, processo nº 71000.096270/2015-41, parecer técnico nº 47266/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

80)INSTITUTO VITORIA VIDA NOVA, CNPJ 12.405.862/0001-83, JUIZ DE FORA/MG, processo nº 71000.096331/2015-70, parecer técnico nº 49015/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

81)OBRA DAS FILHAS DO AMOR DE JESUS CRISTO, CNPJ 07.805.765/0001-48, FORTALEZA/CE, processo nº 71000.106109/2013-21, parecer técnico nº 41690/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

82)INSTITUTO DE AÇÃO COMUNITÁRIA, CNPJ 20.087.556/0001-74, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.124847/2015-11, parecer técnico nº 49230/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

83)ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL IRMÃS SACRAMENTINAS, CNPJ 86.441.953/0001-00, TUBARAO/SC, processo nº 71000.124966/2015-74, parecer técnico nº 49343/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

Art. 2º Indeferir o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)LAR DOS VELHOS SÃO CAMILO DE LELES, CNPJ 44.435.675/0001-39, BURITAMA/SP, processo nº 71000.086433/2011-53, parecer técnico nº 45592/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

2)ASSOCIAÇÃO ESPIRITA BENEFICENTE PAULO DE TARSO, CNPJ 59.904.458/0001-18, SAO JOSE DO RIO PARDO/SP, processo nº 71000.120324/2014-15, parecer técnico nº 46927/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

3)SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO - CONSELHO CENTRAL DE BAGÉ, CNPJ 87.418.943/0001-17, BAGE/RS, processo nº 71000.139191/2014-51, parecer técnico nº 46148/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

4)SELETA SOCIEDADE CARITATIVA E HUMANITÁRIA, CNPJ 15.452.212/0001-87, CAMPO GRANDE/MS, processo nº 71000.056956/2010-94, parecer técnico nº 46709/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

5)RIO VOLUNTÁRIO, CNPJ 02.110.927/0001-00, RIO DE JANEIRO/RJ, processo nº 71000.044263/2011-30, parecer técnico nº 45996/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

6)FUNDAÇÃO ODEBRECHT, CNPJ 15.116.155/0001-65, SALVADOR/BA, processo nº 71000.066428/2011-24, parecer técnico nº 45222/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

7)OBRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL GASPAR DA SILVA ARAÚJO, CNPJ 33.311.143/0001-73, RIO DE JANEIRO/RJ, processo nº 71000.091468/2014-57, parecer técnico nº 45837/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

8)ASSOCIAÇAO BENEFICENTE LEVANTA-TE E ANDA, CNPJ 03.045.427/0001-02, VARGINHA/MG, processo nº 71000.043291/2015-63, parecer técnico nº 47527/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

9)APAE DE MATIPÓ, CNPJ 26.220.376/0001-03, MATIPO/MG, processo nº 71000.070232/2015-68, parecer técnico nº 47967/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua no âmbito da assistência social.

10)SERVICO DE OBRAS SOCIAIS DE APIAI, CNPJ 45.438.926/0001-00, APIAI/SP, processo nº 71000.115975/2009-26, parecer técnico nº 38012/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

11)ASSOCIACAO JACUTINGUENSE DE PROTECAO A CRIANCA, CNPJ 21.430.061/0001-69, JACUTINGA/MG, processo nº 71000.112452/2012-23, parecer técnico nº 44289/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

12)ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE DEFICIENTES FISICOS, CNPJ 79.366.035/0001-07, BLUMENAU/SC, processo nº 71000.091571/2014-05, parecer técnico nº 42909/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

13)CONGREGAÇÃO MEKOR HAIM, CNPJ 62.365.655/0001-10, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.139260/2014-26, parecer técnico nº 44981/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

14)PROVÍNCIA DOS CAPUCHINHOS DE SÃO PAULO, CNPJ 60.520.061/0001-01, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.139102/2014-76, parecer técnico nº 46931/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

15)ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO DO RECIFE, CNPJ 11.027.562/0001-45, RECIFE/PE, processo nº 71000.134316/2014-56, parecer técnico nº 46796/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não atua no âmbito da assistência social.

16)LAR SÃO JOSE, CNPJ 43.353.820/0001-70, DIADEMA/SP, processo nº 71000.001656/2015-82, parecer técnico nº 47419/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

17)LAR REDENÇÃO, CNPJ 62.831.383/0001-05, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.012563/2014-01, parecer técnico nº 47591/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

18)MOCIDADE ESPÍRITA CORINA NOVELINO, CNPJ 20.059.267/0001-61, CONQUISTA/MG, processo nº 71000.042869/2015-64, parecer técnico nº 48811/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

19)ASSOCIAÇAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS GOTA DE ORGULHO, CNPJ 25.103.904/0001-73, GOIANIA/GO, processo nº 71000.042907/2015-89, parecer técnico nº 47502/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

20)NÚCLEO DE REABILITAÇÃO DO EXCEPCIONAL SÃO VICENTE DE PAULO, CNPJ 64.042.740/0001-73, SANTOS/SP, processo nº 71000.052691/2015-60, parecer técnico nº 47970/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

21)CENTRO SOCIAL BETESDA, CNPJ 07.834.856/0001-01, FORTALEZA/CE, processo nº 71000.070334/2015-83, parecer técnico nº 48781/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

22)ASSOCIAÇÃO MENORES COM CRISTO, CNPJ 40.970.592/0001-99, GUARABIRA/PB, processo nº 71000.096300/2015-19, parecer técnico nº 49568/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

23)ASSOCIAÇÃO DOISCORREGUENSE DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA -ADEA, CNPJ 44.519.692/0001-54, DOIS CORREGOS/SP, processo nº 71000.124854/2015-13, parecer técnico nº 49298/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

Art. 3º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão, sem efeito suspensivo.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil acerca dos indeferimentos relacionados no art. 2º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA REGINA GONDIM FEITOZA

PORTARIA Nº 41, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA ADJUNTA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria n° 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1038/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.106091/2013-67, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.106091/2013-67.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 04/2016 art.1º item 57 de 29/01/2016, publicada no Diário Oficial da União de 02/02/2016, que indeferiu o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Ação Social Ibitiurense, CNPJ: 25.646.837/0001-33, com sede em Ibitiura de Minas/MG, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação, nos termos do art.5º do Decreto nº 8.242/2014

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria SNAS nº 04/2016 art.1º item 57 de 29/01/2016, publicada no Diário Oficial da União de 02/02/2016.

MÔNICA REGINA GONDIM FEITOZA

PORTARIA Nº 42, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA ADJUNTA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria n° 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1068/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.052298/2015-76, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.052298/2015-76.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 24/2016 item 23 de 30/03/2016, publicada no Diário Oficial da União de 06/04/2016, que indeferiu o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guarapuava, CNPJ: 75.643.585/0001-67, com sede em Guarapuava/PR, com validade 01/01/2016 a 31/12/2018, nos termos do art.5º do Decreto nº 8.242/2014

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria SNAS nº 24/2016 item 23 de 30/03/2016, publicada no Diário Oficial da União de 06/04/2016.

MÔNICA REGINA GONDIM FEITOZA

PORTARIA Nº 43, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA ADJUNTA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1037/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.048167/2011-61, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.048167/2011-61.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS/MDS nº 04/2016 art. 1º item 22 de 29/01/2016, publicada no Diário Oficial da União de 02/02/2016, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Grupo Fraterno de Assistência Social, CNPJ: 02.922.060/0001-97, com sede em Goiânia/GO, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação, nos termos nos termos do art.5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria SNAS/MDS nº 04/2016 art. 1º item 22 de 29/01/2016, publicada no Diário Oficial da União de 02/02/2016.

MÔNICA REGINA GONDIM FEITOZA

PORTARIA Nº 44, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA ADJUNTA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1043/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.041433/2013-96, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.041433/2013-96.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS/MDS nº 15, art. 1º item 27 de 04/03/2016, publicada no Diário Oficial da União de 08/03/2016, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Lar São Vicente de Paulo de Rosário do Ivaí, CNPJ: 78.604.758/0001-26, com sede em Rosário do Ivaí/PR, com validade de 03 (três) anos, a contar da data desta publicação, nos termos nos termos do art.5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada o item 1 da Portaria SNAS/MDS nº 15, art. 1º item 27 de 04/03/2016, publicada no Diário Oficial da União de 08/03/2016.

MÔNICA REGINA GONDIM FEITOZA

PORTARIA Nº 45, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA ADJUNTA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria n° 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1044/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.076866/2015-24, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.076866/2015-24.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 15 art. 2º item 7 de 04/03/2016, publicada no Diário Oficial da União de 08/03/2016, que indeferiu o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Sociedade Abrigo Pão aos Pobres, CNPJ: 91.368.720/0001-60, com validade de 17/07/2015 a 16/07/2020, nos termos do artigo 5º, §1º do Decreto nº 8.242/2014

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o artigo 24, § 1º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria SNAS nº 15 art. 2º item 7 de 04/03/2016, publicada no Diário Oficial da União de 08/03/2016.

MÔNICA REGINA GONDIM FEITOZA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

CONSULTA PÚBLICA Nº 19, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial - Substituto - do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de TERMINAL DE TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA DE DÉBITO E CRÉDITO.

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço:

http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3335

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic,gov.br, mcti.ppb@mcti.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

IGOR NOGUEIRA CALVET

CONSULTA PÚBLICA Nº 20, DE 03 DE JUNHO DE 2016

O Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial - Substituto - do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de DVD (Digital Versatil Disc).

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço:

http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3335

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic,gov.br, mcti.ppb@mcti.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 67, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1o da Portaria MDIC nº 267, de 30 de atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001267/2016-04, de 20 de abril de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000822/2016-50, de 5 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa INDUSTRA TECHNOLOGIES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 57.478.612/0001-01, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PRODUTO	MODELOS
Aparelho eletromédico de fototerapia via luz intensa pulsada e laser, baseado em técnica digital.	Etherea MX.
Manípulo aplicador de luz intensa pulsada para aparelho eletromédico baseado em técnica digital.	IPL-sq; IntenseIR.
Manípulo aplicador de laser para aparelho eletromédico baseado em técnica digital.	1064 LongPulse; 1340 ProDeep; 1540 GoSmooth; 2940 DualMode; Acroma QS,

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 131, de 6 de março de 2009.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 68, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL-SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1o da Portaria MDIC nº 267, de 30 de atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001372/2016-35, de 04 de maio de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000818/2016-91, de 05 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa Flextronics International Tecnologia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 74.404.229/0005-51, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Módulo Controlador de Painéis Fotovoltáicos	SELF POWERED CONTROLLER; MODULO DE CONTROLE DE INCLINAÇÃO DE PAINEIS FOTOVOLTAICOS; CONTROLLER NEXTRACKER SPC (SELF POWERED CONTROLLER)

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 073, de 30 de janeiro de 2002.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 69, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL-SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1o da Portaria MDIC nº 267, de 30 de atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001372/2016-35, de 04 de maio de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000818/2016-91, de 05 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa Flextronics International Tecnologia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 74.404.229/0002-09, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Módulo Controlador de Painéis Fotovoltáicos	SELF POWERED CONTROLLER; MODULO DE CONTROLE DE INCLINAÇÃO DE PAINEIS FOTOVOLTAICOS; CONTROLLER NEXTRACKER SPC (SELF POWERED CONTROLLER)

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 760, de 13 de dezembro de 2001.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 70, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL-SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001237/2016-90, de 18 de abril de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000735/2016-01, de 19 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa Advansat Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 06.154.366/0001-00, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Antenas com refletores parabólicos para.	ADV-ADTH-60-01; ADV-ADTH-60-01-K; ADV-ADTH-75-01; ADV-ADTH-75-01-K; ADV-ADTH-90-01; ADV-ADTH-90-01-K; ADV-ADTH-15-01; ADV-ADTH-15-01-K; ADV-ADTH-60-02;
transmissão e recepção de sinais terrestres.	ADV-ADTH-60-02-K; ADV-ADTH-75-02; ADV-ADTH-75-02-K; ADV-ADTH-90-02; ADV-ADTH-90-02-K; ADV-ADTH-15-02; ADV-ADTH-15-02-K; ADV-ADTH-60-01-5; ADV-ADTH-60-
	01-K-5; ADV-ADTH-75-01-5; ADV-ADTH-75-01-K-5; ADV-ADTH-90-01-5; ADV-ADTH-90-01-K-5; ADV-ADTH-15-01-5; ADV-ADTH-15-01-K-5; ADV-ADTH-60-02-5; ADV-ADTH-60-02-K-5;
	ADV-ADTH-75-02-5; ADV-ADTH-75-02-K-5; ADV-ADTH-90-02-5; ADV-ADTH-90-02-K-5; ADV-ADTH-15-02-5; ADV-ADTH-15-02-K-5

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 266, de 31 de março de 2016.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 71, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001308/2016-54, de 26 de abril de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000756/2016-18, de 26 de abril de 2016, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa RS Indústria Eletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 18.836.779/0001-45, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Aparelho para coleta de dados com função de controle de acesso e de frequência, baseado em técnica digital.	DATAREP C/BIO; DATAREP S/BIO; MINIREP C/BIO; MINIREP S/BIO; DATASET C/BIO; DATASET S/BIO; DATAPASS C/BIO; DATAPASS S/BIO.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 72, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001306/2016-65, de 26 de abril de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000754/2016-29, de 26 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa RS Indústria Eletrônica Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 18.836.779/0001-45, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Sirene para centrais de alarmes.	DP100; DP100-FONE; DP100MAX; DP100MAX-FONE; DP150; DP150-FONE; DP200; DP200-FONE; DP300; DP500; DP1000; DP2000.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 73, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL-SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01200.001476/2016-40, de 13 de maio de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000862/2016-00, de 16 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa RS INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 18.836.779/0001-45, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivo modelo:

PRODUTO	MODELO
Aparelho eletrônico de sinalização visual a diodo emissor de luz (LED).	DPLUX

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 74, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001383/2016-15, de 5 de maio de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000825/2016-93, de 5 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 74.404.229/0005-51, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Dispositivos de Armazenamento Não-Volátil de Dados a Base de Semicondutores, dispositivo de estado sólido (SSD).	SSD; SSD eMMC; SSD eMMC NH4BU0J; SSD eMMC NH4BT58; SSD eMMC NH4BT68; SSD eMMC 5.0, SK eNAND 1xnm; SSD eMMC 5.0, Pro Class2000 16nm.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 073, de 30 de janeiro de 2002.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 75, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001383/2016-15, de 5 de maio de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000825/2016-93, de 5 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 74.404.229/0002-09, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Dispositivos de Armazenamento Não-Volátil de Dados a Base de Semicondutores, dispositivo de estado sólido (SSD).	SSD; SSD eMMC; SSD eMMC NH4BU0J; SSD eMMC NH4BT58; SSD eMMC NH4BT68; SSD eMMC 5.0, SK eNAND 1xnm; SSD eMMC 5.0, Pro Class2000 16nm.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 760, de 13 de dezembro de 2001.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 76, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL-SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001419/2016-61, de 10 de maio de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000837/2016-18, de 10 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa BRASFORMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 57.443.988/0001-80, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Antena linear para recepção de sinal terrestre de TV digital.	ANTENA SL-1600; ANTENA SL-2800; ANTENA SL-3800; ANTENA SL-2800K; ANTENA SL-1600 PLUS; ANTENA SL-2800 PLUS; ANTENA SL-3800 PLUS; ANTENA SL-2800K PLUS; ANTENA SHD-8000; ANTENA SHD-8000K.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 77, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL-SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1o da Portaria MDIC nº 267, de 30 de atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01200.001502/2016-30, de 17 de maio de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000871/2016-92, de 17 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa CataMoeda Pesquisa e Desenvolvimento de Máquinas S/A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 16.605.674/0001-50, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Máquina de auto atendimento para coletar e contar numerários	CATACASH ONE; CATACASH CEM; CATACASH MILLE; CAIXA FACIL; CAIXA FACIL SMART; CAIXA FACIL PLUS; CAIXA FACIL MEGA.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 627, de 13 de junho de 2014.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 78, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL-SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001384/2016-60, de 05 de maio de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000824/2016-49, de 05 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa Safesoft Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 05.728.496/0002-19, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Aparelho com display para interface com condutor para receber e enviar mensagens limitadas, com técnica digital.	PDP.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 889, de 12 de setembro de 2013.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 79, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL-SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1o da Portaria MDIC nº 267, de 30 de atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01200.001408/2016-81, de 09 de maio de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000835/2016-29, de 10 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa PERTO S/A PERIFERICOS PARA AUTOMAÇÃO, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 92.080.035/0001-04, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Impressora Térmica	PERTO PRINTER; PERTO PRINTER AUTENTICADORA

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 835, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 80, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL-SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01200.001454/2016-80, de 12 de maio de 2016, e no processo MDIC nº 52001.000850/2016-77, de 12 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa GASOMAX LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 03.548.888/0001-90, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Microfiltro para internet xDSL	F2T2; F2T1; PLT2, F2T2-PLT2
Protetor contra surto de energia e telefonia	P1-D

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 13, DE 31 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no inciso I, do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04972.001214/2004-07 resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita, ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, do imóvel que é constituído por 14 terrenos de marinha com área conjunta de 13.597,16m² e de um terreno de acrescido de marinha de 136.729,12 m² de área totalizando a cessão em 150.326,28m² de área, situados todos os imóveis na orla marítima da Praia do Matadouro entre a Ponte Hercílio Luz e Ponta do Leal, Bairro Estreito e Balneário, no Município de Florianópolis.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à regularização de complexo viário construído sobre aterro hidráulico contendo pistas de rolamento, estacionamentos públicos, ciclovias e calçadas. Além disso é prevista a implantação de uma praça com quadras poliesportivas para uso aberto e gratuito pela comunidade com 17.825,34m² e de uma creche com 5.698,91m², ambas sub áreas de Acrescido de Marinha.

Art. 3º O prazo da cessão de uso, sob a forma de utilização gratuita será pelo prazo de 20 (Vinte) anos contados da data da assinatura do respectivo contrato de cessão, podendo ser prorrogado por iguais períodos e sucessivos períodos, a critério e conveniência desta Superintendência.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explicita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A licença Ambiental de Operação é de responsabilidade do Município, devendo a mesma ser apresentada à SPU/SC sempre que renovada pelo órgão ambiental competente.

Art. 6º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o outorgado cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula constante do competente Contrato de Cessão de Uso Gratuito.

Art. 7º Fica o outorgado cessionário obrigado a manter no imóvel, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU n º 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JOSÉ DOS SANTOS

PORTARIA Nº 14, DE 31 DE MAIO DE 2016

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2º , da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no parágrafo 3º, do art. 79, do D.L. nº 9.760, de 05 de setembro de 1946, c/c o inciso II, do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04972.001232/2015-33, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita, ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, do imóvel de domínio da União, imóvel constituído por terreno acrescido de marinha, medindo 1.736,00m2, situado na Av. Jorge Lacerda, Costeira do Pirajubaé, na Cidade de Florianópolis/SC.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à implantação de um Posto de Entrega Voluntária (PEV) de Resíduos da Construção Civil, que integrará a rede de PEVs, a qual objetiva promover a gestão ambientalmente adequada dos resíduos de construção, demolição e podas

Art. 3º O prazo da cessão será de vinte anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato de cessão podendo ser prorrogado por iguais períodos e sucessivos períodos, a critério e conveniência desta Superintendência.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explicita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A implantação de quaisquer obras no referido imóvel fica condicionada ao cumprimento das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 6º A cessão tornar-se nula, independentemente de ato especial, sem direito o outorgado cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula constante do competente Contrato de Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita.

Art. 7º Fica o outorgado cessionário obrigado a manter no imóvel, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU n º 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JOSÉ DOS SANTOS

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 3 de junho de 2016

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0163/2016 de 31/05/2016, 0166/2016 de 01/06/2016 e 0168/2016 de 02/06/2016, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47039004716201688 Empresa: FUNDACAO VALE DO TAQUARI DE EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FUVATES Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: FAUSTINO PATIÑO CAMBEIRO Passaporte: AAF399595 Mãe: CONSUELO CAMBEIRO MAYO Pai: FAUSTINO PATIÑO BARBEITO.

Temporário - Com Contrato - RN 98 - Resolução Normativa, de 14/11/2012:

Processo: 47039004701201610 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: até 31/12/2016 Estrangeiro: Eamon Patrick Leonard Passaporte: BA781317 Mãe: Maryellen Nelson Pai: Patrick William Leonard.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039004278201658 Empresa: ST. NICHOLAS ANGLO BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA. - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rachel Mary Hoyle Passaporte: 518489618 Mãe: Michele Maria Hoyle Pai: Michael Dennis Hoyle; Processo: 47039004282201616 Empresa: ST. NICHOLAS ANGLO BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA. - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: James Robert David Browning Passaporte: 518389695 Mãe: Helen Anne Browning Pai: Nigel Peter Browning; Processo: 47039004330201676 Empresa: EUROFINS DO BRASIL ANALISES DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YELKO RODRIGUEZ CARRASCO Passaporte: AAJ587268 Mãe: MARIA FRANCISCA CARRASCO INGLÉS Pai: JUAN MANUEL RODRÍGUEZ GÓMEZ; Processo: 47039004390201699 Empresa: SCRI - SERVICOS CORPORATIVOS DE RESTAURANTES INTERNACIONAIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sergio Millan Cisneros Passaporte: G09180906 Mãe: MARIA ELENA CISNEROS GUZMAN Pai: CRUZ MILLAN FLORES; Processo: 47039002203201632 Empresa: FUNDACAO DE BENEFICENCIA HOSPITAL DE CIRURGIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOMÁS MENDES Passaporte: C00014434 Mãe: FATU GOMES Pai: SAM MENDES; Processo: 47039002989201698 Empresa: KPMG CORPORATE FINANCE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHIKO KANAUCHI Passaporte: TR5707216 Mãe: TERUKO YAMAMOTO Pai: TOSHIHIKO YAMAMOTO; Processo: 47039003203201650 Empresa: CHINA TELECOM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WEIRONG YAN Passaporte: PE0465967 Mãe: SHAOE LI Pai: CHIAN YAN; Processo: 47039003534201690 Empresa: J.F. SPORTS IND. E COM. DE VESTUARIO ESPORTIVO LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jacek Polec Passaporte: ED 7597177 Mãe: Maria Polec Pai: Julian Polec; Processo: 47039003569201629 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marc ten Berg Passaporte: BDL3H23L5 Mãe: Anna Maria ten Berg-Vlug Pai: Petrus Hendrik Mathias Maria; Processo: 47039003644201651 Empresa: DAPIAL 2000 LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEFANO MARIA PECORARO Passaporte: AA2014501 Mãe: LUIGIA GRILLO Pai: CALOGERO PECORARO; Processo: 47039003689201626 Empresa: STEPHANIE BRAUN DINIZ Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMMA AJESTA CATALAN Passaporte: EB8164893 Mãe: EMERENCIA BLANCO AJESTA Pai: ROGELIO BENCALO AJESTA; Processo: 47039003703201691 Empresa: CYRILLE LAURENT OLIVIER SCHROEDER Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LILIAN SANTILLAN MEJOS Passaporte: EB3741931 Mãe: LYDIA AURELIO LEGASPI Pai: SALVADOR JR BACAOCOSANTILLAN; Processo: 47039003718201650 Empresa: ASSOCIACAO DO COLEGIO COLONIA HOLANDESA - EDUCACAO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO DE ARAPOTI Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Stephanie Zanen Passaporte: NT1BK16P4 Mãe: Gerrie van Bennekom Pai: Willem Jacobus Zanen; Processo: 47039004151201639 Empresa: PILOT PEN DO BRASIL S A INDUSTRIA E COMERCIO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YASUHIRO SUZUKI Passaporte: TR5658377 Mãe: KEIKO SUZUKI Pai: KUNISHIGE SUZUKI; Processo: 47039004196201611 Empresa: FUNDACAO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Tommaso Oggian Passaporte: AA3571298 Mãe: Ippolita Castellarin Pai: Efrem Oggian; Processo: 47039004295201695 Empresa: SOMAGUE ENGENHARIA S.A. DO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL JORGE GOMES CALDAS Passaporte: H682342 Mãe: MARIA ALICE PEREIRA GOMES FERNANDES DA SILVA Pai: MANUEL CALDAS FERNANDES DA SILVA; Processo: 47039004292201651 Empresa: CENTRO DE PESQUISAS AVANCADAS WERNHER VON BRAUN Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO JOSE AVILEZ BERMUDEZ Passaporte: 081328615 Mãe: NORA JOSEFINA BERMUDEZ SINGH Pai: WILFREDO ANTONIO AVILEZ GARCIA; Processo: 47039004297201684 Empresa: CENTRO DE PESQUISAS AVANCADAS WERNHER VON BRAUN Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN CARLOS VELASQUEZ ODIERNO Passaporte: 073347091 Mãe: TIBISAY DEL VALLE ODIERNO HERRERA Pai: JUAN JO-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SE VELASQUEZ BRITO; Processo: 47039004302201659 Empresa: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAURICIO RODOLFO VALDEZ CARDENAS Passaporte: 389025 Mãe: ZAIDA CARDENAS ERGUETA Pai: MIGUEL VALDEZ VELAZQUEZ; Processo: 47039004305201692 Empresa: CASAIS BRASIL, ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Manuel Vilela de Araújo Passaporte: N948184 Mãe: Rosa Cerqueira Vilela Pai: João da Mota Araújo; Processo: 47039004311201640 Empresa: ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUSTAVO EDUARDO MATA DA CORTE Passaporte: 129073226 Mãe: ERUNDINA CORTE Pai: OMAR EDUARDO MATA; Processo: 47039004317201617 Empresa: SOCIEDADE BAIXO MADALENA LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO MAIOLICA Passaporte: YA0225241 Mãe: MARIA LUISA SIMONETTI Pai: SANTO MAIOLICA; Processo: 47039004324201619 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TORU AKAI Passaporte: TR5584487 Mãe: Asami Akai Pai: Akira Akai; Processo: 47039004325201663 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAZUHIRO KISHIDA Passaporte: TH7426959 Mãe: YASUKO KISHIDA Pai: MINORU KISHIDA; Processo: 47039004326201616 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Shinjiro Nakatsuka Passaporte: MS9651169 Mãe: Reiko Nakatsuka Pai: Isaburo Nakatsuka; Processo: 47039004331201611 Empresa: PAN AMERICAN CHRISTIAN ACADEMY Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALYSSA DANIELLE PRITCHETT Passaporte: 528090388 Mãe: Kimberlee Renea Pritchett Pai: John Randall Pritchett; Processo: 47039004342201609 Empresa: THE BOSTON CONSULTING GROUP (BRASIL) LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA JOÃO CARDOSO SENRA CAMPELO Passaporte: N087487 Mãe: MARIA DA CONCEIÇÃO CARDOSO FERNANDES CAMPELO Pai: JOSÉ SENRA CAMPELO; Processo: 47039004350201647 Empresa: CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: QI LU Passaporte: E05765875 Mãe: GUO XIANRONG Pai: LU WENZHOU; Processo: 47039004361201627 Empresa: TOYO MATIC AEROSPACE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Martha Xiomara Prato Valero Passaporte: AR607820 Mãe: MARTHA VALERO DE PRATO Pai: RUBEN DARIO PRATO CASTILLO; Processo: 47039004363201616 Empresa: ELEVOLUTION - ENGENHARIA, S.A. DO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jair da Costa Passaporte: M211589 Mãe: Augusta da Costa Pai: não consta; Processo: 47039004374201604 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VICTOR MARIO VILLAGRAN Passaporte: 545933199 Mãe: VICTORIA MARTINEZ Pai: VINCENT CALISTRO VILLAGRAN; Processo: 47039004376201695 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: QILIN GUANG Passaporte: E55414486 Mãe: SHENGYONG LUO Pai: CHENGNENG GUANG; Processo: 47039004378201684 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WENPENG XIAO Passaporte: G49516047 Mãe: YUYING GAO Pai: QIHE XIAO; Processo: 47039004379201629 Empresa: A ASSOCIACAO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: REBECCA CLAIRE HICKOK Passaporte: 523607865 Mãe: Cecilia Theresa Barrett Pai: Larry Russell Hickok.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039004657201648 Empresa: PALOMA TEIXEIRA CUNHA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: PALOMA TEIXEIRA CUNHA Passaporte: PTC2112; Processo: 47039003379201610 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRYAN LIM KOK MENG Passaporte: E4401025K; Processo: 47039003475201650 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FENG MIN Passaporte: E 31408994; Processo: 47039003478201693 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHUAI GUO Passaporte: E 25433881; Processo: 47039003901201655 Empresa: POWER SOLUTIONS BRASIL SISTEMAS DE AUTOMACAO E POTENCIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: nuno filipe carneiro pinto Passaporte: M419622; Processo: 47039003968201690 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAOLO CORSINI Passaporte: YA6145520; Processo: 47039003969201634 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FEDERICO IBERTI Passaporte: YA5181598; Processo: 47039003972201658 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIANLUCA MATTIS Passaporte: AA2735112; Processo: 47039003973201601 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LORENZO BOTTA Passaporte: YA5187539; Processo: 47039003994201618 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NOELIA GARCIA CID Passaporte: PAC150848; Processo: 47039003993201673 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HORACIO MODESTO TUNQUE TAYPE Passaporte: 6972588; Processo: 47039003997201651 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAVIER CHOCARRO LOPEZ Passaporte: PAC186772; Processo: 47039003998201604 Empresa: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHOUQUAN JING Passaporte: E11403046; Processo: 47039004003201614 Empresa: T.D. WILLIAMSON DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAIME JESUS ALAMILLO RICO Passaporte: G06367450; Processo: 47039004008201647 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATS BERTIL RAMQVIST Passaporte: 445708551; Processo: 47039004046201608 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NAMIL KIM Passaporte: M74220757; Processo: 47039004048201699 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GI SEOK LEE Passaporte: M27118593; Processo: 47039004050201668 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHUNHAN KIM Passaporte: M13164906; Processo: 47039004052201657 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONGCHANG LEE Passaporte: M78485906; Processo: 47039004060201601 Empresa: TEC SERVICE 1515 SERVICOS ELETROMECANICOS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YASSER M ELDEBEISI Passaporte: 506263836; Processo: 47039004059201679 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEAN-BAPTISTE, CHRISTOPHE BOUGLOUAN Passaporte: 13AA06470; Processo: 47039004091201654 Empresa: PMU BRASIL ENTRETENIMENTO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Balthazar Louis Benoit João Chupin Passaporte: 09PP58662; Processo: 47039004107201629 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDWIN PERCY ARANGO HUACHO Passaporte: 6925868; Processo: 47039004106201684 Empresa: AK OPERACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS HALLINGSTAD Passaporte: 26656101; Processo: 47039004108201673 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIEGO VIANA VILLEGAS Passaporte: AAF300750; Processo: 47039004114201621 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARKUS MUENDLER Passaporte: P7918845; Processo: 47039004158201651 Empresa: MAYEKAWA DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOSHIMICHI MATSUMOTO Passaporte: TK 3.358.508; Processo: 47039004170201665 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RUI MANUEL MARTINS DA SILVA Passaporte: P096449; Processo: 47039004171201618 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JURGEN ZIMMERMANN Passaporte: C9G526CN7; Processo: 47039004179201676 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEBASTIÁN IGNACIO ALEA ALLENDE Passaporte: P05400639; Processo: 47039004180201609 Empresa: GOLDER ASSOCIATES BRASIL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Libor Nikl Passaporte: QF235779; Processo: 47039004181201645 Empresa: GOLDER ASSOCIATES BRASIL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Kyle Houston Knopff Passaporte: QD188334; Processo: 47039004182201690 Empresa: GOLDER ASSOCIATES BRASIL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jean Philippe Bechtold Passaporte: GB413223; Processo: 47039004186201678 Empresa: SUPERIOR ENERGY SERVICES - SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RUDIANSYAH Passaporte: A7868925; Processo: 47039004205201666 Empresa: ENGINEERING DO BRASIL S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIRCO TUFONI Passaporte: YA8661774; Processo: 47039004208201608 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 07/03/2017 Estrangeiro: JEAN-BAPTISTE PAUL MARC RENOUX Passaporte: 12AX29606; Processo: 47039004210201679 Empresa: ENGINEERING DO BRASIL S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ORESTE IELA Passaporte: YA7527886; Processo: 47039004230201640 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMASZ MACIEJ ANCINSKI Passaporte: EH9611215; Processo: 47039004232201639 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAARTEN WILBERT KLOP Passaporte: BJHRC9966; Processo: 47039004233201683 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MACIEJ ADAM BOWDUR Passaporte: EJ6925540; Processo: 47039004235201672 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAKUB MATEUSZ KRAJ Passaporte: EJ8900695; Processo: 47039004236201617 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KRYSTIAN KAZIMIERZ KULA Passaporte: AV8258499; Processo: 47039004238201614 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: até 24/01/2017 Estrangeiro: GUANYING LI Passaporte: G32288120.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041001655201658 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: Efren Jr. Provendido Aljo Passaporte: EC6869723; Processo: 47041001656201601 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2018 Estrangeiro: Dimitrios Manolakis Passaporte: AN0742238 Estrangeiro: Georgios Giomelos Passaporte: AM0640566 Estrangeiro: Panteleimon Mathioudis Passaporte: AN0667628 Estrangeiro: Paraschos Manolakis Passaporte: AN1009097 Estrangeiro: Stylianos Chatzipanagiotou Passaporte: AM1439712; Processo: 47041001659201636 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dingo Paolo Cuizon Eamiguel Passaporte: EB6755917; Processo: 47041001682201621 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/03/2018 Estrangeiro: Johnson Collyer Russo Passaporte: EC7189425; Processo: 47041001683201675 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Georgios Mousouliotis Passaporte: AI2096498; Processo: 47041001684201610 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/07/2018 Estrangeiro: Elizandro Batulay Yulo Passaporte: EC1592590; Processo: 47041001685201664 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Emzar Giorgadze Passaporte: 10AB73016; Processo: 47041001686201617 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: REY ALLAN AQUINO TAMONDONG Passaporte: EB5805636 Estrangeiro: Ryan Mostiero Laurezo Passaporte: EB7368405 Estrangeiro: Sandro Forones Taganas Passaporte: EB8987419; Processo: 47041001923201631 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Artemio Jr. Arellano Cornista Passaporte: EB5454043; Processo: 47041002235201699 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Aleksejs Kluikovs Passaporte: LN0636759 Estrangeiro: Brian Miles White Passaporte: 502249814 Estrangeiro: Michael Magadia Maranã Passaporte: EC0067074 Estrangeiro: Mircea Chirilov Passaporte: 053586861 Estrangeiro: Rhiman Vincent Onday Clementir Passaporte: EB8430877 Estrangeiro: William Allen Musngi Maniago Passaporte: EC7372250; Processo: 47041002237201688 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/02/2018 Estrangeiro: RADOSLAW MATUSZAK Passaporte: EG 6522577; Processo: 47041002238201622 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUSLAN ISMAILOV Passaporte: EH317997; Processo: 47041002242201691 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 31/12/2016 Estrangeiro: GIANNI MATTONE Passaporte: YA3772966; Processo: 47041002243201635 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Niel Espetacion Bilangdal Passaporte: EC2219796 Estrangeiro: Romil Baranda Radaza Passaporte: EC1184431; Processo: 47041002245201624 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Zulzharif Bin Che Hashim Passaporte: A33425880; Processo: 47041002246201679 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Teimuraz Volkov Passaporte: 15AB06445; Processo: 47041002248201668 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ernesto Abarintos Dona Passaporte: EB8882834 Estrangeiro: Kane Rojas Garciano Passaporte: EC7263184 Estrangeiro: Romano San Mateo Arante Passaporte: EC0804181; Processo: 47041002250201637 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Efren Archebuque Centillo Passaporte: EC1649961; Processo: 47041002251201681 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Erwan Pierrick Connan Passaporte: 12CR70459; Processo: 47041002252201626 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Florent Alain Marie Pluvinet Passaporte: 13AB07173; Processo: 47041002253201671 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Igor Kravchenko Passaporte: 714783348; Processo: 47041002254201615 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2017 Estrangeiro: Crisanto Barcarce Simbe Passaporte: EC4540014; Processo: 47041002255201660 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sturle Skarshaug Passaporte: 30755241; Processo: 47041002256201612 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Charlie Bernal Malatbalat Passaporte: EB5560844; Processo: 47041002258201601 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kostyantyn Brygadyr Passaporte: EX590917; Processo: 47041002259201648 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Oleksandr Klymenko Passaporte: EE790033; Processo: 47041002265201603 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/10/2017 Estrangeiro: Suhaemi Abdul Manap Passaporte: A4860504; Processo: 47041002266201640 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Savio Antonio Gomes Passaporte: H2465428; Processo: 47041002267201694 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2016 Estrangeiro: Fecson Arpon Esquibel Passaporte: EB3835764; Processo: 47041002268201639 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/02/2018 Estrangeiro: Anil Kumar Passaporte: G8477864; Processo: 47041002270201616 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ruel Tirado Dardo Passaporte: EC3861045; Processo: 47041002269201683 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Azhar Nizam Bin Ab Razak Passaporte: A27812034.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 47039004407201616 Empresa: DANONE LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: VALERIIA BONDAREVA Passaporte: 727348874; Processo: 47039004414201618 Empresa: THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO Prazo: até 16/12/2016 Estrangeiro: SEBASTIAN SELLNER Passaporte: C6X4VR0T4; Processo: 47039004417201643 Empresa: THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO Prazo: até 31/10/2016 Estrangeiro: THERESA ELISABETH MUELLER Passaporte: C6XHC0Y36; Processo: 47039004375201641 Empresa: BT COMMUNICATIONS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JACOB SPRAGUE WHITE Passaporte: 479213914; Processo: 47039004404201674 Empresa: MAHLE METAL LEVE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HILMI YIGIT EKER Passaporte: U05852755; Processo: 47039004411201676 Empresa: BAYER S.A. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: GUIDO ALBERTO ROMERO SOLANO Passaporte: F038406.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 47041002536201612 Empresa: BELUGA PROGRAMACAO, PRODUCAO E EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DOMINIC JOHANN PESSL Passaporte: U0857049 Estrangeiro: EMILIANO CARDOSO SAMPAIO Passaporte: FG434536 Estrangeiro: KAREL ERIK ERIKSSON Passaporte: 84675440 Estrangeiro: MARKO SOLMAN Passaporte: PB0340651 Estrangeiro: MYKHAILO IEVTUSHENKO Passaporte: CD069164 Estrangeiro: NICOLO LORO RAVENNI Passaporte: AA3624493 Estrangeiro: PATRICK DUNST Passaporte: 0802140; Processo: 47041002232201655 Empresa: AMAZONE U.S.A EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LIMITADA Prazo: 6 Dia(s) Estrangeiro: ABDOULAYE DIABATE Passaporte: 12CR20598 Estrangeiro: SIS-

PUBLICADO ASSINANTE DIGITAL

SOKHO MOUSSA Passaporte: A01449403 Estrangeiro: SISSOKHO YAHKHOUBA Passaporte: A00735022; Processo: 47041002426201651 Empresa: LIBERATION MUSIC COMPANY PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALISSA WHITE-GLUZ Passaporte: GM588867 Estrangeiro: CASEY JACK GRILLO Passaporte: 488869346 Estrangeiro: CHRISTIAN ALEXANDER KRAMER Passaporte: C4FGFJHVP Estrangeiro: CHRISTIAN MARC DAVID Passaporte: C7NJ0MC06 Estrangeiro: JAN TOMASZ KULAKOWSKI Passaporte: QG452055 Estrangeiro: OLIVER GEORG PALOTAI Passaporte: C86WVVJMK Estrangeiro: RAYMOND FRANÇOIS TABAK Passaporte: BJLRBJ145 Estrangeiro: SEAN CHRISTIAN TIBBETTS Passaporte: 488275890 Estrangeiro: THOMAS BLANTON YOUNGBLOOD Passaporte: 530819019 Estrangeiro: THOMAS JOACHIM NOACK Passaporte: 256102738 Estrangeiro: TOMMY CHRISTER KAREVIK Passaporte: 89394649; Processo: 47041002380201670 Empresa: SARAVAH PRODUCOES LTDA - ME Prazo: 2 Mês(es) Estrangeiro: LATOYA EKEMODE Passaporte: 443792578 Estrangeiro: ORLANDO JULIUS EKEMODE Passaporte: A06086790; Processo: 47041002425201614 Empresa: LIBERATION MUSIC COMPANY PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDRA CARRETO Passaporte: 501674182 Estrangeiro: BRADLEY GARRET BILGER Passaporte: 505991128 Estrangeiro: EDWARD PETER HAMMOND Passaporte: 800949891 Estrangeiro: EMILY CLAIR COOPER Passaporte: 210274624 Estrangeiro: ERIC JOHN DISRUDE Passaporte: 423877409 Estrangeiro: Gerard Norman Pratt Jr Passaporte: 422062480 Estrangeiro: JAMES THOMAS MESLIN Passaporte: 535058948 Estrangeiro: JOHN PETER PETRUCCI Passaporte: 447616233 Estrangeiro: JOHN RO MYUNG Passaporte: 505922039 Estrangeiro: JORDAN CHARLES RUDES Passaporte: 422045660 Estrangeiro: JOSEPH EUGENE ARREOLA Passaporte: 531813129 Estrangeiro: KEITH OWEN WECHSLER Passaporte: 442602535 Estrangeiro: KEVIN JAMES LABRIE Passaporte: GK530275 Estrangeiro: MATTHEW WESLEY SCHIEFERSTEIN Passaporte: 530416597 Estrangeiro: MICHAEL ANTHONY MANGINI Passaporte: 221798033 Estrangeiro: NIGEL JOHN PAUL Passaporte: 452038470 Estrangeiro: RICHARD SCOTT FEULNER Passaporte: 447611651 Estrangeiro: ROBERT ALEXANDER JEFFREY Passaporte: QH814423 Estrangeiro: STEVEN JOSEPH BAIRD Passaporte: HC952037 Estrangeiro: STEWART HAMILTON WILSON Passaporte: 452038430 Estrangeiro: THOMAS ARMANDO RODRIGUEZ JR Passaporte: 530980938 Estrangeiro: TRAVIS MICHAEL CARON Passaporte: 488244664; Processo: 47041002424201661 Empresa: HOUSE MIX STAGE EVENTOS MUSICAIS LTDA - ME Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: JOHN GREGORY WILSON Passaporte: 443367313 Estrangeiro: Stephen Robert Guyger Passaporte: 488117247; Processo: 47041002428201640 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: KEITH DEWAYNE MC CUTCHEN Passaporte: 492488804; Processo: 47041002444201632 Empresa: ABRAXAS PRODUTORA DE EVENTOS LTDA. - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: COURTLAND MILES BAUMAN-MURPHY Passaporte: 493823622 Estrangeiro: JEFFREY WILLIAM MURRAY Passaporte: 474639053 Estrangeiro: JOSHUA DAVID JAMES LANDAU Passaporte: 430275363 Estrangeiro: OLIVIA KATE JAFFE Passaporte: 426740573; Processo: 47041002460201625 Empresa: MARIANA MENEZES LORENA 30587520833 Prazo: 8 Dia(s) Estrangeiro: REGINAL NED D JEAN LOUIS Passaporte: 10CK50129; Processo: 47041002459201609 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JUSTIN JAY CHERNICK Passaporte: 455792951; Processo: 47041002461201670 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JUSTIN LAURENT MARTIN Passaporte: 504243898; Processo: 47041002499201642 Empresa: GIRAS PRODUCOES LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEVIN ANDREW JOHANSEN Passaporte: 711607298; Processo: 47041002537201667 Empresa: UP IN THE AIR PRODUCOES E CONSULTORIA EIRELI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM SAMUELE SERAFINO NARAINE Passaporte: 517786257.

Permanente - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47039003616201634 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANCIS FELIX CORDOVA PUMA Passaporte: C286609 Mãe: VIVIANA PUMA CANCHILLO Pai: FELIPE ISAAC CORDOVA QUIQUIN; Processo: 47039004406201663 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BRUNO DIDIER OLIVIER CAPRON Passaporte: 13CH74553 Mãe: ISABELLE MARIE-THERESE VAN DEN BROCK Pai: DIDIER CLAUDE NORBERT CAPRON.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039003950201698 Empresa: UNIVERSO VERDE AGRONEGOCIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: XIAOGUANG ZHANG Passaporte: G21358687; Processo: 47039004026201629 Empresa: MAKITA DO BRASIL FERRAMENTAS ELETRICAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Teruaki Okabayashi Passaporte: TH5053513; Processo: 47039004066201671 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MINGMING PENG Passaporte: G42468506; Processo: 47039004072201628 Empresa: KOMATSU DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HARUYUKI TOYAMA Passaporte: TK0711920; Processo: 47039004079201640 Empresa: SANOH DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KAZUHIKO ASO Passaporte: TR3036069; Processo: 47039004096201687 Empresa: E-VINO COMERCIO DE VINHOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUIS DANIEL ALEGRIA MARTORELL Passaporte: 88225190; Processo: 47039004200201633 Empresa: SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: YASUHIRO KAJIKI Passaporte: TH8105074; Processo: 47039004207201655 Empresa: CANON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: RYUHEI KAMATA Passaporte: TK3658830; Processo: 47039004209201644 Empresa: CANON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: SHINSUKE MAEDA Passaporte: TH7739543.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 47039003349201603 Empresa: CONTI3 AS INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DOMENICO BARTOLINO Passaporte: YA5751961.

Permanente - Sem Contrato - RN 118 - Resolução Normativa, de 02/12/2015 (Artigo 2º):

Processo: 47039004435201625 Empresa: HEM CONSULTORIA E SUPORTE LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Ghassan Ahmad Fakhri Passaporte: 008511692.

Permanente - Sem Contrato - RN 118 - Resolução Normativa, de 02/12/2015 (Artigo 3º):

Processo: 47039001268201661 Empresa: TRADAQ LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KOEN DE BEER Passaporte: EJ354990.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): CLAUDIO CARNALE a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Superintendente na empresa TLM - TOTAL LOGISTIC MANAGEMENT SERVICOS DE LOGISTICA LTDA. Processo: 47039.003982/2016-93, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.004788/2015-44.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): BERNHARD MICHAEL JOST a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Finanças na empresa NESTLE SUDESTE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA. Processo: 47039.004076/2016-14, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.000186/2016-07.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): BERNHARD MICHAEL JOST a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Finanças na empresa NESTLE NORDESTE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA. Processo: 47039.004078/2016-03, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.000186/2016-07.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): BERNHARD MICHAEL JOST a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Finanças na empresa DAIRY PARTNERS AMERICAS MANUFACTURING BRASIL LTDA. Processo: 47039.004080/2016-74, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.000186/2016-07.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): BERNHARD MICHAEL JOST a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Finanças na empresa CHOCOLATES GAROTO SA. Processo: 47039.004081/2016-19, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.000186/2016-07.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): BERNHARD MICHAEL JOST a exercer concomitantemente o cargo de Gerente de finanças na empresa CPW BRASIL LTDA. Processo: 47039.004083/2016-16, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.000186/2016-07.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): BERNHARD MICHAEL JOST a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Finanças na empresa ASB BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA. Processo: 47039.004084/2016-52, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.006531/2014-46.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): BERNHARD MICHAEL JOST a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na empresa SOCOPAL - SOCIEDADE COMERCIAL DE CORRETAGEM DE SEGUROS E DE PARTICIPACOES LTDA. Processo: 47039.004085/2016-05, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.000186/2016-07.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro (a): KENNETH CARL KOZICKI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Superintendente na empresa MYERS HOLDINGS BRASIL LTDA. Processo: 47039.004147/2016-71, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.003605/2016-54.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039003378201667 Empresa: ZARYA - ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Nicholas Wladyslaw Mierzejewski Passaporte: 525869812; Processo: 47039002133201612 Empresa: CONTAGE REPRESENTACOES E CONSULTORIA LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MERCEDES AMPUDIA SILVERIO Passaporte: I608747; Processo: 47039002959201681 Empresa: CONSTRUTORA FERROVIAL AGROMAN LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN JOSE MANNING ESCUDERO Passaporte: PAB 288461; Processo: 47039003310201688 Empresa: EMILIANO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES HOTELEIRAS SOCIEDADE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANA TERESA MARQUES DE ABREU SOARES DOS SANTOS Passaporte: N086574; Processo: 47039003656201686 Empresa: DURACROMIC SERVICOS DE MANUTENCAO DE APARELHOS MEDICOS LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHANNA ELIED DELMORAL BARBERA Passaporte: 070088171; Processo: 47039004562201624 Empresa: CEBT ACADEMIA DE IDIOMAS GUTENBERG LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOANA AIRES BAPTISTA CHAVES Passaporte: N435609; Processo: 47039001095201681 Empresa: ALCOA ALUMINIO S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAURIZIO MARAN Passaporte: YA7394207; Processo: 47039001098201614 Empresa: ALCOA ALUMINIO S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASSIMILIANO CONTERNO Passaporte: YA2682274; Processo: 47039002618201614 Empresa: PRODIEL BRASIL PROJETOS DE INSTALACOES ELETRICAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ISMAEL BELTRAN OCHANDO Passaporte: AAJ 200904; Processo: 47039002619201651 Empresa: PRODIEL BRASIL PROJETOS DE INSTALACOES ELETRICAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAULO ANDRE MACEDO RAMOS Passaporte: N 655554; Processo: 47039002643201690 Empresa: MOLLIFICIO LOMBARDO DO BRASIL LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: arnaldo fontana Passaporte: YA6836756; Processo: 47039003119201636 Empresa: SMI - SERVICOS MOVEIS INTERNACIONAIS E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: PATRÍCIA FARIDA BUENO ABDALA Passaporte: 097388041.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 100 de 27/05/2016, Seção 1, p. 110, Processo: 47039.003952/2016-87, onde se lê: Passaporte: E64965687, leia-se: Passaporte: E64965684.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 103 de 01/06/2016, Seção 1, p. 65, Processo: 47039.004392/2016-88, onde se lê: Passaporte: V903893-G, leia-se: Passaporte: H043924.

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO ADJUNTO
Em 27 de maio de 2016

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalhor, com respaldo no art. 5º da Portaria 186, de 10 de abril de 2008 c/c o art. 27 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46218.010152/2012-18
Entidade	Sindicato dos Empregados no Comércio de Ijuí
CNPJ	90.740.788/0001-65
Fundamento	NT 1056/2016/CGRS/SRT/MT

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46000.002817/2012-65
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos do Estado de Tocantins SINTECT - TO
CNPJ	10.431.410/0001-40
Fundamento	NT 1053/2016/CGRS/SRT/MT

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1054/2016/CGRS/SRT/MT, resolve ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical 46202.011190/2012-67 do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nhamundá, CNPJ 01.438.742/0001-66, com respaldo no artigo 27, inciso I, da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1057/2016/CGRS/SRT/MT, resolve INDEFERIR o processo de pedido de registro sindical 46000.018685/2005-64 do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Flores do Piauí - PI, CNPJ 23.624.414/0001-97, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1058/2016/CGRS/SRT/MT, resolve INDEFERIR o processo de pedido de registro sindical 46204.004663/2012-50 do Sindicato dos Servidores Municipais de Ibiquera - SINSERV, CNPJ 10.260.838/0001-78, com respaldo no artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016060600064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 1059/2016/CGRS/SRT/MT, resolve DEFERIR o registro de alteração estatutária ao Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Papelão, Embalagens e Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça do Rio Grande do Sul- SIPASUL, Processo 46218.007711/2012-11, CNPJ 92.953.959/0001-60, para representar a categoria Econômica, das Indústrias de Celulose, do Papel, do Papelão, de Embalagens, de Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça e de Pasta de Madeira para Papel, com abrangência Estadual e base territorial no Estado do Rio Grande do Sul.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1060/2016/CGRS/SRT/MT, resolve DEFERIR o registro de alteração estatutária ao SINOREG-ES - Sindicato dos Notários e Registradores do Estado do Espírito Santo, Processo 46207.004383/2012-11, CNPJ 02.510.599/0001-39, para representar a categoria econômica dos Notários e Registradores, no Estado do Espírito Santo/ES.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 424, de 14 de abril de 2016, na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008 e na Nota Técnica 1061/2016/CGRS/SRT/MT, resolve CONCEDER o registro sindical à Federação dos Servidores Públicos Municipais do Estado da Bahia-FESPUMEB, Processo 46204.002076/2015-79, CNPJ 14.649.710/0001-51, para coordenar as entidades a ela filiadas, que tenham representação da categoria dos Servidores Públicos Municipais do Estado da Bahia, independentemente do regime jurídico, com abrangência estadual e base territorial no estado da Bahia. Entidades fundadoras: a) SINTRAPMUS - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Saúde - BA, Processo 46000.004781/2004-44, CNPJ 01.627.508/0001-87; b) SINPOM-BA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Antonio Gonçalves - BAHIA, Processo 46204.005098/2007-81, CNPJ 07.677.481/0001-13; c) SINSERPUB - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Sitio do Quinto - BA, Processo 46000.001949/2006-21, CNPJ 06.296.381/0001-84; d) SISMUSB-BA- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Senhor do Bonfim, Processo 46000.001814/95-61, CNPJ 16.449.597/0001-96; e) SINDCAÉM - Sindicato do Servidor Público do Município de Caém, SINDICAÉM - BA, Processo 46204.008176/2007-07, CNPJ 08.922.181/0001-15.

Em 30 de maio de 2016

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, notifica o (a) representante do SINDACS-ACRE - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias do Estado do Acre, CNPJ 09.314.309/0001-20, do inteiro teor do OFÍCIO 153/2016/CGRS/SRT/MTPS, encaminhado à entidade em 11/02/2016, o qual restou devolvido por motivo da não procura da correspondência pela entidade, conforme o disposto no aviso de recebimento AR259811640JS e do inteiro teor do OFÍCIO 429/2016/CGRS/SRT/MTPS, encaminhado à entidade em 11/04/2016, o qual restou devolvido por motivo de mudança de endereço da entidade, conforme o disposto no aviso de recebimento AR304416792JS. Portanto, se dentro do prazo de 30 (trinta) dias a entidade não apresentar os documentos solicitados, o processo de pedido de registro sindical 46200.000932/2012-49 será INDEFERIDO, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, notifica o (a) representante do Secoberj - SINDICATO DAS EMPRESAS DE COBRANÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 11.437.102/0001-95, do inteiro teor do OFÍCIO 477/2016/CGRS/SRT/MTPS, encaminhado à entidade em 19/04/2016, o qual restou devolvido por motivo de mudança de endereço da entidade, conforme o disposto no aviso de recebimento AR311446698JS. Portanto, se dentro do prazo de 20 (vinte) dias a entidade não apresentar os documentos solicitados, o processo de pedido de registro sindical 46215.016256/2012-66 será ARQUIVADO, nos termos do art. 5º, inciso II, da Portaria 186/2008, alterada pela Portaria 414/2015.

Em 2 de junho de 2016

O Secretário Adjunto Substituto da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a vacância dos cargos de Secretário de Relações do Trabalho e de Secretário Adjunto da Secretaria de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 5º da Portaria 186, de 10 de abril de 2008 c/c o art. 27 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46221.004444/2012-62
Entidade	SINDBRINQUEDO - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Brinquedos Artesanal, Plásticos, Borrachas, Tecidos e Metais do Estado de Sergipe
CNPJ	15.869.718/0001-96
Fundamento	NT 1055/2016/CGRS/SRT/MT

Em 3 de junho de 2016

O Secretário Adjunto Substituto de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 38/2016/GAB/SRT/MTE, resolve DEFERIR o recurso administrativo protocolado sob o 46000.007510/2014-12 de interesse do Sindicato dos Empregados na Administração das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo, ANULAR a publicação do Diário Oficial da União - DOU de 24/07/2007, Seção, I, Pág 75, nº 141 (Primeira Publicação de Registro de Alteração Estatutária - PAE) e a publicação de deferimento de registro de alteração estatutária publicada no DOU de 22/10/2014, nº 204, Seção I, Página 58, bem como ARQUIVAR o Processo de Alteração Estatutária de 46000.011219/2005-58 de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, Comunicação e Serviços Gráficos de São Paulo e Região, SP, CNPJ 60.983.442/0001-27, nos termos do art. 14, da Portaria Ministerial nº 326, de 01 de março de 2013.

ADMILSON MOREIRA DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 2 de junho de 2016

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Paraná - Substituto, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria SRT nº. 02, de 25 de maio de 2006, publicada na seção 2 do DOU de 30.05.2006, alterada pela Portaria SRT nº 05, de 20.11.2008 e pela Portaria SRT nº 06, de 16/01/2010 e tendo em vista o que consta nos processos de nºs 46212.006856/2016-70 HOMOLOGA o Plano de Carreira, Cargos e Salários - PCCS do CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ - CNPJ Nº 75.103.192/0001-60, sediada no município de Curitiba, no Estado do Paraná, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro, dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

LUIZ FERNANDO FAVARO BUSNARDO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 2 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Nº 153 - Conceder autorização à, HACO FIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.740.731/0002.05, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Henrique Conrad, nº 595, na cidade de Blumenau (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002649/2016-47, protocolado no dia 24/05/2016.

Nº 154 - Conceder autorização à, HACO ETIQUETAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.645.862/0001.36, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Henrique Conrad, nº 595, na cidade de Blumenau (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002645/2016-69, protocolado no dia 24/05/2016.

Nº 155 - Conceder autorização à, HACO ETIQUETAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.641862/0007.21, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Henrique Conrad, nº 595, na cidade de Blumenau (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002647/2016-58, protocolado no dia 24/05/2016.

Nº 156 - Conceder autorização à 43 S.A GRÁFICA E EDITORA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.641.606.0001-70, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua dos Caçadores, nº 1967, Bairro da Velha, na cidade de Blumenau (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002633/2016-34, protocolado no dia 24/05/2016.

Nº 157 - Conceder autorização à HANNOVER PLÁTICOS S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.626.152/0001-55, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Manoel Francisco da Costa nº 4500, Bairro João Pessoa, na cidade de Jaraguá do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.00165/2016-49, protocolado no dia 22/04/2016.

Nº 158 - Conceder autorização à MALWEE MALHAS LTDA /SC, inscrita no CNPJ sob o nº 84.429.737/0002-03, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Richard Viergutz , s/nº, Bairro Rio Cerro 1, na cidade de Jaraguá do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.001920/2016-27, protocolado no dia 27/04/2016.

Nº 159 - Conceder autorização à MALWEE MALHAS LTDA /SC, inscrita no CNPJ sob o nº 84.429.737/0001-14, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Richard Viergutz , s/nº, Bairro Rio Cerro 1, na cidade de Jaraguá do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.001919/2016-01, protocolado no dia 27/04/2016.

Nº 160 - Conceder autorização à MALHAS MENEGOTTI INDUSTRIA TEXTIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.474.553/0001-30, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua: Joaquim Francisco de Paula, nº 4850, Bairro Chico de Paula, na cidade de Jaraguá do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002006/2016-01, protocolado no dia 03/05/2016.

Nº 161 - Conceder autorização à LECIMAR CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.941.506/0001-55, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua: Manoel Francisco da Costa, nº 4050, Bairro João Pessoa, na cidade de Jaraguá (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002476/2016-67, protocolado no dia 18/05/2016.

Nº 162 - Conceder autorização à NEKI CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 77.892.289/0001-25, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua: Germano Muller, nº 215, Bairro Centro, na cidade de Schroeder (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002476/2016-67, protocolado no dia 27/05/2016.

Nº 163 - Conceder autorização à MARCATTO INDÚSTRIA DE ACESSÓRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.896.732/0001-62, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua: Florianópolis, nº 180, Bairro Centro, na cidade de Jaraguá do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.001974/2016-92, protocolado no dia 29/04/2016.

Nº 164 - Conceder autorização à BRITANIA ELETRODOMÉSTICOS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.492.701/0011-29, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua: Virgilio Prochnow, nº 200, Bloco B, Bairro Pirabeiraba, na cidade de Joinvillel (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46304.001397/2016-17, protocolado no dia 18/05/2016.

Nº 165 - Conceder autorização à LMG ROUPAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.108.712/0001-56, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua: João Wiest Júnior, nº 477, Bairro ÁguaVerde, na cidade de Jaraguá do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.001921/2016-71, protocolado no dia 27/04/2016.

Nº 166 - Conceder autorização à GATTOS CONFECÇÕES LTDA - FILIAL, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.333.144/0007-08, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua: Ângelo Torinelli, nº 123, Bairro Vila Nova, na cidade de Jaraguá do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002138/2016-25, protocolado no dia 06/05/2016.

Nº 167 - Conceder autorização à GATTOS CONFECÇÕES LTDA , inscrita no CNPJ sob o nº. 85.333.144/0001-12, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua: 25 de Julho, nº 1856, Bairro Vila Nova, na cidade de Jaraguá do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002137/2016-81, protocolado no dia 06/05/2016.

Nº 171 - Conceder autorização à COSTA RICA MALHAS E CONFECÇÕES LTDA / SC, inscrita no CNPJ sob o nº 02.944.599/0028-67, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua José Adolfo Mafra, nº 180, Bairro Indaiá, na cidade de Nova Trento (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.001519/2016-97, protocolado no dia 11/04/2016.

IVANILDO MOTA DE SOUZA

PORTARIA Nº 172, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, e considerando o que consta dos autos do Processo 46220.001220/2016-32, protocolado no dia 22/03/2016, resolve:

Conceder autorização à NOVACKI INDUSTRIAL S.A / SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.284642/0008-88, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua: José Theodoro Ribeiro, nº 1967, Bairro Ilha da Figueira, na cidade de Jaraguá do Sul (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

IVANILDO MOTA DE SOUZA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

SECRETARIA EXECUTIVA
INVENTARIANÇA DA EXTINTA REDEFERROVIÁRIA FEDERAL S/A - RFFSA

PORTARIA Nº 9, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O INVENTARIANTE DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. - RFFSA - SUBSTITUTO, designado pela Portaria nº 124, de 18 de abril de 2016, publicada no DOU de 19 de abril de 2016, no uso de suas atribuições dispostas no art. 3º do Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, publicado no DOU de 22 de janeiro de 2007;

Considerando a Comissão Nacional constituída pela Portaria nº 13/2007, de 17 de abril de 2007, publicada no DOU de 19/04/2007, recomposta pelas Portarias nº 30/2007, de 31 de julho de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2007, publicada no DOU de 03 de agosto de 2007; nº 20/2008, de 25 de junho de 2008, publicada no DOU de 27 de junho de 2008; nº 41/2008, de 05 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 08 de dezembro de 2008; e nº 16/2010, de 14 de maio de 2010, publicada no DOU de 17 de maio 2010, cujos trabalhos de inventário tem a finalidade de encaminhamento ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da documentação disponível de titularidade dos imóveis referidos no §2º do art. 6º da Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007 (Fundo Contingente), convertida posteriormente na Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007;

Considerando a Comissão Executiva de Inventário Regional constituída no âmbito das Unidades Regionais da Inventariança da extinta RFFSA pela Portaria nº 36/2007, de 27 de setembro de 2007, publicada no DOU de 01 de outubro de 2007, recomposta pelas Portarias nº 40/2007, de 25 de outubro de 2007, publicada no DOU de 26 de outubro de 2007; nº 31/2008, de 30 de setembro de 2008, publicada no DOU de 01 de outubro de 2008; nº 21/2009, de 25 de maio de 2009, publicada no DOU de 26 de maio de 2009; nº 30/2009, de 14 de setembro de 2009, publicada no DOU de 16 de setembro de 2009; nº 27/2010, de 22 de julho de 2010, publicada no DOU de 27 de julho de 2010; e nº 05/2014, de 09 de maio de 2014, publicada no DOU de 12 de maio de 2014, cujos trabalhos de execução de inventário da documentação estão subordinados e vinculados a Comissão Nacional constituída pela Portaria nº 13/2007, de 17 de abril de 2007, publicada no DOU de 19/04/2007;

Considerando o cumprimento de todas as etapas previstas nos respectivos planos de ação e de trabalho, as quais culminaram com a efetiva transferência à Superintendência do Patrimônio da União - SPU, por meio do Ofício nº 758/INV/RFFSA/2007, de 08 de agosto de 2007, da documentação relativa a 204 (duzentos e quatro) bens imóveis não operacionais com valor comercial para alienação, passíveis de indicação ao Fundo Contingente - FC; e

Considerando a emissão do Relatório Final da referida Comissão, datado de 30 de maio de 2016, referente à execução do inventário objeto das Portarias nº 13/2007 e nº 36/2007, devidamente homologado pelo Inventariante em 31 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º - Considerar encerrado os trabalhos das Comissões de Inventário objeto das Portarias nº 13/2007 e nº 36/2007, tendo em vista o cumprimento de todas as etapas previstas nos respectivos planos de ação e de trabalho, culminando com a efetiva transferência à Superintendência do Patrimônio da União - SPU, por meio do Ofício nº 758/INV/RFFSA/2007, de 08 de agosto de 2007, da documentação relativa a 204 (duzentos e quatro) bens imóveis não operacionais com valor comercial para alienação, passíveis de indicação ao Fundo Contingente - FC, bem como pela emissão do Relatório Final devidamente homologado pelo Inventariante;

Art. 2º - Extinguir as Comissões constituídas pelas Portarias nº 13/2007, de 17 de abril de 2007, publicada no DOU de 19/04/2007, e nº 36/2007, de 27 de setembro de 2007, publicada no DOU de 01 de outubro de 2007, e suas publicações decorrentes;

Art. 3º - Determinar que eventuais indicações ao Fundo Contingente - FC, por atos das Superintendências do Patrimônio da União - SPU do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, conforme §2º do art. 6º da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, de bens imóveis não operacionais com valor comercial para alienação, ainda não transferidos a SPU, sejam realizadas pela Comissão constituída pela Portaria nº 11/2007, de 17 de abril de 2007, publicada no DOU de 19 de abril de 2007; e

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CACIO ANTONIO RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.107, DE 31 DE MAIO DE 2016

Vincula à prestação do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas, concedido à MRS Logística S.A., os bens imóveis localizados no Pátio Ferroviário de Jundiaí/SP, assim como autoriza as suas incorporações ao Contrato de Arrendamento nº 072/96.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conferidas pela Resolução ANTT nº 3.000/2009, Anexo, art. 25, inciso VIII, fundamentada no Voto DSL - 101, de 24 de maio de 2016, com fulcro na Lei nº 10.233/2001, art. 24, inc. X; no Decreto nº 4.130/2002, Anexo I, art. 3º, inc. XII, e art. 4º, § 1º; bem como no Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a ANTT, em 20 de julho de 2009, Cláusula Terceira, Item 3.9; e no que consta do Processo nº 50500.060557/2016-11, resolve:

Art. 1º Vincular os bens inscritos sob o NBP nº 4003891 (Terrenos diversos - Km 137+115 ao Km 138+975, com área de 173.614,00m²), NBP nº 7400004002 (Terrenos diversos - Km 137+187 ao Km 138+610, com área de 49.250,00m²) e NBP nº 7400004003 (Terrenos diversos - Km 138+610 ao Km 138+935, com área de 34.559,00m²), à prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas concedido à MRS Logística S.A. - MRS.

Art. 2° Autorizar a incorporação (inclusão) dos bens mencionados no artigo anterior ao Anexo II do Contrato de Arrendamento nº 072/96, celebrado em 28 de novembro de 1996, entre a extinta Rede Ferroviária Federal S.A. e a MRS.

Parágrafo único. A incorporação será efetivada por meio de termo aditivo, a ser celebrado entre a ANTT, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a MRS para inclusão dos bens no Anexo II do Contrato de Arrendamento nº 072/96.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.108, DE 31 DE MAIO DE 2016

Indefere os pleitos das transportadoras que solicitaram o Termo de Autorização de Serviços Regulares - TAR.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhes conferem a Lei nº 10.233, de 5 de julho de 2001, nos termos do art. 71 da Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, fundamentada no Voto DMV - 100, de 19 de maio de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.154108/2016-24, resolve:

Art. 1º Indeferir os pleitos das transportadoras relacionadas no Anexo que não atenderam as exigências para obtenção do Termo de Autorização de Serviços Regulares - TAR para a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

CNPJ Nº	RAZÃO SOCIAL
47.836.879/0001-70	EMPRESA DE AUTO ONIBUS SANTA RITA LTDA
16.327.843/0001-37	TRANSPORTES RAINHA DO NORDESTE LTDA
59.894.790/0001-49	VIAÇÃO NASSER LTDA
01.604.069/0001-97	VIATRAN VIAÇÃO TRANSBRASÍLIA LTDA
05.376.934/0001-46	TRANSPORTE COLETIVO BRASIL LTDA
76.546.084/0001-25	EMPRESA CURITIBA CERRO AZUL LTDA
01.036.755/0001-09	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA
88.446.869/0001-05	HELIOS COLETIVOS E CARGAS LTDA
20.385.856/0001-30	2M SERVIÇOS LTDA - ME
63.369.540/0001-67	REAL MAIA TRANSPORTES LTDA
01.339.438/0001-61	AUTO ÔNIBUS DEL OESTE LTDA - EPP
02.659.207/0001-06	AUTO VIAÇÃO GADOTTI LTDA - EPP
02.909.758/0001-72	IRMÃOS NASCIMENTO TURISMO LTDA
80.858.053/0001-87	VIAÇÃO SANTA CLARA LTDA
95.591.533/0001-00	EXPRESSO SÃO PEDRO LTDA

RESOLUÇÃO Nº 5.109, DE 31 DE MAIO DE 2016

Determina o arquivamento do processo administrativo instaurado em desfavor da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 104, de 10 de maio de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.028030/2010-06, resolve:

Art. 1º Determinar o arquivamento do processo administrativo instaurado em desfavor da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 16.624.611/0001-40, por inadequação da aplicação de pena mais grave à conduta praticada.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.110, DE 31 DE MAIO DE 2016

Autoriza a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhe conferem os arts. 24, inciso V, 26, incisos II e III, 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 05 de julho de 2001, fundamentada no Voto DMV - 112, de 19 de maio de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.182754/2016-81, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância ao art. 9º da Resolução n.º 4.777, de 06 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir a autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apurada em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução nº 4.777/2015 e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância ao disposto nesta Resolução implicará na aplicação das sanções previstas em Resolução específica.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

Razão Social: ALEX MARCON EIRELI - ME
TAF n.º: 43.3500 - CNPJ: 03.397.986/0001-73
Razão Social: ARABUTAN TRANSPORTE E TURISMO LTDA.
TAF n.º: 52.0044 - CNPJ: 04.692.006/0001-28
Razão Social: BASTOS TURISMO NACIONAL E INTERNACIONAL LTDA. - ME
TAF n.º: 42.0943 - CNPJ: 00.692.669/0001-91
Razão Social: BUTTERFLY TRANSPORTES TURISTICO LTDA. - ME
TAF n.º: 31.6432 - CNPJ: 65.301.608/0001-00
Razão Social: C.L.A TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA. - EPP
TAF n.º: 35.9454 - CNPJ: 21.919.463/0001-21
Razão Social: CHB COMERCIO, TRANSPORTE E TURISMO LTDA. - ME
TAF n.º: 33.9447 - CNPJ: 13.797.546/0001-67
Razão Social: COOPERATIVA E TRANSPORTES DA REGIÃO SERRANA
TAF n.º: 32.7610 - CNPJ: 04.853.251/0001-70
Razão Social: CRISTIANO DE PAULA SILVA TRANSPORTE EIRELI - ME
TAF n.º: 35.9451 - CNPJ: 23.778.093/0001-85
Razão Social: EVAL EMPRESA DE VIAÇÃO ANGRENSE LTDA.
TAF n.º: 33.3829 - CNPJ: 28.500.981/0001-55
Razão Social: EVETUR - EMPRESA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.
TAF n.º: 43.1531 - CNPJ: 91.968.834/0001-40
Razão Social: EXPEDITUR E ESTILO TURISMO LTDA.
TAF n.º: 31.4344 - CNPJ: 06.282.204/0001-49
Razão Social: F. L. C. DA SILVA - LOCADORA - EIRELI - ME
TAF n.º: 35.9449 - CNPJ: 18.843.390/0001-27
Razão Social: J R PETKOWICS E CIA LTDA.
TAF n.º: 41.6453 - CNPJ: 01.680.753/0001-58
Razão Social: JW AGUIAR TRANPORTES & TURISMO LTDA. - ME
TAF n.º: 31.9453 - CNPJ: 23.238.833/0001-90
Razão Social: LDO TRANSPORTE E TURISMO LTDA.
TAF n.º: 42.0699 - CNPJ: 73.477.424/0001-15
Razão Social: MAFAGUSA TRANSPORTES TURÍSTICOS LTDA.
TAF n.º: 35.3148 - CNPJ: 04.258.205/0001-22
Razão Social: NEGUINHO VIAGENS & TURISMO EIRELI
TAF n.º: 31.8240 - CNPJ: 09.472.496/0001-70
Razão Social: ORTOLAN & NAVA TRANSPORTES LTDA. - ME
TAF n.º: 42.9450 - CNPJ: 14.769.591/0001-70
Razão Social: PRIMEIRA CLASSE TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA. - ME
TAF n.º: 35.8308 - CNPJ: 18.180.732/0001-76
Razão Social: S. N. P. VIAGENS E TURISMO LTDA.
TAF n.º: 26.5573 - CNPJ: 06.790.152/0001-11
Razão Social: SAMTUR FRETAMENTOS LTDA.
TAF n.º: 43.2940 - CNPJ: 94.779.923/0001-37
Razão Social: SÃO JOÃO AGÊNCIA DE TURISMO LTDA.
TAF n.º: 43.5118 - CNPJ: 91.540.864/0001-51
Razão Social: SEBASTIÃO FERREIRA DA CRUZ
TAF n.º: 53.9452 - CNPJ: 19.476.859/0001-08
Razão Social: SERGIO COUTINHO PEREIRA EIRELI - ME
TAF n.º: 25.8181 - CNPJ: 17.341.634/0001-00
Razão Social: TRANS - XAVIER TURISMO LTDA.
TAF n.º: 31.3064 - CNPJ: 05.528.317/0001-19
Razão Social: TRANSPONTEIO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA.
TAF n.º: 31.0200 - CNPJ: 22.253.389/0001-10
Razão Social: TRES MENINAS LTDA. - ME
TAF n.º: 42.8175 - CNPJ: 17.742.844/0001-00
Razão Social: TURISCOLL TURISMO COLLET LTDA.
TAF n.º: 42.0707 - CNPJ: 83.429.720/0001-02
Razão Social: VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S/A
TAF n.º: 32.1616 - CNPJ: 27.486.182/0001-09
Razão Social: VIAÇÃO PATO BRANCO LTDA.
TAF n.º: 41.0041 - CNPJ: 79.039.392/0001-52
Razão Social: VIAGEM ATUAL LTDA. - ME
TAF n.º: 31.9448 - CNPJ: 24.545.876/0001-81

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 5.111, DE 31 DE MAIO DE 2016

Autoriza a ALL - América Latina Logística Malha Sul S/A a ressarcir à União o valor monetário correspondente ao imóvel denominado "Estação São João", bem como autoriza a desincorporação desse bem do Contrato de Arrendamento nº 005/97.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conferidas pela Resolução nº 3.000/2009, Anexo, art. 25, inc. VIII, fundamentada no Voto DMV - 118, de 25 de maio de 2016; com fulcro na Lei nº 10.233/2001, art. 24, inc. X; no Decreto nº 4.130/2002, Anexo I, art. 3º, inc. XII, e art. 4º, § 1º; bem como no Acordo de Cooperação Técnica, celebrado com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT em 20 de julho de 2009, Cláusula Terceira, Item 3.9; e no que consta do Processo nº 50500.118109/2012-81, resolve:

Art. 1º Autorizar a Concessionária ALL - América Latina Logística Malha Sul S/A a ressarcir à União o valor monetário definido pelo DNIT, correspondente ao bem registrado sob Número de Bem Patrimonial - NBP 6206703 (62 M2 ALV EST NJO), também denominado "Estação São João", edificado no município de Nova Prata/RS.

Art. 2° Autorizar a desincorporação do imóvel mencionado no art. 1º supra do Contrato de Arrendamento nº 005/97, celebrado entre a extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA e a então Ferrovia Sul Atlântico S/A, atual ALL - América Latina Logística Malha Sul S/A.

Parágrafo único. A desincorporação de que trata o caput somente será efetivada quando constatado o pagamento do valor integral de ressarcimento, e celebrado o respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 005/97, do qual serão signatário a ANTT, o DNIT e a ALL - América Latina Logística Malha Sul S/A.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.112, DE 31 DE MAIO DE 2016

Referenda a Resolução nº 5.105, de 25 de maio de 2016.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 012, de 25 de maio de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.214912/2015-99, resolve:

Art. 1º Referendar a Resolução nº 5.105, de 25 de maio de 2016, que aprova a 3ª Revisão Ordinária, a 2º Revisão Extraordinária, a aplicação do Desconto de Reequilíbrio e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP do Contrato de Concessão da Rodovia Governador Má- rio Covas, BR-101/BA/ES, trecho Entroncamento com a BA-698 (acesso a Mucuri/BA) - Divisa ES/RJ, administrada pela ECO 101 Concessionária de Rodovias S/A.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 144, DE 31 DE MAIO DE 2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 097, de 18 de maio de 2016;

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.058729/2008-78, DELIBERA:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora/Rio S.A. - CONCER e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Manter a aplicação da penalidade de multa de 1000 (um mil) URT, nos termos da Decisão nº 109/2014/SUINF, por violação aos itens 219 e 223 do Contrato de Concessão PG-138/95-00.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão nº PG-138/95-00.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto na Resolução nº 2.689/2008, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão nº PG-138/95-00.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 145, DE 31 DE MAIO DE 2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 099, de 24 de maio de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.023014/2013-61, DELIBERA:

Art. 1º Rescindir o parcelamento concedido por meio da Deliberação nº 107, de 29 de maio de 2013, à empresa EXPRESSO ARAGUARI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.820.086/0001-39, pelo não pagamento do valor residual, nos termos do Art. 9° e parágrafo único do Art. 8º, da Resolução ANTT n° 3.561 de 12 de agosto de 2010.

Art. 2º Determinar à GEAUT, se pertinente, o prosseguimento da cobrança, com a consequente inscrição da empresa no Cadin e na Dívida Ativa.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 149, DE 31 DE MAIO DE 2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 116, de 23 de maio de 2016, e no que consta do Processo nº 50505.026750/2014-11, DELIBERA:

Art. 1º Conhecer o Recurso Administrativo interposto pela ECO101 Concessionária de Rodovias S/A, e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos por ele trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Manter a aplicação da penalidade de multa no patamar de 413 (quatrocentos e treze) Unidades de Referência de Tarifa - URT's, nos termos da Decisão nº 190/2015/GEFOR/SUINF, de 12 de maio de 2015, por violação ao disposto no art. 8º, inciso II da Resolução nº 4.071, de 03 de abril de 2013, e no item 4.8.2 do Programa de Exploração da Rodovia - PER.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão do Edital nº 001/2011.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto na Resolução nº 2.689, de 13 de maio de 2008, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão do Edital nº 001/2011.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 150, DE 31 DE MAIO DE 2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 117, de 24 de maio de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.071171/2005-73, DELIBERA:

Art. 1º Alterar a redação do art. 1º da Deliberação nº 285, de 19 de outubro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Criar as seguintes UNIDADES REGIONAIS:

I - UNIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL - URRS, com Sede em Porto Alegre, na Avenida Ipiranga, nº 2897 - Bairro Santana, abrangendo a área geográfica do estado do Rio Grande do Sul; a infraestrutura ferroviária concedida à América Latina Logística Malha Sul - ALLMS, à Estrada de Ferro Paraná Oeste - Ferroeste e à Ferrovia Tereza Cristina - FTC; e a infraestrutura rodoviária concedida à CONCEPA - Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A, à ECOSUL - Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S/A, à MSVia - Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S/A e à CRO - Concessionária Rota do Oeste S/A;

II - UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO - URSP, com Sede em São Paulo, na Avenida Paulista, nº 37 - Ed. Centro Cultural Paulista - 8º andar - Bela Vista, abrangendo as áreas geográficas dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná; a infraestrutura ferroviária concedida à MRS Logística, à Ferrovia Centro Atlântica - FCA, à Ferrovia Norte Sul Tramo Central - VALEC, à Estrada de Ferro Vitória - Minas - EFVM, à América Latina Logística Malha Paulista - ALLMP, à América Latina Logística Malha Oeste - ALLMO, à América Latina Logística Malha Norte - ALLMN, à América Latina Logística Malha Sul - ALLMS, à Estrada de Ferro Paraná Oeste - Ferroeste e à Ferrovia Tereza Cristina - FTC; e a infraestrutura rodoviária concedida à NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, à Autopista Régis Bittencourt S/A, à Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S/A, à Autopista Fernão Dias S/A, à Autopista Planalto Sul S/A e à Autopista Litoral Sul S/A;

III - UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO - URRJ, com Sede no Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160 - Ed. Le Bourget Castelo - 11º andar, abrangendo a área geográfica dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; a infraestrutura ferroviária concedida à MRS Logística, à Ferrovia Centro Atlântica - FCA, à Ferrovia Norte Sul Tramo Central - VALEC, à Estrada de Ferro Vitória - Minas - EFVM, à América Latina Logística Malha Paulista - ALLMP, à América Latina Logística Malha Oeste - ALLMO e à América Latina Logística Malha Norte - ALLMN; e a infraestrutura rodoviária concedida à CONCER - Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio, à ECO101 Concessionária de Rodovias S/A, à ECOPONTE - Concessionária Ponte Rio-Niterói S/A, à CRT - Concessionária Rio-Teresópolis S/A, à Autopista Fluminense S/A, à Rodovia do Aço S/A e à NovaDutra;

IV - UNIDADE REGIONAL DE MINAS GERAIS - URMG, com Sede em Belo Horizonte, na Avenida Cristóvão Colombo, nº 485 - 14º andar - Bairro Savassi, abrangendo a área geográfica do estado de Minas Gerais; a infraestrutura ferroviária concedida à Ferrovia Centro Atlântica S/A - FCA, à Estrada de Ferro Vitória - Minas - EFVM, à Ferrovia Norte Sul Tramo Central - VALEC e à MRS Logística; e a infraestrutura rodoviária concedida à Autopista Fernão Dias S/A, à MGO - Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S/A, à CONCEBRA - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S/A, à Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 S/A e à VIA 040 - Concessionária BR-040 S/A;

V - UNIDADE REGIONAL DO CEARÁ - URCE, com Sede em Fortaleza, na Avenida Luciano Carneiro, nº 2255 - Pavimento Térreo - Vila União, abrangendo a área geográfica dos estados do Ceará e Piauí; e a infraestrutura ferroviária concedida à Estrada de Ferro Carajás - EFC, à Ferrovia Norte Sul Tramo Norte - FNSTN, à Transnordestina Logística S/A - TLSA e à Ferrovia Transnordestina S/A - FTL; e

VI - UNIDADE REGIONAL DO MARANHÃO - URMA, com Sede em São Luís, na Rua 09, nº 10 - Bairro Vinhais, abrangendo a área geográfica dos estados do Maranhão, Pará, Amapá e Tocantins; e a infraestrutura ferroviária concedida à Estrada de Ferro Carajás - EFC, à Ferrovia Norte Sul Tramo Norte - FNSTN, à Transnordestina Logística S/A - TLSA e à Ferrovia Transnordestina S/A - FTL."

Art. 2º Alterar a redação do art. 1º da Deliberação nº 114, de 14 de maio de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Criar a Unidade Regional da Bahia - URBA, com Sede em Salvador, na Avenida Tancredo Neves, nº 1632, Ed. Salvador Trade Center, Torre Norte, sala 611 a 617, Bairro Caminho das Árvores, abrangendo a área geográfica dos estados da Bahia e Sergipe; a infraestrutura ferroviária concedida à Ferrovia Centro Atlântica - FCA, à Ferrovia Norte Sul Tramo Central - VALEC, à Estrada de Ferro Vitória - Minas - EFVM e à MRS Logística; e a infraestrutura rodoviária concedida à VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A."

Art. 3º Alterar a redação dos arts. 1º e 2º da Deliberação nº 233, de 18 de outubro de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º Criar a Unidade Regional de Pernambuco - URPE, com Sede em Recife, na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, n.º 467, Ed. Empresarial Moura Dubeux, abrangendo a área geográfica dos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte; e a infraestrutura ferroviária concedida à Estrada de Ferro Carajás - EFC, à Ferrovia Norte Sul Tramo Norte - FNSTN, à Transnordestina Logística S/A - TLSA e à Ferrovia Transnordestina S/A - FTL.

Art. 2º Criar a Unidade Regional do Centro-Norte - URCN, com Sede em Brasília-DF, no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, Trecho 3, Lote 10, Polo 8 - Projeto Orla, abrangendo a área geográfica dos estados do Acre, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Distrito Federal; e a infraestrutura ferroviária concedida à Ferrovia Centro Atlântica - FCA, à Ferrovia Norte Sul Tramo Central - VALEC, à Estrada de Ferro Vitória - Minas - EFVM e à MRS Logística."

Art. 4º Alterar a redação do art. 1º da Deliberação n.º 320, de 12 de novembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Criar a Unidade Regional de Santa Catarina - URSC, com Sede em Florianópolis, a ser instalada no prédio do DNIT - Unidade Local de São José, na Rodovia Federal BR-101/SC, Km 204, Barreiros - São José, abrangendo a área geográfica do estado de Santa Catarina; a infraestrutura ferroviária concedida à América Latina Logística Malha Sul - ALLMS, à Estrada de Ferro Paraná Oeste - Ferroeste e à Ferrovia Tereza Cristina - FTC; e a infraestrutura rodoviária concedida à Autopista Litoral Sul S/A e à Autopista Planalto Sul S/A."

Art. 5º Revogam-se o art. 2º da Deliberação n.º 285/2005; o art. 2º da Deliberação nº 114/2009, o parágrafo único do art. 1º e o parágrafo único do art. 2º da Deliberação nº 233/2012; e o parágrafo único do art. 1º da Deliberação nº 320/2015.

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 151, DE 31 DE MAIO DE 2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conferidas pela Resolução ANTT nº 3.000, de 28/01/2009, anexo, art. 109, inc. II; fundamentada no Voto DMV - 123, de 31 de maio de 2016, e na Resolução ANTT nº 3.695, de 14 de julho de 2011, Anexo, art. 5º, e no que consta do Processo nº 50500.165049/2016-10, DELIBERA:

Art. 1º Conhecer do Pedido apresentado pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF, para a prorrogação do prazo de envio das informações relacionadas à: (i) Declaração de Rede - 2017, (ii) Metas de Produção por Trecho e segurança e (iii) Demonstrativo de Investimentos Regulatórios Previstos - DIRP do Plano Trienal de Investimentos do PTI de 1º de junho de 2016 para o mês de novembro de 2016, para, no mérito:

I - Prorrogar o prazo para apresentação dos dados da Declaração de Rede para o Exercício de 2017 no Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário de Cargas - SAFF, por parte das concessionárias e subconcessionárias, para até 1º de agosto de 2016;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - Prorrogar o prazo de divulgação da Declaração de Rede de 2017, por parte da ANTT, para até 31 de dezembro de 2016;

III - Prorrogar o prazo de apresentação do Demonstrativo de Investimentos Regulatórios Previstos - DIRP do Plano Trienal de Investimentos para 30 de novembro 2016; e

IV - Prorrogar o prazo de apresentação da proposta de ajuste das metas de produção por trecho e segurança por 10 (dez) dias.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 79, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no processo nº 50500.122968/2016-07, e considerando os termos da Deliberação nº 159, de 12/05/2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros de caráter não regular e eventual, com finalidade comemorativa, na modalidade Autorização, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos - Superintendência de Trens Urbanos do Recife - CBTU/STU-REC/METROREC, nos seguintes termos:

OBJETO: passeio turístico a ser realizado nos dias 04, 05, 11, 12, 18, 19, 25 e 26 de junho de 2016, das 15 h às 22 h.

TRECHO: percurso de aproximadamente 33 km, localizado na malha concedida à FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., entre o Pátio de Cinco Pontas e a Estação do Cabo de Santo Agostinho, no Estado do Pernambuco.

FORMA: de acordo com a documentação e as condições operacionais apresentadas pela CBTU/STU-REC/METROREC e a concessionária FTL, devendo ser cumpridas as seguintes determinações:

I. Respeitar o limite máximo de velocidade de 17 (dezessete) Km/h, reduzindo-a para VELOCIDADE RESTRITA nos cruzamentos das PN's e nos locais onde se verifique a proximidade e o acúmulo de pessoas;

II. As PN's do segmento onde circularão os trens do evento devem ter um esquema especial de isolamento, com apoio do Batalhão de Trânsito, que impeça a circulação de automóveis e pedestres na ocasião da passagem do trem. Especial atenção deve ser dada às passagens clandestinas, por serem desprovidas de qualquer tipo de sinalização;

III. Circulação com atenção especial entre os km 25 a 23 do Ramal de Cinco Pontas, devido à existência de alguns barracos construídos próximos à via férrea e à circulação de pessoas estranhas à operação. Mesmo tratamento deverá ser observado no segmento entre Cajueiro Seco e Cabo de Santo Agostinho, tendo em vista o adensamento populacional verificado nas comunidades lindeiras à ferrovia;

IV. Manter, a CBTU, equipes de socorro de prontidão na via permanente acompanhando a composição em todo trecho;

V. Executar, a CBTU, sob sua responsabilidade, toda a operação e o licenciamento da composição, valendo-se, para tanto, do apoio constante e da confirmação de equipe da Ferrovia Transnordestina Logística;

VI. Suspender, a CBTU/STU-METROREC e a Ferrovia Transnordestina Logística, nos dias e horários de cada viagem do evento, todas as manobras das demais composições ferroviárias, bem como interromper a circulação de quaisquer trens no mesmo trecho.

Art. 2º A CBTU/STU-REC/METROREC e a concessionária FTL ficam submetidas às normas e aos regulamentos atinentes ao transporte ferroviário de passageiros e à Resolução nº 359, de 26/11/2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO
Substituta

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 1.378, DE 2 DE JUNHO DE 2016

Defere pedido de autorização específica para realização de voos de demonstração por pilotos das forças armadas.

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 43, inciso VII da Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com base no parágrafo 61.15(a)(4) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 61 (RBAC nº 61), e considerando o que consta do processo nº 00058.046605/2016-57, resolve:

Art. 1º Deferir pedido de autorização específica para realização de voos de demonstração por pilotos das forças armadas, para as aeronaves que sejam fabricadas pela Embraer S.A., sem necessidade de atendimento, por parte dos referidos pilotos das forças armadas, dos requisitos contidos nos parágrafos 61.3(a) e 61.3(c) do RBAC nº 61, e no parágrafo 91.5(a)(3) do Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica 91 (RBHA 91).

Art.2º As seguintes condicionantes devem ser observadas para as operações realizadas sob a autorização específica ora concedida:

I - a Embraer S.A. deverá designar uma tripulação completa de pilotos de ensaio da empresa, autorizados pela ANAC, onde um piloto deve ser designado como piloto em comando em todas as fases do voo e um segundo piloto deve ocupar o assento do observador, sendo que o piloto da força armada poderá exercer apenas a função de segundo em comando;

II - a Embraer S.A. deve realizar a sua avaliação de risco de forma que seja aceitável e rastreável pela ANAC;

III - a Embraer S.A. deve realizar controle e reter cópias das identificações dos pilotos das forças armadas em formulário específico aceitável pela ANAC;

IV - a Embraer S.A. deve manter os registros que comprovem o cumprimento dos incisos anteriores por pelo menos 5 (cinco) anos após a realização do voo; e

V - a Embraer S.A. deve manter efetivo controle e registro em seu SGSO dos riscos envolvidos nas operações.

Art. 3º O descumprimento de qualquer condicionante estabelecida nesta Portaria implicará na inaplicabilidade da autorização específica ora deferida.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

PORTARIAS DE 3 DE JUNHO DE 2016

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 3375/SPO, de 20 de dezembro de 2013, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119), e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica e na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, resolve:

Nº 1.386 - Cassar o Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) no 2002-11-0CDV-05-01, emitido em 07 de dezembro de 2011, em favor de SENIOR TÁXI AÉREO EXECUTIVO LTDA., conforme autos do processo administrativo 00065.114727/2014-22.

Nº 1.387 - Cassar o Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) no 2003-06-1GJT-03-01, emitido em 05 de janeiro de 2007, em favor de RIO NORTE TÁXI AÉREO LTDA, conforme autos do processo administrativo 00058.058197/2016-86.

Nº 1.388 - Cassar o Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) no 2003-02-001/STE, emitido em 22 de outubro de 2013, em favor de ÍCARO TÁXI AÉREO LTDA., conforme autos do processo administrativo 00058.058143/2016-11.

Nº 1.389 - Suspender o Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) nº 2009-05-2CLP-01-01, emitido em 11 de maio de 2009, em favor de FLY AND FUN TÁXI AÉREO LTDA, determinada nos termos da decisão proferida no processo administrativo n.º 00067.001485/2016-50.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br/legislacao.

MARCUS VINÍCIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHO DO GERENTE
Em 31 de maio de 2016

Nº 62/2016-GFN
Processo nº 50306.001987/2015-16.
Empresa Penalizada: Z & L Navegação Ltda. - ME, CNPJ nº 10.547.682/0001-00. Objeto e Fundamento Legal: conhecer o Recurso interposto, dada a sua tempestividade, e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 2.450,00; pela infração tipificada no inciso XXX, do art. 20 da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ, 23/11/2007.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DESPACHO
Em 3 de junho de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANTAQ nº 76, de 28 de março de 2016, na legislação de regência, e considerando o que consta do Processo no 50300.001200/2013-04, informa que foi publicado no sítio eletrônico da ANTAQ, acerca do Edital do Leilão no 05/2016-ANTAQ, a ata de julgamento relativa à análise dos Documentos de Habilitação da proponente vencedora, bem como o cronograma referente ao prazo recursal.

LUIZ OSMAR SCARDUELLI JUNIOR

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 12, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais, resolve: I- homologar o cancelamento da Concorrência n° 08/2016, que tem como objeto: contratação de empresa especializada para execução de obra referente à reabilitação das instalações hidráulicas de abastecimento de água do Porto de Santarém, em virtude da única empresa participante do certame ter sido inabilitada; II - determinar a realização de uma nova licitação no mesmo processo, na modalidade Concorrência, para a realização dos serviços objeto da Concorrência ora cancelada; III - determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

PARSIFAL DE JESUS PONTES

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 13, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais, resolve: I- homologar o Pregão Eletrônico CDP nº 15/2016, realizado no dia 23.05.2016 (Processo Licitatório nº 858/2016), referente à aquisição e instalação de persianas e cortinas para a Receita Federal no pavimento superior do Armazém 09 do Porto de Belém, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos; II - adjudicar, em consequência, vencedora do referido Pregão, por ter apresentado o melhor lance à empresa GERMANO PEDROSO DE MORAES - ME, CNPJ nº 18.382.709/0001-64, pelo valor global de R$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), bem como por ter cumprido todas as exigências editalícias; III - encaminhar ao DIRGEP para emissão do Pedido de Compra, consoante legislação vigente; IV - Após III, encaminhar à GERJUR para elaboração do instrumento correspondente; V - determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

PARSIFAL DE JESUS PONTES

DELIBERAÇÃO Nº 21, DE 24 DE MAIO DE 2016

A DIRETORIA EXECUTIVA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

CONSIDERANDO os termos da CI/GEPLAN nº 137/2015, de 21/05/2015;

CONSIDERANDO decisão da Diretoria Executiva em sua 1138ª R.O, de 24/05/2016;

POR UNANIMIDADE DELIBERA:

I- Aprovar a Norma Geral para Gestão de Faturamento da Companhia Docas do Pará - CDP;

II- Determinar a divulgação da referida Norma no Portal CDP.

MARCOS RODRIGUES DE MATOS
Diretor Presidente
Em Exercício

RAIMUNDO RODRIGUES DO E. SANTO JÚNIOR
Diretor Administrativo-Financeiro

DELIBERAÇÃO Nº 22, DE 24 DE MAIO DE 2016

A DIRETORIA EXECUTIVA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

CONSIDERANDO os termos da CI/GEPLAN nº 139/2015, de 21/05/2015;

CONSIDERANDO decisão da Diretoria Executiva em sua 1138ª R.O, de 24/05/2016;

POR UNANIMIDADE DELIBERA:

I- Aprovar a Norma Geral para Gestão do Abastecimento de Água a Embarcações da Companhia Docas do Pará - CDP;

II- Determinar a divulgação da referida Norma no Portal CDP.

MARCOS RODRIGUES DE MATOS
Diretor Presidente
Em Exercício

RAIMUNDO RODRIGUES DO E. SANTO JÚNIOR
Diretor Administrativo-Financeiro

DELIBERAÇÃO Nº 23, DE 24 DE MAIO DE 2016

A DIRETORIA EXECUTIVA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

CONSIDERANDO os termos da CI/GEPLAN nº 140/2015, de 21/05/2015;

CONSIDERANDO decisão da Diretoria Executiva em sua 1138ª R.O, de 24/05/2016;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

POR UNANIMIDADE DELIBERA:
I- Aprovar a Norma Geral para Gestão de Acessos Terrestres da Companhia Docas do Pará - CDP;
II- Determinar a divulgação da referida Norma no Portal CDP.

MARCOS RODRIGUES DE MATOS
Diretor Presidente
Em Exercício

RAIMUNDO RODRIGUES DO E. SANTO JÚNIOR
Diretor Administrativo-Financeiro

DELIBERAÇÃO Nº 24, DE 24 DE MAIO DE 2016

A DIRETORIA EXECUTIVA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais e estatutárias;
CONSIDERANDO os termos da CI/GEPLAN nº 112/2015, de 21/05/2015;
CONSIDERANDO decisão da Diretoria Executiva em sua 1138ª R.O, de 24/05/2016;
POR UNANIMIDADE DELIBERA:
I- Aprovar a Norma Geral para Gestão de Encerramento Contábil da Companhia Docas do Pará - CDP;
II- Determinar a divulgação da referida Norma no Portal CDP.

MARCOS RODRIGUES DE MATOS
Diretor Presidente
Em Exercício

RAIMUNDO RODRIGUES DO E. SANTO JÚNIOR
Diretor Administrativo-Financeiro

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 51, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 26, incisos VIII e XIII, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º Autorizar, até 31 de dezembro de 2017, a transferência dos cargos em comissão e funções de confiança, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para o Ministério Público Federal, para atendimento da situação emergencial apresentada por aquele Órgão Ministerial, conforme quadro abaixo:

Retribuição	Quantitativo
CC-2	2
CC-1	2
FC-2	4

Art. 2º Autorizar, até 31 de dezembro de 2017, o efetivo exercício, no Ministério Público Federal, de 14 (quatorze) servidores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ocupantes dos cargos listados abaixo:

Cargo	Quantitativo
Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração	11
Analista do MPU/Medicina/Clínica Médica	1
Analista do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Gestão Pública	2

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 398, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 49, inc. XX, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993, e do art. 6º, inc. XXXIII, do Regimento Interno Diretivo do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05/05/2015, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1.00.000.009283/2015-94, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa SC&M Comercial de Materiais de Escritório e Informática Ltda.-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.927.672/0001-06, a penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União, e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 3 (três) meses, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, c/c artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

PORTARIA Nº 4, DE 3 DE JUNHO DE 2016

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO instaurado para apurar os danos ambientais decorrentes de edificações em Área de Preservação Permanente, no Parque Ecológico Ezechias Heringer, na Região Administrativa do Guará-DF;

O Promotor de Justiça Adjunto que a esta subscreve, no exercício da 6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente Patrimônio Cultural - PRODEMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal c/c o art. 7º, inciso I, in fine, da Lei Complementar n° 75/93;
Considerando que é dever do Ministério Público a defesa do meio ambiente e do patrimônio público, social e cultural, ex vi do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal c/c o artigo 5º, inciso III, alínea "d", c/c o artigo 6º, inciso VII, alínea "b", ambos da Lei Complementar nº 75/93;
Considerando que incumbe ao Ministério Público promover as ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, consoante dispõe o artigo 6º, inciso XIV, letras "f" e "g", da Lei Complementar nº 75, de 20/05/93;
Considerando que o Inquérito Civil Público é instrumento jurídico apropriado à investigação de fatos que representem grave violação aos direitos difusos do meio ambiente, além de permitir ao Ministério Público reunir elementos suficientes para impor a responsabilidade pelos danos dela decorrentes, na forma dos artigos 1º e 8º da Lei nº 7.347/85;
Considerando que foi instaurado o Procedimento Preparatório 08190.228615/15-61 para a apuração preliminar dos fatos, mas não foi possível o completa elucidação a respeito dos possíveis danos ambientais e das pessoas por eles responsáveis.
Considerando, por fim, a necessidade de investigar e quantificar os danos ambientais e urbanísticos consequentes, para efeito de responsabilização civil, resolve:
Converter o Procedimento Preparatório nº 08190.228615/15-61 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para:
1) apurar os danos ambientais decorrentes ocupação irregular por meio de edificações em Área de Preservação Permanente, no interior de unidade de conservação e proteção integral, no Parque Ecológico Ezechias Heringer, na Região Administrativa do Guará/DF.
Determinando, de início, o seguinte:
1) autue-se a presente portaria, com a documentação que a acompanha, promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;
2) comunique-se a instauração do Inquérito Civil Público à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva e à imprensa oficial para publicação, munido de cópia desta portaria, na forma do artigo 2º, VII, da Resolução nº 66 do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
3) proceda-se ao controle do prazo previsto no artigo 13-A da Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT - 1 (um) ano - informando sobre a eventual necessidade de prorrogação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;
4) oficie-se à AGEFIS e ao IBRAM/DF para que informem se já houve a retirada dos invasores do local e a derrubada das construções irregulares, bem como para, em caso negativo, informarem a data em que está prevista o inicio das operações, com o enviou ao Ministério Público do respectivo cronograma.

THIAGO GOMIDE ALVES

PORTARIA Nº 5, DE 3 DE JUNHO DE 2016

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO instaurado para apurar os danos ambientais decorrentes da retirada de cerca de 35 árvores para edificações irregulares na Chácara 105-H, Lote 5ª, da Rua 01 da Colônia Agrícola Samambaia, na Região Administrativa de Vicente Pires, para fins de responsabilidade civil e administrativa;

O Promotor de Justiça Adjunto que a esta subscreve, no exercício da 6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente Patrimônio Cultural - PRODEMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal c/c o art. 7º, inciso I, in fine, da Lei Complementar n° 75/93;
Considerando que é dever do Ministério Público a defesa do meio ambiente e do patrimônio público, social e cultural, ex vi do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal c/c o artigo 5º, inciso III, alínea "d", c/c o artigo 6º, inciso VII, alínea "b", ambos da Lei Complementar nº 75/93;
Considerando que incumbe ao Ministério Público promover as ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, consoante dispõe o artigo 6º, inciso XIV, letras "f" e "g", da Lei Complementar nº 75, de 20/05/93;
Considerando que o Inquérito Civil Público é instrumento jurídico apropriado à investigação de fatos que representem grave violação aos direitos difusos do meio ambiente, além de permitir ao Ministério Público reunir elementos suficientes para impor a responsabilidade pelos danos dela decorrentes, na forma dos artigos 1º e 8º da Lei nº 7.347/85;
Considerando que foi instaurado o Procedimento Preparatório 08190.229098/15-57 para apurar os danos ambientais decorrentes da retirada de cerca de 35 árvores para edificações irregulares na Chácara 105-H, Lote 5ª, da Rua 01 da Colônia Agrícola Samambaia, na Região Administrativa de Vicente Pires, para fins de responsabilidade civil e administrativa.
Considerando, por fim, a necessidade de investigar e quantificar os danos ambientais e urbanísticos consequentes, para efeito de responsabilização civil, resolve:
Converter o Procedimento Preparatório nº 08190.229098/15-57 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para:
1) apurar os danos ambientais decorrentes da retirada de cerca de 35 árvores para edificações irregulares na Chácara 105-H, Lote 5ª, da Rua 01 da Colônia Agrícola Samambaia, na Região Administrativa de Vicente Pires, para fins de responsabilidade civil e administrativa;
Determinando, de início, o seguinte:
1) autue-se a presente portaria, com a documentação que a acompanha, promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;
2) comunique-se a instauração do Inquérito Civil Público à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva e à imprensa oficial para publicação, munido de cópia desta portaria, na forma do artigo 2º, VII, da Resolução nº 66 do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
3) proceda-se ao controle do prazo previsto no artigo 13-A da Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT - 1 (um) ano - informando sobre a eventual necessidade de prorrogação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;
4) oficie-se à AGEFIS, reiterando os ofícios de números 1.122/15, 1.436/15;
5) junte-se aos autos o andamento atualizado da Ação Penal nº 2015.07.1.026978-0.

THIAGO GOMIDE ALVES

PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO
COORDENAÇÃO DOS NÚCLEOS DE DIREITOS HUMANOS

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 6, DE 3 DE JUNHO DE 2016

A Procuradora Distrital dos Direitos do Cidadão do MPDFT e o Promotor de Justiça Coordenador dos Núcleos de Direitos Humanos do MPDFT, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos de 129, II e III, da CF, 7º, I, e 39, III, da LC 75/93, e nos termos da Portaria PGJ n. 1572/2005,resolvem expedir a Recomendação Conjunta n. 06/2016-CNDH e PDDC aos Secretários de Estado das seguintes Secretarias do GDF: de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais; da Casa Militar; de Economia e Desenvolvimento Sustentável; de Fazenda; de Gestão do Território e da Habitação; de Infraestrutura e Serviços Públicos; de Meio Ambiente; de Mobilidade; de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude; de Planejamento, Orçamento e Gestão; da Segurança Pública e Paz Social e; Esporte Turismo e Lazer, sobre a utilização do nome social nos atendimentos realizados pelos servidores das Secretarias de Estado do GDF aos cidadãos LGBT, conforme considerações constantes do corpo da referida recomendação.

MARIA ROSYNETE DE OLIVEIRA LIMA
Procuradora de Justiça e Procuradora Distrital dos Direitos do Cidadão

THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA
Promotor de Justiça e Coordenador da CNDH

CÍNTIA COSTA DA SILVA
LIBÂNIO ALVES RODRIGUES
NÍSIO EDMUNDO TOSTES RIBEIRO FILHO
TIAGO ALVES DE FIGUEIREDO
Promotores de Justiça integrantes do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação - NED

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

EXTRATO DE PAUTA

Sessão Ordinária de Plenário, prevista para 08/06/2016, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS
Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
011.233/2015-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades
Responsáveis: Julio Eduardo dos Santos; Raphael Rezende Neto
Representação legal: não há
011.817/2010-0
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Responsáveis: Consorcio Cr Almeida - Via - Emsa; Gustavo Adolfo Andrade de Sá; José Ivalmir Neves Cavalcanti; Luiz Antonio Pagot; Luiz Clark Soares Maia; Luiz Eduardo Diogo Pompeu; Mar-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

celo Almeida Lima; Marcos Jose Pupin; Moacir Carlos Araújo Júnior; Normando Lima de Oliveira Filho; Rosemberg Pereira da Silva

Representação legal: Igor Fellipe Araujo de Sousa (OAB/DF 41.605) e outros, representando Consórcio Arg/egesa; Marco Antonio Prandini e outros, representando Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Ministro BENJAMIN ZYMLER

011.794/2016-0

Natureza: Solicitação

Órgão/Entidade/Unidade: Universities Suprannuation Scheme LTD

Representação legal: Antônio José do Carmo Condini (OAB/SP nº 372.598) e outros, em nome de UNIVERSITIES SUPRANNUATION SCHEME LTD

Ministro AUGUSTO NARDES

008.749/2011-6

Natureza: Acompanhamento

Órgão s /Entidade s /Unidade s : Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia; Ministério da Saúde

Representação legal: não há

013.603/2016-7

Natureza: Monitoramento

Representação legal: não há

016.563/2008-4

Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)

Recorrente: José Thomé Filho

Órgão/Entidade/Unidade: Município de Autazes/AM

Representação legal: Eurismar Matos da Silva (OAB/AM 9221) e outros, representando José Thomé Filho

018.082/2011-4

Natureza: Aposentadoria

Interessados: Oberdan Derlei Gadioli; Osni de Souza; Osvaldo Jose de Camargo; Pedro Fernandes de Oliveira; Pedro Lopes da Costa; Pedro Teixeira Costa; Pedro de Almeida Moita; Raimundo Alves de Oliveira; Raimundo Caetano da Silva; Raimundo de Souza e Silva; Reginaldo Pereira Goulart; Sebastião Amorim Ferreira; Sebastiao Sobrinho da Silva; Solange da Silva Faria Frota; Tome Marinho de Oliveira; Valdenora Sampaio Feitosa; Valmir da Silva; Vera Lucia Salvador; Wladimir de Amorim Carvalho

Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

020.426/2009-0

Natureza: Tomada de Contas Especial

Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC

Responsável: Erisvando Torquato do Nascimento

Representação legal: Paulo Luiz Pedrazza (OAB/AC 1917) e outros, representando Erisvando Torquato do Nascimento

025.604/2008-8

Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)

Recorrente: Amilton Bezerra Gadelha

Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira/AM

Representação legal: Aniello Miranda Alfielo (OAB/AM 1.579)

Ministra ANA ARRAES

015.021/2008-2

Natureza: Denúncia

Responsáveis: Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira; Luís Hiroshi Sakamoto e Ruy Ribeiro da Silveira

Órgão/Entidade/Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

Representação legal: Priscila Soares Feitoza (OAB/AM 4.656), Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira (OAB/AM 3.554) e outros, representando Luís Hiroshi Sakamoto e Ruy Ribeiro da Silveira; Mariana Araújo Becker (OAB/DF 14.675) e outros, representando Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira; e outros

019.534/2006-0

Natureza: Representação

Representante: Cobra Tecnologia S.A.

Responsáveis: Abidias Jose de Sousa Junior; Ana Lúcia Braga de Araújo; Banco da Amazônia S.A.; Cobra Tecnologia S.A.; Deusdedith Freire Brasil; Evandro Bessa de Lima Filho; Francisco Serafim de Barros; Jose Carlos Rodrigues Bezerra; João Batista de Melo Bastos; Mancio Lima Cordeiro; Milton Barbosa Cordeiro; Walter Raimundo Lima Franco e Álvaro Chaves Lemos

Órgão/Entidade/Unidade: Banco da Amazônia S.A.

Representação legal: Celio Cota de Queiroz (OAB/DF 18265) e outros, representando Cobra Tecnologia S.A.; Luiz Augusto dos Santos Porto (OAB/AM 6168) e outros, representando Banco da Amazônia S.A.; Marçal Marcellino da Silva Neto (OAB/PA 5.865), representando Banco da Amazônia S.A., Faylla Maialle Evangelista Guimarães (OAB/PA 17.798) e outros, representando Deusdedith Freire Brasil

025.282/2015-8

Natureza: Auditoria

Órgão s /Entidade s /Unidade s : Administração Regional do Senar no Estado do Tocantins; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Responsáveis: Francisco Nairton do Nascimento; Rayley Campos Luzza e Rayley Guida de Souza Campos Luzza

Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

001.323/2006-5

Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

Embarga nte: AJ Serviços Ltda.

Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Representação legal: Ana Valeria do Nascimento Nobre (OAB/CE 20983) e outros, representando Solução Serviços Comércio e Construção Ltda.; Leonardo Pinto Igreja (OAB/PE 1.144-B) e outros, representando AJ Serviços Ltda.; Francisco de Melo Antunes e outros, representando Staff - Assessoria Empresarial Emp. Serviços S/s Ltda.; Hindenberg Fernandes Dutra (OAB/RN 3838) e outros, representando Construtora Solares Ltda.; Katia Rocha de Oliveira (OAB/DF 42799) e outros, representando Mult Service Construções e Representações Ltda.

005.000/2014-9

Natureza: Auditoria

Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria

Responsável: Paulo Afonso Burmann

Representação legal: não há

008.293/2015-5

Natureza: Levantamento

Órgão s /Entidade s /Unidade s : Agência Nacional de Telecomunicações; Ministério das Comunicações

Representação legal: não há

017.562/2015-5

Natureza: Denúncia

Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia

Representação legal: não há

027.157/2013-0

Natureza: Tomada de Contas Especial

Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social

Responsáveis: Claudionor Martins dos Santos; Daniel Avila Barbosa; Edson Pereira Pepe; Esmael Hellvig; Maristela Zurschmitten Vergara; Oraci de Souza Cardoso

Representação legal: Ricardo Emílio Pereira Salviano (OAB/DF 24251), representando Maristela Zurschmitten Vergara; Alfredo Luiz Falchi Silveira (OAB/RS 28805), representando Oraci de Souza Cardoso; Vinicius Sacramento Cerqueira (OAB/RS 48144), representando Edson Pereira Pepe

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

002.497/2014-0

Natureza: Representação

Representante: Athos Brasil Soluções em Unidades Móveis Ltda. EPP

Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional

Representação legal: Rafaela de Miranda Ochoa Pena e outros, representando Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional; Jose Roberto Samogim Junior (OAB/SP 236839), representando Athos Brasil Soluções em Unidades Móveis Ltda.

009.061/2015-0

Natureza: Monitoramento

Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal

Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

016.763/2003-4

Natureza: Tomada de Contas Especial

Órgão/Entidade/Unidade: Município de Turiaçu/MA

Responsáveis: A. Rodrigues dos Reis - Comercial Resis; Aldenir Ferreira Chagas; Aliança Móveis Papelarias e Serviços Ltda.; Aquarela Consultoria e Assessoria de Políticas Públicas Ltda.; Arnaldo Cavalcante Pinto; Brilhantes Construções Ltda.; C. M. A. de Souza - ME - Comercial Souza; C. M. C. Costa Comércio e Serviços; C. Pimenta Comércio; Compeq Comércio Produtos e Equipamentos Ltda.; Consent - Construtora Serviços e Terraplanagem Ltda.; Construry Construção Comércio e Serviços Ltda.; Construserv Construções e Serviços Ltda.; Construtora Fabril Ltda.; Construtora Maquette Ltda.; E. G. Ribeiro Comércio; G. S. Guerra Comércio; Gêmeos Engenharia Comércio e Serviços Ltda.; I N Moraes Comércio e Representação - Comercial Moraes; I R M Soares Distribuidora; Irosélia Soares Rodrigues; Ivone Reis Moreira Soares; Leciles C. Soares Reis; Leciles César Soares Reis; Lithograf Indústria Gráfica e Editora Ltda.; M. R. Silva Viana; Madeireira Sião Ltda.; Master Treinamentos e Concursos Ltda.; Metalúrgica Fortaleza Comércio e Construções Ltda.; Multimóveis Indústria e Comércio Ltda.; Murilo Mário Alves dos Santos; Município de Turiaçu/MA; R. Gonzaga Mendes; Reviver Gráfica e Editora Ltda.; Rogério Fonseca Cavalcante; S Borges dos Santos Comércio; Servcon - Serviços e Conservação Ltda.; Sociedade Povir Cientifico; Suprinutri Comércio e Representações Ltda.; Tecgráfica Industria e Comércio Ltda. - Tecnográfica; Texmar Comércio e Representações Ltda.; Tiago Madeiras Ltda.; e V. de Jesus - Jesus Variedades

Representação legal: Wellington Francisco Sousa (OAB/MA 7.323) e outros, representando Irosélia Soares Rodrigues; Nielson de Jesus Costa Silva (OAB/MA 9.914) e outros, representando Murilo Mário Alves dos Santos e Aldenir Ferreira Chagas; Walter de Sousa Barros, representando Rogerio Fonseca Cavalcante, Construry Construção Comércio e Serviços Ltda. e Arnaldo Cavalcante Pinto; Gerson Veras de Siqueira Mendes (OAB/MA 3.494), representando Leciles Cesar Soares Reis e Ivone Reis Moreira Soares

020.128/2015-0

Natureza: Solicitação

Solicitante: Senado Federal

Órgãos /Entidade s /Unidade s : Município de Boa Vista/RR e Caixa Econômica Federal

Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

023.741/2015-5

Natureza: Representação

Representante: IComunicações Integrada Eireli

Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Farmácia

Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro BENJAMIN ZYMLER

010.837/2000-8

Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

Recorrentes: João Augusto Rezende Henriques, Orlando Galvão Filho e Reynaldo Vilardo Aloy

Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Distribuidora S.A.

Representação legal: Claudismar Zupiroli (OAB/DF nº 12.250), Fernando A. dos Santos Filho (OAB/DF nº 37.934), Gustavo Cortês Lima (OAB/DF nº 10.969), Hannah Karine H. do Nascimento (OAB/DF nº 26.034), Leonardo Rufino Capistrano (OAB/DF nº 29.510), Luiz Antonio Muniz Machado (OAB/DF nº 750-A), Marta de Castro Meireles (OAB/RJ nº 130.114), Noeli Andrade Moreira (OAB/MG nº 62.050), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF nº 27.154) e outros

Interessado em sustentação oral:

- Luiz Anto nio Muniz Machado (OAB/DF 750-A), em nome de REYNALDO VILARDO ALOY

Ministro AUGUSTO NARDES

006.994/2003-8

Natureza: Recurso de Revisão

Recorrente: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União

Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência da Polícia Federal no Amazonas

Representação legal: João Pontes Rocha Filho (OAB/CE 15.087), Dorothy Miranda da Silva (OAB/CE 13.077), Tatiana Miranda Fernandes (OAB/CE 21.162), Rafaela de Sousa Andrade (OAB/CE 20.199); Cláudia de Santana (OAB/AM 8.369); Izabelle Lima Assem, (OAB 6.075/AM); José Carlos Cavalcanti Junior (OAB/AM 3.607), Renzzo Fonseca Romano (OAB/AM 6.242), Wallestein Monteiro de Souza (OAB/AM 4.907); Hildeberto Correa Dias (OAB/AM 1.127), Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB/AM 7.396); Edilson Lima da Silva (OAB/AM 5.707); Tatiane Medina Oliveira (OAB/AM 6.336); Simone Rosado Maia Mendes (OAB/PI 4.550), Paulo Rogério Arantes (OAB/1.509), Mara Glades Ribeiro dos Santos (OAB/AM 2.144), Karla Freixo Braga (OAB/AM 3.775) e Raineri Ramos Ramalho de Castro (OAB/AM 7.598; Léo da Silva Sales (OAB/DF 7621); Fabianno Martins Frazão (OAB/AM 7.004); Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB/AM 3.808), Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB/AM 8.340), Sérgio Alberto Correa Araújo (OAB/AM 3.749); Antônio Azevedo de Lira (OAB/AM 5.474) e Shirley da Silva Stek (OAB/AM 5.669), Luciana da Silva Terças (OAB/AM 4.121)

Defensoria pública da União para os responsáveis: Paulo Milton Ferreira da Silva, Graciete Limeira Ribeiro, Aline do Nascimento Silva, Irmães Leite Ltda., Francisca Maia Ramos, Edmilson Lima e Aragão

Interessado em sustentação oral:

- Léo da Silva Soares (OAB/DF 7.621), em nome FRANCISCO CANINDE FERNANDES de MACEDO e JOSÉ FERREIRA SALES

019.760/2008-7

Natureza: Tomada de Contas Simplificada

Exercício: 2005

Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência da Polícia Federal no Amazonas

Responsáveis: Maria das Graças Malheiros Monteiro; Aparecida Gualberto dos Reis; Kércio Silva Pinto; Sérgio Lúcio Mar dos Santos Fontes; Suzana Ilan Barros da Silva; Francisco Canindé Fernandes de Macedo; Ivanhoé Martins Fernandes; José Edson Rodrigues de Souza; José Domingos Soares; Aloizio Paes Lima; Francisco Pereira da Rocha; João Ferreira de Oliveira; Aline do Nascimento Silva; Mário Jorge Monteiro de Oliveira; Paulo Milton Ferreira da Silva; Guilherme Moreira da Silva; Vicentina Maria da Silveira Ribeiro; Milton Francisco Gomes de Oliveira; André Pereira da Silva; Anderson Rogério Pereira da Silva; Raimundo Soares da Silva; Patrícia Pereira da Silva; José Targino Sobrinho da Cruz; Robério Freire Alves; Roger Freire Alves; Roner Freire Alves; José Carlos Evangelista da Silva; Celso Guilherme Melo Silva; Júlio Cezar Ferreira; Ermindo Pinatto; André Pinatto; José Lucinaldo Ferreira de Souza; J. Anchieta da Silva Representações; Raquel Serruya Freire (Apollo Comércio e Serviços); Jorge Yussif Bichara Sassine (Rian Com. e Rep.); ZM Serviços Técnicos de Informática Ltda.; Guilherme Moreira da Silva (Comserv); Ama Comércio e Distribuição Ltda.; Amazon Minas Comercial Ltda.; Movimaq Comércio e Representação Ltda.; Percol Perfurações de Poços; J. Campos; E. Gomes Trindade; André Pinatto - ME; Granito Construtora Ltda.; A. Rogério P. da Silva; Maquipel Comércio de Máquinas e Peças; PRB Pessoa; AP Cabral Drogaria; Cotrar Comércio Transportes Ltda.; Liomar Guimarães Azevedo; Coral Construção, Conservação e Serviços Ltda.; RF Alves; M. Glaudimar Almeida; P. de O. Marques; Gráfica e Editora Silva Ltda.; M. M. B. de Freitas; CMJ Manutenção e Reparos Ltda.; CGM Silva; SO Telecomunicações, Segurança e Eletrônica; Pinatto Comercial Ltda.; Santana Pinheiro e Silva; Unicap Comércio e Representação Ltda.; João Luiz Peres Basdão; Francesão Materiais de Construção; Pré-Moldado Francesão Indústria e Comércio; Vidroplan Comércio de Vidros Planos Ltda.; El-Shaddai Importação e Com. Ltda.; Irmães Leite Ltda.; Aldamir Bernardino Paiva; Oséias Alves de Souza; Sebastião Timóteo Soares, Jonas Araújo Nonato; Jorge Mar Gonçalves Barroso; Luiz Olive Eugênio Nonato

Representação legal: Alcides Ferreira Costa (OAB/AM 4450); Natan Monteiro da Silva (OAB/AM 4142); Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB/AM 2144); Rafael Albuquerque Gomes de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Oliveira (OAB/AM 4831); João Pontes Rocha Filho (OAB/CE 15.087); Dorothy Miranda da Silva (OAB/CE 13.077); Tatiana Miranda Fernandes (OAB/CE 21.162); Rafaela de Sousa Andrade (OAB/CE 20.199); Izabelle Lima Assem (OAB 6.075/AM); João Paulo Simões da Silva (OAB/AM 5549); Paulo Ney Simões da Silva (OAB/AM 2196); Léo da Silva Sales (OAB/DF 7621); Gustavo Di Angelis da Silva Alves (OAB/DF 40.561); Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB/AM 3.808); Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB/AM 8.340); Cláudia de Santana (OAB/AM 8.369); Sérgio Alberto Correa Araújo (OAB/AM 3.749); Cíntia Pinheiro dos Santos (OAB/AM 5.433)

Interessado em sustentação oral:

- Léo da Silva Soares (OAB/DF 7.621), em nome FRANCISCO CANINDE FERNANDES de MACEDO e MARIA DAS GRAÇAS MALHEIROS MONTEIRO

Ministra ANA ARRAES

019.152/2015-9

Natureza: Pedido de Reexame

Recorrente: CTIS Tecnologia S/A

Órgão/Entidade/Unidade: Ministério de Minas e Energia

Representação legal: Luiz Gustavo Rocha Oliveira Rocholi (OAB/MG 72.002), Rhuana Rodrigues César (OAB/DF 22.964) e outros

Interessado em sustentação oral:

- Rhuana Rodrigues César (OAB/DF 22.964) em nome de CTIS TECNOLOGIA S/A.

026.733/2006-3

Natureza: Recurso de Reconsideração

Recorrentes: Cesbe S.A. Engenharia e Empreendimentos, Emtuco Serviços e Participações S.A. - atual razão social da Engepasa S.A., e Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A.

Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem/Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Representação legal: Igor Fellipe Araújo de Sousa (OAB/DF 41.605), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Patrícia Guercio Teixeira (OAB/MG 90.459), Thatiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Carlos Eduardo Manfredini Hapner (OAB/PR 10.515) e outros

Interessado em sustentação oral:

- Carlos Eduardo M. Hapner (OAB/PR 10.515), em nome de ESTEIO ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS S/A.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

001.041/2016-9

Natureza: Representação

Representante: Rhox Comunicação de Dados Ltda.

Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Águas

Representação legal: João Batista Lira Rodrigues Junior (OAB/DF 15.180), Djenane Lima Coutinho (OAB/DF 12.053), Marcony Francisco Pereira Maciel (OAB/DF 35.362), Felipe Aguiar Costa Luz (OAB/DF 25.637), Marina Bertucci Ferreira (OAB/DF 41.294), Natália Montenegro Bugarin (OAB/DF 44.420) e outros, representando a empresa Seal Telecom Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda. e Elias Sousa Maia Galvão (OAB/DF 34.047), Jacques Maurício Ferreira Veloso de Melo (OAB/DF 13.558), Sueny Almeida Medeiros (OAB/DF 20.226), Gildásio Pedrosa de Lima (OAB/DF 24.948), José Wellington Omena Ferreira (OAB/DF 28.613), Tathiana Emanuelle Barbosa Del Aguila Veloso de Melo (OAB/DF 31.367), Juliano Costa Couto (OAB/DF 13.802), Monique Rafaela Rocha Furtado (OAB/DF 34.131) e outros, representando a empresa Rhox Comunicação de Dados Ltda

1º Revisor: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa (16/2016)

2º Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues (18/2016)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

020.739/2015-0

Natureza: Pedido de Reexame (Representação)

Recorrente: Ministério do Esporte

Representação legal: Michelle Cristhina Dias (OAB/DF 23.763)

Ministro BENJAMIN ZYMLER

000.630/2012-8

Natureza: Tomada de Contas Especial

Órgão s /Entidade s /Unidade s : Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Superintendência Regional do Dnit nos Estados de Rondônia e Acre

Responsáveis: Camter Construções e Empreendimentos S.A.; Emanuel Leite Borges; José Ribamar da Cruz Oliveira; Júlio Augusto Miranda Filho; Luís Munhoz Prosel Junior; Mauro Ernesto Campos Lima; Rogério Araújo de Miranda Lobo

Representação legal: Gustavo Felipe Costa e Silva (OAB/MG 105.657), Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596) e outros, representando Luís Munhoz Prosel Junior; Luiz Carlos Braga de Figueiredo (OAB/DF 16010) e outros, representando Júlio Augusto Miranda Filho; Felipe Furtado Morais (OAB/RJ 142.387) e outros, representando Mauro Ernesto Campos Lima; Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92.114 e OAB/PR 38.422), Maria Beatriz Picarelli Gonçalves Johonsom Di Salvo e outros, representando Camter Construções e Empreendimentos S.A.

004.540/2015-8

Natureza: Pedido de Reexame (Representação)

Recorrente: UTB União Transporte Brasília Ltda.

Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres

Representação legal: Lucas Sahão Turquino (OAB/DF 32.954) e outros, representando a UTB União Transporte Brasília Ltda; Renata Amado Ferreira e outros, representando a Agência Nacional de Transportes Terrestres; Edvan Teles da Silva (OAB/DF 44.326) e outros, representando a Cootransp - Cooperativa de Transportes Ltda. e a Cootransp - Cooperativa de Transportes Ltda

028.963/2014-8

Natureza: Representação

Representante: Tribunal de Contas da União

Responsável: Jorge Francisco Medauar

Órgão/Entidade/Unidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia

Representação legal: Luiz Viana Queiroz (OAB/BA 8487) e outros, representando Jorge Francisco Medauar

Ministro AUGUSTO NARDES

007.526/2014-8

Natureza: Pedido de Reexame

Recorrente: Águas e Esgotos do Piauí S/A

Órgão/Entidade/Unidade : Governo do Estado do Piauí

Representação legal: Denise Barros Bezerra Leal (OAB/PI 9.418), Nathalie Cancela Cronemberger Campelo (OAB/PI 2.953) e outros.

018.163/2010-6

Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

Recorrente: Marinalva Medeiro Neponucena Sobrinho,

Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tufilândia/MA

Representação legal: Renata Cristina Azevedo Coqueiro Carvalho (OAB/MA 12.257-A) e outros, representando Marinalva Medeiro Neponucena Sobrinho, Irinaldo Lopes Sobrinho, Wilson Antonio Nunes Mousinho, Jenival Silva Nunes, Sandra Maria Nunes Mendes e Wellington Lopes Neponuceno; Marcos Paulo Sousa Campelo (OAB/PI 5273) e outros, representando Construtora Maryelle Ltda; Gustavo Sauaia de Oliveira (OAB/MA 6600) e outros, representando M. V. Pereira da Silva

027.192/2013-0

Natureza: Tomada de Contas Especial

Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social

Responsáveis: Alessandra Inácio Diamantino, Eucídio Miranda Ribeiro, Helenice Maria Mendonça Faria, Izaura Ramos da Silva, José Sertão Pereira e Maria José Silva Gusmão

Representação legal: não há

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

000.287/2015-6

Natureza: Tomada de Contas Especial

Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal

Responsável: Silvia da Silveira

Representação legal: não há

024.358/2012-6

Natureza: Representação

Representante: Procuradoria da República no Município de Arapiraca/AL

Órgão/Entidade/Unidade: Município de Canapi/AL

Representação legal: não há

026.092/2015-8

Natureza: Monitoramento

Órgãos/ Entidade s /Unidade s : Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; Itaipu Binacional

Representação legal: não há

030.930/2015-4

Natureza: Auditoria

Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria do Tesouro Nacional

Responsável: Otávio Ladeira de Medeiros

Representação legal: não há

040.995/2012-7

Natureza: Representação

Representante: Procuradoria da República no Município de Arapiraca/AL

Órgão/Entidade/Unidade: Município de Lagoa da Canoa/AL

Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

021.324/2008-6

Natureza: Pedido de Reexame (Representação)

Recorrentes: Consórcio Terraplenagem Comperj e Petróleo Brasileiro S.A.

Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.

Representação legal: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Lais Estorani de Faria (OAB/MG 131.272), José Maurício Balbi Sollero (OAB/MG 30.851), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Ésio Costa Júnior (OAB/DF 59.121) e outros

021.420/2009-0

Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)

Recorrente: Jarbas Maya de Omena Filho

Órgão/Entidade/Unidade : Prefeitura Municipal de Messias/AL

Representação legal : Bruna Wills (OAB/DF 46082), Diogo Prata Lima (OAB/AL 7.909), Antenor Mateus Correia Neto (OAB/AL 8.222), Diego Lins de Oliveira (OAB/AL 10.141), Válber da Silva Melo (OAB/MT 8.927), Luiz Mário do Nascimento Júnior (OAB/MT 12.886) e Isabella Karen Araújo Simões (Defensora Pública da União)

025.175/2015-7

Natureza: Pedido de Reexame (Solicitação do Congresso Nacional)

Recorrentes: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e Confederação Nacional da Indústria

Representação legal: Simone Aparecida Caixeta (OAB/DF 20.933), Robson Martins Pinheiro Melo (OAB/DF 47.207), Ana Paula Andrade Ramos Rodrigues (OAB/SP 186.635), Carlos Bastide Horbach (OAB/RS 19.058), Francisco de Paula Filho (OAB/DF 7.530) e outros

031.402/2014-3

Natureza: Revisão de Ofício (Pensão Civil)

Interessados: Joana D'Arc Cavalcanti Silva, Noel Gomes da Silva Filho e Tereza Neuma de Souza

Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Representação legal: François Mitterrand Cabral da Silva (OAB/PE 28.275)

Ministra ANA ARRAES

000.721/2011-5

Natureza: Recurso de Revisão

Recorrente: Jacir José de Souza

Órgão s /Entidade s /Unidade s : Conselho Indígena de Roraima e Fundação Nacional de Saúde

Representação legal: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250) e outros, representando Jacir José de Souza; Alexander Ladislau Menezes (OAB/RR 226) e outros, representando Anauá Taxi Aéreo Ltda.; e José Ruyderlan Ferreira Lessa (OAB/RR 386), representando Paramazônia Táxi Aéreo Ltda

000.895/2011-3

Natureza: Pedido de Reexame

Recorrente: Waldir Cipriano Nascimento

Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Mato Grosso do Sul

Representação legal: João Eduardo Bueno Netto Nascimento (OAB/MS 10.704)

Ministro BRUNO DANTAS

002.205/2014-9

Natureza: Administrativo

Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União

Representação legal: não há

004.878/2016-7

Natureza: Representação

Representante: M4 Importação e Comércio de Material

Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado

Representação legal: não há

028.331/2009-0

Natureza: Aposentadoria

Interessado: José Sebastião de Arcoverde Rabêlo

Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho

Representações legais: Gilberto Garcia Gomes (OAB/DF 8849)

031.957/2014-5

Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

Recorrentes: Nadia Helena da Silva e Denise Seice Gierkens

Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social

Representação legal: Thales Arcoverde Treiger, representando Ubirajara de Souza Rosa; Marco Aurelio Justino de Souza (OAB/RJ 81596), representando Denise Seice Gierkens; Arthur Carlos da Silva (OAB/RJ 71499) e outros, representando Nádia Helena da Silva

Ministro VITAL DO RÊGO

001.182/2016-1

Natureza: Levantamento

Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho

Responsável: Miguel Soldatelli Rossetto

Representação legal: não há

014.081/2013-0

Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)

Recorrente : Wilton Pereira dos Santos

Órgão/Entidade/Unidade: Município de Novo Airão/AM

Representação legal: não há

030.028/2015-9

Natureza: Monitoramento

Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Representação legal: Sandra Marques Brito Unterkircher (OAB/SP 113.818)

032.925/2014-0

Natureza: Monitoramento

Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica e Ministério de Minas e Energia

Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

002.710/2012-9

Natureza: Representação

Representante: Evento X - Audiovisual, Produção e Locação Ltda.

Órgão/Entidade/Unidade: Centro Técnico do Audiovisual - Secretaria do Audiovisual - Ministério da Cultura

Responsáveis: Renato Luiz da Costa, Marcelo Otávio de Souza Gomes, Liana Bathomarco Corrêa, Gravataí Locação de Equipamentos Ltda., Letras e Artes Pós Produção Digital de Filmes Ltda., XLR8 Locação de Equipamentos Ltda.

Representação Legal: André Luiz Porcionato (OAB/SP 245.603), Emerson Caetano de Moura (OAB/DF 30.004), Tiago Pugsley (OAB/DF 25.466) e outros

004.592/2010-7

Natureza: Tomada de Contas Especial

Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás

Responsáveis: Adriano Kennen de Barros; Antônio Durval de Oliveira Borges; Cairo Alberto de Freitas; Hospfar Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda.; Medcomerce - Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Representação Legal: Antônio Augusto Rosa Gilberti, OAB/GO 11.703; Marcus Vinicius Labre Lemos de Freitas, OAB/GO 14.282; Romildo Olgo Peixoto Júnior, OAB/DF 28.361; e outros

007.536/2014-3

Natureza: Representação

Representante: Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul

Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Química de Mato Grosso do Sul

Responsável: Evander Luiz Ferreira

Representação legal: Douglas de Oliveira Santos (OAB/MS 14666), representando o Conselho Regional de Química de Mato Grosso do Sul e Evander Luiz Ferreira

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

006.046/2016-9

Natureza: Representação

Representante: Empresa Escala Transportes Gerais Ltda.

Órgão/Entidade/Unidade: Município de Boa Hora/PI

Representação legal: Antônio Carlos Moreira Ramos, OAB/PI 353; Francisco Renan Barbosa da Silva OAB/PI 10.030; Carolina Lago Castello Branco OAB/PI 3.405; Lívia da Rocha Sousa OAB/PI 6.074; Eduardo Marcelo Sousa Gonçalves OAB/PI 4.373/B; Djalma Cardoso Leite OAB/PI 1.654; e Maira Castelo Branco Leite OAB/PI 3.276

040.953/2012-2

Natureza: Embargos de Declaração

Embargantes: Due Promoção e Eventos Ltda., Renato Stoppa Cândido e Francisco de Assis Rodrigues Froes

Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades

Representação legal: Albertina de Almeida Noberto, OAB/DF 34.654; Mirian Ribeiro Rodrigues de Mello, OAB/DF 17.956; Gilberto Garcia Gomes, OAB/DF 8.849; Lucas dos Prazeres Fonseca, OAB/DF 30.588; Lívia Rodrigues da Fonseca, OAB/DF 27.824; Isabela Torres de Medeiros, OAB/DF 26.036; Fabiana Cristina Uglar Pin, OAB/DF 26.394; Gilvan Pereira da Costa, OAB/DF 12.956-E; Pedro de Almeida Martins Filho, OAB/DF 25.726

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

003.168/2014-0

Natureza: Representação

Representante: Level 3 Comunicações do Brasil Ltda.

Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura

Responsáveis: Diego Alexander Pinto Mendes, Edge Technology Ltda., Fabiana Gonçalves de Lima, Flashsec Comércio e Serviços de Informática Eireli - EPP, ISI - Informações e Soluções Inovadoras Ltda., Ladércio Brito Santos Filho, Marcelo Narvaes Fiadeiro, Valmir José Ferreira e Victor dos Santos Freitas

Representação legal: André Puppin Macedo (OAB/DF 12.004); Luiz Antonio Beltrão (OAB/DF 19.773); Thiago Lucas Gordo de Sousa (OAB/DF 17.749); Sérgio Palomares (OAB/DF 12.526) e Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098) e outros

016.271/2003-9

Natureza : Aposentadoria

Interessados: Antonio Henrique de Souza; Flavio Antonio de Castro Theodoro; Francisco Ronaldo Roberto Monte; Gerson Maia; Jadson Protasio Nunes; Lucas Cabral dos Santos Pires e Marcirio Malta Moreira

Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Representação legal : não há

017.006/2007-7

Natureza: Tomada de Contas Simplificada

Exercício: 2006

Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senar no Estado de Mato Grosso

Responsáveis: Adão da Silva; Antônio Carlos Carvalho de Sousa; Benedito Francisco de Almeida; Celso Luiz Lima; Clóvis Antônio Pereira Fortes; Cristovão Afonso da Silva; Duilio Mayolino Filho; Edivaldo José da Silva; Fotograff Produção Gráfica Serviços e Editora Ltda.; Fundação Franco-brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento; Homero Alves Pereira; Instituto Brasileiro de Estudos Especializados; Instituto do Desenvolvimento da Inteligência S/C Ltda.; Irene Alves Pereira; João Conceição Alencastro; José Almir da Silva; José Ribeiro da Silva; João Gonçalves Rezende; Lk Editora e Comércio de Bens Editoriais e Autorais Ltda.; Luciano Alves; M3 Marketing e Comunicação Ltda.; Maria da Glória Borges da Silva; Marilene Mendes da Silva; Normando Corral; Primeira Página Comunicação e Editora Ltda.; Romildo Adelino Greselle; Sebastião Queiroz Filho; Silvano Carvalho; Texto e Mídia Comunicações e Editora Ltda.; e União Brasileira de Desenvolvimento Social e do Voluntário do Meio Ambiente

Representação legal: Tiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762) e outro, representando Irene Alves Pereira e Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF 28.361)

031.756/2015-8

Natureza: Representação

Representante: Flex Lab Comércio de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares Ltda.

Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Geral do Rio de Janeiro

Representação legal: Maria Aparecida dos Santos, representando Flex Lab Comércio de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares Ltda., e Tenente Coronel Maurício Real Ferreira, representando o Hospital Geral do Rio de Janeiro

033.570/2015-9

Natureza: Levantamento

Órgãos/Entidades/Unidades: Estado de Pernambuco e Municípios do Estado de Pernambuco

Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

008.150/2016-8

Natureza: Agravo (Representação)

Recorrentes: Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais; Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais

Órgão s /Entidade s /Unidade s : Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais; Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais

Representação legal: Antonio Fernando Guimarães Pinheiro (OAB/MG 23.719) e outros, representando Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais; Luiz Carlos Braga de Figueiredo (OAB/DF 16.010) e outros, representando Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais e Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais

Em 3 de junho de 2016.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

EXTRATO DE PAUTA

Sessão Extraordinária de Plenário, prevista para 08/06/2016, às 10h30

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro BENJAMIN ZYMLER

030.926/2015-7

Natureza: Incidente de Uniformização de Jurisprudência

Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União

Representação legal: não há

Em 3 de junho de 2016
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

EXTRATO DE PAUTA

Sessão Extraordinária Reservada de Plenário, prevista para 08/06/2016, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

007.848/2016-1

Natureza: Denúncia

Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

008.555/2016-8

Natureza: Denúncia

Representação legal: não há

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

001.348/2016-7

Natureza: Representação

Representação Legal: não há

025.215/2015-9

Natureza: Representação

Representação Legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

028.650/2015-8

Natureza: Denúncia

Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

007.445/2015-6

Natureza: Denúncia

Representação legal: Ana Rita Maciel Coutinho (OAB/MG 42.841-E) e outros

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

001.765/2015-9

Natureza: Denúncia

Representação legal: Lara Araújo Cunha e outros

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

020.588/2004-7

Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

Representação legal: Victorio de Oliveira Ricci (OAB/MA 900), Adilson Santos Silva Melo (OAB/MA 5852); José Norberto Lopes Campelo (OAB/PI 2.594); Thaynara Santos Fernandes (OAB/PI 7795); Paulo Henrique Freire Castelo Branco (OAB/MA 7488-A); Renata Cristina Azevedo Coqueiro Carvalho (OAB/PI 6066),

Ministro BRUNO DANTAS

010.664/2016-5

Natureza: Administrativo

Representação legal: não há

Em 3 de junho de 2016
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

Defensoria Pública da União

PORTARIA Nº 363, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 7º e 8º, incisos I e XIII da Lei Complementar nº 80 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 9º, §1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, c/c o artigo 55 da Lei nº 13.242, de 2015 (LDO 2016), resolve:

Art. 1º - Ficam ampliados, conforme anexo I desta Portaria, os valores de emissão de empenhos de Outras Despesas Correntes e de Capital, constantes na Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016 (LOA 2016), tendo-se por base o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias extemporânea de 2016.

Art. 2º - Em decorrência da ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira, objeto do artigo anterior, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal passa a vigorar com os valores estabelecidos no anexo II desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EDSON RODRIGUES MARQUES
Defensor Público-Geral Federal
Em exercício

ANEXO I

29000 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

29.101 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROGRAMA DE TRABALHO	Natureza	Fonte	Valor
03.422.2129.15AK.0001-Implantação de Unidades da Defensoria Pública da União	3.3.90.00	100	8.500.000
03.422.2129.15AK.0001-Implantação de Unidades da Defensoria Pública da União	4.4.90.00	100	1.440.000
03.122.2129.216H.6501 - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio	3.3.90.00	100	100.000
TOTAL GERAL			10.040.000

ANEXO II

29000 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2016

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS/OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

MESES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		OUTRAS DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	
	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO
JANEIRO	26.600.000	26.600.000	22.500.000	22.500.000
FEVEREIRO	18.800.000	45.400.000	22.500.000	45.000.000
MARÇO	18.800.000	64.200.000	22.500.000	67.500.000
ABRIL	18.800.000	83.000.000	22.500.000	90.000.000
MAIO	18.800.000	101.800.000	22.500.000	112.500.000
JUNHO	18.800.000	120.600.000	22.500.000	135.000.000
JULHO	18.800.000	139.400.000	22.500.000	157.500.000
AGOSTO	18.800.000	158.200.000	22.500.000	180.000.000
SETEMBRO	18.800.000	177.000.000	22.500.000	202.500.000
OUTUBRO	18.800.000	195.800.000	22.500.000	225.000.000
NOVEMBRO	20.441.131	216.241.131	22.500.000	247.500.000
DEZEMBRO	19.300.000	235.541.131	21.793.973	269.293.973

Nota 1: Esta programação poderá sofrer alterações em função de serviços extraordinários, frustração de receita própria, sentenças, judiciais, limitação de empenho, despesas de exercícios anteriores ou créditos adicionais.

Nota 2: Inclui receita própria (fonte 157).

Nota 3: Os valores com pessoal e encargos sociais representam seus dispêndios brutos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA-GERAL ADJUNTA DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA Nº 223, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no inciso VI do artigo 10 do anexo V, do Ato da Comissão Diretora nº 12/2014, pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.017139/2015-21, e com base no item 22.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 069/2015, combinado com o inciso VI do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784/1999, aplica à empresa GLOBAL COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.522.273/0001-45, com endereço no SIG, quadra 3, lote 87, loja 97, bloco B, CEP 70.610-432, penalidade de MULTA, no valor de R$ 1.728,30 (um mil, setecentos e vinte e oito reais e trinta centavos), cumulada com a pena de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 30 (trinta) dias, por não encaminhar a amostra referente ao item 26 exigida no Edital do certame, não mantendo a proposta e, tumultuando o bom andamento do procedimento, em desacordo com o item 11.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 069/2015.

HUMBERTO LUCENA PEREIRA FONSECA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.108, DE 20 DE MAIO DE 2016

Altera as Resoluções CFMV nº 591, de 26 de junho de 1992, nº 682, de 16 de março de 2001, e 948, de 26 de março de 2010, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "f", artigo 16, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, resolve:

Art. 1º Alterar o caput do artigo 40 da Resolução CFMV nº 591, publicada no DOU de 27/10/1992 (S.1, p.15086/15089), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40. O 'quorum' mínimo para a realização das Sessões (Ordinárias ou Extraordinárias e de Julgamento) é de 2 (dois) membros da Diretoria Executiva e 4 (quatro) conselheiros".

Art. 2º Alterar o caput e §§1º a 4º do artigo 5º e acrescentar ao citado artigo os §§5º e 6º, todos da Resolução CFMV nº 682, publicada no DOU de 29/3/2001 (S.1, pg.79), que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 5º O médico veterinário ou zootecnista que infringir o Código de Ética de suas respectivas profissões fica sujeito ao pagamento de multa, sem prejuízo das sanções disciplinares.

§1º Será aplicada multa no valor de até R$ 900,00 (novecentos reais) ao profissional que for penalizado com a pena prevista na alínea "a" do art. 33 da Lei nº 5.517, de 1968.

§2º Será aplicada multa no valor de até R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) ao profissional que for penalizado com a pena prevista na alínea "b" do art. 33 da Lei nº 5.517, de 1968.

§3º Será aplicada multa no valor de até R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) ao profissional que for penalizado com a pena prevista na alínea "c" do art. 33 da Lei nº 5.517, De 1968.

§4º Será aplicada multa no valor de até R$ 3.000,00 (três mil reais) ao profissional que for penalizado com a pena prevista na alínea "d" do art. 33 da Lei nº 5.517, de 1968.

§5º Será aplicada multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) ao profissional que for penalizado com a pena prevista na alínea "e" do art. 33 da Lei nº 5.517, de 1968.

§6º No caso de reincidência, os limites previstos nos §§ 1º a 4º deste artigo 5º serão dobrados".

Art. 3º Acrescentar o §1º-A ao artigo 1º da Resolução CFMV nº 948, publicada no DOU de 22/4/2010 (S.1, p.132/133), com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

§1º-A O disposto no §1º não incide sobre o profissional que não puder votar em razão de inadimplência com o CRMV".

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

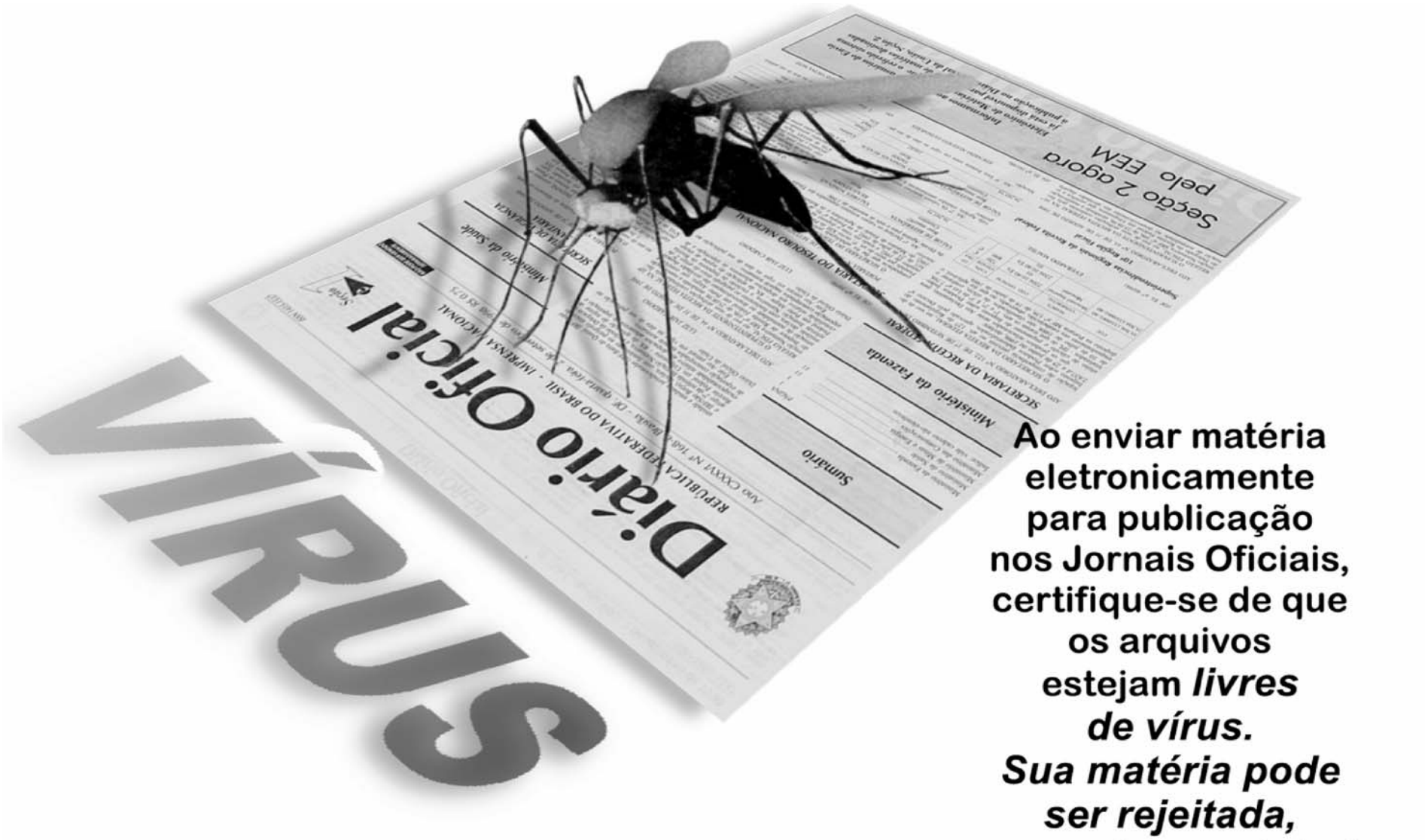
BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA
Secretário-Geral

A informação oficial ao seu alcance
IMPRENSA NACIONAL 1808

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016060600074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016060600075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016060600076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.